

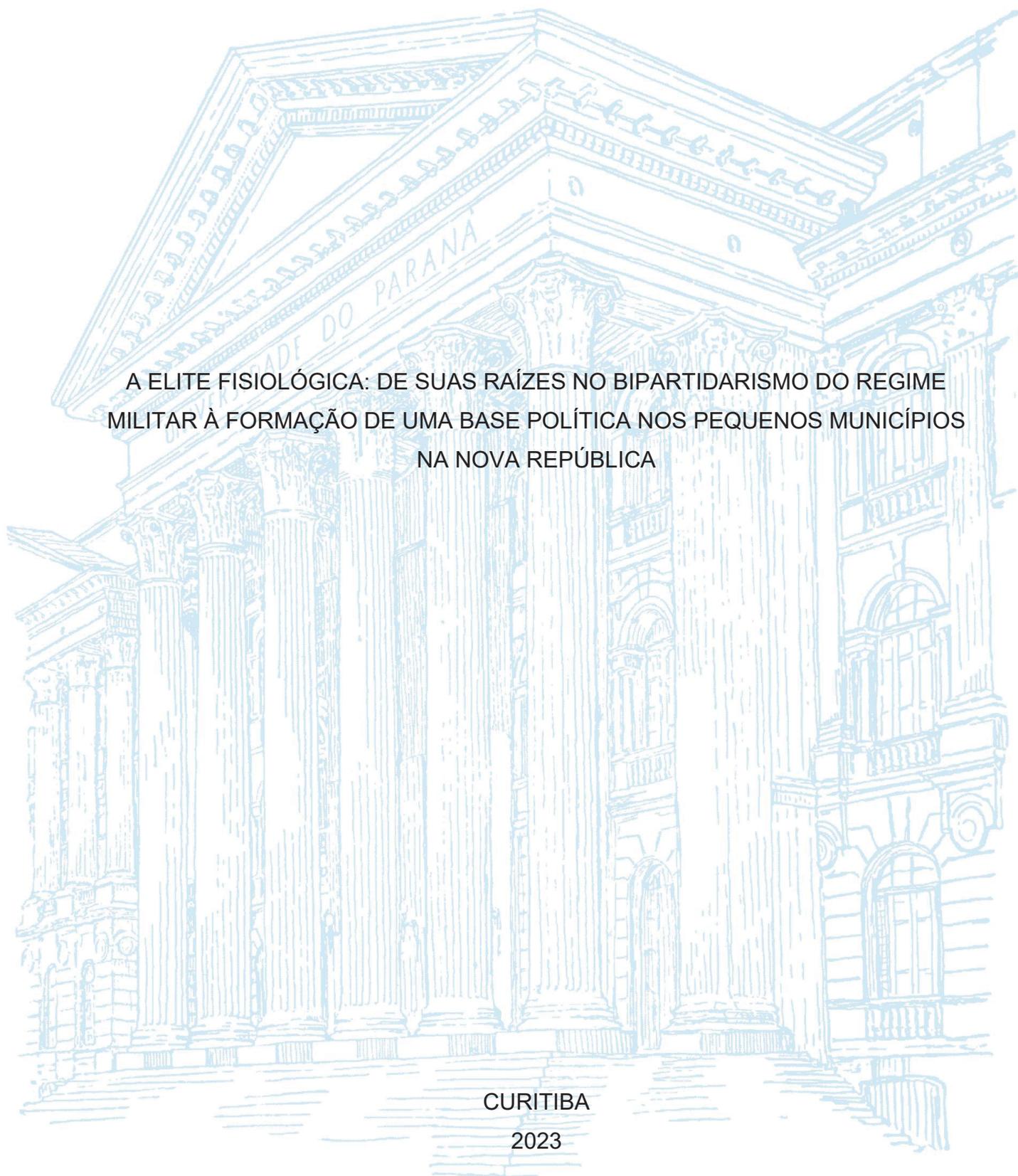
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ BARSCH ZIEGMANN

A ELITE FISIOLÓGICA: DE SUAS RAÍZES NO BIPARTIDARISMO DO REGIME  
MILITAR À FORMAÇÃO DE UMA BASE POLÍTICA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS  
NA NOVA REPÚBLICA

CURITIBA

2023



ANDRÉ BARSCH ZIEGMANN

A ELITE FISIOLÓGICA: DE SUAS RAÍZES NO BIPARTIDARISMO DO REGIME  
MILITAR À FORMAÇÃO DE UMA BASE POLÍTICA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS  
NA NOVA REPÚBLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia, no Setor de Ciências Humanas, na  
Universidade Federal do Paraná, como requisito  
parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ziegmann, André Barsch

A elite fisiológica : de suas raízes no bipartidarismo do Regime militar à formação de uma base política nos pequenos municípios na Nova República. / André Barsch Ziegmann. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

1. Nepotismo. 2. Fisiologismo. 3. Elites – (Ciências sociais).  
4. Famílias de classe alta. I. Oliveira, Ricardo Costa de, 1964-.  
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

## **ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM SOCIOLOGIA**

No dia treze de dezembro de dois mil e vinte e tres às 14:00 horas, na sala 906, prédio D. Pedro I e plataforma Teams, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **ANDRÉ BARSCH ZIEGMANN**, intitulada: **A ELITE FISIOLÓGICA: DE SUAS RAÍZES NO BIPARTIDARISMO DO REGIME MILITAR À FORMAÇÃO DE UMA BASE POLÍTICA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS NA NOVA REPÚBLICA**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RICARDO COSTA DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ), SYLVANA KELLY MARQUES DA SILVA Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), LUIZ DEMETRIO JANZ LAIBIDA (SEED), JOSÉ MARCIANO MONTEIRO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 13 de Dezembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

13/12/2023 17:58:03.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

13/12/2023 19:17:55.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO  
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

18/12/2023 13:25:00.0

SYLVANA KELLY MARQUES DA SILVA

Avaliador Interno Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

18/12/2023 12:02:44.0

LUIZ DEMETRIO JANZ LAIBIDA

Avaliador Externo (SEED)

Assinatura Eletrônica

15/12/2023 18:13:38.0

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ANDRÉ BARSCH ZIEGMANN** intitulada: **A ELITE FISIOLÓGICA: DE SUAS RAÍZES NO BIPARTIDARISMO DO REGIME MILITAR À FORMAÇÃO DE UMA BASE POLÍTICA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS NA NOVA REPÚBLICA**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 13 de Dezembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

13/12/2023 17:58:03.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

13/12/2023 19:17:55.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO  
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

18/12/2023 13:25:00.0

SYLVANA KELLY MARQUES DA SILVA  
Avaliador Interno Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

18/12/2023 12:02:44.0

LUIZ DEMETRIO JANZ LAIBIDA  
Avaliador Externo (SEED)

Assinatura Eletrônica

15/12/2023 18:13:38.0

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

*Dedico este trabalho aos meus alunos da  
Uninter.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aquele ou aquela que desenvolve uma tese de doutorado, conta ao longo dos anos de pesquisa e escrita com o apoio de muitas pessoas e organizações. Evidentemente que os erros, deficiências e imperfeições são responsabilidade exclusiva de quem produz o trabalho científico. Mas sem o apoio, a realização dessa tarefa seria impossível.

Gostaria de começar agradecendo aos meus colegas de trabalho na Uninter de Curitiba, onde atuo profissionalmente desde 2015. Eles me incentivaram a fazer o doutorado, e como muitos deles também eram ou são doutorandos, compartilhamos não apenas as dificuldades, mas dicas, textos, metodologias e tudo aquilo que envolve uma tese de doutorado. Sendo assim, gostaria de agradecer imensamente aos seguintes colegas. Audren Azolin, Carlos Alberto Simioni, Natali Zamboni Hoff, Karoline de Mattos Roeder, Talita Juliana Sabião, Rafael Pons, André Francisco Matsuno da Frota, Caroline Cordeiro Viana e Silva e Luiz Domingos Costa.

Gostaria de agradecer imensamente ao esforço que os coordenadores dos cursos onde atuo na Uninter fizeram, para que eu pudesse conciliar as atividades profissionais com o desenvolvimento do trabalho. São eles: Lucas Massimo, coordenador do curso de Ciência Política, Guilherme Frizzera Loyola, coordenador do curso de Relações Internacionais e Manon Garcia, coordenadora dos cursos de Administração Pública e Gestão Pública. Fizeram parte desse esforço a diretora da Escola de Gestão Pública, Jurídica, Política e de Segurança Pública da Uninter, Débora Veneral, que é a escola onde estão inseridos os cursos onde atuo, e o reitor de nossa instituição, Benhur Gaio. A todos eles sou imensamente grato.

Luiz Domingos Costa, Lucas Massimo, André Francisco Matsuno da Frota e o Professor da UFPR Bruno Bolongnesi são companheiros de longa data. Já estiveram comigo em outras “pelejas”. Muito obrigado por compartilharem mais essa jornada comigo.

Outra pessoa que foi fundamental para o desenvolvimento dessa tese foi Gabryela Gabriel. Doutoranda em Ciência Política na UFPR, ela me ajudou com a coleta e organização dos dados.

Veremos nessa tese que famílias importam e explicam. Mas não há forma de explicar como a minha família me incentivou na realização dessa pesquisa. Serei sempre grato ao suporte de minha mãe, a “vovó” Denise Maria Barsch Ziegmann, de minha irmã, Carlina Barsch Ziegmann e do meu cunhado, Rodrigo Pijack. Não poderia me esquecer dos meus sobrinhos, os “bombinhas”, Guilherme Ziegmann Pijack, de 11 anos, e Maria Ziegmann Picjack, de 3 anos. Eles são e continuarão sendo uma grande fonte de motivação e inspiração.

É preciso fazer uma menção aos meus dos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Seus ensinamentos nas aulas mostraram caminhos e clarearam dúvidas que foram vitais para o progresso da tese. Alguns deles já foram meus professores na graduação, que iniciei em 2002 na UFPR. Desse modo, fazem parte da minha trajetória e formação. Também não poderia deixar de agradecer ao Colegiado do Programa, que possibilitou a extensão do prazo para o desenvolvimento da pesquisa.

Essenciais também foram as dicas, sugestões e críticas elaboradas pelos professores que integraram as bancas de qualificação e defesa da tese. Sou bastante grato ao Professor Dr. José Marciano Monteiro, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), à professora Dra. Sylvana Kelly Marques da Silva, do Pós-Doutorado em Sociologia da UFPR, à Professora Dra. Mônica Helena Silva Harrich Silva Goulart da Universidade Tecnologia Federal do Paraná (UTFPR) e ao Professor Dr. Luiz Demétrio Janz Laibida da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR). Seus apontamentos fizeram dessa tese um trabalho muito melhor.

Por fim, gostaria de fazer uma menção bastante especial ao meu orientador, Professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira. O Professor Ricardo foi meu professor na graduação, e naquela época foi uma inspiração para eu trilhasse o caminho da sociologia política. Ao líder do Núcleo de Estudos Paranaenses, serei eternamente grato pela paciência e apoio, especialmente nos momentos mais difíceis.

## RESUMO

O presente estudo aborda o fisiologismo na política brasileira, um comportamento reconhecido como uma forma de adesão a governos ideologicamente distintos. O que nos motivou a selecionar esse tema foi a inexistência de uma pesquisa sistemática sobre o assunto, a despeito da expressão fisiologismo ser usada de forma corriqueira na imprensa e trabalhos acadêmicos. A pesquisa visou combinar os 04 (quatro) métodos: genealógico, prosopográfico também conhecido como biografias coletivas, além do levantamento bibliográfico e da análise documental. Esses métodos foram utilizados para analisar a trajetória política e genealógica de 216 parlamentares, que foram eleitos ao menos três vezes entre 1990 e 2018, para a Câmara Federal ou para o Senado, por organizações partidárias classificadas como fisiológicas, sendo esse o objeto de nossa tese. Chamamos esse grupo de elite fisiológica. Selecionamos 05 (cinco) famílias de líderes destacados desse conjunto de políticos, para desenvolvermos uma análise qualitativa das suas genealogias familiares. As famílias escolhidas são as seguintes: Sarney, Calheiros, Barbalho, Lira-Pereira e Barros. Os dados para o desenvolvimento dessa investigação foram coletados no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e junto aos Repertórios Biográficos da Câmara Federal e às informações disponibilizadas pelo PRODASEN do Senado Federal, além de informações colhidas em matérias e reportagens de variados sites jornalísticos. Combinada à análise dos dados e das genealogias familiares, elaboramos uma investigação histórica acerca da formação e consolidação do Estado Autoritário criado no Brasil após o Golpe de 1964. Essa tarefa foi essencial para compreendermos as raízes da elite fisiológica. As informações numéricas, genealógicas e históricas foram analisadas com o apoio de uma combinação de referências teóricas. As Teorias Centradas no Estado (PRZEWORSKI, 1995), que possuem como expoentes Max Weber, Theda Skocpol, Otto Hintze e Raymundo Faoro, considera o Estado um ator de peso, que exerce grande influência no conflito político que se desenrola nas sociedades (SKOCPOL, 1979). A Teoria das Elites nos possibilitou selecionar os indivíduos para nossa pesquisa. Fizemos uso particularmente da versão de Charles W. Mills, que afirmava ser possível identificar a elite no topo das principais instituições da sociedade moderna (MILLS, 1981). Por sua vez, a teoria do nepotismo, ao colocar as famílias como um elemento central da análise política, constata que as conexões entre estruturas de poder e parentesco geram o fenômeno do familismo na política (OLIVEIRA, 2012). Os dados levantados foram apresentados em quadros e tabelas, e as biografias dos dirigentes selecionados para o estudo qualitativo foram expostas através de uma reconstituição de suas genealogias. Constatou-se que o germe da elite fisiológica está na Ditadura Militar implementada em 1964, particularmente no partido de sustentação daquele regime, a ARENA/PDS. Com o declínio e fim da ordem autoritária, muitos políticos que pertenciam a essa organização migraram para o então PMDB, o que levou o fisiologismo para esse partido. Evidenciou-se também que existe uma associação entre fisiologismo e nepotismo, pois a longa permanência no governo, maximiza a capacidade de favorecer parentes e interesses familiares a partir do Estado.

Palavras-chave: fisiologismo; nepotismo; elites políticas.

## ABSTRACT

The present study addresses physiologism in Brazilian politics, a behavior recognized as a form of adherence to ideologically different governments. What motivated us to select this topic was the lack of systematic research on the subject, despite the expression physiologism being used routinely in the press and academic works. The research aimed to combine 04 (four) methods: genealogical, prosopographic also known as collective biographies, in addition to bibliographical survey and documentary analysis. These methods were used to analyze the political and genealogical trajectory of 216 parliamentarians, who were elected at least three times between 1990 and 2018, to the Federal Chamber or to the Senate, by physiological political parties, which is the object of our thesis. We call this group the physiological elite. We selected 05 (five) families of prominent leaders from this group of politicians, to develop a qualitative analysis of their family genealogies. The families chosen are the following: Sarney, Calheiros, Barbalho, Lira-Pereira and Barros. The data for the development of this investigation were found on the website of the Superior Electoral Court (TSE), in the Brazilian Historical Biographical Dictionary (DHBB) of Fundação Getúlio Vargas (FGV), and in the Biographical Repertories of the Federal Chamber and information made available by PRODASEN, of the Federal Senate, in addition to information collected from materials and reports from various journalistic websites. Combined with the analysis of data and family genealogies, we developed a historical investigation into the formation and consolidation of the Authoritarian State created in Brazil after the 1964 Coup. This task was essential for understanding the roots of the physiological elite. Numerical, genealogical and historical information was analyzed with the support of a combination of theoretical references. State-Centered Theories (PRZEWORSKI, 1995), which have as exponents Max Weber, Theda Skocpol, Otto Hintze and Raymundo Faoro, consider the State to be a major actor, which exerts great influence on the political conflict that unfolds in societies (SKOCPOL, 1979). The Elite Theory allowed us to select individuals for our research. We made particular use of Charles W. Mills version, which stated that it was possible to identify the elite at the top of the main institutions of modern society (MILLS, 1981). In turn, the theory of nepotism, by placing families as a central element of political analysis, finds that the connections between structures of power and kinship generate the phenomenon of familism in politics (OLIVEIRA, 2012). The data collected was presented in charts and tables, and the biographies of the leaders selected for the qualitative study were exposed through a reconstruction of their genealogies. It was found that the germ of the physiological elite is in the Military Dictatorship implemented in 1964, particularly in the party supporting that regime, ARENA/PDS. With the decline and end of the authoritarian order, many politicians who belonged to this organization migrated to the then PMDB, which led to the physiologism of this party. It was also evident that there is an association between physiologism and nepotism, as a long stay in government maximizes the ability to favor relatives and family interests from the State.

Key words: physiologism; nepotism; political elites

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Teorias do Estado.....	54
QUADRO 2 – Gramática Autoritária do Regime Militar.....	94
QUADRO 3 – Prefeitos eleitos de Murici – AL e grau de parentesco com Renan Calheiros.....	135
QUADRO 4 – Partidos que compuseram os ministérios por presidente entre 2018 e 2021.....	156
QUADRO 5 – Presidentes, partidos no ministério e alinhamento ideológico dos governos (1990-2021).....	158
QUADRO 6 – Genealogia dos partidos políticos brasileiros entre 1830 e 2010.....	162
QUADRO 7 – Partidos por espectro ideológico e classificados na dicotomia ideológico x não ideológico.....	163
QUADRO 8 – Parlamentares da elite fisiológica, seus Estados, Regiões de Origem e suas bases políticas.....	211

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Resultados das eleições para o Senado Federal e Câmara Federal nos anos de 1966, 1970, 1974, 1978 e 1982.....	100
TABELA 2 – Número de diretórios municipais formados pelos novos partidos em comparação com os antigos, em outubro de 1980.....	102
TABELA 3 – Parlamentares da elite fisiológica com parentes em cargos no Executivo e Legislativo.....	122
TABELA 4 – Cargos ocupados pelos parentes dos membros da elite fisiológica.....	123
TABELA 5 – Cargos ocupados pelos parentes nos poderes Executivo e Legislativo.....	124
TABELA 6 – Cargos ocupados pelos parentes por nível de governo.....	124
TABELA 7 – Período histórico em que os parentes ocuparam cargos.....	125
TABELA 8 – Parlamentares da elite fisiológica e representantes por Região do Brasil no Congresso Nacional.....	166
TABELA 9 – Estado dos parlamentares da elite fisiológica (1990-2018) .....	167
TABELA 10 – Base política dos membros da elite fisiológica (1990-2018).....	171
TABELA 11 – Número de municípios por faixa populacional, proporção da população por faixa e proporção de cidades por faixa.....	173
TABELA 12 – Número de prefeituras conquistadas pelos partidos do centrão em 2020.....	175
TABELA 13 – Geração política dos membros da elite fisiológica (1990 – 2018).....	177
TABELA 14 – Primeira legislatura dos membros da elite fisiológica no Congresso Nacional na Nova República (1990 – 2018).....	179
TABELA 15 – Partido em que o parlamentar estava filiado quando conquistou o primeiro mandato na Nova República (1990-2018) .....	182

<b>TABELA 16 – Número de deputados federais eleitos pelos partidos fisiológicos e percentual de cadeiras dentro do centrão (1998-2022).....</b>	<b>184</b>
<b>TABELA 17 – Percentual de cadeiras conquistadas pelos partidos do Centrão nas eleições para a Câmara Federal (1998-2022) .....</b>	<b>185</b>
<b>TABELA 18 – Espectro ideológico do partido pelo qual o parlamentar conquistou o primeiro mandato na Nova República (1990-2018).....</b>	<b>184</b>
<b>TABELA 19 – O parlamentar da elite fisiológica já mudou de partido?.....</b>	<b>188</b>
<b>TABELA 20 – Partidos em que os membros da elite fisiológica se filiaram após 1990.....</b>	<b>189</b>
<b>TABELA 21 – O parlamentar da elite fisiológica já se elegeu por partidos de diferentes espectros ideológicos?.....</b>	<b>191</b>
<b>TABELA 22 – Espectros ideológicos dos partidos em que se filiaram os parlamentares da elite fisiológica.....</b>	<b>193</b>
<b>TABELA 23 – Esteve filiado em mais de um partido do centrão?.....</b>	<b>198</b>
<b>TABELA 24 – O parlamentar de elite fisiológica foi filiado na ARENA, nos herdeiros da ARENA e no MDB antes de 1988?.....</b>	<b>201</b>
<b>TABELA 25 – O parlamentar da elite fisiológica foi filiado na ARENA, nos herdeiros da ARENA e no MDB antes de 1988 (DESAGREGADO)?.....</b>	<b>202</b>
<b>TABELA 26 – O membro da elite fisiológica tinha vínculo com a sociedade civil antes de ingressar no Congresso Nacional?.....</b>	<b>203</b>
<b>TABELA 27 – Geração política do parlamentar e vínculos com sociedade civil na carreira prévia.....</b>	<b>203</b>
<b>TABELA 28 – Vínculo dos membros da elite fisiológica por tipo de organização, antes de ingressar no Congresso Nacional.....</b>	<b>204</b>
<b>TABELA 29 – O membro da elite fisiológica tinha vínculo com a sociedade civil após ingressar no Congresso Nacional?.....</b>	<b>205</b>
<b>TABELA 30 – Vínculo dos membros da elite fisiológica por tipo de organização, após ingressar no Congresso Nacional.....</b>	<b>206</b>

## LISTA DE SIGLAS

AI 1 – Ato Institucional n° 1

AI 2 – Ato Institucional n° 2

AI 3 – Ato Institucional n° 3

AI 5 – Ato Institucional n° 5

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CPDOC - Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil

DEM – Democratas

DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PAN – Partidos dos Aposentados da Nação

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PJ – Partido da Juventude

PL – Partido Liberal

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPR – Partido Progressista Reformador

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTR – Partido Trabalhista Renovador

PV – Partido Verde

PRODASEN – Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 TEORIAS DO ESTADO.....</b>	<b>10</b>
1.1 TEORIAS DA AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO.....	14
1.2 TEORIAS CENTRADAS NO ESTADO.....	31
<b>2 INSTITUIÇÕES, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E DEPENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA.....</b>	<b>56</b>
2.1 INSTITUIÇÕES.....	56
2.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO, SOCIALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA.....	69
2.3 DEPENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA ( <i>PATH DEPENDENCE</i> ) .....	73
<b>3 O ESTADO AUTORITÁRIO E A GRAMÁTICA AUTORITÁRIA.....</b>	<b>82</b>
3.1 OS TRAÇOS GERAIS DO ESTADO AUTORITÁRIO.....	82
3.2 A GRAMÁTICA AUTORITÁRIA: CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA, EXPANSÃO MATERIAL DO ESTADO, BIPARTIDARISMO E DESMOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.....	86
<b>4 A ELITE FISIOLÓGICA E O NEPOTISMO.....</b>	<b>109</b>
4.1 AS RELAÇÕES ENTRE PARENTESCO E POLÍTICA: TEORIA E ESTUDOS EXEMPLARES.....	109
4.2 ELITE FISIOLÓGICA E PARENTES NA POLÍTICA.....	121
4.3 ESTUDO QUALITATIVO DAS RELAÇÕES ENTRE PARENTESCO E POLÍTICA: OS CASO DAS FAMÍLIAS SARNEY, BARBALHO, CALHEIROS, LIRA-PEREIRA E BARROS.....	127
4.3.1 Família Sarney.....	128
4.3.2 Família Barbalho.....	132
4.3.3 Família Calheiros.....	135

4.3.4 Família Lira-Pereira.....	139
4.3.5 Família Barros.....	142
<b>5 O PERFIL POLÍTICO DA ELITE FISIOLÓGICA.....</b>	<b>146</b>
5.1 OS PARTIDOS FISIOLÓGICOS.....	152
5.2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS DA ELITE FISIOLÓGICA.....	165
5.3 OS VÍNCULOS DA ELITE PARLAMENTAR COM A SOCIEDADE CIVIL.....	199
5.4 COMO AS INSTITUIÇÕES ELEITORAIS FAVORECERAM A ELITE FISIOLÓGICA DURANTE A NOVA REPÚBLICA?.....	206
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>222</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>230</b>
<b>FONTES CONSULTADAS.....</b>	<b>235</b>

## INTRODUÇÃO

As ciências sociais já produziram inúmeros trabalhos de referência sobre fenômenos e processos que caracterizam a política brasileira, e as relações entre Estado e sociedade no Brasil. Entretanto, não há ainda um trabalho sistemático sobre uma conduta bastante típica de uma parte significativa da classe política brasileira: o fisiologismo, entendido como um comportamento de apoio ao governo, seja qual for a coloração ideológica de quem chefia o executivo. Adesismo e governismo podem ser entendidos como um sinônimo de fisiologismo, sendo esse tipo de ação política, o *tema* de nossa tese.

Políticos, jornalistas e acadêmicos fazem menções a “políticos fisiológicos”, “partidos fisiológicos”, “base de apoio” fisiológica e até “coalizões fisiológicas”, como diz Couto (1998). Aliás, nos últimos anos o termo parece ter caído inclusive em desuso. É mais comum falar-se em “centrão”, que seria uma espécie de expressão partidária do fisiologismo. Porém, não vamos analisar no presente trabalho as organizações dos partidos políticos que supostamente são fisiológicos. Nós pretendemos estudar os políticos fisiológicos em nossa pesquisa, ou mais precisamente, um estrato da classe dirigente brasileira, que é caracterizado pelo adesismo ao governo. A esse segmento, daremos o nome de *elite fisiológica*. Essa é a nossa categoria de análise, é a partir dela que buscaremos os sentidos que permitem a permanência no poder dos políticos fisiológicos. Desse modo, a nossa reflexão sociológica será estruturada em torno dessa categoria.

A definição de elite tomamos emprestada de Charles Wright Mills, que expôs na obra *A Elite do Poder*, o chamado método posicional. Para Mills, é possível identificar os membros da elite política através das posições que ocupam. Assim, os integrantes da elite política são aqueles que estão nos mais altos postos das grandes instituições da sociedade moderna. O Congresso Nacional, como os legislativos de qualquer regime democrático, são uma dessas instituições relevantes, pois concentra grande poder. Por isso, acreditamos ser possível encontrar a elite fisiológica nas duas câmaras do legislativo federal, entre deputados federais e senadores. Somente atuando no legislativo ela pode alinhar-se aos presidentes, governadores e prefeitos, independentemente do perfil ideológico dos chefes do executivo.

Como queremos entender as razões do comportamento da elite fisiológica, não há motivo para analisarmos as carreiras dos parlamentares de todos os partidos, já que muitos não atuam dessa maneira. Assim, como forma de selecionarmos os deputados federais e senadores que são fisiológicos, ao menos potencialmente, nós iremos pesquisar somente aqueles políticos que se elegeram para a Câmara Federal ou para o Senado, por organizações que se notabilizaram por apoiar todos, ou quase todos os governos federais desde a redemocratização, como os casos exemplares de MDB, o antigo PMDB, e PP, que é resultado da fusão de vários partidos, e já se chamou PPB<sup>1</sup>. Também incluiremos aqueles que conquistaram uma cadeira em uma das casas do Congresso Nacional por micro legendas, conhecidas também como legendas de aluguel, e que são chamadas pela literatura especializada em partidos políticos como Pequenos Partidos de Direita. Em geral, são instrumentalizadas para projetos essencialmente individuais e fisiológicos<sup>2</sup>, e não compõem os ministérios, porque elegem um número bastante reduzido de parlamentares. É preciso ressaltar, contudo, que nem todos os deputados federais e senadores filiados a essas agremiações, sejam elas grandes ou pequenas, podem ser considerados políticos fisiológicos<sup>3</sup>. Um congressista, por exemplo, pode construir uma carreira em uma organização classificada como fisiológica, e não aderir a qualquer governo. Estando filiado a uma organização fisiológica, ele pode ainda se destacar na oposição e somente apoiar presidentes mais próximos ao seu perfil ideológico. O contrário também é verdadeiro. Um parlamentar pode se filiar a um partido que não é fisiológico, quando este faz parte da base de sustentação de um governo, e saltar dele, quando esta legenda deixar o poder. Dessa maneira, quando selecionamos os partidos que classificamos como fisiológicos, estamos tentando fazer uma aproximação do grupo que temos como objeto de pesquisa.

Além disso, não será investigada a carreira de todo e qualquer parlamentar eleito por um partido fisiológico. Como sabemos, são comuns as trocas partidárias no Brasil, e muitos políticos desenvolvem uma carreira simplesmente errática em termos

---

<sup>1</sup> Não incluiremos também aqueles que assumiram como suplentes.

<sup>2</sup> Evidentemente não incluímos aqui pequenos partidos, como PSOL, PC do B, Cidadania e Novo que, a despeito das diferenças ideológicas entre eles, não se comportam fisiologicamente.

<sup>3</sup> É o caso por exemplo do MDB do Paraná, particularmente durante o governo FHC (1995-2003). O principal líder do partido no estado à época, Roberto Requião, era umas das principais figuras da oposição ao governo tucano no Senado. Outros casos são as seções gaúchas do MDB e do PP, que sempre tiveram perfil oposicionista em relação aos governos do PT, apesar desses partidos chefiarem ministérios nas gestões petistas.

partidários. Inclusive, antes da legislação que definiu uma janela para as trocas de legendas, eram comuns parlamentares migrarem de organização mais de uma vez durante o mandato. Isto posto, nós vamos considerar somente aqueles indivíduos que se elegeram aos menos três vezes para o Congresso Nacional<sup>4</sup>, entre 1990 e 2018, por partidos considerados fisiológicos. Adotamos esse procedimento, com o intuito de colocar em nosso universo de investigação unicamente aqueles que políticos que desenvolveram suas carreiras, ou parte delas, por organizações fisiológicas. Isso denota, em nosso entendimento, certa identificação com as práticas e métodos daqueles partidos. Sendo assim, o nosso *objeto de estudo* será a trajetória política dos 216 indivíduos selecionados para nossa pesquisa, que compõem o que acreditamos ser o núcleo da elite fisiológica. Nosso intuito em investigar esse objeto é responder a seguinte *pergunta /problema* que motiva nossa tese: *Como se constrói o adesismo – mesmo entre partidos ideologicamente distintos – no interior da elite política?*

Buscamos selecionar indivíduos que se elegeram desde o início do atual período democrático, porque acreditamos que o germe ao adesismo aos governos está na Ditadura Militar vigente no Brasil entre 1964 e 1985. Isso ocorreu porque durante esse período autoritário quatro processos se entrelaçaram: *a desmobilização da sociedade civil, a expansão material do aparelho estatal, a centralização política e a emergência de um sistema bipartidário*. As organizações da sociedade civil sofreram reiteradas intervenções do Estado, algo muito característico nos regimes ditatoriais, o que levou a sua desmobilização. Paralelamente, houve a imposição de um sistema bipartidário e ocorreu uma grande expansão do aparelho estatal, especialmente devido ao projeto desenvolvimentista dos militares. Combinam-se a esses dois processos, o fato dos militares terem mantido o legislativo aberto na maior parte do tempo, e realizado eleições periódicas para o Congresso Nacional. Mas, o parlamento federal teve seus poderes diminuídos, e a sua capacidade de formular políticas públicas e de bloquear as ações do executivo bastante limitadas. O legislativo como poder foi na prática anulado pelo Estado autoritário implantado após o Golpe de 1964.

---

<sup>4</sup> Vamos considerar três eleições ao todo, ou seja, para Câmara Federa e para o Senado, e não três eleições para cada uma dessas casas legislativas.

Assim, especialmente durante o bipartidarismo que contrapunha ARENA e MDB<sup>5</sup>, deputados federais e senadores que atuavam nas duas casas do Congresso Nacional tiveram que manter uma vida parlamentar, o que significa também buscar os votos dos eleitores, a partir de um legislativo enfraquecido, em um momento de refluxo da sociedade civil, enquanto ocorria uma forte centralização política e expansão do aparelho estatal. Acreditamos dessa maneira, que os políticos dos partidos de sustentação do Regime Militar, a ARENA, e depois do fim do bipartidarismo, o PDS<sup>6</sup>, tinham um acesso facilitado aos recursos governamentais, justamente por serem governistas, e nessa conjuntura político-institucional desenvolveram uma dependência dos recursos materiais e simbólicos do Estado para agir politicamente. Sendo assim, a *hipótese* que pretendemos defender na presente tese é a seguinte: *foram as instituições, políticas e o modo de funcionamento do Estado autoritário vigente no Brasil entre 1964 e 1985 que criaram a elite fisiológica.*

Para chegarmos a uma conclusão sobre a nossa hipótese, o *objetivo geral* de nossa tese é investigar quais as razões que levam uma parte da elite política brasileira a se comportar de maneira fisiológica, ou seja, a apoiar governos ideologicamente distintos. Esse objetivo geral se desdobra em 4 (quatro) *objetivos específicos*: (i) elaborar um levantamento das teorias de Estado, com a finalidade de compreendermos como as organizações e políticas do aparelho estatal interferem no conflito político; (ii) discutir os conceitos de instituições, socialização e path dependence, pois intencionamos entender como as instituições formais e informais moldam o comportamento dos indivíduos, o papel da socialização política tardia na formação dos valores políticos, e como as escolhas institucionais de um país afetam a sua trajetória; (iii) Produzir um estudo histórico sobre a legislação autoritária implementada a partir de 1964, para refletirmos sobre o processo de construção da Ditadura Militar; (iv) Desenvolver um estudo genealógico dos membros da elite fisiológica, com a meta de conhecermos as relações entre fisiologismo e nepotismo; (v); Fazer uma pesquisa sobre a carreira política dos parlamentares fisiológicos, com a intenção de apreendermos as características típicas do seu comportamento político.

---

<sup>5</sup> O MDB nasceu com esse nome, depois passou a se chamar PMDB, e voltou a ser MDB. Sendo assim, nós sempre vamos nos referir a essa organização como MDB, que é o seu nome atual.

<sup>6</sup> O PDS é a continuação da ARENA, com outro nome. Sendo assim nós vamos nos referir a essa organização, que na prática era a mesma, da seguinte forma: ARENA/PDS.

O que *justifica e motiva* a escolha desses objetivos e o desenvolvimento da própria tese, é o fato que já foram feitas análises de referência sobre o coronelismo, cujo o maior exemplo é o trabalho de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (2012). Também já foram produzidas obras sobre o exercício autoritário do poder em nível local, conhecido como mandonismo (QUEIROZ, 1976), e não podemos esquecer das pesquisas clássicas sobre o patrimonialismo, que legaram duas das maiores obras das ciências sociais brasileiras, *Casa Grande e Senzala* (2006), de Gilberto Freyre, e *Os Donos do Poder* (2012), de Raymundo Faoro. Há ainda investigações sobre o populismo (Weffort, 1978), autoritarismo (Schwartzman, 1985), tenentismo (Prestes, 2014), e tantos outros “ismos” que apareceram na política nacional e local. Mas há uma lacuna acerca do fisiologismo, que intencionamos preencher.

Entretanto, pretendemos fazer essa tarefa de forma diferente do que tem sido realizado pela moderna ciência política brasileira. Ela produziu a partir do final dos anos 1980 trabalhos referenciais para a compreensão da natureza do presidencialismo brasileiro (ABRANCHES, 1988), das relações entre executivo e legislativo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001) e da formação de coalizões de governo (AMORIM NETO; TAFNER, 2002; AMORIM NETO, 1994). Essa literatura é fundamental para a compreensão do funcionamento das instituições políticas brasileiras. Contudo, ela tende a considerar o fisiologismo como resultado da racionalidade estratégica dos atores políticos e dos incentivos criados pelas instituições eleitorais e políticas. O enfoque que apresentaremos é diferente. Acreditamos que o fisiologismo é uma forma de agir politicamente, uma cultura política. Ela remonta ao governismo da República Velha, que já foi descrito no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal. É através dessa cultura que a elite fisiológica interpreta as instituições e a ação dos outros atores políticos.

Como forma de pesquisarmos a fundo esse comportamento adesista nós vamos combinar 4 (quatro) métodos em nossa investigação. O primeiro é o *método bibliográfico*. Através do levantamento da literatura especializada sobre Estado, instituições, socialização política e *path dependence*, pretendemos conhecer as diferenças teóricas entre autores e correntes analíticas, bem como as conclusões e lacunas deixadas por suas obras. O conhecimento dessa literatura especializada será ainda de fundamental importância para a interpretação dos dados empíricos colhidos

pela nossa pesquisa. É através desse conjunto de obras que iremos analisar os fenômenos que estão subjacentes aos dados estatísticos e processos históricos.

O segundo é uma *análise documental*, onde pretendemos reconstituir a consolidação da Ditadura Militar (1964-1985), por meio do estudo de um conjunto de leis baixadas pelos dirigentes autoritários, especialmente entre 1964 e 1968. A pesquisa dessa legislação também será fundamental para o entendimento dos seus efeitos sobre a elite política no período autoritário, mas também na trajetória da nova democracia brasileira. A pesquisa sobre a estrutura e funcionamento do regime autoritário implementado a partir de 1964, possibilitará compreender o papel do Estado na gestação da elite fisiológica.

O terceiro método é o *genealógico*, que busca através da reconstituição das origens familiares dos líderes políticos, revelar a presença de um grupo pequeno de famílias em posições de poder ao longo do tempo, em países, regiões e cidades. A categoria elite visa somente aqueles indivíduos que ocupam postos de prestígio na atualidade, sendo insuficiente para a compreensão da permanência no poder de dirigentes políticos e suas famílias. Dessa maneira, ela precisa ser combinada com uma análise genealógica. Assim, o fisiologismo deve ser entendido como um elemento que direciona as famílias nas esferas de poder. É um eixo de conexão e manutenção do poder político. Desse modo, primeiramente faremos uma análise quantitativa, onde buscaremos encontrar quais parentes dos membros da elite fisiológica ingressaram na atividade política, o período histórico em que exerceram suas funções e quais cargos ocuparam. Depois, faremos um estudo de caráter qualitativo onde iremos reconstituir a genealogia familiar de José Sarney, Jader Barbalho, Renan Calheiros, Arthur Lira e Ricardo Barros, 05 (cinco) importantes e históricos líderes do centrão.

O quarto método é o das biografias coletivas, também conhecido como *prosopografia*. Ele visa compreender o sentido da ação política. Assim, esse método pretende revelar os interesses políticos mais profundos, e explicar o funcionamento das máquinas políticas e identificar aqueles indivíduos que manipulam controles (STONE, 2011). Nosso intento nesse caso é verificar informações mais gerais sobre os parlamentares, dados sobre o estado e região de origem, por exemplo. Também pretendemos analisar as características geográficas da base política de deputados federais e senadores. Outras informações que iremos averiguar são os cargos que

esses indivíduos ocuparam, eletivos ou não. Em relação aos partidos políticos, levantaremos em quais organizações se filiaram, e quantas trocas partidárias efetuaram em suas carreiras. Por fim, intencionamos conhecer os vínculos estabelecidos pelos políticos fisiológicos com a sociedade civil, as ligações com entidades como sindicatos patronais e de trabalhadores, associações de classe e movimentos sociais e políticos.

Utilizaremos como fontes para a nossa pesquisa livros e artigos científicos referencias nas áreas que abordam o Estado, instituições, socialização política e *path dependence*. Também vamos consultar leis, emendas à constituição e decretos como fontes, geralmente disponíveis no site da Casa Civil da Presidência da República. Para o levantamento sobre a trajetória genealógica e política dos parlamentares nós faremos uso de um conjunto de fontes: o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, o DHBB, da Fundação Getúlio Vargas, os dados disponíveis na Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado, o *PRODASEN*, os *Repertórios Biográficos*, que são fornecidos pela Câmara Federal, além de informações disponíveis em matérias e reportagens de sites jornalísticos. Também serão fartamente usados os dados eleitorais encontrados no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O DHBB, os Repertórios Biográficos, e as informações disponíveis no PRODASEN foram mobilizados através da análise da biografia individual dos parlamentares. Nessas fontes encontramos dados valiosos, como os cargos que ocuparam os membros da elite fisiológica e os partidos em que se filiaram. Entretanto, as informações sobre os familiares são escassas, pois nenhuma dessas bases de dados se concentra na questão genealógica. Como muitos dos políticos que estudamos pertencem à mesma família, nós tivemos que combinar as informações dos parentes que estavam dispersas nesses bancos para fazermos o nosso estudo genealógico. Porém, não há informações sobre vários dos parentes dessas lideranças nessas fontes, porque muitos deles não se elegeram para a Câmara Federal e o Senado. Assim, para fazermos o estudo qualitativo das genealogias, também recorreremos às matérias e reportagens disponíveis em sítios eletrônicos. Já o site do TSE, além de fornecer importantes estatísticas eleitorais, serviu como fonte complementar à análise genealógica.

Isto posto, vamos discorrer sobre a estrutura de nossa tese. Além dessa introdução, ela se dividirá em 5 capítulos, e a conclusão. O Capítulo 1, intitulado “*Teorias do Estado*” apresenta uma investigação bibliográfica sobre as principais teorias do Estado. Trouxemos para essa seção de nossa investigação os principais autores que versaram sobre esse clássico e complexo tema das ciências sociais. Nos inspiramos na distinção feita por Przeworsky (1995), e dividimos esses importantes autores e suas obras em *Teorias da Autonomia Relativa do Estado*, de inspiração marxista, e *Teorias Centradas no Estado*, que pertencem à tradição weberiana. Buscamos nessas duas vertentes teóricas compreender como o Estado, através de suas instituições e políticas, interfere nos grupos de interesse que lutam pelo poder na sociedade.

No Capítulo 2, que se chama “*Instituições, Socialização Política e Path Dependence*” também apresenta um estudo bibliográfico sobre os três conceitos que dão nome a essa seção de nossa pesquisa. O conceito de instituições é largamente debatido no interior das ciências sociais. São inúmeras as contribuições relevantes da antropologia, sociologia, ciência política e economia. Nós procuramos enfatizar as dimensões formais e informais das instituições. A primeira, considera que instituições são regras escritas, com constituições, e regulamentos. A segunda, que se origina na sociologia, considera que instituições e cultura são sinônimas (HALL; TAYLOR, 2003). Além de articularmos essas duas noções, foi essencial para a compreensão dos fenômenos apresentados em nosso trabalho o conceito de instituições de Stinchombe (1968). Ele definia instituições como uma estrutura, onde estão concentrados indivíduos com poder, que estão comprometidos com alguns interesses e valores, e incentivam eles a partir de suas posições. O outro tema debatido nesse capítulo foi a socialização política. Ao discorrermos sobre ele, buscamos entender o processo de absorção de valores políticos pelas pessoas. Ele pode inclusive ocorrer tardiamente, já na vida adulta dos indivíduos (VERBA; ALMOND, 1989; OPPO, 1998). Por fim, buscamos discutir o conceito de *path dependence* ou dependência da trajetória. Nossa finalidade foi entender os efeitos das grandes mudanças históricas nos destinos das nações. Segundo esse conceito, grandes rupturas institucionais provocadas por revoluções sociais, golpes de Estado ou governos que ficam muito tempo no poder, têm a capacidade definir a trajetória de um país por um longo período. Dessa maneira, procuramos articular as definições de instituições, socialização

política e *path dependence*, para compreendermos os mecanismos que criaram a elite fisiológica durante a Ditadura Militar, bem como as consequências históricas do regime autoritário.

Por sua vez, no capítulo 3 de nosso trabalho, intitulado “*O Estado Autoritário e a Gramática Autoritária*” combinamos uma discussão teórica sobre o autoritarismo que emergiu na América Latina a partir da década de 60 do século XX, com um estudo histórico sobre a construção da ordem autoritária no Brasil. A partir da análise da legislação implementada pelos militares no poder, especialmente entre 1964 e 1968, e de informações sobre a concentração de tributos no governo central e criação de agências e empresas estatais, identificamos 4 gramáticas que orientavam o funcionamento da ditadura militar: *centralização política, expansão material do aparelho estatal, bipartidarismo e desmobilização da sociedade civil*. Essa gramática autoritária, que compreendia o modo de funcionamento do regime ditatorial, foi essencial para a gestação da elite fisiológica.

Já no capítulo 4, que se chama “*Elite fisiológica e nepotismo*” analisamos a genealogia dos membros do conjunto de indivíduos que temos por objeto. Em um primeiro momento, apresentamos uma pesquisa quantitativa sobre os parentes dos líderes fisiológicos que ocupam ou já ocuparam cargos públicos, eletivos ou não, nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal). Depois, como maneira de investigarmos as relações entre nepotismo e fisiologismo, desenvolvemos um estudo qualitativo acerca da genealogia de 05 (cinco) líderes do centrão: *José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Ricardo Barros e Arthur Lira*. Essas análises foram acompanhadas de duas discussões teóricas: uma sobre a noção sociológica de nepotismo e outra sobre o conceito de capital simbólico, uma das principais contribuições da obra de Pierre Bourdieu.

No capítulo 5, cujo título é “*O Perfil Político da Elite Fisiológica*” há um estudo sobre a carreira política daqueles que compõem a elite fisiológica. Depois de apresentarmos o conceito de elite do poder do sociólogo norte-americano Charles W. Mills, que utilizamos como base para o nosso trabalho, apresentamos um conjunto de dados sobre a trajetória política das lideranças fisiológicas. São informações acerca da base política dos parlamentares, em sua dimensão geográfica, os partidos em que se filiaram, o período histórico da primeira experiência política e os vínculos que

estabeleceram com a sociedade civil. Depois, tendo como referencial o institucionalismo histórico, procuramos explicar como algumas instituições políticas, especialmente algumas regras eleitorais, favoreceram a ação política da elite fisiológica durante a Nova República. Ao final, na conclusão, faremos uma reconstituição histórica da trajetória da elite fisiológica, de sua origem na ARENA/PDS durante o Regime Militar, até a constituição de uma ampla base de apoio nos grandes municípios brasileiros.

## 1 TEORIAS DO ESTADO

Poucos objetos despertaram o interesse, e foram motivo de tantos debates e divergências na sociologia política e na ciência política como o Estado. Análises teóricas e acerca da formação, crescimento e diversidade dos aparelhos estatais foram desenvolvidas por importantes estudiosos, que resultaram em obras de relevo para as ciências sociais.

Essas contribuições abordaram o Estado sobre vários prismas. Desde aquelas de cunho histórico, que analisaram as origens do Estado Moderno, suas transformações e fortalecimento, como *O Processo Civilizador: a formação do Estado e Civilização (1990)*, de Norbert Elias, *Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992 (1996)* de Charles Tilly, *Estado Nação e Violência (2008)*, de Anthony Giddens e *Linhagens do Estado Absolutista (1985)* de Perry Anderson. Tivemos ainda as investigações que buscaram compreender as revoluções como um processo incentivado pelas políticas do Estado, e como uma luta contra o próprio aparelho estatal. O maior exemplo desse tipo de pesquisa está exposto no livro *Estado e Revoluções Sociais: análise comparativa da França, Rússia e China (1985)*, de Theda Skocpol.

Há também duas tradições de análise teórica, que se iniciam com Karl Marx e Max Weber. A primeira, considera que o Estado no capitalismo é um instrumento da classe dominante, usado para aprofundar e garantir a dominação de classes. Entretanto, em certas condições específicas, o aparelho estatal pode adquirir uma certa autonomia em relação à classe dominante e agir contra alguns interesses desta, ao mesmo tempo que garante os objetivos mais gerais da burguesia, que é permitir a

exploração do trabalho. A segunda tradição prefere abordar o Estado a partir do seu meio específico, que é coação ou força física. Esse é o fundamento do domínio que ele exerce sobre a sociedade. Essas duas tradições foram desenvolvidas pelas ciências sociais no século XX. Os marxistas aprofundaram as discussões acerca da autonomia relativa do Estado. Em resposta, um conjunto de acadêmicos, inspirados pela perspectiva weberiana, atribuiu maior peso ao Estado *vis a vis* às classes e grupos sociais. Tais divergências, contudo, não impediram que os intelectuais filiados às duas tradições articulassem conceitos marxistas e weberianos em suas obras.

Como nossa tese pretende demonstrar que a formação da elite fisiológica é um resultado da configuração do Estado Unionista-Autoritário (ABRÚCIO, 1998) construído a partir 1964, nós vamos expor algumas das principais contribuições teóricas sobre o tema Estado. Nosso principal intento com essa exposição não é somente desenvolver uma revisão da literatura, mas apontar quais serão os referenciais teóricos que servirão de baliza para o desenvolvimento de nossa tese. Sendo assim, partindo da divisão que apresentamos no parágrafo anterior, nossa exposição sobre as teorias do Estado será organizada em torno de dois grandes eixos: as *Teorias da Autonomia Relativa do Estado* e as *Teorias Centradas do Estado*<sup>7</sup>.

Iniciaremos nossa revisão com as Teorias da Autonomia do Estado, mais especificamente pelos clássicos do marxismo, Karl Marx e Friedrich Engels, mas também abordaremos os aportes teóricos de outros dois importantes pensadores da tradição marxista, Vladimir Lenin e Antônio Gramsci. Os primeiros, foram os pioneiros na afirmação que o Estado está enraizado nas condições materiais da sociedade, e por isso seria um instrumento usado pela burguesia para sancionar, manter e até ampliar a exploração de classe. Essa visão que articula materialismo e instrumentalismo também foi seguida e aprofundada por Lenin. Entretanto, em períodos de crise, o Estado poderia assumir certa autonomia em relação à burguesia, conforme foi defendido por Marx no *Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*. Já Gramsci tentará inovar, ao defender que Estado e sociedade civil não estão separados, mas haveria uma certa confusão entre eles. Afirmará também que o

---

<sup>7</sup> Foi Nicos Poulantzas (1977) quem cunhou a expressão autonomia relativa do Estado. Adam Przeworski (1995) classificou uma série de trabalhos como teorias centradas no Estado. Contudo, Theda Skocpol (1979) defendeu antes a necessidade de uma abordagem centrada no Estado.

Estado pretende criar um consentimento organizado na sociedade, ressaltando assim o papel do aparelho estatal na dominação de classe.

Depois das contribuições de Gramsci, o Estado como objeto de estudo ficou muito tempo sem chamar a atenção dos marxistas. O interesse voltaria somente a partir do final dos anos 50. Desse momento em diante, a teoria do Estado no interior daquilo que se convencionou chamar de neomarxismo irá experimentar um grande avanço. Na França surge uma concepção *estruturalista* do aparelho estatal, que terá como principais teóricos Louis Althusser e Nicos Poulantzas. O primeiro, irá desenvolver a concepção de aparelhos ideológicos do Estado, dando continuidade à tradição iniciada por Gramsci de enfatizar o papel das superestruturas jurídica, política e cultural na construção do domínio burguês. Já Poulantzas ressaltará a função política do Estado em relação à luta de classes. Além disso, em um primeiro momento, ele irá desenvolver a ideia do Estado como um elemento de coesão, que é fruto de uma necessidade de auto organização das sociedades. Posteriormente, o autor fará uma remodelação de sua concepção do aparelho estatal, considerando este agora como uma condensação material de relações sociais de força.

Divergindo das teses estruturalistas e funcionalistas, Ralph Miliband seguirá um outro caminho, procurando unir *Marxismo e Teoria das Elites*. Para ele, os indivíduos que dirigem o Estado, que ele chama de elite estatal, são recrutados em sua maioria nas classes média e alta, o que acarretaria na proximidade entre os dirigentes do Estado e o poder econômico privado. Em consequência disso, os membros dessa elite estatal se transformariam em verdadeiros agentes da classe dominante. Se o perfil das lideranças do Estado, e anteriormente, as relações entre as estruturas sociais e o aparelho estatal tinham dominado os esforços dos intelectuais marxistas, os variados formatos da organização interna do Estado no capitalismo não tinham sido abordados dentro do marxismo de forma sistemática por nenhum teórico. Quem fará isso pioneiramente é Goran Therborn.

Para este autor, o Estado Moderno capitalista desenvolveu variadas formas de organizar a dominação de classe, ao que Therborn classificou como Tecnologias Políticas. Elas exercem ainda influência sobre aqueles indivíduos que são organizados por essas diferentes tecnologias. Porém, se marxistas como o Therborn consideravam a burocracia estatal como uma espécie de agente da dominação,

mesmo considerando que o Estado possui uma autonomia relativa em relação às classes sociais, Max Weber irá abordar o aparelho estatal de forma totalmente inversa àquela desenvolvida pelo marxismo.

Weber é pioneiro das teorias centradas no Estado. A novidade trazida por ele está em compreender o Estado como um domínio institucional e organizacional, que exerce poder sobre um território específico. A esse domínio Weber deu o nome de dominação racional legal. Nessa óptica, o aparelho estatal não seria um instrumento usado pela burguesia para explorar trabalhadores e camponeses, muito menos um aparelho condicionado pela estrutura social e pela luta de classes. É o próprio Estado que exerce uma dominação sobre a sociedade, por intermédio dos seus funcionários, que estão de várias formas investidos pelo seu poder.

Seguindo a trilha iniciada por Max Weber, importantes autores irão desenvolver estudos onde o Estado é visto como uma estrutura que possui autonomia em relação às classes sociais. Para esses intelectuais, isso pode ser verificado no fato do aparelho estatal tomar decisões que contrariam os interesses da burguesia, e beneficiam os trabalhadores, com o objetivo de perseguir determinados objetivos que são específicos do Estado. Uma das autoras mais representativas dessa tendência é Theda Skocpol. Para ela, o Estado é um ator que interfere de modo significativo no conflito social. Skocpol entenderá o aparelho estatal como uma macroestrutura, cujas ações podem estimular e capacitar certos grupos para a ação política. Essa autora será muito influenciada pela obra do historiador alemão Otto Hintze. Ele defenderá que o Estado tem o potencial de criar objetivos, hábitos, necessidades e visões e de criar em seus líderes disposições a favor de certos tipos de constituição. Já Michael Mann, irá combinar as teses organizacionais e elitista, ao considerar o aparelho estatal como uma organização social e espacial diferenciada, que tem uma elite como protagonista. Para ele, claramente influenciado por Max Weber, o Estado exerce uma dominação despótica sobre a sociedade, em um território delimitado. Dentro desse grupo de pensadores que advogam pela centralidade do aparelho estatal, podemos incluir Raymundo Faoro. Em seu clássico, *Os Donos do Poder (2012)*, ele defendeu que um estrato social que atuava dentro do Estado, o estamento burocrático, teve um papel vital na formação da sociedade brasileira.

As Teorias da Autonomia Relativa e das Teorias Centradas no Estado e os principais autores filiados a elas serão analisadas de forma mais detalhada abaixo. Como sabemos, o número de contribuições importantes para a compreensão do tema Estado é bastante largo, mas acreditamos que os autores selecionados para a nossa revisão são bastante representativos, e proporcionarão enorme ganho para o desenvolvimento dessa tese.

### 1.1 Teorias da Autonomia Relativa do Estado

Dentre os inúmeros temas políticos que foram analisados a partir de abordagens calcadas no materialismo histórico, o Estado foi um dos que mais ganhou atenção dos intelectuais filiados à tradição marxista. É nos chamados clássicos do marxismo, que são os próprios Marx e Engels, e também no pensamento de Lenin, que podemos encontrar as primeiras manifestações dos teóricos do marxismo sobre o Estado. Tais perspectivas podem ser divididas em duas: uma concepção *instrumentalista* do Estado, e uma segunda, que não rejeita a primeira, mas afirma que o Estado possui mais autonomia em relação às classes sociais em determinadas situações. Essa visão, que chamarei de *autonomista*<sup>8</sup>, foi também desenvolvida por Gramsci.

Na primeira concepção, o Estado é visto como resultado do estágio de desenvolvimento das relações de produção, pois Marx considerava as condições materiais de uma sociedade como a base de sua estrutura social e da consciência humana. Desse modo, a forma Estado emerge das relações de produção, não do desenvolvimento geral das mentes ou das vontades humanas. Sendo assim, não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado (CARNOY, 1988).

Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (2019), Engels afirma que o Estado não é um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É um sinal de que uma determinada sociedade se emaranhou em

---

<sup>8</sup> Essa divisão que propomos aqui refere-se somente às obras de Marx, Engels e Lenin. Como veremos adiante, com o posterior desenvolvimento da teoria marxista, surgiram novas perspectivas sobre o aparelho de Estado no seio do marxismo.

uma irremediável contradição com ela própria, e que está dividida por antagonismos sem conciliação. Mas, para que essas classes com interesses econômicos conflitantes não se destruam a si mesmas e à própria sociedade, faz-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o conflito entre elas e a mantê-lo dentro da ordem. Para Engels (2019) este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, é o Estado.<sup>9</sup>

É por isso que Marx argumenta, no prefácio à *Contribuição da Crítica da Economia Política (1974)*, que as relações jurídicas, tais como as formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do chamado espírito humano, mas pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, aquilo que foi chamado por Hegel de sociedade civil. Marx afirma na *Ideologia Alemã (2007)*, que na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas. A totalidade destas relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade, base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e que correspondem a formas sociais determinadas de consciência. Dessa maneira, para Marx, é o modo de produção da vida material que condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual.

Engels (2019), na mesma obra citada acima, argumenta que o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo de classe e ao mesmo tempo, surgiu em meio ao conflito delas. É por isso que em geral, ele é da classe mais poderosa, economicamente mais dominante e que, por intermédio do aparelho estatal, se converte em classe politicamente dominante e adquire ainda mais meios para a repressão e exploração da classe oprimida.

Nessa última constatação de Engels, vemos uma manifestação típica da ideia marxista do Estado como instrumento de dominação de classe. Marx e Engels inauguram essa perspectiva *instrumental* do Estado no próprio *Manifesto Comunista*

---

<sup>9</sup> Nessa obra, Engels define as três características básicas do Estado em sua ótica. Segundo o autor, o Estado se caracteriza em primeiro lugar, pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial. Em segundo, pela instituição de uma força pública, que já não se identifica com o povo armado. Terceiro: para sustentar essa força pública, são exigidas contribuições dos cidadãos e o Estado pode ainda contrair dívidas.

(2002). Ao analisarem o desenvolvimento histórico da burguesia, eles constatarem que ela ampliou o seu poder político gradualmente. Com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. Desse modo, ela transformou o poder político do Estado, em um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa. Segundo Lenin, para Marx, o aparelho estatal é um órgão de domínio de classe, de submissão de uma classe por outra. É a criação de uma ordem que legalize e consolide essa missão, amortecendo o conflito entre classes.

Essa concepção instrumental é bem resumida por Lenin (2019, p. 352-354):

Mas, quando surge e se afiança esta divisão da sociedade em classes, quando surge a sociedade de classes, também surge e se afiança o Estado. A história da humanidade conhece dezenas e centenas de países que tenham passado ou estão a passar na atualidade pela escravatura, o feudalismo e o capitalismo. Em cada um deles, apesar de todas as vicissitudes políticas e de todas as revoluções relacionadas com este desenvolvimento da humanidade e com a transição da escravatura para o capitalismo, passando pelo feudalismo e até chegar a atual luta mundial contra o capitalismo, vocês perceberão sempre o surgimento do Estado [...] O Estado é uma máquina para que uma classe reprima a outra, uma máquina para a sustentação de uma classe por outras classes subordinadas.

Mas essa visão instrumental não foi a única desenvolvida pela tradição marxista. Marx apresentou uma outra interpretação acerca do Estado nas sociedades capitalistas nas chamadas obras históricas, que são, entre outras: *A Burguesia e a Contra Revolução*, *As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850* e especialmente, *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*. Ele expõe nesses livros a teoria segundo a qual o Estado pode adquirir em tempos excepcionais mais autonomia em relação às classes dominantes.

Em *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte* (1974), Marx analisou os acontecimentos ocorridos na França entre fevereiro de 1848 e dezembro de 1851. O autor constatou em seu estudo, que Bonaparte considerava que fazia parte de sua missão salvaguardar a ordem burguesa como um todo, não os interesses de um segmento específico dessa classe. Desse modo, a autoridade executiva do presidente e futuro imperador francês tornara-se independente, e o Estado pareceu tornar-se completamente autônomo frente à sociedade civil. Porém, o Estado não estava suspenso no ar, pois Bonaparte era apoiado pela classe numericamente mais numerosa da sociedade francesa de meados do século XIX, os camponeses. Assim,

como afirma Marx em *As Lutas de Classes na França de 1858-1850* (2012), as diversas facções da burguesia se reuniram entre si e com Bonaparte.

Em suas chamadas obras históricas, Marx argumenta que há exemplos históricos quando nenhuma classe tem poder suficiente para governar através do aparelho estatal. Como afirma Carnoy (1988), nesses momentos é o próprio Estado, mais especificamente o seu ramo executivo, que domina. Assim, o Estado bonapartista surgiu num período excepcional e se constituiu numa exceção à forma normal do Estado burguês. Tais períodos são caracterizados pelo equilíbrio das classes em luta, de tal forma que o poder estatal, como mediador entre elas, adquire uma certa autonomia frente às mesmas. Mesmo nesse caso, entretanto, esse aparelho serve aos interesses da classe capitalista.

Ainda segundo Carnoy (1988) nessas situações, o Estado usa a capacidade acumulativa da classe para seus próprios objetivos, porém não altera as relações de produção, deixando assim o controle básico da economia em mãos burguesas. O Estado bonapartista não se colocou contra as forças sócio-econômicas dominantes da sociedade civil, ao contrário, teve que ser aceito por elas, ou por um bloco delas, para manter-se no poder. Na verdade, o Estado autônomo não muda a configuração do poder econômico, e depende da burguesia dominante para a acumulação de capital, para os impostos e para a própria expansão militar.

Na mesma linha, Saes (1998) argumenta que Marx enxergava uma conformidade da ação política da burocracia de Estado com o objetivo político geral expresso de todas as classes exploradoras, que é a manutenção da ordem social, ou seja, da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho. Ele compreendia o aparelho estatal a partir de suas funções reprodutivas. A autonomia que ele adquire em determinadas situações não faz dele uma força social autônoma ou descolada da sociedade (CARNOY, 1988)

É verdade que, dentro desses limites impostos pelo interesse político das classes exploradoras, a margem de iniciativa política da burocracia de Estado, civil e militar, é grande (SAES, 1998). Segundo Codato e Perissinotto (2001), nas obras históricas de Marx, é possível perceber o Estado como uma instituição dotada de recursos organizacionais próprios, que conferem capacidade de iniciativa e decisão a ele.

Assim, o Estado é entendido como uma instituição subdividida em inúmeros aparelhos, capaz de tomar decisões, de alocar recursos e que muitas vezes estabelece uma relação conflituosa com as forças sociais (CODATO; PERISSINOTTO, 2001). Ele pode inclusive ferir através de sua ação os interesses econômicos das classes exploradoras, caso isso seja necessário para a manutenção da ordem social. Apesar disso, Marx enxerga a burocracia como um instrumento político a serviço das classes dominantes, embora disponha de alguma margem de iniciativa e de alguma capacidade decisória (SAES, 1998)

O *Dezoito de Brumário*, e também em outros estudos históricos, trazem uma novidade teórica em relação ao *Manifesto Comunista* e à *Contribuição da Crítica da Economia Política*. De acordo com Codato e Perissinotto (2001) nas obras em que Marx analisou conjunturas específicas, ele enfatizou a diferença entre a classe ou fração de classe economicamente dominante e a classe ou fração politicamente dominante. É por isso que o autor estabelecia uma diferença entre poder real e nominal. Uma classe ou fração de classe pode possuir o comando do Estado, isto é, o governo propriamente dito, sem, contudo, constituir-se em classe dominante.

O predomínio político de uma dada fração de classe numa conjuntura histórica específica passa, em grande parte, pela sua capacidade de controlar ou influenciar o ramo do aparelho de Estado que concentra o poder real. Esse poder reúne uma quantidade de recursos, como orçamento, administração e capacidade de repressão, que conferem ao ramo em que estão concentrados o poder de tomar decisões, e à classe instalada nesse ramo, as rédeas da administração (CODATO; PERISSINOTTO, 2001).

Depois das contribuições iniciais de Marx, Engels e Lenin, o debate sobre o Estado na sociedade capitalista continuou na tradição marxista no pensamento de Antônio Gramsci. Esse autor se destaca por ter ressaltado o papel das superestruturas jurídica, política e cultural no processo de construção da dominação de classe<sup>10</sup>. Sua ideia de aparelhos de hegemonia exercerá grande influência na retomada das

---

<sup>10</sup> Segundo Althusser (1985), que foi muito influenciado por Gramsci, Marx concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída por dois níveis ou instâncias articuladas: a infraestrutura, ou base econômica, que também pode ser chamada de unidade das forças produtivas e relações de produção, e a superestrutura, que envolve o nível jurídico-político, que compreende o direito e o Estado, e a instância ideológica, que reúne as várias ideologias, além da religião e da moral.

abordagens do Estado por pensadores marxistas nos anos 50 e 60. Um deles foi Louis Althusser, cuja noção de aparelhos ideológicos de Estado é inspirada na teoria gramsciana.

Segundo Gramsci (1980), uma das funções mais importantes do Estado seria moldar a massa da população para as necessidades do desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. Para o filósofo sardo, a escola e a justiça seriam as atividades estatais mais importantes. A primeira, seria uma função positiva e a segunda uma responsabilidade repressiva e negativa do Estado. Além disso, afirmava que predominavam uma multiplicidade de iniciativas e atividades privadas que formariam o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes.

Para exemplificar essa gama de atividades particulares, Gramsci faz uso do conceito de sociedade civil de Hegel. Esse filósofo alemão descreve sociedade civil como um conjunto de associações e partidos, que formam a trama privada do Estado. Gramsci afirma que o governo exerce poder com o consentimento dos governados, porém, esse consentimento é organizado. O Estado tem e pede o consenso, utilizando justamente as associações e partidos, a trama privada, que, todavia, são resultado da iniciativa particular das classes dirigentes.

Na perspectiva gramsciana, a direção do desenvolvimento histórico pertence às forças privadas, isso quer dizer, à sociedade civil, que também é o próprio Estado. Assim haveria uma confusão entre sociedade civil e sociedade política. Logo Gramsci soma elementos comuns da sociedade civil à noção geral de Estado. Disso resulta a famosa fórmula do pensador italiano, para o qual o Estado é igual a soma da sociedade política mais sociedade civil, em síntese, hegemonia revestida de coerção.

Como salienta Buci-Glucksmann (1980) a teoria de Gramsci coloca ao lado do Estado em sentido estrito, uma ideia de Estado em sentido amplo, ou de Estado Integral, como chamava o próprio filósofo sardo. Essa noção pressupõe a tomada do conjunto de meios da direção intelectual e moral da sociedade por uma classe. Será dessa maneira que ela realizará sua hegemonia, ainda que ao preço de compromissos para manter o seu poder. De acordo com Buci-Glucksmann, Gramsci efetuará uma

ampliação da ideia de Estado, através da incorporação do aparelho de hegemonia àquele conceito<sup>11</sup>.

Essa noção de aparelho de hegemonia qualifica e precisa o próprio conceito de hegemonia, que passa a ser compreendida como a direção política e cultural que as classes dominantes exercem nas sociedades capitalistas. Esses aparelhos de hegemonia seriam um complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes, entre eles os próprios intelectuais (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

As contribuições de Gramsci serão as últimas relevantes no interior do marxismo na primeira metade do século XX acerca do Estado. Depois das análises gramscianas, apenas a partir da segunda metade dos anos 50 o interesse pelo objeto Estado ganhou novo fôlego entre os marxistas. Os motivos por tal reavivamento são elencados por Carnoy (1988, p. 63):

Desde o final da década de 50, o Estado se tornou um tema central da pesquisa marxista, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Não é difícil explicar por quê. Além dos argumentos explicados na introdução a esse trabalho – o sempre crescente envolvimento social e econômico do governo nas economias modernas e industriais, incluindo democracias capitalistas ocidentais, um envolvimento que permeia os serviços sociais, o emprego, os meios de comunicação e mesmo a própria produção – para os marxistas ocidentais, a segunda metade dos anos 50 marcou o fim do stalinismo e o início do fim da guerra fria. Esse degelo presenciou o começo de um período no qual os partidos comunistas ocidentais desabrocharam intelectualmente e puderam mostrar independência frente à União Soviética, enquanto uma aberta repressão antimarxista se afrouxava nos EUA.

No bojo do renovado interesse sobre o Estado pelos marxistas, apareceram na França dos anos 60 importantes obras que buscavam aliar estruturalismo, funcionalismo e marxismo na abordagem do aparelho estatal. Os dois maiores expoentes dessa nova perspectiva foram Louis Althusser e Nicos Poulantzas, cujos trabalhos legaram uma nova teoria marxista do Estado.

Em comum os trabalhos desses autores procuraram mostrar que o Estado é uma estrutura existente em todas as sociedades, e que possui um conjunto de funções, sendo a principal delas a coesão social, pois é ele que mantém unido os diversos níveis de uma formação social, nos dizeres de Poulantzas. O aparelho estatal

---

<sup>11</sup> O Estado não seria somente construído pelos aparelhos de coerção (exército, polícia, administração e tribunais), mas também pelos aparelhos de hegemonia que são os culturais, políticos e econômicos.

ainda produz efeitos ideológicos sobre as sociedades, o que contribui para a reprodução da dominação de classe. Os dois afirmam também que o Estado atua na organização da classe dominante ao defender os seus interesses mais gerais. A seguir analisaremos as principais contribuições desses autores para a compreensão do Estado.

Louis Althusser foi muito influenciado pela teoria gramsciana em sua obra. Ele procurou aprofundar a análise sobre o papel da superestrutura na dominação de classe, desenvolvida pelo pensador sardo. O Estado compreenderia na visão do autor francês, as instituições que compõem o aparelho repressivo e, ampliando o conceito de Estado como Gramsci, as instituições que constituem os aparelhos ideológicos de Estado.

O aparelho repressivo do Estado reúne, segundo Althusser (1985) os seguintes elementos: o governo, a administração, a polícia, os tribunais, as prisões. Essa parte do Estado funciona no limite através da violência, mas também por meio da chamada repressão administrativa, que pode revestir-se de formas físicas, mas podem aparecer como sanções, multas, seleções entre outras medidas.

Para o autor, a parte repressiva do Estado é centralizada e de domínio público. Apesar dela funcionar predominantemente através da violência, ela opera secundariamente através da ideologia. Um exemplo apresentado por Althusser são as polícias e os exércitos, que funcionam também através da ideologia para garantir sua coesão, disciplina e reprodução.

Contudo, diferentemente do setor repressivo, os aparelhos ideológicos, como o plural já indica, são para Althusser (1985) um certo número de realidades que se apresentam sob a forma de instituições distintas e especializadas. O autor lista os seguintes aparelhos ideológicos de Estado: religião, escola, família, política (sistema político e partidos), sindicatos, informação (a imprensa, o rádio, a televisão) e cultural (letras, belas artes, esportes). O filósofo francês considera ainda que esses aparelhos não funcionam somente através da ideologia, de forma secundária também são repressivos, já que a escola e as igrejas, por exemplo, moldam os indivíduos por métodos próprios de sanções, seleções e exclusões. Eles são em grande parte privados e múltiplos, porém não são unificados, como o aparelho repressivo.

O elemento que unifica esses aparelhos ideológicos de Estado é a ideologia da classe dominante. Como afirma Althusser (1985) a burguesia não pode controlar de forma duradoura o poder de Estado, sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia nos aparelhos ideológicos. O papel do aparelho repressivo de Estado consiste em garantir pela força física as condições políticas para a reprodução das relações de produção, e nos aparelhos ideológicos de Estado se desenvolve o papel da ideologia dominante.

O papel da ideologia na construção de uma hegemonia de classe face às outras, e a compreensão do Estado como uma estrutura que desempenha funções específicas, marca também a influente obra do pensador franco-grego Nicos Poulantzas. Esse destacado representante da ciência política marxista desenvolveu uma importante análise sobre o Estado e os efeitos ideológicos de suas instituições. Porém, como veremos adiante, suas reflexões teóricas sobre esse objeto passaram por modificações ao longo de suas principais obras. Em nossa análise das Teorias do Estado, selecionamos dois proeminentes livros do autor: *Poder Político e Classes Sociais* e *O Estado, O Poder, O Socialismo*.

Poulantzas argumenta em *Poder Político e Classes Sociais* (1977), que as sociedades possuem estruturas de vários níveis, que são defasadas por um desenvolvimento desigual. O Estado, assim, teria a função de ser o fator de coesão desses níveis. Segundo o próprio autor, ao fazer essa assertiva sobre o aparelho estatal, ele estaria seguindo a tradição marxista, que também concebeu o Estado como fator de ordem e princípio de organização.

Para além dessa função de coesão, Poulantzas (1977) afirma que o Estado também seria uma estrutura onde se condensam as contradições entre os diversos níveis de uma formação social. A análise do Estado permite compreender a unidade e a articulação das estruturas de uma formação social, já que ela é caracterizada pela superposição de diversos modos de produção. A eficácia do Estado estaria justamente na função social de coesão, de proporcionar unidade a uma formação social. Essa articulação entre Estado e formação social, corresponde também ao fato do Estado ser um elemento de ordem política global e organização, pois ele evita a implosão do conflito político.

O autor também retorna às obras históricas de Marx e Engels, e às considerações desenvolvidas pelo último em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, para refletir sobre o que ele nomeia de autonomia relativa do Estado. Poulantzas (1977) compreende essa situação como aquela em que o aparelho estatal torna-se mais autônomo em relação às classes sociais, como uma forma específica do Estado capitalista.

A autonomia relativa do Estado não seria a relação de suas estruturas com as relações de produção, mas sim a relação do Estado com o campo de luta de classes, particularmente sua autonomia em relação às classes e frações de classe que compõem o bloco no poder. Para exemplificar essa ideia, Poulantzas (1977) utiliza as análises de Marx e Engels acerca do bonapartismo. Os clássicos do marxismo teriam compreendido esse fenômeno político como resultado da autonomia relativa do Estado diante das classes e frações de classe. Porém, ele irá ampliar o entendimento dessa importante ideia da teoria política marxista.

Poulantzas (1977) argumenta que o Estado nunca é um árbitro neutro, a não ser pelo seu papel de coesão e de manutenção das estruturas de uma determinada formação social. Ele defende que a autonomia relativa do Estado decorre principalmente de sua função política em relação às classes sociais. Essa função possui duas dimensões: o Estado é um fator de organização política das classes dominantes, que são incapazes de construir sua hegemonia em razão do isolamento provocado pelas relações sociais e econômicas. Ele também atua como um desorganizador político da classe operária, através da imposição de obstáculos à organização da classe trabalhadora em partido político autônomo. O aparelho estatal age isolando o operariado, ao apresentar-se como representante da unidade política do Povo- Nação. Isso também contribui para fortalecer a autonomia relativa do Estado em relação às classes dominantes.

Em outra obra, *O Estado, O Poder, O Socialismo (2000)*, Poulantzas reconsidera algumas noções desenvolvidas em *Poder Político e Classes Sociais*, e avança em sua concepção de Estado, atribuindo ao aparelho estatal uma nova dimensão. Agora o autor destaca o que ele intitula de papel positivo do Estado, que não se limitaria somente à repressão e ideologia.

Ele afirma que uma ideologia não consiste somente num sistema de ideias ou representações. Ela compreende também uma série de práticas materiais que se estendem aos hábitos, costumes e modos dos agentes. Ela molda como cimento um conjunto de práticas políticas e econômicas. Dessa maneira as relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade e de posse na divisão social do trabalho. Concordando com Althusser, o autor conclui que o Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político de classe usando exclusivamente a repressão.

Entretanto Poulantzas (2000) coloca ressalvas na teoria althusseriana, que divide o Estado entre aparelhos repressivos e ideológicos. Essa tese se basearia na existência de um Estado que somente agiria pela repressão ou ideologia. É a partir dessa crítica que o autor destaca o papel positivo do Estado. O aparelho estatal em sua visão cria, transforma e realiza. Ele age no equilíbrio instável do compromisso entre classes dominantes e dominadas, e assim trabalha para manter a hegemonia das classes dominantes. Portanto, o papel positivo do Estado refere-se a sua função como organizador das próprias classes dominantes. O aparelho estatal também diz, formula, e declara as táticas de reprodução da classe dominante.

Consequentemente, ao desenvolver a concepção do papel positivo do aparelho estatal, Poulantzas (2000) muda sua noção de Estado, tal como estava exposta em *Poder Político e Classes Sociais*. Agora o Estado é visto pelo autor como uma relação, mais especificamente, como uma condensação material das relações de força. Isso porque, nessa nova perspectiva, o Estado não produz um discurso unificado, mas vários, que são encarnados pelos diversos aparelhos estatais e que se destinam às classes diversas.

Além das análises sobre o Estado como estrutura e relação, das funções do aparelho estatal e de sua autonomia relativa, Poulantzas também procurou compreender os estímulos institucionais do Estado capitalista. É por isso que em *Poder Político e Classes Sociais* o autor dedica uma especial atenção ao que ele chama de burocratismo. Esse fenômeno pode ser entendido como o modo particular de organização e funcionamento do aparelho de Estado capitalista. Ele se relaciona com as estruturas dessa forma de Estado, mas também gera impactos ideológicos sobre as regras que organizam o aparelho estatal.

O efeito ideológico do burocratismo pode assumir diversas formas. Esse fenômeno dissimula o poder constituído e provoca uma espécie de fetichismo da burocracia, devido à impessoalidade da organização burocrática e ao fato desta reproduzir os modelos de divisão social do trabalho. Outro impacto é a aparente legitimidade do corpo burocrático, que se apresenta como uma espécie de unidade do corpo da nação, uma entidade neutra, que simboliza a encarnação do interesse geral. Há ainda o efeito da ideologia pequeno burguesa. Ele se origina na falta de cultura e saber da massa da população, o que permite o monopólio burocrático do conhecimento. O autor define o burocratismo como “uma organização hierárquica, por delegação de poder, do aparelho de Estado, que tem efeitos particulares sobre o seu funcionamento” (POULANTZAS, 1977, p. 345).

Décio Saes (1998), aprofunda a análise de Poulantzas acerca do burocratismo, ao afirmar que, como os demais tipos de Estado, o burguês<sup>12</sup> também é um conjunto de recursos materiais e humanos, que são utilizados na extorsão do sobretrabalho e na dominação de classe. Por isso o burocratismo seria o modo particular de organização do Estado burguês, que tem origem em duas normas fundamentais: na não monopolização das tarefas do Estado pela classe trabalhadora ou na não proibição do acesso a essas funções a seus membros, e à hierarquização das tarefas do Estado, critério esse que pede um nível de conhecimento ou saber daqueles que pretendem desempenhar funções públicas<sup>13</sup>. Para Saes o burocratismo domina amplamente a burocracia. Ele confere a essa categoria unidade em sua ação, e define seu interesse particular que é tão somente a conservação e desenvolvimento do Estado burguês.

Como vimos Althusser e Poulantzas enfatizaram o papel do Estado na dominação de classe, seja através da transmissão de ideologias que justificam a exploração e criam um consenso sobre elas, seja por meio da ação do aparelho estatal diante da luta de classes, como organizador dos interesses da burguesia. Já Ralph

---

<sup>12</sup> O autor prefere usar a expressão Estado Burguês ao invés de Estado Capitalista, que é empregada por Poulantzas. Segundo ele, além do termo Estado Burguês ser empregado por Marx e Engels, existe uma correspondência entre o Estado e as relações de produção, pois apenas uma estrutura jurídico-político burguesa torna possível a reprodução daquelas relações (SAES, 1998)

<sup>13</sup> Saes (1998) também chama a atenção para a importância do direito. De acordo com o autor, para cada tipo de relações de produção existe um tipo de norma jurídica. São elas que tornam possível um determinado tipo de relações de produção, ao criar as condições ideológicas necessárias à sua reprodução.

Miliband tomará outro caminho. Buscará entender o Estado capitalista a partir do perfil do que ele classificou como elite estatal, ou seja, daqueles indivíduos que estão em postos de comando em seu interior.

Os teóricos neomarxistas do Estado procuraram avançar na pesquisa sobre o aparelho estatal, especialmente para conseguir abarcar as próprias transformações dessa estrutura no capitalismo, combinando o marxismo com outras teorias como estruturalismo e funcionalismo. Seguindo essa tendência, Ralph Miliband buscou aliar marxismo e teoria das elites. Inspirado pela obra *A Elite do Poder*<sup>14</sup>, de Charles Wright Mills, Miliband acreditava que os indivíduos que estão no topo das principais atividades da vida social são recrutados nas classes dominantes, e suas decisões tendem a reproduzir as ideologias e valores dessas classes.

Miliband (1972) define Estado como um número de determinadas instituições que, em seu conjunto, constituem a sua realidade e que interagem como parte do que o autor chama de sistema estatal. O aparelho estatal seria composto pelas seguintes instituições: governo, administração, forças militares, governo subcentral e assembleias legislativas<sup>15</sup>. As interrelações dessas instituições dão forma ao sistema estatal. É nelas em que se apoia o poder do Estado, e é através delas que esse poder é dirigido em suas diferentes manifestações, pelos indivíduos que ocupam as posições dirigentes em cada uma dessas instituições. São essas pessoas que constituem a elite estatal.

Sendo assim, para Miliband (1972), se quisermos analisar o papel do Estado nas sociedades capitalistas é preciso considerar a elite estatal, que de fato dirige o aparelho estatal como uma entidade distinta e separada da sociedade. Para o autor

---

<sup>14</sup> Na obra *A Elite do Poder*, publicada em 1956, Charles Wright Mills argumentava que a democracia americana era dominada por um triunvirato, formado por políticos, militares e grandes empresários. Formavam ainda uma elite coesa, que não só controlava as grandes instituições da sociedade, como também circulavam no comando delas, e por isso tomavam decisões que influenciam decisivamente no destino dos cidadãos comuns.

<sup>15</sup> Miliband não apresenta uma definição da instituição judiciário. Quanto às demais, ele define da seguinte forma: (i) o *governo* é quem fala em nome do Estado, pois apenas o governo em exercício e seus agentes devidamente credenciados podem fazê-lo; (ii) o *elemento administrativo*, que se estende muito além da burocracia, e abrange órgãos que gozam de um grau maior ou menor de autonomia; (iii) as *forças armadas*, às quais Miliband acrescenta os elementos paramilitares, ou seja, as forças de segurança; (iv) e por fim, o *governo subcentral*, que constitui uma extensão do governo e da administração central. São a voz da periferia ou de interesses particulares dela.

não será difícil descobrir que existe uma relação de proximidade entre grupo dirigente e o poder econômico privado, e que os detentores do poder estatal são por inúmeras e distintas razões os agentes do poder econômico privado. É justamente por isso que aqueles que dirigem o poder estatal formam uma autêntica classe dominante.

As pessoas do sistema estatal, especialmente aquelas que se situam nos postos de comando do Estado, têm a tendência a pertencer à mesma classe ou às mesmas classes que dominam os demais postos estratégicos da sociedade. Segundo Miliband (1977), é desse modo que os membros da burguesia tendem a predominar nos três principais setores da vida social: o econômico, o político e o cultural ideológico. Nos casos daquelas pessoas que não pertencem à burguesia pela origem social, elas podem ser mais tarde recrutadas por essa classe, devido à sua educação, relações ou meios de vida.

É por isso que o autor defende a hipótese que a origem e estofamento social comuns, como a educação, relações de parentesco e amizades, em síntese, meios semelhantes de vida, resultam num feixe de posições, atitudes ideológicas e políticas, valores e perspectivas semelhantes. Isso não quer dizer que haja unanimidade de opiniões entre essas pessoas, mas essas diferenças ocorrem dentro de um espectro específico bastante limitado (MILIBAND, 1977). É por isso que em sua óptica é de se esperar que os controladores do aparelho estatal devam, na pior das hipóteses, ser favoravelmente dispostos para aqueles que possuem e controlam a maior parte dos meios econômicos. Além disso, eles atuarão com menos disposição em relação aos interesses de outras classes sociais.

Assim sendo, para Miliband (1972) aqueles indivíduos que estão profundamente submersos nos assuntos públicos e que desempenham papel importante não só na aplicação, mas na determinação da política, não estarão livres de determinadas tendências ideológicas. Conseqüentemente, os altos funcionários públicos costumam desempenhar um papel conservador nas funções estatais, e reforçam essa tendência dos governos. Para o autor eles são os aliados conscientes e inconscientes das elites econômicas e sociais existentes<sup>16</sup>. Isso decorre da origem

---

<sup>16</sup> Miliband aproveita para criticar os governos social-democratas. Segundo ele, estes últimos jamais tentaram pôr em prática um plano coerente de políticas que não fossem distantes dos interesses conservadores dos altos funcionários. Sendo assim, os social-democratas teriam se adaptado a esses interesses.

social, educação e situação de classe dos altos funcionários. Eles fazem parte de um meio específico, cujas ideias, preconceitos e concepções irão compartilhar. Miliband (1972) constata que, do alto de suas posições institucionais, e motivados por suas ideias, eles estão destinados a influir na realidade, e a defini-la a sua imagem e semelhança.

O autor também rejeita a noção segundo a qual os empresários não estão diretamente envolvidos no governo e na administração. Para ele isso é obviamente falso. À medida que cresce a participação do Estado na vida econômica, o envolvimento dos empresários também aumenta. Sempre que o Estado intervém na economia, nota-se que os homens de negócios estão em uma posição mais forte, quando comparadas com outros grupos econômicos. É dessa forma que eles influenciam e até mesmo determinam a natureza da intervenção estatal na economia.

Miliband (1972) adverte, porém, que a despeito da expressiva intervenção dos empresários nos assuntos do Estado, é verdade que jamais constituíram mais do que uma minoria relativamente pequena da elite estatal. Contudo, a importância desse fato é consideravelmente reduzida em virtude da composição social do próprio grupo dirigente do Estado. Isso porque os empresários pertencem em termos econômicos e sociais às classes médias e alta, e é justamente nesses segmentos que são recrutados predominantemente os membros daquela elite estatal. É por isso que o sistema estatal manteve um caráter acentuadamente de classe média e alta.

Isso seria um corolário da área de recrutamento da elite, que é mais reduzida do que afirma a ideologia meritocrática do capitalismo. Uma das principais razões para esse predomínio burguês são as hierarquias econômicas e sociais externas ao próprio sistema. Para Miliband (1972), as crianças cujos pais pertencem às classes média e alta, possuem uma chance muito maior de acesso ao tipo de educação exigidos para galgar determinadas posições no interior do sistema estatal.

O resultado disso é que a imensa maioria daqueles que ocuparam posições políticas de relevo nos países capitalistas pertenciam sempre às classes médias e alta. Ademais, os funcionários públicos e administradores não podem despir-se de toda roupagem ideológica na recomendação que eles propuserem os seus chefes

---

políticos, ou nas decisões independentes que tomam. Diante disso, Miliband (1972) afirma que, por mais que se discuta a natureza e extensão do poder burocrático nas sociedades, os funcionários públicos não possuem um papel reduzido de meros instrumentos da política cotidiana.

Para o autor, é verdade que ocorreu um processo de diluição social dentro do serviço estatal, e que isso redundou no acesso de pessoas de origem operária e oriundas da classe média baixa para posições de elite dentro do sistema estatal. Porém, trata-se de um processo de aburguesamento dos elementos mais capazes e mais impulsivos das classes subordinadas. Miliband (1972) argumenta que esse recrutamento, ao difundir a crença que as sociedades capitalistas se baseiam no princípio da carreira aberta ao talento, obscurece de maneira útil o grau em que isso não ocorre.

Como vemos, Miliband abordou como a forma de recrutamento do pessoal do Estado favorece uma postura conservadora e a própria manutenção da dominação de classe, mas esse autor, como os outros teóricos marxistas discutidos até aqui, não tratou dos diferentes modos de organização interna do aparelho estatal. Quem se dedicou a essa tarefa dentro do pensamento marxista foi Ghoran Therborn. Esse autor afirmou que no feudalismo e no capitalismo surgiram várias formas de dominação, que ele chama de tecnologias políticas, ou seja, a existência de diferentes maneiras de organizar a dominação social e política (THERBORN, 1989).

No feudalismo, por exemplo, essa tecnologia era caracterizada pela unidade entre governo, legislação, administração e justiça. Depois, vieram as revoluções burguesas e surgiram novas formas. Dois dos principais aspectos desses novos formatos de dominação eram a burocracia e a política parlamentar. Após esses marcos históricos, ela foi dividida em duas partes, reguladas cada uma por uma tecnologia política. A partir desse novo momento, o governo e a legislatura teriam que representar a nação, e não mais as ordens do rei. Em síntese, o monarca e a aristocracia foram substituídos por políticos que deviam sua posição a sua capacidade pessoal.

Referindo-se especificamente à burocracia, Therborn (1989) reconhece a importância da teoria de Max Weber para a compreensão desse aspecto das tecnologias políticas. A sociologia weberiana faz uma análise a partir de cima, e se

ocupa de forma quase exclusiva de como se justifica e se administra a dominação. A partir dos estudos de Weber, é possível constatar que há uma base institucional real, sobre a qual se apoia a operação do Estado capitalista. A dinâmica social tem em seu centro a empresa privada e a acumulação de capital, que são garantidos pelas regras previsíveis que emanam do aparelho estatal. A burocracia pode ser vista como uma organização para a regulação legal do mercado e dos problemas que ele próprio gera. O Estado, portanto, estabelece as normas da sociedade burguesa, e introduz a coação para o seu cumprimento, que em última instância pode assumir a forma de violência coercitiva.

Porém, esse modelo clássico que combinava burocracia e governo parlamentar deixou de ser um instrumento adequado, na medida que as massas não podiam ser mais excluídas da vida política. Segundo Therborn (1989), teria surgido então uma nova forma de ação política, que tinha como objetivo ganhar a influência das massas ascendentes e mantê-las subordinadas. Essa nova tecnologia é chamada pelo autor de política plebiscitária. Ela se caracteriza pelos chamamentos que líderes fazem às massas, onde se transmite ao povo a sua mensagem, imagem e atrativos pessoais. Esse tipo de política, da qual Louis Bonaparte foi o pioneiro, se desenvolveu enormemente no século XX.

Ainda neste século surgiu um outro modo de organizar o Estado burguês, mas essa forma rejeitaria as normas previsíveis e a hierarquias rígidas típicas da burocracia. Em lugar do saber jurídico, essa nova tecnologia promove a perícia técnica e científica aplicada à direção governamental. Ela levaria em conta os efeitos que esse tipo de conhecimento pode produzir. Therborn (1989) chama essa nova forma de tecnocracia. A sua principal consequência é que a hierarquia estável do modelo burocrático se fragmenta em comissões de trabalho, comitês e investigações especiais. Nessa tecnologia, o sistema de controle interno, a análise de custos e os benefícios da política orçamentária, são mais importantes que os aspectos legais.

É por essas características da tecnocracia que o Estado em nossos dias transcende as meras atividades reguladoras, e intervém de forma intensa no mercado, modificando a oferta e a demanda por bens e capital. Um dos resultados desse processo, é que o aparelho estatal com o tempo ficou parecido com as gigantes empresas modernas. Para Therborn (1989) o exemplo mais importante da

administração executiva tecnocrática no âmbito estatal é aquele que surgiu com a implementação do New Deal pelo presidente Franklin Roosevelt (1933-1945) nos EUA. Para o autor, a tecnologia executiva em alguns casos faz sombra à burocracia legal. Elas coexistem dentro do moderno Estado burguês, mas, com frequência, desenvolvem em uma difícil e conflituosa relação.

Após descrever os traços das diferentes tecnologias de organização do Estado burguês, Therborn (1989) procurou verificar os impactos nos indivíduos organizados através delas. O autor chamou esses efeitos de saídas das tecnologias do Estado. De acordo com ele:

La salida de la tecnología del Estado puede definirse como el efecto que origina en aquellos que están por ella, o para decirlo de otra manera, como las lealtades que consigue producir [...] la autoridad burocrática y ejecutiva capitalista se apoya en el fomento de la disciplina. Si la tecnología organizativa funciona adecuadamente, las ordenes legítimas serán ejecutadas inmediata e incondicionalmente (THERBORN, 1989, p. 135)

As saídas das tecnologias do Estado podem ser definidas como o efeito que elas originam naqueles que estão organizados por elas, e para as lealdades que conseguem produzir. Tanto a autoridade burocrática, quanto a administração executiva capitalista se apoiam no fomento da disciplina. O aparato administrativo do Estado, assim como a própria empresa capitalista, gera um espírito de disciplina e uma estrutura de mando coerente com a racionalidade formal e a acumulação do mercado. Assim, Therborn agrega a sua perspectiva marxista elementos da sociologia weberiana.

Isso evidencia a importância das contribuições de Max Weber para a compreensão do Estado. No entanto, diferentemente dos marxistas, ele não pensava o aparelho estatal através de suas funções, objetivos, relações com as estruturas sociais, nem como um instrumento, mas a partir daquilo que ele considerava ser o meio específico do aparelho estatal, a coerção.

## 1.2 Teorias Centradas no Estado

As teses que defendem a autonomia do Estado face às sociedades, apareceram como resposta às transformações materiais dos próprios aparelhos

estatais, que se expandiram significativamente após a Segunda Guerra Mundial nas democracias avançadas. Os teóricos que se filiaram a essa corrente, também foram motivados pelo que acreditavam ser uma insuficiência da tese neomarxista da autonomia relativa do Estado para explicar o aparelho estatal contemporâneo. Segundo Przeworski (1995), o máximo que o equilíbrio de classe pode explicar é porque nenhuma força social sozinha pode organizar e exercer o poder do Estado, e especificar porque esse tipo de Estado autônomo é possível, dadas as relações de classe. É interessante notar, contudo, que os intelectuais que desenvolveram essa crítica não dispensaram as contribuições marxistas. Como ficará claro a adiante, eles procuraram combiná-las com outras teorias, muito especialmente com a weberiana, por exemplo.

Para melhorar a compreensão sobre as relações entre Estado e sociedade, as ciências sociais deveriam levar em conta a dinâmica de ambos. Contrariamente ao enfoque da autonomia relativa, vários acadêmicos desenvolveram uma *perspectiva centrada no Estado*, que assume a primazia da força na constituição da sociedade. Segundo Przeworski (1995, p. 65):

O Estado organiza e exercita o monopólio da força física sobre um território e é a utilização, aberta ou escondida, da violência que garante sua eficácia. A sociedade – uma forma particular de cultura, organização social e interação econômica – é uma consequência.

A fonte de poder do aparelho estatal é a sua capacidade de usar a força, ou de ameaçar com o uso dela. É o monopólio da violência que equipa o Estado de eficácia específica contra outras organizações sociais (PRZEWORSKI, 1995). A força física é o seu centro, o que transforma o aparelho estatal na corporificação da força física da sociedade e no centro desta.

Segundo PRZEWORSKI (1995) as teorias centradas no Estado afirmam que eles criam, organizam e regulam as sociedades. Eles dominam as outras organizações dentro de um território particular, e moldam a cultura e a economia. Desse modo, o problema da autonomia do Estado em relação à sociedade não faz sentido dentro dessa perspectiva. Os autores que tomam como característica central do Estado seu monopólio sobre os meios de violência, não tratam da ideia de autonomia. A dominação é a palavra que descreve a relação entre Estado e sociedade. Sendo assim, aqueles que adotam uma perspectiva centrada no Estado,

enxergam a relação entre Estado e sociedade de forma contrária aos marxistas. No curso do desenvolvimento histórico a sociedade foi ganhando independência do Estado. Essa é a direção de causalidade no enfoque centrado no Estado (PRZEWORSKI, 1995).

Como aparelho estatal se fundamenta na força, ele se transforma em uma instituição coesiva, que consegue desempenhar papéis contra inimigos externos, mas também diante das sociedades (PRZEWORSKI, 1995). Porém, o monopólio da força física não é a sua única base de poder. Segundo Przeworski (1995) existem basicamente três fontes de poder do aparelho estatal. Uma delas está no fato de que apenas o Estado pode exercer algumas tarefas de forma universalista, como oferecer proteção, por exemplo. Há também o poder normativo do Estado. Ele está assentado nos valores que levam os indivíduos a cumprirem decisões estatais na ausência de utilidade e coerção. O aparelho estatal consegue ainda invocar um interesse superior, que transcende as partes envolvidas em disputas, e por isso ele se constitui em uma arena para resolução de conflitos entre indivíduos e organizações. É o chamado poder universalizador.

A despeito de acreditarem que o aparelho estatal é uma força que empresta coesão à sociedade, os teóricos da perspectiva centrada no Estado consideram que as instituições estatais são objeto de conflitos permanentes (PRZEWORSKI, 1995). Uma das formas de disputa ocorre entre elas próprias. Os aparelhos de Estado sempre enfrentam problemas de coesão resultantes da natureza fragmentada e sequencial do processo decisório. O Estado ainda precisa lidar com as transformações da sociedade, e com as relações de órgãos governamentais especializados com grupos externos ao Estado, que possuem interesses particulares. Nesse caso, o confronto ocorre porque os atores sociais são negativamente afetados pelas políticas públicas implementadas pelos órgãos governamentais. Por outro lado, quando o Estado demonstra simpatia aos interesses de alguns grupos sociais, suas políticas enfrentam resistências de outros grupos. Como afirma Przeworski (1995), esses confrontos opõem órgãos estatais, conselhos, órgãos governamentais e comissões legislativas, uns contra os outros e contra várias categorias e grupos organizados de atores externos.

O Estado pode mudar em resposta às transformações externas. Segundo Przeworski (1995), a perspectiva centrada no Estado considera que na busca de seus próprios objetivos, os administradores estatais se comportam como atores institucionais sob constrangimentos mutáveis. Nessa linha de análise, os efeitos das transformações econômicas, culturais ou outras transformações sociais na coesão do Estado, nas suas funções e na sua eficácia, dependem dos objetivos dos administradores estatais, dos instrumentos à sua disposição e da estrutura dos órgãos governamentais (PRZEWORSKI, 1995).

Przeworski (1995) sintetiza as teorias centradas do Estado em dois grandes conjuntos. O primeiro, se baseia na premissa da primazia da força física. Ela é vista como a última fonte de poder. A estrutura dos órgãos governamentais e da própria sociedade resultam de atos de vontade daqueles que monopolizam, utilizam ou ameaçam com a utilização da força. Os teóricos do segundo conjunto acreditam que o Estado não se fundamenta apenas na força do monopólio da violência organizada. Para esses, a estrutura das instituições estatais e sua relação com a sociedade são formadas através da interação de uma ampla variedade de atores, sob constrangimentos econômicos, culturais e políticos.

A seguir vamos apresentar como alguns autores desenvolveram as teorias sintetizadas acima, a partir da obra *Estado e Economia no Capitalismo*, de Adam Przeworski. Como no caso do neomarxismo, não iremos abarcar em nossa revisão todos aqueles que deram contribuições significativas para as teorias centradas no Estado. Trouxemos para o nosso trabalho aqueles que consideramos mais essenciais para o desenvolvimento da pesquisa<sup>17</sup>. Começaremos pelo pioneiro e mais influente teórico desse tipo de abordagem, Max Weber.

Weber (2015) rejeitou explicitamente as definições que compreendiam o Estado como um instrumento, ou como uma entidade que deveria perseguir os objetivos estabelecidos pela sociedade. Como afirma Bendix (1986), ele não estava preocupado com os ideais da comunidade política, considerava que, do ponto de vista sociológico, qualquer associação, e muito especialmente o Estado, não pode ser definido pelo conteúdo daquilo que faz. Somente é possível definir sociologicamente

---

<sup>17</sup> Um exemplo de ausência de um autor bastante relevante para essa perspectiva é Charles Tilly, e sua obra *Coerção, Capital e Estados Europeus*.

o Estado moderno e toda associação política, através de um meio que lhe é próprio, que seria o da coação física. Um exemplo dessa especificidade do Estado moderno é que somente se atribui o direito de exercer a coação física à outras associações e indivíduos, na medida em que o aparelho estatal permite. Ele é considerado a única fonte que permite o direito de exercer a coação. Na perspectiva weberiana, a coação não é o meio normal ou único do Estado, mas é seu meio específico.

Dessa maneira, o traço característico do Estado não são os interesses dos seus membros, mas suas armas exclusivas (COLLINS, 2009). O aparelho estatal é armado porque investe nelas, em tropas e ainda institui uma polícia encarregada de proteger a segurança dos indivíduos e a ordem pública, o que lhe permite também dominar todas as outras organizações (COLLINS, 2009; FREUND, 2003). Isso é necessário para que ele tenha condições de governar o extenso aparato burocrático de coletores de impostos, de magistrados e de funcionários de todo tipo, que são encarregados de manter e suprir esse tipo de força (COLLINS, 2009). Essa é a materialização do meio específico do Estado, a coação física. Fica evidente que existem relações próximas e íntimas entre Estado e violência, sendo o meio político caracterizado pela força e eventualmente na violência.

Como afirma Freund (2003) ao analisar a sociologia weberiana, o Estado utiliza todos os outros meios para levar a bom termo outros processos, mas a força é a sua *ultima ratio*. A dominação está no âmago de todo agrupamento político como o Estado, que é, antes de mais nada, um agrupamento de domínio. A atividade política consiste, portanto, em um jogo que tenta incessantemente formar, deslocar ou perturbar as relações de domínio (FREUND, 2003)<sup>18</sup>. Conseqüentemente, o mando é por natureza o fator de organização de qualquer agrupamento político. Ele se exerce em geral com base em uma organização fortemente estruturada, graças à presença de um aparelho permanente de constrangimento e de regulamentos racionais (FREUND, 2003).

---

<sup>18</sup> Freund (2003) ressalta que na obra weberiana a atividade política se define também pelo fato de se desenrolar no interior de um território delimitado. Sem a existência de um território que particularize o agrupamento, não se pode falar em política. Os que habitam no interior das fronteiras do agrupamento, adotam um comportamento que se orienta significativamente segundo esse território e a comunidade correspondente, no sentido em que sua atividade se acha condicionada pela autoridade encarregada da ordem.

Desse modo Weber (2008) enxerga o Estado da mesma forma que as associações políticas historicamente precedentes, como uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada na coação legítima. Para que ela subsista, as pessoas dominadas tem que se submeter à autoridade invocada pelas pessoas que dominam em um determinado momento, sendo que dominação é a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas dentro de determinado grupo de pessoas. A autoridade originada dessa relação pode basear-se nos mais diversos motivos: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais referentes a fins. O autor também acrescenta que nenhuma dominação se contenta voluntariamente com motivos puramente materiais, afetivos ou racionais referentes a valores. Como afirma Bendix (1986), ao descrever o perfil intelectual de Max Weber, sua definição pretendia refletir o que realmente acontece em uma comunidade em consequência dos valores ou normas em que o povo acredita.

Porém, na teoria weberiana, a dominação exercida especificamente pelo Estado moderno se daria por meio da legalidade, ou seja, através da crença na validade de estatutos legais e da chamada competência objetiva. O exercício desse domínio seria fundamentado em regras racionalmente criadas, e na disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos. Desse modo, a dominação legal existe em virtude de um estatuto (BENDIX, 1986). Weber assim considera que esse tipo de dominação está fundamentado na crença de legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação. Sendo assim, o Estado possuiria um outro tipo de arma: *a legitimidade* (COLLINS, 2009).

Weber (2015) constata que na experiência do Estado moderno, qualquer norma legal pode ser criada ou modificada por uma promulgação processualmente correta. As leis são legítimas se forem promulgadas e se esse processo ocorrer em conformidade com as leis que determinam os procedimentos a serem seguidos. Na teoria weberiana, o povo em geral, e os profissionais legais em particular, atribuem legitimidade a uma ordem jurídica na medida em que suas leis tenham sido promulgadas corretamente (BENDIX, 1986). Como vemos, a legitimidade da dominação racional legal se origina no direito.

Para Weber (2015) toda ordem legal pode ser estatuída de modo racional, seja em relação a fins ou valores. O ordenamento jurídico também tem a pretensão de ser respeitado pelos membros da associação, mas também por pessoas que dentro do âmbito de poder da ordem legal, realizam ações sociais ou entram em determinadas relações sociais. O direito transforma-se em um cosmos de regras abstratas, instituídas com determinadas intenções. Em decorrência dessa característica, o autor considera que o senhor legal típico da dominação racional-legal é aquele que ordena e com isso manda. Mas esse próprio senhor também obedece a ordem impessoal que orienta as suas ações. É por isso que os membros da associação, ao obedecer ao senhor, não fazem a pessoa deste, mas sim àquelas ordens impessoais, e por isso só estão obrigados a obedecer àquilo que foi estabelecido por essas mesmas ordens. Portanto, os indivíduos só obedecem ao direito porque são membros de uma determinada associação.

É devido a essa legitimidade fundamentada na legalidade que Weber (2015) também considera o Estado como uma associação de dominação institucional. Ela monopolizou com êxito, dentro de um determinado território, a coação física legítima como meio de dominação, e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização. Para o autor, o Estado moderno teria concentrado em um ponto supremo os recursos da organização política, sendo que mais nenhum funcionário é proprietário pessoal do dinheiro e dos instrumentos bélicos estatais. No aparelho estatal moderno, portanto, haveria a separação entre o quadro administrativo e os meios materiais de organização.

Isso deixa evidente que a dominação exercida pelo Estado moderno requer um pessoal administrativo para executar as ordens e, por sua vez, toda a administração requer dominação, no sentido que o poder de comando sobre o pessoal precisa estar nas mãos de um indivíduo ou grupo de indivíduos (BENDIX, 1986). Todas as organizações administrativas são constituídas de pessoas que são acostumadas a obedecer a ordens, e estão pessoalmente interessadas que a dominação vigente continue, porque dela tiram vantagens. É devido à essas características do Estado Moderno, que Weber (2015) não enxerga o aparelho estatal como um comitê executivo da classe dominante, como Marx. Ele afirma:

Para nossa consideração, cabe, portanto, constatar o puramente conceitual, que o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que

dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio de dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos. (WEBER, 2015, p. 529)

Para Bendix (1986), Weber encara o problema da dominação exatamente em termos inversos aos marxistas. Os funcionários do governo são designados por uma autoridade dirigente e seus interesses são, até certo ponto, idênticos aos do governo, e eles têm um compromisso de honra em obedecer às suas ordens. Porém, os administradores podem desenvolver interesses próprios e tentam muitas vezes modificar as políticas que devem executar.

Isso enseja uma outra diferença entre as teorias de Marx e Weber. De acordo com Collins (2009), Weber tinha uma perspectiva multidimensional do conflito. Na realidade, o conflito não é apenas mais um dentre outros fatores, na verdade é uma expressão desse caráter multidimensional das coisas, da pluralidade dos diferentes grupos, interesses e perspectivas que constituem as sociedades. Para ele o mundo não seria um todo coeso, como uma grande unidade social ou metafísica. Collins argumenta que Weber não apenas percebeu a existência de múltiplas esferas sociais, mas também notou que há sempre uma luta pela dominação que é travada no interior de cada uma delas. Um exemplo é a própria teoria da estratificação de Weber e seu modelo tridimensional, composto por classe, status e partido. Todos estes são tipos de grupos de interesse que estão conectados entre si, e que podem lutar tanto entre eles, quanto uns contra os outros. Esse entendimento levava Weber a enxergar a mudança histórica como um processo de conflito confuso e multidimensional entre essas diversas esferas.

Segundo Bendix (1986), Weber enxergava o aparelho estatal como sendo composto por uma ordem administrativa e jurídica sujeita a alterações somente através da própria legislação. O Estado apresentaria também um aparelho administrativo que conduziria os assuntos oficiais de acordo com a regulamentação legislativa. Teria ainda uma autoridade com poder sobre todas as pessoas, e sobre a maioria das ações que acontecem nas áreas sobre sua jurisdição. E por fim, possuiria a legitimação para usar a força, quando a coerção é permitida pelo governo legalmente constituído. Bendix (1986) avalia que a ordem legal, a burocracia, a

jurisdição compulsória sobre um território e a monopolização do uso legítimo da força são as características essenciais do Estado moderno para Max Weber. Freund (2003) também acrescenta que na perspectiva weberiana o aparelho estatal comportaria também uma racionalidade do direito, o que tem como consequência a especialização dos poderes legislativo e judiciário. Para Bendix (1986), na civilização ocidental, as diversas características do Estado só aparecem gradualmente, quando a legitimidade passou a ser atribuída ao conjunto de normas que governava o exercício da autoridade.

Em *História Geral da Economia* (2006), Weber resume sua visão do Estado, considerando que ele se apoia numa burocracia especializada e num direito racional. Esse direito por sua vez, tem como traço distintivo o fato de ser formalista e calculável, uma herança do direito romano<sup>19</sup>. A criação de algo semelhante foi conseguida quando o Estado moderno se associou aos juristas para impor sua exigência de domínio.

Uma conhecida aplicação das teses weberianas à história brasileira é o clássico de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*. Nessa obra, o autor retratou como o aparelho estatal herdado da colonização portuguesa moldou a formação da sociedade brasileira. É possível ver em *Os Donos do Poder*, uso de uma teoria centrada no Estado para explicar uma realidade histórica particular.

Segundo Faoro (2012), havia no interior do Estado colonial, e depois imperial, um quadro administrativo, chamado também pelo autor de Estado-Maior de domínio, que controlava e infundia seus padrões de conduta a muitos. Aqui é possível perceber a centralidade do Estado na obra de Faoro, que chamava aquele grupo de estamento. O estamento não era uma classe, da qual o estado seria um delegado. Faoro (2012), portanto, rejeita a tese marxista. Para o autor, esse grupo exerce poder em nome próprio, e é nele que está instalado o núcleo das decisões. O estamento constituía-se

---

<sup>19</sup> Para Weber o Estado se desenvolveu apenas no Ocidente, e por isso o capitalismo moderno pode prosperar nessa região. Isso teria ocorrido porque no ocidente existe um direito formalmente desenvolvido que é produto da herança romana. Os funcionários seriam formados dentro do espírito desse tipo de direito, como técnicos da administração. Sendo assim, Weber conclui que a aliança entre o Estado e a jurisprudência formal favoreceu indiretamente o capitalismo.

em uma comunidade, seus membros tinham consciência de que pertenciam ao mesmo grupo e a um círculo elevado e qualificado de poder. Faoro (2012) afirma que a situação estamental se fixou no prestígio da camada e na honra social que ela infundia em toda a sociedade. Assim, o Estado patrimonial de estamento se projeta de cima para baixo, uma comunidade que dirigiu, orientou e determinou o curso e as expressões da sociedade, não apenas formalmente (FAORO, 2012).

A origem desse Estado estamental está na história singular de Portugal. Faoro (2012) afirma que naquele país ibérico não houve feudalismo, em nenhuma dimensão, seja ela militar, política e econômica. Para o autor, o rei português se transformou em dono do comércio, gestor das maiores propriedades do país, e num verdadeiro condutor da economia. Desenvolve-se assim um sistema patriarcal, que prendia os servidores a uma rede onde eles atuavam como uma extensão do soberano. Diferente, portanto, do feudalismo, que prendia os servidores aos nobres, através de direitos, privilégios e obrigações.

Faoro (2012) conclui que teria se formado em Portugal e no Brasil um capitalismo politicamente orientado, que irá moldar a realidade estatal, no qual a comunidade política conduz e supervisiona os negócios, primeiro como negócios privados, depois como públicos. Para o autor, o estamento organizou a nação, ao comandar o ramo civil e militar da administração, mas também invadiu e dirigiu as esferas econômica, política e militar.

Influenciado por Max Weber, Faoro enfatizou o peso do Estado na formação do Brasil. Ambos inverteram o pensamento marxista sobre o aparelho estatal, ao afirmar que eram os funcionários do Estado, eleitos ou não, que exerciam uma dominação sobre a sociedade. Sendo assim, o aparelho estatal é visto na obra de Weber e Faoro como um ator autônomo. Essa noção será aprofundada por alguns cientistas sociais a partir dos anos 70, como resposta à ideia marxista então dominante da autonomia relativa do Estado. Contudo, esses intelectuais buscaram articular elementos das teorias do Estado de Karl Marx e Max Weber. Para Mann (1992), por exemplo, eles desenvolveram uma teoria weberiana-marxizada do aparelho estatal.

Antes do surgimento das obras que utilizaram as teses weberianas como contraponto ao marxismo, o historiador alemão Otto Hintze desenvolveu uma perspectiva centrada no Estado, porém articulada com elementos da tradição

marxista. Hintze (1975) inicia sua reflexão argumentando que o aparelho estatal não pode ser visto de maneira isolada, exclusivamente por ele mesmo. Assim, o Estado não pode ser arrancado do contexto em que foi formado. O caráter peculiar de cada aparelho estatal é determinado pela realidade que o circunda.

Hintze (1975) também aborda as constituições e suas relações com as classes sociais. Para ele, o crescimento ou as mudanças das constituições são resultados de alterações nas relações de poder, e da ampliação ou diminuição da importância política das classes sociais. Ele também considera que as lutas de classes e os conflitos internacionais não são diferentes. Na visão desse autor, ambos, lutas de classes e os conflitos internacionais, afetam igualmente a política interna dos Estados, e condicionam o formato do aparelho estatal.

Assim, a vida interna das constituições se ajusta às condições externas existentes. Para Hintze (1975), elas são um reflexo da situação que prevalecia no período de sua formação, mas também de lutas pelo poder e da situação geográfica de um país. Resultam assim, de uma constante colaboração e interação entre os mundos internos e externos. Nesse processo, cada Estado produz objetivos, necessidades, hábitos e visões, e cria em seus líderes e nas massas disposições intelectuais a favor de tipos particulares de constituição.

Theda Skocpol irá seguir e aprofundar a linha de pensamento de Otto Hintze. Ela também enxergará o Estado como uma estrutura influenciada por conflitos internos e externos, mas que também interfere nas disputas nacionais e internacionais. Na obra *Estado e Revoluções Sociais: análise comparativa da França, Rússia e China (1979)* a autora procurou explicar os processos revolucionários ocorridos nessas nações como resultado de uma profunda crise dos Estados nos Antigos Regimes. Ela procurou evidenciar como a configuração daqueles aparelhos estatais impactava no próprio conflito social e motivava os grupos para a ação política. Logo, os segmentos que se engajaram nas lutas revolucionárias na verdade lutavam contra o Estado, mais especificamente contra estruturas particulares deles.

Skocpol (1979) tece então inúmeras críticas às diversas interpretações marxistas do Estado. Segundo a autora, muitos dos intelectuais filiados ao marxismo estiveram prestes a afirmar que os Estados são potencialmente autônomos, não apenas em face da oposição às classes dominantes, mas também em relação ao

conjunto das estruturas das classes ou modos de produção. Eles chegaram perto de rejeitar a noção da autonomia relativa do aparelho estatal. Contudo, essa linha foi cuidadosamente evitada. Em vez disso, colocaram simplesmente a hipótese de que, embora as estruturas e as ações do Estado sejam causalmente importantes, elas funcionam objetivamente devido aos mecanismos de seleção que são intrínsecos ao aparelho estatal, a fim de preservar o modo de produção capitalista.

Em relação especificamente aos estruturalistas, Skocpol (1979) afirma que eles substituíram o instrumentalismo das classes dominantes pelo reducionismo da luta de classes. O estruturalismo marxista considera que as estruturas e funções do Estado não seriam controladas pelas classes dominantes, mas são condicionadas pelo conflito entre as classes dominantes<sup>20</sup>. Uma luta que se processa dentro de uma determinada economia e de uma dada estrutura de classes.

Para a autora, o debate marxista sobre o Estado deteve-se bruscamente no problema da autonomia, uma vez que a maioria dos participantes do debate tendem a encarar o aparato estatal de forma completamente funcionalista ou como um aspecto das relações e lutas de classes. Praticamente todos os marxistas concordavam com o pressuposto de que as formas e atividades do Estado variam em concordância com os modos de produção, e que os governantes não têm possibilidade de contrariar os interesses básicos de uma classe dominante. As explicações permanecem circunscritas às questões de como os Estados variam e agem em função dos modos de produção e das classes dominantes. Skocpol (1979) ressalta ainda que dificilmente se questiona essa versão marxista da tendência de fundir o Estado com a sociedade.

A autora propõe então uma nova abordagem do Estado, preferindo enxergá-lo como um conjunto de organizações administrativas, policiais e militares. Além disso, tais estruturas organizacionais são coordenadas por uma autoridade executiva. Elas são também instituídas e operam no contexto de relações socioeconômicas baseadas na divisão de classes e na dinâmica nacional e internacional. Skocpol (1979) defende que os Estados devem ser encarados como uma macroestrutura. Para melhor compreender realidades históricas que levaram a eventos como revoluções, seria necessária uma abordagem centrada no Estado. As crises políticas que

---

<sup>20</sup> O caso mais visível desse tipo de argumentação está em *Poder Político e Classes Sociais*, de Nicos Poulantzas.

impulsionariam as revoluções sociais não foram reflexos das tensões sociais ou contradições de classe. Na verdade, elas eram resultado direto das contradições centradas nas estruturas dos Estados do Antigo Regime. Segundo a autora, os grupos políticos que tomaram parte nas lutas sociais revolucionárias não representaram meros interesses e forças sociais, porém constituíram-se como grupos de interesse que combateram as formas assumidas pelas estruturas do Estado.

É por isso que a autora considera que estas organizações que compõem o Estado são potencialmente autônomas em relação a um controle direto por parte das classes dominantes. Os Estados são encarados como atores de peso, pois eles afetam o processo político e social através de suas políticas e de seus padrões de relações com os grupos sociais. O Estado não seria, portanto, um simples reflexo das demandas ou interesses dos grupos sociais. Ele se dedica a perseguir questões adicionais, enfrentando a oposição de poderosos grupos sociais e em face à circunstâncias econômicas adversas. As organizações estatais se engajam em uma competição com as classes dominantes na apropriação de recursos da economia e da sociedade. E o destino dado a esses recursos pode estar em desacordo com os interesses das classes dominantes.

Skocpol (1985) defende também que a configuração organizacional do Estado encoraja a formação e a ação coletiva de certos grupos, mas não de outros, e tornam possível a ascensão de certos assuntos políticos. Logo, para a autora:

When the effects of states are explored from the Tocquevillian point of view, those effects are not traced by dissecting state strategies or policies and their possibilities for implementation. Instead, the investigator looks more macroscopically at the ways in which the structures and activities of states unintentionally influence the formation of groups and the political capacities, ideas, and demands of various sectors of society (SKOCPOL, 1985, p. 21)

Assim, a estrutura e as atividades do Estado influenciam na formação dos grupos e também em sua capacidade política, mas também impactam na constituição das ideias e demandas dos mais variados setores da sociedade. São atores e estruturas institucionais que produzem efeitos na política. Eles influenciam o significado da política de todos os grupos e classes sociais e têm papéis nas revoluções ou reformas. Também perseguem políticas econômicas e sociais, e

produzem efeitos no conflito e na agenda política. O Estado deve ser encarado como um ator de peso, e ser enxergado como uma organização através da qual coletividades perseguem objetivos distintos, e que dão acesso a recursos estatais de forma mais ou menos efetiva. Um exemplo desse impacto do aparelho estatal fornecido pela autora é a monarquia absolutista francesa que, através de sua estrutura institucional e práticas políticas, provocou a reação do campesinato e da elite urbana, algo que foi fundamental para a revolução de 1789.

Além desse aspecto organizacional e de sua influência no conflito social, Skocpol (1979), assim como Hintze (1975) afirma que os Estados também existem sempre em contextos geopolíticos determinados e, por conseguinte, interagem com outros Estados. A situação geopolítica cria funções e proporciona oportunidades a eles, e coloca limites às suas capacidades para enfrentar crises internas e externas. Na esteira dessa influência, ela argumenta que o Estado seria uma espécie de ancoradouro duplo: está assentado em estruturas socioeconômicas divididas por classes e num sistema internacional de Estados, que devem ser entendidos como organizações potencialmente autônomas, situadas na convergência de estruturas de classe e de contextos internacionais.

A autora também assevera que o envolvimento de um Estado numa rede internacional de Estados é a base para uma ação estatal potencialmente autônoma. Ele pode agir de maneira alheia e contrária em relação aos grupos e acordos que são cobertos por sua jurisdição, o que inclui a própria classe dominante. Como resultado, as pressões e as conjunturas militares podem impelir os governantes a tentar políticas que contrariem os interesses fundamentais dessa classe.

Em vista disso, Skocpol (1979) defende que o Estado executa duas tarefas básicas, que são manter a ordem e concorrer com outros Estados. Ela considera que a mera tentativa dos governantes em cumprirem as funções próprias do Estado podem incitar conflitos de interesse com a classe dominante. O aparelho estatal a partir dessa perspectiva teria seus próprios interesses específicos diante das classes subordinadas. Ele agiria, por exemplo, com interesse em manter a ordem meramente física e uma paz política. Mas essa ação estatal, particularmente em momentos de crise, poderia levar o Estado a fazer concessões às reivindicações das classes mais

empobrecidas. Para a autora, tais concessões podem fazer-se às custas das classes dominantes.

Assim, Skocpol (1979) define sua perspectiva sobre o Estado como *organizacional e realista*<sup>21</sup>. Diferentemente da teoria marxista, essa noção recusa-se a considerar os Estados como se fossem meros aspectos analíticos de modos de produção concebidos de forma abstrata, ou mesmo como aspectos políticos de lutas e relações de classes. A autora insiste que os Estados são organizações que controlam ou procuram controlar territórios e populações. Ela então recomenda que os cientistas sociais explorem as relações entre os Estados, suas interações com as classes dominantes e subordinadas.

Se Theda Skocpol pensou o aparelho estatal como uma macroestrutura, Michael Mann irá articular essa perspectiva em um novo entendimento da autonomia do Estado. Mann (1992) afirma que as teorias do Estado foram em geral reducionistas, pois tenderam a reduzir o Estado às estruturas preexistentes da sociedade civil, muito especialmente as tradições marxista e funcionalista. Cada uma delas veria o Estado como uma espécie de lugar ou arena, onde a luta de classes, os grupos de interesse e os indivíduos se manifestam, e onde uma vontade geral é expressa e implementada. Essas teorias se negam a reconhecer a existência de um poder autônomo significativo para o aparelho estatal. Mas o autor também rejeita outro tipo de reducionismo, aquele que enxerga o Estado como uma arena onde a força militar é mobilizada internamente e usada domesticamente e internacionalmente.

Feitas as críticas iniciais às diversas teorias do Estado, Mann (1992) procurou apresentar a sua compreensão do tema, se colocando em linha com o pensamento de Max Weber. A maioria dos conceitos de Estado contém dois níveis, o institucional e o funcional. Logo, o aparelho estatal pode ser definido pela sua aparência, ou a partir do que ele faz, a partir suas funções. O autor então se insere na perspectiva weberiana do Estado, e o define como um conjunto diversificado de instituições e funcionários centralizados. As relações políticas assim se irradiam de um centro para cobrir uma área demarcada territorialmente. Mann (1992) afirma que seu interesse

---

<sup>21</sup> A autora também é reconhecida por ser uma expoente do chamado institucionalismo histórico. Ela mesmo se define como institucionalista histórica. Ver: SKOCPOL, T. Why I am Historical Institutional. *Polity*, Chicago, vol. 28, n. 1, pp. 103-106, autumn 1995.

está concentrado nessas instituições centralizadas, aquilo que geralmente é conhecido como Estado, e nos poderes dos funcionários que as ocupam, o grupo que é chamado pelo autor de elite estatal. Por fim, ele apresenta o seu conceito de autonomia do Estado. Para Mann (1992), isso significa a capacidade única do aparelho estatal em prover uma forma de organização centralizada territorialmente, tanto na forma despótica, quanto na infra-estrutural.

O poder despótico do Estado seria tão somente a extensão do poder da elite estatal e de suas opções, ou seja, aquelas ações que ela é capaz de empreender sem a negociação de rotina institucionalizada com os grupos da sociedade civil. Mas para o autor há um outro sentido de poder despótico do Estado, especialmente nas democracias capitalistas atuais. De acordo com ele, podemos denominar de poder infra-estrutural a capacidade do Estado de realmente penetrar a sociedade civil e implementar as decisões por todo o seu domínio. Como quem controla o Estado é a elite estatal, mesmo as suas decisões secretas penetram em nossas vidas cotidianas frequentemente de um modo enraivecido, e os dirigentes ainda decidem se estamos ou não qualificados para este ou aquele benefício.

Mas de onde se origina esse poder do Estado, que interfere na vida dos indivíduos? Para Mann (1992), a maioria das sociedades parece acreditar que algumas regras, muito especialmente aquelas relevantes para a proteção da vida e da propriedade, sejam fixadas monopolisticamente e controladas pelo aparelho estatal. Assim, o poder do Estado deriva dessa necessidade. Consequentemente, as atividades dos seus funcionários são necessárias para a sociedade e para os vários grupos que se beneficiam das estruturas e regras que o Estado impõe. Os aparelhos estatais, portanto, têm funções.

Para o autor, a despeito das afirmações dos reducionistas, a maioria dos Estados não tem se dedicado a perseguir uma única função. O aparelho estatal possui quatro tipos básicos de atividades que são: a manutenção da ordem interna, a defesa e agressão militar contra forças estrangeiras, a manutenção das infraestruturas de comunicação, transportes e organização dos mercados e, quarta tarefa, a redistribuição econômica. Essa última significa a distribuição autoritária de recursos materiais entre aquilo que o autor chama de nichos ecológicos, que são grupos de idade, sexo, regiões e classes sociais. Muitas dessas redistribuições envolvem os

grupos economicamente inativos, cuja subsistência é assegurada com recursos estatais. Essa última função também possui uma dimensão internacional, pois o Estado regula as relações de comércio e as trocas monetárias com outros países. Para Mann (1992) essas quatro tarefas são necessárias para a sociedade como um todo, e para os grupos de interesse dentro delas. Elas são colocadas de forma mais eficiente pelos funcionários de um Estado central, que se torna assim indispensável. Contudo, ao executar essas funções, o Estado se joga em relações funcionais com diferentes grupos e algumas vezes com estratos diametralmente opostos da sociedade.

. O Estado não possui um mecanismo distintivo de poder, que seria diferente e independente dos poderes econômico, militar e ideológico. Na perspectiva defendida por Mann (1992), os mecanismos usados pelos aparelhos estatais na verdade são uma combinação daqueles poderes, que também são os mecanismos de poder usados em todas as relações sociais. O poder do Estado é irredutível em um sentido sócio-espacial e organizacional. Apenas o Estado é inerentemente centralizado em um território delimitado, sobre o qual ele tem um poder autoritário nos dizeres do autor. De forma diferente dos grupos econômicos, ideológicos e militares da sociedade civil, os recursos da elite estatal se irradiam para a sociedade civil autoritariamente de um centro, mas param em limites territoriais definidos. São essas fronteiras que delimitam o raio de ação dos aparelhos estatais, que fundamentam a crítica de Mann (1992) às teorias marxistas.

Para ele os agrupamentos econômicos de poder, como as classes sociais, existem em relações descentradas, competitivas e por vezes conflituosas. Logo, o escopo das instituições econômicas modernas não é territorial. Os Estados não podem ser o simples instrumento das classes, pois ele tem um espaço territorial diferente. Portanto, ele não pode ser fundado, intensificado e institucionalizado por grupos que possuem contornos sociais, especiais e organizacionais diferentes.

Assim, Mann (1992) enxerga o Estado como uma organização social e espacial diferenciada, que possui uma elite como protagonista. Seus mecanismos de poder infra-estrutural derivam de sua própria utilidade social, já que as formas de centralização territorial não podem ser fornecidas unicamente pelas forças da sociedade civil. A extensão do seu poder despótico, por sua vez, deriva da

incapacidade das forças da sociedade civil em controlar aquelas formas de centralização territorial.

As contribuições de Michael Mann encerram nossa revisão bibliográfica sobre as teorias do Estado. Todas as perspectivas debatidas acima e sumarizadas no Quadro 1, nos ajudarão ao longo da pesquisa como referências teóricas. Entretanto, são as teorias centradas no Estado o nosso principal referencial, especialmente as contribuições de Max Weber, Otto Hintz, Theda Skocpol e Raymundo Faoro. Compreendemos que o conflito é multidimensional, e que envolve classes, partidos e grupos de status. Acreditamos também que o Estado é um ator de peso, como afirma Skocpol. Ele exerce grande influência no conflito político, pois suas decisões e omissões, ferem interesses arraigados na sociedade, incentivam e capacitam determinados grupos políticos para ação contra os Estados, ou políticas e estruturas específicas deles.

Como vimos, Max Weber e Raymundo Faoro consideram o Estado uma associação de domínio institucional. Ele impõe regras e padrões de conduta em um determinado território. Acreditamos que as instituições do Estado autoritário implementado em 1964, especialmente o bipartidarismo, levaram ao surgimento do que chamamos de elite fisiológica. Otto Hintze e Theda Skocpol desenvolveram tal perspectiva. O primeiro considerou que o Estado cria hábitos e visões, além de necessidades e objetivos. Ele também gera disposições intelectuais específicas nos líderes e nas massas. Nessa esteira, Skocpol considerou que o Estado é capaz de formar grupos, e que exerce impacto nas ideias e demandas dos estratos das sociedades. Ele interfere no conflito, pois através das suas ações e dos incentivos gerados por suas instituições, o aparelho estatal interfere na capacidade política dos atores.

Creemos, influenciados por esses apontamentos, que os modos de agir da elite fisiológica, especialmente a busca por um alinhamento com o governo, independente da orientação ideológica deste, e assim fazer política essencialmente através da manipulação de recursos do Estado, é fruto da socialização política específica desse grupo durante o Regime Militar. Aqui a perspectiva instrumentalista do marxismo também se apresenta como um referencial, pois uma das características que melhor definem a elite fisiológica, é que ela, como parte integrante da classe dominante,

instrumentaliza o aparelho estatal para alcançar seus objetivos políticos. Aliás, sem a constante instrumentalização dos recursos estatais, a elite fisiológica não teria o poder que ostenta hoje, capaz de derrubar e emparedar presidentes.

Defendemos assim, que a elite fisiológica – suas ideias, hábitos, visões e demandas - é um resultado dos incentivos criados pelas instituições e políticas do Estado Unionista Autoritário (ABRÚCIO, 1998), que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, e da socialização particular vivenciada por esse grupo nas duas décadas de autoritarismo. Mas como foi essa socialização específica?

A origem da elite fisiológica está na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), particularmente em seus deputados federais e senadores, partido de sustentação da Ditadura Militar, e no seu herdeiro mais imediato, o Partido Democrático Social (PDS)<sup>22</sup>, que surgiu após a volta do multipartidarismo em 1979. A especificidade de sua socialização está no fato de terem sido governistas durante 21 anos<sup>23</sup>, e muitos deles continuaram alinhados ao governo de turno após o fim do Regime Militar, em 1985. Além disso, a ARENA/PDS não foi uma organização que surgiu de um movimento da sociedade, ou da ação de uma liderança política de perfil carismático. Aquela legenda fazia parte de um sistema partidário organizado pelo aparelho estatal.

Maria do Carmo Campello de Souza (1976) apontou as consequências de um sistema partidário estruturado pelo Estado, ao analisar o Regime Democrático de 1946. Segundo a autora, as mudanças político-institucionais surgidas com a Revolução de 1930 levaram à criação de uma extensa máquina burocrática, que não era controlável por um legislativo, que tinha sido extinto por Vargas, ou pela sociedade civil. Souza (1976) afirma que uma instituição teve destaque especial nesse processo: as interventorias.

Os dois grandes partidos nacionais que surgiram após o fim do Estado Novo, PSD e UDN, se constituíram tendo como referência as interventorias. Os políticos que se encontravam na liderança das interventorias formaram o PSD, os que haviam sido desalojados pela Revolução de 30 formaram a UDN. Para Souza (1976), o principal

---

<sup>22</sup> A partir de agora, de modo a facilitar a exposição, nós vamos tratar a ARENA e o PDS como uma organização única (ARENA/PDS).

<sup>23</sup> A ARENA foi fundada em 1966. Entretanto, muitos dos deputados federais e senadores filiados à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Democrático (PSD), já atuavam como base de sustentação dos militares no Congresso Nacional desde 1964.

efeito desse eixo político a partir do qual essas organizações se formaram, foi que o sistema partidário da democracia de 1946 se estruturou a partir de uma decisão governamental. Os alinhamentos se deram em função de fatores marcadamente conjunturais, como ser anti ou pró-Vargas, e não por clivagens socioeconômicas nítidas.

O mesmo ocorreu no período do Regime Militar, que criou um sistema partidário baseado na dicotomia anti e pró governo. As organizações surgidas daquela conjuntura, continuaram atuando após o fim do autoritarismo, seja através dos inúmeros herdeiros da ARENA/PDS (PFL/DEM, PP, PL entre outros), seja por meio do MDB, partido de oposição aos militares, que depois de uma sutil mudança de nome, continua existindo até hoje<sup>24</sup>. Assim, o eixo através do qual se estruturou o bipartidarismo, ser pró ou contra o governo, está na origem do comportamento fisiológico dos políticos ligados aos partidos herdeiros da ARENA/PDS<sup>25</sup>. Suas organizações descendem de uma organização criada para ser governo, que nasceu para defender um governo.

Sendo assim, além da própria obra de Maria do Carmo Campello de Souza, outros dois conceitos, agora pertencentes à tradição da autonomia relativa do Estado, serão referenciais em nosso trabalho: o burocratismo de Nicos Poulantzas, e o conceito de saída de Goran Therborn. Como analisamos anteriormente, o sistema partidário brasileiro implementado pelos militares após o Golpe de 1964, foi uma criação do aparelho estatal. A despeito dos parlamentares governistas, filiados a ARENA/PDS, não pertencerem à burocracia pública, eles foram organizados pelo Estado, e o seu partido fazia parte do seu modo de funcionamento. Poulantzas definia burocratismo como o modo de organização e funcionamento do Estado burguês. O Estado Autoritário construído a partir de 1964 tinha um modo de organização e funcionamento particular. Um dos aspectos dessa forma específica, foi a criação, induzida por dirigentes estatais, de um partido destinado a ser governo.

---

<sup>24</sup> Entre 1980 e 2017 o MDB acrescentou a palavra partido em seu nome, e virou PMDB. Depois de 2017, o partido voltou a se chamar MDB. Para simplificar a nossa exposição, nós usaremos em nossa tese somente a sigla MDB para se referir a essa organização.

<sup>25</sup> Veremos adiante, porque o MDB, que nasceu para ser oposição, tornou-se o grande símbolo do fisiologismo na Nova República.

Mas o bipartidarismo estruturado a partir do eixo a favor e contra o governo, obviamente não era o único aspecto do funcionamento do Estado. Outros 3 elementos compunham, junto com o bipartidarismo, uma espécie de gramática autoritária, que organizava o *modus operandi* daquele aparelho estatal particular. São eles: a *centralização política, desmobilização da sociedade civil e a expansão material do aparelho de Estado*.

A ideia de gramática tomamos emprestada de Edson Nunes (2003). Ao desenvolver um estudo acerca do processo de modernização do Brasil, Nunes mostrou que ao longo da nossa formação se institucionalizaram quatro padrões de relações, ou gramáticas, entre sociedade e instituições formais: o clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. Sendo assim, as gramáticas podem ser consideradas um conjunto de instituições formais e informais, que estruturam as relações entre Estado e sociedade (SEBBA, 2007). Por óbvio, a forma de combinar essas gramáticas não é a mesma em todos os lugares. Assim, uma combinação específica de elementos, pode gerar efeitos igualmente específicos. A gramática implementada a partir do Golpe de 1964, denota a forma como o Estado Autoritário construiu as suas relações com a sociedade, grupos de interesse e com os demais segmentos da elite política brasileira.

A centralização e o enfraquecimento do poder legislativo são típicos de qualquer Estado Autoritário. Os militares diminuíram os poderes dos governos municipais e especialmente estaduais, concentrando prerrogativas e recursos na União. Agindo dessa forma evitavam que se criasse um movimento de oposição a partir dos governadores, figuras notavelmente influentes em nossa história republicana. Apesar de não terem fechado o Congresso Nacional permanentemente, algo comum no autoritarismo, os líderes da ditadura tomaram medidas que esvaziaram sensivelmente a capacidade do parlamento de limitar as iniciativas do poder executivo. Na prática, o poder legislativo enquanto poder deixou de existir, pois tornou-se, como afirmou Cardoso (1975), uma espécie de ornamento. Os dois movimentos, centralização e enfraquecimento do legislativo, resultaram na hipertrofia do poder executivo, algo definidor de todos os regimentos não democráticos.

Outro traço da organização e funcionamento do Regime de 64 foi a expansão do aparelho estatal. Além do fortalecimento das estruturas destinadas à defesa e

segurança, os militares criaram novas empresas e agências governamentais, destinadas a ampliar significativamente a capacidade do Estado planejar a economia e assim intervir no domínio econômico. Esse processo de alargamento do ramo econômico do aparato estatal é comum em Estados autoritários, mas não é uma regra, vide o exemplo da ditadura comandada por Augusto Pinochet no Chile (1973-1990).

A centralização política e a expansão material do aparelho estatal provocaram uma nacionalização do clientelismo, algo que ocorreu também na Era Vargas, como aponta Nunes (2003). Segundo esse autor, entre 1930 e 1945, ocorreu uma transferência do poder local para o governo central, de quase todos os recursos para o exercício do clientelismo. Entretanto, no período de maior centralização da Era Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), os legislativos estavam fechados. A diferença entre o autoritarismo varguista e dos militares, é que a nacionalização do clientelismo ocorrida entre 1964 e 1985, se conjuga com manutenção dos parlamentos abertos, em funcionamento, apesar de enfraquecidos.

Desse modo, os parlamentares atuavam em um Congresso Nacional esvaziado de poderes, ao mesmo tempo em que dependiam cada vez mais do Poder Executivo, que havia concentrado e nacionalizado os instrumentos para o exercício do clientelismo. Sendo assim, a conjugação entre nacionalização do clientelismo, consubstanciada na centralização e na expansão material do Estado, e um parlamento enfraquecido, foi o principal fator de estímulo para o surgimento da elite fisiológica.

Bipartidarismo, centralização política, desmobilização da sociedade civil e expansão do aparelho estatal, formavam a gramática institucional da Ditadura Militar. Os parlamentares da ARENA/PDS foram organizados por essa gramática e interagem com seus componentes. Foram incentivados a adotar comportamentos constrangidos por essas instituições. Como vimos, Goran Therborn acreditava que as tecnologias de dominação do Estado geram efeitos nos indivíduos que estão organizados por elas. O autor chamava esses efeitos de saída. Assim, acreditamos que o governismo da elite fisiológica, o principal componente da cultura política do

fisiologismo, é uma *saída*<sup>26</sup>. Um efeito gerado pelo Estado autoritário que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985.

Os comportamentos incentivados pelas instituições autoritárias e a socialização particular que tiveram na Ditadura Militar, como membros de uma organização partidária de sustentação do governo, são as origens do comportamento fisiológico que parlamentares originalmente arenistas irão desenvolver após a ditadura. Mas, para entendermos como a gramática institucional do Regime Militar estimulou certas condutas, e qual o papel da socialização na absorção de práticas políticas, precisamos discutir de forma mais detalhada as teorias das instituições, da socialização e o conceito de *path dependence*, ou dependência da trajetória. É o que faremos no capítulo seguinte.

---

<sup>26</sup> O governismo é um efeito da gramática institucional do Estado Autoritário. Porém, a cultura política do fisiologismo é algo mais amplo, como veremos ao longo da tese.

**QUADRO 1 – TEORIAS DO ESTADO**

<b>Autor</b>	<b>Perspectiva Teórica</b>	<b>Teoria</b>
Karl Marx	<i>Marxismo Clássico</i>	Quando nenhuma classe consegue controlar o Estado, ele assume uma autonomia relativa.
Engels	<i>Marxismo Clássico</i>	O Estado é um poder que está aparentemente acima da sociedade, que é chamado a amortecer o conflito entre elas
Gramsci	<i>Marxismo</i>	O Estado é igual a soma da sociedade política mais sociedade civil, hegemonia revestida de coerção.
Althusser	<i>Neomarxismo</i>	O Estado é composto pelas instituições que compõem o aparelho repressivo e ideológico.
Poulantzas - <i>Poder Político e Classes Sociais</i>	<i>Neomarxismo</i>	A autonomia do Estado deve ser compreendida a partir de suas relações com as lutas de classes.
Poulantzas - <i>O Estado, O Poder, O Socialismo.</i>	<i>Neomarxismo</i>	O Estado é uma condensação material das relações de força.
Goran Therborn	<i>Neomarxismo</i>	O Estado capitalista apresenta várias formas de dominação, chamadas pelo autor de tecnologias políticas.
Ralf Miliband	<i>Neomarxismo</i>	O autor associa o marxismo com a teoria das elites. A elite estatal pertence a mesma classe que domina os outros postos estratégicos da sociedade.

Max Weber	<i>Teorias Centradas no Estado</i>	Compreende o Estado a partir do seu meio específico, que é força física, e como uma associação de dominação institucional.
Raymundo Faoro	<i>Teorias Centradas no Estado</i>	O Estado português, através do seu estamento burocrático, moldou a formação da sociedade brasileira, ao criar um capitalismo politicamente orientado.
Otto Hintze	<i>Teorias Centradas no Estado</i>	O Estado é resultado da colaboração e interação constantes entre os mundos internos e externos.
Theda Skocpol	<i>Teorias Centradas no Estado</i>	O Estados são atores de peso, que influenciam na formação dos grupos, na sua capacidade política e nas ideias e demandas dos segmentos da sociedade.
Michael Mann	<i>Teorias Centradas no Estado</i>	O Estado é um conjunto diferenciado de instituições e funcionários especializados, a elite estatal. Seus mecanismos de poder derivam da sua própria utilidade social.

---

## 2 INSTITUIÇÕES, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E DEPENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA

### 2.1 Instituições

O debate sobre o conceito de instituições e de suas relações com indivíduos e grupos sociais está muito presente na sociologia, antropologia, ciência política e economia. Independentemente da disciplina, há um consenso entre aqueles que analisam esses temas: as instituições importam, porque impactam no comportamento humano. Contudo, teóricos divergem sobre a forma de conceituar instituições e acerca da maneira de compreender como o efeito das instituições molda as condutas dos indivíduos.

Jon Elster (1994), por exemplo, defende que as instituições evitam que a sociedade se desmantele, e nos protegem contra as consequências da paixão e do auto-interesse, porém as próprias instituições correm o risco de serem minadas pelo auto-interesse. Para o autor, uma instituição pode ser definida como um mecanismo de imposição de regras, que governam o comportamento de um grupo bem definido de pessoas, por meio de sanções externas e formais.

Crawford e Ostrom (1995), também acreditam que uma das possíveis formas de conceituar instituições é defini-las como regras. Segundo as autoras, essa ideia repousa na suposição de que muitos padrões de interação observados, são baseados no entendimento comum de que ações inconsistentes podem levar a uma sanção, se os atores com poder impõem essa sanção ou ao menos informem sobre a sua possibilidade. Desse modo, as regras afetam os padrões regulares de interação, sendo preciso examinar as ações e resultados que as regras permitem ou proíbem, e quais os mecanismos de aplicação daquelas regras.

É por isso que North (2018) define instituições como as regras do jogo em uma sociedade. Elas são, desse modo, as restrições concebidas pelo homem, que moldam a interação humana. Na visão desse autor, as instituições estimulam determinados intercâmbios, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. Elas também reduzem a incerteza ao conferir uma estrutura à vida cotidiana, e se constituem em um verdadeiro guia para a interação humana.

Por conseguinte, as instituições definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos, ou como afirma Elster (1994), elas conformam as estratégias dos atores

que interagem e produzem resultados coletivos. Para este autor, as instituições provêm informações, oportunidades, incentivos e restrições, tanto aos cidadãos, quanto aos líderes, para a escolha de certas estratégias. Assim, elas afetam os indivíduos de muitas formas, pois estabelecem parâmetros para as ações e forçam eles a agir de certas maneiras.

Hall e Taylor (2003), ao desenvolverem um importante trabalho bibliográfico sobre o neo-institucionalismo, intitulado *As três versões do neo-institucionalismo*<sup>27</sup>, classificaram os estudos filiados a essa corrente teórica em três tipos de enfoque: *de escolha racional, histórico e sociológico*. Segundo esses autores, o neo-institucionalismo se desenvolveu em reação contra as perspectivas behavioristas, muito influentes nos anos 60 e 70. Esses trabalhos buscavam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos. Contudo, essas três perspectivas divergem em relação à imagem que apresentam do mundo político.

Segundo Hall e Taylor (2003) o institucionalismo histórico também conceitua instituições como regras. Para os autores filiados a essa abordagem, instituições são um conjunto de procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais, que são uma característica essencial da organização da comunidade política ou da economia política. Tal conjunto engloba as regras de uma ordem constitucional, os procedimentos habituais de funcionários de uma organização e até às convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas (HALL; TAYLOR, 2003). Dessa maneira, o institucionalismo histórico tende a definir instituições como regras ou convenções editadas por organizações formais<sup>28</sup>.

Porém, essa definição mais formal de instituições não é consensual entre os especialistas. North, por exemplo, apresenta uma classificação mais ampla. Ele considera como instituições quaisquer formas de restrição que os seres humanos engendram para moldar a interação humana (NORTH, 2018). Desse modo, elas podem ser regras formais, que são aquelas que os seres humanos concebem, ou informais, como as convenções e códigos. Diferentemente, Elster (1994) classifica

---

<sup>27</sup> Esse é o título da versão em português do artigo.

<sup>28</sup> O chamado institucionalismo de escolha racional define instituições de forma bastante similar. Como veremos adiante, a principal diferença entre o institucionalismo histórico e de escolha racional está na forma de compreender a relação entre indivíduos e instituições.

essas últimas como normas sociais<sup>29</sup>, que impõem regras por meio de sanções externas, informais e com regras internalizadas.

Lima e Monschbacher (2016), também incluem normas sociais e crenças no conceito de instituições. Para os autores, elas são um amálgama, e surgem para desempenhar a função de reduzir as incertezas que permeiam a vida social nas esferas política e econômica. Ao agregarem escolhas e definirem a estrutura de atuação dos indivíduos, as instituições minimizam problemas de transação, como custos de informação.

Para Crawford e Ostrom (1995) a ideia de instituições como norma, repousa na suposição de que muitos dos padrões de interação observados são baseados em percepções compartilhadas por um grupo de indivíduos, sobre qual deve ser o comportamento apropriado em situações particulares. Assim, para entender porque muitos padrões regulares de interação existem, é preciso ir além da relação meios, e fins e analisar as crenças compartilhadas pelo grupo de indivíduos sobre determinadas obrigações normativas.

Nessa mesma linha de considerar instituições como crenças compartilhadas, Stinchcombe (1968) define instituições como uma estrutura onde um conjunto de poderosos estão comprometidos com alguns valores ou interesses. Esses poderosos podem criar arranjos com recompensas e punições, para que as pessoas acreditem que é do seu interesse acreditar nesse valor. Desse modo, para ocorrer a institucionalização desse valor é preciso concentrar instrumentos de poder nas mãos de pessoas que acreditam nesse valor, que assim podem incentivá-lo. Para Stinchcombe (1968), quaisquer valores defendidos nos mais diversos centros de poder de uma sociedade podem ser considerados institucionalizados.

Por sua vez os teóricos do institucionalismo sociológico desenvolveram uma definição ainda mais ampla de instituições. De acordo com Hall e Taylor (2003), elas incluem não só as regras, procedimentos e normas formais, mas também os sistemas

---

<sup>29</sup> O autor descreve as normas sociais como um comportamento que é compartilhado pelas pessoas e sustentado pela aprovação e desaprovação a esse comportamento. Elas são também mantidas pelas emoções que se desencadeiam quando as normas são violadas. Algumas normas sociais são como convenções, e outras assumem a forma de códigos de honra. Servem a uma finalidade, pois em algum sentido são úteis para o indivíduo ou para a sociedade. Sendo assim, para Elster (1994) elas existem porque servem a algum propósito.

de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem padrões de significação que guiam a ação humana. Assim, o institucionalismo sociológico rompe com a dicotomia instituições e cultura, e promove uma interpenetração entre esses conceitos. O que leva essa abordagem a definir cultura como sinônimo de instituições. Para Hall e Taylor (2003) tal concepção é reflexo do que os autores chamam de virada cognitivista no interior da sociologia, porque ela se distancia das definições que associam cultura às normas, valores e atitudes afetivas, para se aproximar de um entendimento da cultura como uma rede de hábitos, símbolos e cenários, que fornecem aos indivíduos modelos de comportamento.

Além da extensão do conceito de instituições há divergências entre os neo-institucionalistas na forma como ocorre a relação entre indivíduos e instituições. Para desenvolvermos a discussão sobre esse tópico, nos basearemos nas conclusões do trabalho de Hall e Taylor (2003), acima citado. Esses autores apontam que uma das principais divergências está entre as abordagens calculadora e culturalista. A perspectiva calculadora é típica do institucionalismo de escolha racional. Para aqueles que partilham desse enfoque, o comportamento humano é determinado não por forças históricas impessoais, mas por um cálculo estratégico. Esse cálculo também é fortemente influenciado pelas expectativas desenvolvidas por esse ator em relação ao comportamento provável dos outros atores. Como afirmam Hall e Taylor (2003), o institucionalismo de escolha racional considera que as instituições estruturam as interações entre os indivíduos ao influenciarem a possibilidade e a sequência de alternativas na agenda política. Elas oferecerem informações ou mecanismos para se adotarem certas ações, que reduzem a incerteza no tocante ao comportamento dos outros. Em suma, os indivíduos aderem a certos modelos de comportamento, porque ganharão mais se aderirem a eles (HALL; TAYLOR, 2003).

Se a perspectiva calculadora postula um universo de indivíduos ou de organizações empenhadas em maximizar seu bem-estar material, o enfoque culturalista descreve um universo de indivíduos ou de organizações em busca de definir ou exprimir suas identidades conforme modos socialmente apropriados (HALL; TAYLOR, 2003). Essa abordagem explica a persistência das instituições ao enfatizar que muitas das convenções ligadas às instituições não podem ser objeto explícito de decisões individuais. Certas instituições são tão convencionais ou usuais que escapam a todo questionamento direto (HALL; TAYLOR, 2003).

Sendo assim, a perspectiva cultural trata dessas questões de maneira diferente da abordagem calculadora. Para Hall e Taylor (2003), ela questiona até que ponto o comportamento é inteiramente estratégico, e sublinha que as ações humanas são limitadas pela visão de mundo particular do indivíduo. Esse enfoque reconhece que o comportamento humano é racional e orientado para fins, porém enfatiza que os indivíduos recorrem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objetivos. (HALL; TAYLOR, 2003). Sendo assim, as instituições fornecem padrões morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação.

Na abordagem culturalista, o indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições, composto de símbolos, de cenários e protocolos (HALL; TAYLOR, 2003). Desse modo, as instituições fornecem filtros de interpretação aplicáveis às situações ou aos próprios indivíduos, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico, como também afetam a identidade, a imagem que as pessoas tem de si e as preferências que orientam a conduta. Para Hall e Taylor (2003), a abordagem culturalista visa enfatizar até que ponto a escolha de uma linha de ação depende da interpretação de uma situação, mais do que cálculo puramente utilitário

O institucionalismo sociológico adota esse enfoque. De acordo com Hall e Taylor (2003), os autores que pertencem a essa vertente enfatizam a natureza altamente interativa das relações entre instituições e a ação individual. Para eles, instituições e indivíduos constituem dois polos, e um constitui o outro. A ação está estreitamente ligada à ideia de interpretação. Quando agem conforme uma convenção social, os indivíduos se constituem como atores sociais, que empreendem ações dotadas de significação social e reforçam a convenção que obedecem (HALL; TAYLOR, 2003).

Desse modo, os institucionalistas sociológicos se concentram na dimensão cognitiva do impacto das instituições (HALL; TAYLOR, 2003). Eles enfatizam o modo como as instituições influenciam o comportamento ao fornecer esquemas, categorias e modelos cognitivos que são indispensáveis à ação, porque sem eles seria impossível interpretar o mundo e o comportamento dos outros atores. Como argumentam Hall e Taylor (2003), nesse enfoque do neo-institucionalismo, a

identidade e a imagem que os atores sociais tem de si, são vistas como sendo constituídas a partir de formas, imagens e signos institucionais fornecidos pela vida social.

Hall e Taylor (2003) apontam ainda que os teóricos do institucionalismo sociológico tentam definir as vias pelas quais as instituições podem influenciar as preferências ou identidades dos atores, algo que os institucionalistas da escolha racional consideram como dadas. Essa corrente procura mostrar que mesmo um ator fortemente utilitário pode escolher estratégias em repertórios que são dotados de uma especificidade cultural. Eles identificam novas possibilidades para a influência do ambiente institucional sobre as escolhas estratégicas dos atores. Sendo assim, Hall e Taylor (2003) consideram que o institucionalismo sociológico nos ensina que as instituições influenciam não só as preferências, mas também as identidades subjacentes dos atores.

Porém, é o institucionalismo histórico que oferece a concepção mais ampla da relação entre instituições e comportamento. Como afirmam Hall e Taylor (2003), os cientistas sociais vinculados a essa linha teórica combinaram com frequência as duas abordagens, culturalista e calculadora. O institucionalismo histórico ainda se diferencia das outras vertentes por se preocupar com os efeitos desiguais das instituições. Hall e Taylor (2003) mostram que diferentemente da escolha racional, que se baseia em cenários sobre a liberdade dos indivíduos em firmar contratos, esse enfoque do neo-institucionalismo compreende que as instituições conferem a grupos ou interesses um acesso desproporcional às decisões. Como vimos anteriormente, essa tese é particularmente defendida por Theda Skocpol, talvez a maior expoente dessa forma de institucionalismo. O neo-institucionalismo histórico propugna que é preferível que os cientistas sociais se concentrem no fato de que certos grupos sociais se revelam perdedores, enquanto outros são ganhadores, ao invés de procurar como uma situação determinada beneficia a todos (HALL; TAYLOR, 2003).

Tendo como base os conceitos e as discussões acima, em nossa tese iremos adotar uma visão ampliada do conceito de instituições, tendo como referência o institucionalismo histórico. Ou seja, vamos combinar os enfoques culturalista e calculador, seguindo assim a sugestão de Hall e Taylor, que defendem um maior intercâmbio entre as versões do neo-institucionalismo. Sendo assim, pretendemos considerar as regras formais e investigar como elas afetaram os padrões de interação

e governaram o comportamento das pessoas (CRAWFORD; OSTROM 1995). Entretanto, acreditamos que instituições não se restringem às normas formalizadas. Assim como North (2018), Crawford e Ostrom (1995)<sup>30</sup>, Stinchombe (1968) e os institucionalistas históricos e sociológicos, consideramos que as instituições informais também incentivam determinados comportamentos. Essas regras são igualmente internalizadas, e tornam-se indispensáveis a ação dos indivíduos (HALL; TAYLOR, 2003). Adotamos, portanto, a perspectiva de Lima e Monschbacher (2016), que afirmam que as instituições formais e informais criam um amálgama, que tem a finalidade de reduzir as incertezas dos indivíduos no momento da ação.

Contudo, não basta apenas combinarmos o enfoque culturalista e calculador, e as instituições formais e informais. É preciso lembrar que as instituições, especialmente as informais, se combinam, para formar algo maior: uma cultura.<sup>31</sup> Quando fazemos tal afirmação, estamos nos baseando no pensamento de Bronislaw Malinowski (1976). Para esse eminente antropólogo polonês, os seres humanos precisam se organizar para alcançar determinados fins. Ele classifica as unidades que compõem essa organização de instituição, que é um resultado de acordos acerca de uma série de valores tradicionais que aproxima os seres humanos. É por isso que Malinowski (1976) defende cultura como um todo indivisível, composto por instituições. Desse modo, acreditamos que o fisiologismo não é um produto somente do cálculo utilitário de atores que visam maximizar os seus interesses, aproveitando as regras ou brechas permitidas pelas instituições formais. Ele é uma cultura política específica, formada basicamente por quatro instituições não escritas: a principal delas já mencionamos, é o *governismo*, e as outras três que vamos explorar ao longo da tese são: *nepotismo*, *anti-partidarismo* e *municipalismo*. Desse modo, a cultura política do fisiologismo, formada por essas três instituições não formalizadas, resulta em formas particulares de ação política. Ela constituiu-se assim, em um modelo cognitivo para um segmento da elite política brasileira, e é com base nele que os membros

---

<sup>30</sup> Douglass North, Elinor Ostrom e Sue Crawford, estão mais alinhados com o institucionalismo da escolha racional.

<sup>31</sup> Para tornar mais clara nossa exposição, quando nos referirmos a uma instituição escrita, aquelas que estão previstas nas mais variadas formas de legislação, usaremos os adjetivos, formal, escrita ou formalizada. Agora, quando se tratar de uma instituição não escrita, uma expressão cultural que é internalizada como regra pelos indivíduos, então usaremos o adjetivo informal. Entretanto, nos parece evidente que as regras formais incorporam as mais diversas expressões culturais de uma sociedade, ou ao menos das elites que as escreveram. Por exemplo, estavam inscritos na gramática autoritária implementada após 1964 os valores políticos dos militares.

dessa elite interpretam as instituições formais e a ação dos outros grupos e atores políticos. Portanto, o fisiologismo é a cultura dessa fração da elite política brasileira, cultura essa que a diferencia e define.

Sendo assim, defendemos que as regras formais instituídas pelo Regime de 1964, e mais especificamente, a organização partidária criada para apoiar o governo, a ARENA/PDS, incentivaram um determinado cálculo estratégico dos parlamentares que sustentavam o regime comandado pelos militares. Esse cálculo ocorreu devido a nacionalização dos recursos para o clientelismo, e a supressão das liberdades individuais, que enfraqueceram a sociedade civil. Isso levou os arenistas a depender dos recursos públicos para formar, manter e ampliar bases eleitorais e a não criar laços com a sociedade civil com esse objetivo. Assim, aquelas normas instituídas pela ordem autoritária e a socialização durante a Ditadura Militar, criaram parâmetros de ação para os senadores e deputados federais que apoiavam os militares. Desenvolveu-se assim um padrão de atuação política que dependia da instrumentalização do Estado para se realizar. Contudo, em regimes democráticos ou naqueles onde existe alguma possibilidade de alternância de poder ou troca de mando político, só é possível uma ação política desse tipo, se o parlamentar acompanhar as mudanças de comando no poder executivo, para estar permanentemente alinhado com o governo. Desse modo, o governismo aflora quando há a perspectiva de alternância de poder.

Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* detectou o comportamento governista já na República Velha. Conforme o autor:

Basta lembrar que o espírito governista é a marca predominante dessa mentalidade municipal para vemos que alguma razão mais poderosa que o simples arbítrio pessoal atua naquele sentido [...] Os políticos “estaduais” e “federais” – com exceções é claro – começaram no município, onde ostentavam a mesma impura falta de idealismo que mais tarde, quando se acham na oposição, costumam atribuir aos chefes locais (LEAL, 2012, p. 59)

Como aponta Goulart (2018) ao analisar a obra de Victor Nunes Leal, durante a República Velha ou Primeira República, três fatores se combinaram para formar as bases da emergência do coronelismo: a decadência do poder privado, representado pelos coronéis proprietários de terra, o crescimento do poder público, simbolizado pelos governadores, e a existência de um grande contingente de eleitores rurais empobrecidos, resultado de uma estrutura social arcaica, cujas demandas eram

intermediadas pelo coronel. A articulação desses elementos entre 1889 e 1930 criou uma realidade política específica daquele período histórico, que foi o sistema político coronelista (GOULART, 2018). Assim só é possível falar em coronelismo nessas 4 (quatro) décadas.

Na República Velha os grandes protagonistas do jogo político eram os governadores. Eles comandavam os processos eleitorais nos Estados, muitas vezes através do uso de fraudes e da violência política. Goulart (2018) afirma que esse poder dava aos chefes dos executivos estaduais a possibilidade de controlar o processo de montagem do Congresso Nacional e a eleição para a Presidência da República. Depois da Revolução de 1930, que se deu em grande parte contra o poder excessivo dos dirigentes políticos locais, começou um acentuado processo de centralização política que fortaleceu a figura do presidente. Depois desse evento histórico, os governadores jamais retomaram aquela proeminência, mesmo em períodos democráticos.

Assim, Victor Nunes Leal demonstrou que o governismo já estava presente na República Velha, ao analisar o comportamento dos coronéis em relação ao governadores dos seus estados. Como afirma o autor, os coronéis eram responsáveis pela vitória dos candidatos da situação em suas regiões, e como estavam sempre alinhados com o oficialismo, eram acusados de não ter um ideal político. Leal (2012) também sublinha que eles não tinham o direito de impor ao seu grupo político o sacrifício da oposição. Assim, o chefe local precisava conseguir a vitória dos candidatos governistas, para obter o apoio da situação para as demandas locais.

Essa era a principal razão para as disputas aguerridas nas eleições municipais, aponta Leal (2012). Aqueles que demonstravam ter a maioria eleitoral do município, estavam mais credenciados a ter a preferência da situação estadual. Por estarem ao lado dos governos, os coronéis conseguiam os principais melhoramentos para os municípios. Sendo assim, para Leal (2012) não havia uma eleição municipal espontânea na República Velha. Os candidatos que eram apoiados pela situação estadual, eram os que tinham maiores chances de fazer uma gestão exitosa dos municípios. Isso era um incentivo para os eleitores votarem nos candidatos governistas.

O autor de *Coronelismo, Enxada e Voto*, argumenta que a situação da oposição era bastante desconfortável. A *regra* na República Velha era ficar na oposição somente quem não conseguia espaço no governo. Leal (2012) afirma que as correntes políticas municipais lutavam para disputar o privilégio de apoiar a situação, para se amparar nos recursos do governo. Era assim que se construía o que o autor classificava como um sistema de reciprocidade entre os chefes políticos locais e as lideranças da situação estadual. Os primeiros conduziam os eleitores a votar nos candidatos governistas, e os segundos colocavam à disposição dos coronéis os recursos públicos e até mesmo a violência política.

É interessante notar que Victor Nunes Leal usa a palavra *regra* para descrever como os chefes políticos locais fugiam da condição de oposição na República Velha. O governismo se transformou em uma instituição ao longo das 4 (quatro) décadas do regime oligárquico, ou seja, era uma regra que orientava o comportamento das lideranças políticas municipais. Entretanto, não era somente em nível local que se dava o incentivo ao governismo. Ele ocorria também naqueles casos onde um partido ficava durante muito tempo no poder. Foi o que ocorreu nos estados brasileiros nas três primeiras décadas do século XX.

A República Velha foi o momento de maior descentralização política da nossa histórica republicana. Nunca os estados foram tão autônomos e politicamente fortes *vis a vis* o poder central. Isso implica que os recursos para o clientelismo estavam melhor distribuídos entre os níveis estadual e federal. A centralização dos meios para o clientelismo ocorreu na Era Vargas, especialmente após a aprovação da Lei dos Municípios de 1939. Segundo Nunes (2003) essa legislação acabou definitivamente com o regime federativo de 1891. Ela transferiu praticamente toda a arrecadação para o governo federal, acabando assim com os recursos que estavam sob controle das elites regionais. A autonomia legislativa de estados e municípios foi destruída (NUNES, 2003).

A grande autonomia dos estados na primeira fase da república começou a ser construída na Constituição de 1891, porém se consolidou durante a presidência de Campos Salles (1898-1902). Como demonstra Lessa (1999), o então Presidente da República articulou o Pacto dos Estados, onde o governo federal se comprometia a não intervir na política estadual, o que garantiu o controle político das oligarquias

estaduais, e essas garantiriam estabilidade política e apoio aos chefes do poder executivo no Congresso Nacional

Segundo Lessa (1999), após o Pacto dos Estados, teria ocorrido um congelamento da competição política estadual. Os grupos que detinham o poder no momento em que o pacto foi firmado, na passagem do século XIX para o século XX, adquiriram condições de se eternizar no poder. Por exemplo: o Partido Republicano Paulista (PRP) ficou durante toda a República Velha no poder. Só apareceu uma oposição à máquina partidária da oligarquia paulista nos anos 1920, quando a organização já estava a 30 anos no poder. Outro caso exemplar dessa situação é o Rio Grande do Sul, que foi controlado pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR). No tempo em que o PRR esteve no poder, Borges de Medeiros ficou 25 anos no comando do estado do Rio Grande do Sul. Para Lessa (1999), se constituíram no período vários regimes de partido único nos estados, já que não houve nenhuma vitória eleitoral da oposição nos estados durante a República Velha.

A história da República Velha evidencia os mecanismos que originaram a instituição do governismo. O primeiro deles é a *alternância* de mando político. Como as oposições às oligarquias estaduais não venceram nenhum pleito durante essa fase da história republicana, a troca de comando ocorria dentro das máquinas partidárias oligárquicas. As disputadas se davam entre lideranças ou facções das máquinas partidárias das oligarquias estaduais. Como argumenta Lessa (1999), após o Pacto dos Estados, a competição política ficou confinada dentro dos estados. Assim, a despeito da República Velha ser caracterizada pela baixa competitividade e participação eleitoral, havia alguma possibilidade de troca de comando político, mesmo que essas alternâncias não produzissem mudanças relevantes.

O segundo é a *permanência* no poder por um longo período. Os dirigentes que comandavam os estados nas 3 (três) primeiras décadas do século XX, se acostumaram a manipular os recursos para o exercício do clientelismo, algo que era vital para conseguir o apoio dos coronéis. Desse modo, eles criaram o hábito do governismo, de fazer política a partir das estruturas da administração pública estadual. Desenvolveu-se assim uma dependência do aparelho estatal para fazer política.

A alternância estimulou o governismo em nível municipal, e a permanência no plano estadual. Dessa maneira, alternância e permanência se combinaram e geraram

a instituição do governismo na República Velha. Depois, ao longo da Ditadura Militar, foi a permanência da ARENA/PDS nos governos federal e estadual que irá estimular o governismo entre seus quadros. A partir da Nova República, alternância e permanência voltam a ser combinar. Entretanto, a combinação desses dois mecanismos no contexto de um regime altamente competitivo criará uma nova cultura política, que chamamos de fisiologismo.

Em sua obra Victor Nunes Leal também chama a atenção para o nepotismo. Ele não usa esse termo, mas sim a expressão familismo para designar essa tradicional instituição da política brasileira, que é empregar parentes em cargos públicas, usar os recursos governamentais para favorecer parentes em seus interesses privados ou ainda, usar a máquina estatal para patrocinar a candidatura de familiares a cargos eletivos. Segundo Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017), a sociologia política define o nepotismo como relação entre parentesco e as estruturas do Estado.

Sendo assim, a permanência no poder de um partido ou grupo político, em um contexto de instituições formais frágeis (OLIVEIRA, GOULART, VANALI, MONTEIRO 2017), como é o caso da história republicana brasileira, incentiva o nepotismo. Ficar muito tempo no controle de recursos públicos amplia a capacidade de direcionar as estruturas governamentais para favorecer familiares politicamente e financeiramente. Por isso acreditamos que o governismo e o nepotismo andam juntos, eles se fortalecem mutuamente e se retroalimentam, pois o nepotismo se torna um motivo a mais para que os líderes continuem alinhados com o governo, e assim possam continuar mobilizando a máquina estatal para beneficiar seus parentes<sup>32</sup>.

Assim, *Coronelismo, Enxada e Voto*, evidencia que as instituições novas são criadas e adotadas em um mundo que já as têm em abundância, como sublinham os teóricos do neo-institucionalismo histórico e sociológico (HALL; TAYLOR, 2003). Isso fica muito claro na própria constatação de Leal, quando considera o coronelismo como o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo sobre uma estrutura social inadequada. Nunes (2003) também afirma que as instituições ou gramáticas criadas para modernizar a burocracia estatal e o capitalismo brasileiro também interagiram com uma gramática mais antiga, o clientelismo. Acreditamos que

---

<sup>32</sup> Estar no poder executivo, ou apoiar quem comanda o governo, alarga a quantidade de recursos que podem ser usados para favorecer os parentes. Entretanto, um parlamentar de oposição ainda sim pode usar sua influência para beneficiar parentes familiares.

as instituições da ordem autoritária construída a partir de 1964 também interagiram com instituições mais antigas, como o governismo e o nepotismo.

Em um contexto de forte centralização política, econômica e administrativa, e de expansão material do aparelho de Estado, o governismo e o nepotismo identificados por Victor Nunes Leal foram estimulados. Assim, quando surge o Estado Autoritário em 1964, as instituições informais do governismo e do nepotismo já existiam, e guiavam as condutas de uma parte da classe dirigente brasileira. O relato de *Coronelismo, Enxada e Voto* evidencia que muitas lideranças políticas que atuavam no Congresso Nacional iniciaram suas vidas políticas imersos nessa cultura governista e nepotista, ou ao menos tiveram algum contato com ela em algum ponto de suas trajetórias. Nos parece evidente que a gramática autoritária do Regime e a ARENA/PDS não criaram o comportamento adesista aos governos, mas incentivaram fortemente esse tipo de ação política.

Porém, a formação de uma cultura política depende da reiteração de práticas por um longo tempo. Somente dessa forma ela pode ser repassada para os sucessores, e se consolidar como um conjunto de valores que são internalizados, e por isso tem a capacidade de guiar a ação dos indivíduos. A ARENA/PDS ficou 20 anos no poder junto com os militares. Além disso, essa organização governou todos os Estados brasileiros entre 1971 e 1983. A exceção foram os governos liderados por Chagas Freitas, político filiado ao MDB, no antigo Estado da Guanabara (1971-1975) e no Rio de Janeiro (1979-1983). Os herdeiros dessas organizações, como veremos no Capítulo 5 dessa tese, apoiaram todos os governos da Nova República, de Sarney até o terceiro mandato do Presidente Lula<sup>33</sup>. De certa forma, a ARENA/PDS, representada agora por seus sucessores, nunca saiu do poder desde 1966.

Assim, a gramática autoritária da Ditadura Militar e o longo tempo que a ARENA/PDS ficou no poder, se combinaram para fortalecer uma instituição informal já existente na cultura política brasileira, o governismo. Porém, não é possível compreender de forma plena as bases que permitiram o surgimento do fisiologismo, sem nos apoiarmos em uma outra ideia central do institucionalismo histórico: a de que

---

<sup>33</sup> Nem todos os herdeiros da ARENA/PDS apoiaram todos os presidentes empossados após 1985. Contudo, sempre ao menos dois partidos sucessores da ARENA/PDS estiveram na base de sustentação de Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro. Cabe lembrar que o PFL, outro herdeiro da ARENA/PDS, também esteve na coalizão do governo Sarney, ele próprio oriundo da ARENA/PDS.

as instituições formais favorecem certos grupos, em detrimento de outros. Se isso parece mais do que evidente no caso das instituições autoritárias, tentaremos mostrar como inúmeras regras implementadas durante a Nova República favoreceram de forma surpreendente a ação da elite fisiológica, e possibilitaram sua consolidação e crescimento, como ficou evidente a partir da vitória de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara Federal, em fevereiro de 2015.

## 2.2 Institucionalização, socialização e socialização política.

A absorção de valores ocorre através da interação constante com outros indivíduos que portam esses mesmos valores. É no processo de socialização que as pessoas aprendem a desenvolver comportamentos que estão relacionados a esses valores. É através da socialização que um mero comportamento, com o tempo, pode se institucionalizar, e se tornar um guia para a conduta dos atores. Berger e Luckmann (1985), por exemplo, argumentam que toda atividade humana está sujeita ao hábito, e qualquer ação frequentemente repetida torna-se um padrão. Isso significa que ela pode ser reproduzida como forma de economizar esforços, e que é apreendida por quem a executa como um padrão. Para os autores, essas atividades tornam-se habituais e conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo. Esse significado é incluído como uma rotina em seu acervo geral de conhecimentos, que são admitidos como certos por ele e estão sempre à disposição para projetos futuros (BERGER; LUCKMANN, 1985).

A formação do hábito acarreta o importante ganho psicológico do estreitamento das opções. Berger e Luckmann (1985) argumentam que o hábito tem a capacidade de reduzir as ações a uma única alternativa. Isto libertaria os indivíduos da carga de escolher entre todas as opções possíveis. As instituições pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, já que estabelecem certos padrões previamente definidos de ação. Dessa maneira, elas canalizam em uma direção o comportamento, por oposição à muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. Logo, para os autores, a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação, que é recíproca entre ações habituais e tipos de atores. Sendo assim, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição.

A socialização com indivíduos que adotam certos comportamentos está na raiz da formação de práticas e hábitos e na sua eventual transformação em instituição. Há dessa maneira, uma estreita relação entre socialização e institucionalização. Como afirmam Almond e Verba (1989), atitudes políticas são formadas pela exposição às atitudes políticas dos outros. Assim, é de fundamental importância discutirmos os conceitos de socialização secundária e política. A primeira, porque é depois da socialização primária ou básica, que os indivíduos adquirem contato com as ideias políticas. A segunda, busca apreender o processo específico de socialização política, e também a importância da vida adulta para a internalização de valores políticos.

Para Berger e Luckmann (1985) a socialização secundária exige a aquisição de vocabulários específicos, o que significa a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. Isso levará à aquisição das compreensões tácitas, que são avaliações e colorações afetivas desses campos semânticos. Os submundos interiorizados na socialização secundária são realidades parciais, quando comparadas com o mundo básico adquirido da socialização primária. Eles são também realidades mais ou menos coerentes, caracterizadas por componentes normativos, afetivos e cognoscitivos. Para os autores, o relacionamento do indivíduo com o pessoal socializador torna-se algo carregado de significação. Conseqüentemente, o pessoal socializador se reveste do caráter de outros significantes em face do indivíduo que está sendo socializado, e o indivíduo se entrega totalmente à nova realidade. É nesse processo que ocorre uma forma particular de socialização, a política.

Para Oppo (1998) a expressão socialização política indica um conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social dos indivíduos, contribui para formar a imagem que eles têm de si mesmo em confronto com o sistema político e as instituições. Assim são formadas tendências, emoções e atitudes diante dos objetos da política, além de aptidões cognitivas e expressivas, necessárias para ação política. Isso é considerado como resultado de um processo de formação e aprendizagem social que passa por etapas significativas, influências particulares, momentos de aceleração e de afastamento, e se estende por toda a vida.

Entre as atitudes políticas interiorizadas no processo descrito acima, Oppo (1998) destaca aquelas que tem relação com a ordem política vigente na comunidade, e com a aceitação ou não dos seus mecanismos institucionais e dos códigos de

comportamento prescritos, além da aquisição da capacidade de usar esses códigos para desenvolver uma ação política. A autora também ressalta a relação dos indivíduos com seus representantes políticos, e suas atitudes em face dos que ocupam as posições onde são tomadas as decisões.

Esse conjunto de experiências que conformam a socialização política, ocorre entre o último estágio da adolescência e o começo da vida adulta. Segundo Oppo (1985) nesse período ocorre um aumento das informações de natureza política, e uma elevação no grau de elaboração dos conhecimentos já adquiridos. Nesse momento também acontecem os primeiros contatos diretos com as instituições e experiências políticas. Para a autora, os juízos apresentados nessa fase são marcados pelas experiências anteriores da infância e adolescência.

Oppo (1998) ainda destaca a importância da vida adulta na formação das tendências políticas dos indivíduos. Segundo ela, não se duvida que a infância e adolescência são períodos formativos por excelência, mas foi possível demonstrar que certas propensões políticas são formadas na idade adulta. Aspectos das atitudes políticas que são estáveis e duradouros, se modificam em consequência de fatores sociais e políticos, como a mobilidade social e territorial. As experiências de autoridade e subordinação no ambiente de trabalho, e os acontecimentos políticos diários igualmente ajudam a forjar as tendências políticas dos indivíduos.

Na mesma linha de Oppo, Almond e Verba (1989) destacam que as experiências não políticas na infância podem explicar parte importante das atitudes políticas assumidas mais tarde. O impacto dessas experiências continua depois, através da adolescência e da vida adulta. Entretanto, para os autores, existem inúmeros indicadores que essas experiências tardias possuem implicações diretas nas atitudes políticas dos indivíduos. Eles concordam que a socialização inicial afeta de forma significativa a predisposição básica da personalidade, e conseqüentemente exerce influência sobre o comportamento político. Entretanto, numerosos outros fatos intervêm entre as primeiras experiências e o comportamento posterior, que inibem o impacto das primeiras socializações nos processos desse tipo que ocorrem posteriormente.

Além de relativizar a importância da socialização primária para a formação dos valores políticos, Almond e Verba (1989), destacam que as fontes que resultam

em determinadas atitudes políticas são bastante variadas. Elas incluem a socialização primária e da adolescência, além das experiências de pós-socialização na vida adulta. Fazem parte ainda experiências políticas e não políticas, e aquelas que podem ter uma intenção política ou não. Muitos tipos de experiências podem acontecer em períodos variados. Devem ser adicionadas também à formação política básica, a transferência de atitudes não políticas para esse domínio. Os autores lembram que não é somente o padrão de autoridade da família, escola, ou trabalho que se aplica ao sistema político, mas o próprio padrão de autoridade de um país tem impacto nessas mesmas áreas.

Um exemplo da influência do padrão de autoridade de uma nação é o impacto da gramática autoritária sobre os valores e o comportamento dos senadores e deputados federais da ARENA/PDS. Os políticos arenistas e pedessistas foram socializados em uma organização que foi criada pelo Estado autoritário para atuar como base do apoio ao governo. Paralelamente, eles interagiram com um regime político não democrático, que esvaziou significativamente os poderes do Congresso, restringiu a liberdade de atuação da sociedade civil, concentrou recursos e poderes na União, criou inúmeros órgãos, agências e estatais, e assim expandiu enormemente sua capacidade de planejamento e intervenção. A socialização política em uma organização partidária e num aparelho estatal com tais características por um longo período, reforçou enormemente a dependência dos recursos públicos pelos parlamentares arenistas e pedessistas, e levou a um desprezo pelas ligações com a sociedade civil. Consolidou-se assim a instrumentalização do Estado como praticamente a única forma de fazer política desse grupo. Durante os 21 anos da Ditadura Militar, a elite fisiológica desenvolveu o hábito do governismo.

A experiência vivida nesse período formou a identidade desse estrato da classe dirigente brasileira, a imagem que eles tinham de si mesmos, dos outros grupos e atores políticos e das instituições formais. Em nosso entendimento ocorreu assim uma tipificação, pois se desenvolveu uma reciprocidade entre a ação habitual do governismo e um tipo específico de grupo, os deputados e senadores da ARENA/PDS, ou a elite fisiológica. É por isso que consideramos que a instituição informal do governismo, e junto com ela a do nepotismo, que já existiam anteriormente, foram amplamente reforçadas entre 1964 e 1985.

Esse grupo político, com a intensificação do governismo provocada pelo autoritarismo e pela longa permanência na situação, interiorizou campos semânticos específicos, que estruturaram a sua forma de interpretação do universo político. Como resultado desse processo, quando um novo arcabouço de regras formais foi criado com a promulgação da Constituição de 1988, a instituição informal do governismo controlava a conduta daqueles indivíduos. Portanto, certos padrões de ação política já estavam previamente estabelecidos quando ocorreu a virada institucional para o regime democrático, algo que foi essencial para a formação do fisiologismo como uma cultura política específica.

### 2.3 Dependência da Trajetória (*Path Dependence*)

Ao refletir sobre como a trajetória histórica e a sequência de eventos molda à realidade atual, Fernandes (2003) afirma que há uma cadeia causal que se autorreforça continuamente, cristalizando instituições. Desse modo, os eventos passados influenciam no presente, e a história impacta na evolução institucional. O autor então define dependência da trajetória, ou *path dependence*, como uma dinâmica de ação e reação, de modo que um evento inicial desencadeia um movimento que leva a outro, bastante diferente do previsto

A tradição de pesquisar as trajetórias históricas é antiga nas ciências sociais, e tem, certamente, como grande referência, Max Weber<sup>34</sup> (FERNANDES, 2002). Apesar de ser recente, o conceito de *path dependence* se mostra uma reinvenção ou renovação dos métodos de abordagens de sociologia política comparada, desenvolvidos por Theda Sckopol e Barrington Moore Jr<sup>35</sup> (FERNANDES, 2003).

Ao teorizar sobre como investigar as trajetórias históricas, Stinchombe (1968) argumenta que um determinado momento, ou conjunto de causas, é que determinam os padrões sociais que se repetem ano após ano. As conjunturas ou transições que colocam em movimento esses padrões são nomeadas pelo autor como causas

---

<sup>34</sup> Outra grande referência nesse tipo de abordagem é o livro *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville.

<sup>35</sup> Max Weber e aqueles que desenvolveram a estudos sobre as trajetórias históricas, procuraram realizar pesquisas comparando nações, desenvolvimento econômico, processos de democratização e revoluções. Em nossa pesquisa, não faremos um estudo comparado, mas enalteçemos a enorme importância desse tipo de pesquisa.

históricas, que se reproduzem, mesmo que as causas originais não existam mais. Assim, o que existiu em um ano produziu a mesma coisa no ano seguinte. Isso é o que Stinchombe (1968) classifica como explicações historicistas. Resumidamente, significa que o efeito que foi criado por um conjunto determinado de causas, se torna a causa desse mesmo efeito.

Na esteira de Stinchombe, Collier e Collier (2002) constatam que muitos cientistas sociais têm colocado foco nas grandes linhas divisórias da história. Eles argumentam que transições históricas estabelecem direções de mudança e fecham outras, porém têm a capacidade de moldar a política por anos. Os autores nomeiam esses períodos de transformação como conjunturas críticas, que são períodos de significativa mudança, no qual diferentes países trilham caminhos diversos, e podem produzir legados diferentes. Essas heranças podem ser regimes estáveis e institucionalizados, ou elas podem criar uma dinâmica política que impede a existência de padrões políticos estáveis.

Esse conjunto de causas, momento inicial ou conjunturas críticas é classificado por Fernandes (2003) como momento crítico, que o autor considera um dos principais conceitos desenvolvidos pelos estudos das trajetórias históricas. Ele é definido por Fernandes (2003) como uma conjuntura de transição política e econômica experimentada por Estados, mas também por sistemas políticos e econômicos, caracterizada por um contexto de profunda inovação, seja ela provocada por uma revolução ou realizada através de uma reforma institucional.

Collier e Collier (2002) afirmam que o modo de analisar esses momentos ou conjunturas críticas apresenta grande variedade, pois elas podem durar um curto período, ou ter uma longa duração. Elas podem ser transições rápidas, como momentos de mudança institucional significativa, ou ser um período prolongado, como mais de uma administração presidencial ou um longo regime político. Para os autores, uma convulsão política dramática pode produzir rápidas mudanças. Entretanto, algumas modificações são resultado da aplicação sustentada de uma política governamental por um longo período.

Acreditamos que os 21 anos da Ditadura Militar se encaixam nos dois tipos de momento ou conjunturas críticas apontadas no trabalho de Collier e Collier. O golpe de 1964 foi uma convulsão política, que resultou em uma rápida e significativa

transição institucional, ocorrida particularmente entre 1964 e 1968, período esse de construção da ordem autoritária. Stinchombe (1968) afirma que após a causa histórica original, é necessário um espaço de tempo para que os efeitos dessa causa histórica operem no período político subsequente. Desse modo, pelo menos até 1979 ocorreu a aplicação sustentada e prolongada do bipartidarismo, centralização política, expansão material do aparelho estatal e desmobilização da sociedade civil, sendo que a ARENA/PDS ficou até 1985 na base de apoio ao governo. Assim, o tempo de aplicação da gramática autoritária, conjugado com o período em que a ARENA/PDS esteve na situação, tanto no governo federal, como nos estaduais, possibilitaram que o efeito do reforço do governismo, criado pela causa histórica original, o Golpe de 1964 e a construção da ditadura até 1968, operasse na Nova República.

Partindo da análise de Collier e Collier (2002) consideramos que o Regime Autoritário também pode ser considerado como um longo regime político, que implementou políticas específicas de maneira continuada enquanto foi vigente. O legado dessa mudança institucional foi um regime democrático instável que produziu inúmeras crises entre executivo e legislativo, e dois processos de impeachment em um intervalo de 24. No centro dessa constante instabilidade, há a outra dimensão da herança do Regime de 64, a elite fisiológica. Ela foi uma consequência não prevista pelos construtores da ordem autoritária, que teve grande impacto na Nova República. Dessa maneira, o regime autoritário encerrado em 1985 pode ser encarado como uma grande linha divisória da nossa história, que tem a capacidade de moldar, em grande parte, a política brasileira até os dias de hoje. Vide a enorme instabilidade vivida na última década e o poder do chamado centrão.

Contudo, o legado não se cristaliza logo após uma conjuntura crítica, alertam Collier e Collier (2002), pois ele é formado após uma série de medidas. Os autores salientam que é preciso fazer uma distinção entre os mecanismos de produção e reprodução da herança política e social de um momento crítico. Essa distinção reside no fato da conjuntura crítica ser um evento que gera intensa polarização, e que a consolidação do legado não ocorre imediatamente após esse momento de ruptura. A cristalização do legado consiste em uma série de passos intermediários, marcados por reações e contrarreações. Porém, Collier e Collier (2002) lembram que mesmo essas etapas fazem parte do legado.

Sendo assim, se o Regime Militar produziu o que veio a ser o legado, a reprodução desse legado se deveu especialmente a implementação de medidas de cunho eleitoral através da Constituição de 1988, que permitiram a cristalização do legado governista do Regime de 64 e da ARENA/PDS na Nova República. O sistema proporcional de lista de aberta, adotado nas eleições legislativas, exceto para o Senado, produziu uma crescente fragmentação partidária. A consequência é que nenhum partido conseguiu conquistar mais de 50% das cadeiras do Congresso Nacional em todas as eleições parlamentares realizadas sob égide da Constituição de 1988, inclusive as legendas dos presidentes eleitos. Como consequência, os chefes do executivo federal precisaram formar amplas alianças no parlamento para obter alguma sustentabilidade política em seus mandatos<sup>36</sup>. Em muitos casos, os candidatos à presidência se antecipam a essa necessidade, e já no pleito eleitoral procuram construir grandes coligações. Essa estratégia dos presidentes beneficiou especialmente os partidos fisiológicos. Em troca de apoio aos governos, as organizações do chamado centrão receberam emendas parlamentares, ministérios, o controle de importantes recursos financeiros e materiais, e o consequente domínio de importantes partes do Estado Nacional.

A reprodução de legado também se deu por meio da liberdade conferida às organizações partidárias para formar coligações, estabelecida pelo parágrafo primeiro, do artigo 17 da Constituição de 1988. Como sabemos, não há restrições à construção de alianças com diferentes partidos nos estados<sup>37</sup>. Não existe assim nenhuma exigência legal para nacionalizar as alianças. As legendas podem juntar-se ao partido de um candidato a presidente nos estados do Sul e Sudeste, por exemplo, e buscar uma aliança com o adversário desse candidato no Nordeste. Isso permite às organizações estar no governo tanto no plano estadual, quanto federal, o que potencializa a ocupação de cargos públicos relevantes e a manipulação de recursos governamentais. Assim, a forma como a elite fisiológica interpretou as regras eleitorais e a estratégia de governabilidade dos presidentes, podem ser considerados como os

---

<sup>36</sup> Essa estratégia de sobrevivência dos Presidentes da República também é adotada pelos governadores nos estados, e pelos prefeitos nos municípios, especialmente nos maiores. Porém, nem sempre os chefes do poder executivo conseguem o apoio político necessário nos parlamentos, como evidenciam os processos de impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff.

<sup>37</sup> A Emenda Constitucional n. 97, de 4 de outubro de 2017 proibiu as coligações nas eleições proporcionais, ou seja, para os cargos de deputado federal, estadual e vereador. Contudo, a ampla liberdade de formar coligações para as disputas dos cargos executivos foi mantida.

mecanismos de reprodução do legado da ordem autoritária. Esses foram os passos intermediários para a cristalização da herança governista da Ditadura Militar, contudo, o próprio adesismo desse segmento da classe dirigente faz parte do legado da ordem autoritária.

Collier e Collier (2002) indicam também que a estabilidade do legado não é automática, ela é perpetuada através da continuidade das instituições e dos processos políticos. Como não ocorreu nenhuma reforma política significativa desde a Constituição de 1988, as regras formais fundamentais que estruturam a política brasileira são as mesmas. Presidencialismo, amplos governos de coalizão, com a presença constante da elite fisiológica na estrutura do executivo federal, e ampla liberdade para os partidos formarem alianças eleitorais, são os traços essenciais do processo político brasileiro nos últimos 35 anos. Desse modo, as medidas tomadas pela Assembleia Nacional Constituinte, a preservação das instituições formais previstas pela Carta Constitucional de 1988 e do processo político típico da Nova República, possibilitaram a estabilização do legado governista da Ditadura, mais especificamente, a continuidade e fortalecimento da instituição informal do adesismo aos governos.

Outra ideia central na análise sobre as trajetórias é a de retornos crescentes. Fernandes (2003) afirma que o conceito de retornos crescentes significa que a possibilidade de dar um passo à frente no mesmo caminho ou rota estabelecida, aumenta cada vez mais que se avança no próprio caminho. Isso ocorre porque os benefícios relativos à atividade corrente, comparada com outras opções possíveis, aumentam com o tempo, e crescem os custos de saída da trajetória, o que dificulta o surgimento de uma alternativa. Defendemos que a partir da Nova República, a elite fisiológica deu vários passos à frente em sua atuação governista.

Ela desenvolveu dois comportamentos, que são derivações do governismo, principal instituição que guia a ação política da elite fisiológica. Como já dissemos esses comportamentos são: o antipartidarismo e o municipalismo. O primeiro, significa a disposição para formar coligações eleitorais com partidos das mais diversas ideologias, inclusive no mesmo pleito, apoiar governos chefiados por presidentes, governadores e prefeitos dos mais variados perfis ideológicos e migrar de um partido para o outro, visando o alinhamento com o governo. O segundo, é uma atuação política supostamente voltada para atender as necessidades dos municípios,

especialmente os pequenos. A flexibilidade nas alianças partidárias possibilita um alinhamento praticamente constante com os governos da hora, e o consequente controle de importantes recursos governamentais. Esses por sua vez, são usados para alimentar as bases políticas da elite fisiológica, os pequenos municípios. Assim, a flexibilidade nas alianças partidárias e o municipalismo são comportamentos derivados do governismo, que serviram para adaptar a elite fisiológica às mudanças impostas pela Nova República. Assim, ela autorreforçou sua trajetória continuamente, desde da Promulgação da Constituição de 1988, porque isso trouxe retornos políticos.

Para Stinchombe (1968), a investigação das trajetórias históricas, tem como objetivo compreender os principais tipos de processos sociais que podem gerar laços infinitos e autorreplicantes, e assim permitir aos cientistas sociais encontrar a sobrevivência da história passada na estrutura social do presente. Tais laços infinitos e autorreplicantes são chamados por esse sociólogo norte americano de *loops* causais, que se originam nos processos funcionais. O seu intento é entender as condições que permitem a preservação das tradições, e aquelas que levam ao declínio delas. Stinchombe (1968) defende que a maioria das explicações causais interessantes para a persistência de tradições são casos especiais de explicações funcionais, que estão na origem do que ele chama de *loops* causais infinitos. Para ele, as estruturas e práticas sociais permanecem porque pessoas e grupos consideram que elas trazem bons resultados. Assim, o fato de existirem na atualidade partidos que atuam para apoiar todos os governos, mostram que esse tipo ação política trouxe bons resultados, e demonstram a permanência da estrutura social, cuja a origem é a gramática autoritária do Regime Militar e a ARENA/PDS.

Uma estrutura ou prática social é mantida porque preenche uma necessidade da sociedade. Alguns grupos sociais podem avaliar que certas práticas sociais geram bons efeitos, e que não existem outros estratos da sociedade capazes de exercer a mesma função ou preencher a aquela necessidade (STINCHOMBE, 1968). Em nosso entendimento, a elite fisiológica desenvolveu ao longo da Nova República dois comportamentos básicos, anti-partidarismo e o municipalismo, que se institucionalizaram. Isso ocorreu porque resolveram necessidades daquele grupo e trouxeram bons resultados aos seus membros. Além disso, foi se criando a percepção na classe política brasileira como um todo, que a elite fisiológica tinha a função de ser fiadora da governabilidade, algo que já salientamos, e de intermediar as demandas

dos pequenos municípios junto ao governo central. A elite fisiológica tornou-se assim funcional para boa parte da elite política nacional, pois, dadas as condições políticas nacionais, os políticos fisiológicos resolvem problemas para ela.

Uma função que se preserva na sociedade, aponta para a natureza do processo histórico que a originou. Assim, se uma função sobrevive é que porque ela cumpriu o objetivo para a qual foi criada, ou porque é um experimento mais ou menos aleatório, que foi guiado por sucessos ocasionais. A elite fisiológica mescla essas duas coisas. Ela cumpriu a função de ser governo durante a Ditadura Militar, enquanto estava agrupada na ARENA/PDS, organização que foi criada com o intento de dar sustentação política aos militares. Depois, após 1988, já espalhada por inúmeras organizações partidárias, sucessos ocasionais, como garantir uma base de apoio mais ampla no Congresso Nacional aos presidentes eleitos, permitiu que a elite fisiológica continuasse a cumprir a função para a qual foi originalmente criada, ser governo.

Essas práticas sociais são preservadas e se autorreplicam, porque os dirigentes políticos das gerações futuras tendem a ter os mesmos valores dos líderes do presente e do passado (STINCHOMBE, 1968). O próprio nepotismo é uma forma que os líderes encontram para garantir a permanência dos seus valores e práticas. Favorecer parentes, patrocinar as postulações políticas de familiares, é uma forma de proporcionar a continuidade de uma cultura política. Gaetano Mosca, um dos principais teóricos das elites, já ressaltava a importância da hereditariedade como um importante elemento de acesso à classe dirigente (GRYNSZPAN, 1996). Assim, para melhor compreendermos como práticas sociais se repetem em *loops* causais, temos que voltar ao já citado conceito de instituições de Arthur Stinchombe. Para ele instituições são estruturas na qual os poderosos estão comprometidos com alguns valores e interesses.

Stinchombe (1968) usa as religiões dos países europeus, como exemplo da relação entre instituições e a preservação de padrões históricos. Segundo ele, os países cuja maioria da população é protestante, tinham um rei dessa confissão religiosa após as guerras que se seguiram a Reforma Protestante. Naquelas nações onde os protestantes foram derrotados, ou onde os reis não foram convertidos ao protestantismo, o catolicismo continuou sendo valorizado e institucionalizado. Esse exemplo, segundo Stinchombe (1968), demonstra como o poder tem nítida relação com a preservação histórica e os padrões de valores.

É por isso que o controle da seleção dos sucessores é fundamental para a preservação de valores, sendo essa uma das possíveis origens dos *loops* causais que interessam a Stinchombe (1968). Não iremos avaliar como os partidos do chamado centrão realizam a seleção dos seus futuros líderes. Isso demandaria uma análise dos processos internos de recrutamento, desenvolvidos pelas várias organizações que compõem esse agrupamento político. Entretanto, como mostraremos no Capítulo 5, muitos membros da elite fisiológica iniciaram suas trajetórias políticas na ARENA/PDS, e exerceram mandatos após 1988. Assim, repassaram práticas e valores aos dirigentes fisiológicos da próxima geração. Desse modo, seria interessante ao menos apresentarmos, sumariamente, quais as razões que levam os dirigentes políticos a controlar a seleções dos futuros membros da elite na perspectiva de Stinchombe<sup>38</sup>.

Os líderes atuais procuram selecionar futuras lideranças com os mesmos valores e interesses. Para Stinchombe (1968), eles visam preservar aquilo que consideram valioso, além disso ficam à vontade com pessoas que têm o mesmo perfil, pois entendem a moralidade deles, e por isso confiam neles. Os atuais líderes também procuram controlar a socialização dos futuros dirigentes. Isso pode ocorrer com o estabelecimento de escolas, centros de instrução e aprendizagem com líderes da atualidade. Outra forma, e parece ser o caso das organizações fisiológicas, são as sanções e recompensas impostas pelos dirigentes, e que governam todo o processo de socialização. Há ainda a transformação dos líderes do presente em modelos que servem de referência para os futuros dirigentes. Finalmente, quando aqueles que detêm o poder selecionam seus sucessores, eles visam proteger os seus valores da “corrupção” e preservar a “pureza” deles. Isso ocorre porque são atribuídos aos futuros dirigentes um conjunto de papéis, que os obrigam a respeitar certos valores<sup>39</sup>.

Outra origem dos *loops* causais está na ação dos líderes da atualidade que usam seu poder para comprometer a população com um valor. Stinchombe (1968) afirma que as atividades da sociedade incorporam esse valor, e preservam os padrões históricos que têm relação com tais valores, e por isso tendem a ser mantidos pelas

---

<sup>38</sup> Essas razões estão expostas na obra STINCHOMBE, A. **Construting social theory**. New York: Harcourt, Brace and Word, 1968.

<sup>39</sup> Uma forma de preservar um conjunto de valores para as próximas gerações é estabelecer as condições de incumbência dos futuros líderes. É possível realizar isso através das constituições nacionais escritas (STINCHOMBE, 1968).

gerações futuras. Desse modo, instituições e padrões de valores são parcialmente sustentados porque a população em geral acredita neles.

Para Stinchcombe (1968), é pela socialização e seleção dos futuros líderes, e através do comprometimento da população com os valores das elites, que dirigentes políticos conseguem preservar e regenerar as mesmas instituições. Como as instituições produzem efeitos, elas próprias são a raiz dos *loops* causais auto-replicantes infinitos. Assim sendo, a partir de posições de poder no Congresso Nacional e nos ministérios, a elite fisiológica compartilhou determinados interesses e valores e controlou a seleção e socialização de seus sucessores. Ela repassou suas práticas e visões do mundo político aos novos dirigentes, muitos dos quais iniciaram suas trajetórias políticas na Nova República, quando a ARENA/PDS e a gramática autoritária já não existiam mais. Mas também comprometeram parte da população com seus valores e interesses. As elites locais, e até parte dos eleitores, concordam com a necessidade de eleger deputados que tragam recursos e melhoramentos para beneficiar a sociedade local, nem que para isso seja necessário apoiar todos os governos possíveis, e estabelecer as alianças mais incoerentes do ponto de vista ideológico. É por isso que governismo se autorreplica em *loops* causais, mesmo que não existam mais as condições que o reforçaram.

Stinchcombe (1968) conclui que as decisões das pessoas poderosas são muito mais relevantes para o comportamento social, do que as decisões das pessoas sem poder. Dessa maneira, ações dos dirigentes políticos são muito mais eficazes como causas do comportamento social. As elites pretendem que as atividades sociais estejam de acordo com seus valores e interesses, justamente porque as consequências do que as pessoas fazem são importantes para os valores e interesses das elites. Essa é a explicação institucional para a preservação das estruturas criadas historicamente. Nos baseando em Stinchcombe (1968), acreditamos que o governismo da ARENA/PDS se preservou porque indivíduos em posições poderosas, e por isso mesmo controlando importantes recursos, estimularam o adesismo aos governos como um valor político.

Abaixo sintetizamos algumas das afirmações feitas em nossa discussão sobre o conceito de *path dependence*, e que serão testadas por meio de reconstituição histórica e análise de dados. Citamos também os autores em que nos baseamos para construir cada uma das afirmações:

- *Causa histórica original (STINCHOMBE, 1968)*: Golpe de 1964 e construção da ordem autoritária;
- *Efeito ou saída da ordem autoritária (STINCHOMBE, 1968; THERBORN, 1989)<sup>40</sup>*: o fortalecimento das instituições informais do governismo e nepotismo, e origem da elite fisiológica;
- *Tempo necessário para que o efeito gerado pela causa original opere no período político subsequente (STINCHOMBE, 1968)*: aplicação da gramática autoritária, entre 1964 e 1979, e o período em que ARENA/PDS esteve no poder, entre 1966 e 1985;
- *Mecanismos de reprodução do legado da conjuntura crítica (COLLIER; COLLIER, 2002)*: a forma como a elite fisiológica interpretou as regras eleitorais previstas na Constituição de 1988 e a estratégia de governabilidade dos presidentes eleitos;
- *Cristalização do legado (COLLIER; COLLIER, 2002)*: a continuidade institucional, ou seja, das regras eleitorais e do processo político característico da Nova República.

No próximo capítulo iremos desenvolver um estudo que combina análise documental com pesquisa histórica. Vamos pesquisar uma série de atos, leis e decretos que conformavam a expressão jurídica da gramática autoritária. Também pretendemos descrever algumas políticas implementadas pelo regime militar, que visavam a construção de um Estado ditatorial no domínio político, e intervencionista no plano econômico. Associada ao estudo da legislação e das ações governamentais, vamos trazer dados numéricos que apontam algumas das consequências políticas, administrativas e econômicas da gramática autoritária.

### **3 O ESTADO AUTORITÁRIO E A GRAMÁTICA AUTORITÁRIA**

#### **3.1 Os traços gerais do Estado Autoritário**

O golpe militar de 1964 foi o marco inicial de uma série de rupturas institucionais que ocorreriam na América Latina nos anos 60 e 70. O resultado foi o aparecimento do que cientistas sociais chamaram à época de novo militarismo latino americano. Apesar de ter sido adotado em inúmeros países, os regimes surgidos

---

<sup>40</sup> Vimos anteriormente que Goran Therborn (1989) chamava de saída o efeito criado pelo aparelho estatal sobre os indivíduos organizados por ele.

com a destruição das democracias tinham traços em comum, além do óbvio comando dos militares.

Linz e Stepan (1999) afirmaram que uma das características mais típicas daqueles regimes autoritários eram o pluralismo limitado e não responsável. Collier (1982) argumentou que os seus sistemas políticos eram excludentes e não democráticos. Para o autor, a coalizão que sustentava o autoritarismo incluía tecnocratas militares e civis de alto nível, que atuavam dentro e fora do Estado. Esse grupo eliminou a competição eleitoral, controlou severamente a participação política e exercia o poder dentro de limites mal definidos (COLLIER, 1982; LINZ; STEPAN, 1999).

Outra característica desses sistemas políticos é a falta de uma ideologia complexa e norteadora, como o fascismo por exemplo. Contudo, neles seria possível encontrar uma mentalidade, cuja visão de grandeza se limitou ao fortalecimento do Estado<sup>41</sup> (LINZ; STEPAN, 1999; CARDOSO, 1982). Nele não há mobilização política, quer seja intensiva ou extensiva. Cardoso (1982) sustenta que o autoritarismo visava a apatia das massas, por isso dispensava os partidos políticos como forma de ligação entre a sociedade civil e o Estado. Para o autor, a mentalidade dos regimes autoritários procurava acentuar o caráter não partidário dos governos militares, e a intenção de por fim à política como expressão de ideologias conflitantes, cuja veículo eram os partidos, que em sua ótica minavam a unanimidade social.

Sendo as fronteiras do exercício do poder mal definidas nesses regimes, por consequência eles organizavam as relações de poder a favor do executivo. Como argumentou Cardoso (1982), na experiência autoritária ocorreu o fortalecimento do executivo e de sua capacidade técnica. Esse reforço fica evidente na centralização e no esvaziamento dos governos subnacionais, o que mina a tradição federal onde ela existia, como no Brasil. Outro indício da hipertrofia daqueles regimes era a eliminação ou forte redução do papel do legislativo (CARDOSO, 1982).

---

<sup>41</sup> Cardoso (1982) afirmou que nos regimes fascistas havia uma ideologia de superioridade nacional, que se baseava na qualidade das raças e nos destinos dos povos. Segundo o autor, isso não seria possível nos regimes burocrático-autoritários, devido à relação de dependência econômica dos países em relação às economias mais avançadas. Acrescentaria também o contexto da Guerra Fria, um elemento crucial para o próprio surgimento desse regime burocrático-autoritário. Os países onde o autoritarismo surgiu, geralmente após golpes militares, ficaram solidamente na esfera de influência norte-americana.

Por sua vez, a ampliação da capacidade técnica do aparelho estatal promovida por esses regimes está relacionada com a política pública fundamental perseguida pelo autoritarismo, que incentivava a industrialização avançada (COLLIER, 1982). Um dos efeitos que acompanham os processos de industrialização foi o aumento do papel dos tecnocratas na sociedade, e isso foi sentido no setor privado, nas burocracias militares e civis. Os tecnocratas têm pouca tolerância pelas crises políticas, e consideravam a politização do setor popular como um obstáculo ao crescimento econômico (COLLIER, 1982).

Como apontou Cardoso (1982), a hipertrofia do executivo exigiu o fortalecimento de um corpo burocrático de técnicos, sendo essa a razão para muitos cientistas sociais acrescentarem o adjetivo burocrático para definir o que era chamado de novo militarismo latino-americano. Entretanto, Cardoso (1982) alertou que os Estados burocrático autoritários expressavam a vontade das forças armadas como instituição, e que sua finalidade era reestruturar o Estado e a sociedade.

Cardoso (1982) sustentava ainda que os regimes burocrático-autoritários incentivam a apatia e a falta de mobilização, e que eram movidos por uma mentalidade estatal e hierárquica, ao invés de uma ideologia amplamente nacionalista. Para o autor, eles privilegiavam o Estado e não os partidos, a hierarquia e não a representação, sendo esse o conjunto de instrumentos ideológicos e organizacionais do autoritarismo militar da América Latina.

Esses traços gerais do autoritarismo que surgiu no Brasil e em outras nações latino-americanas entre os anos 60 e 70 nos ajudam a entender o contexto de atuação dos parlamentares da ARENA/PDS. Como os militares não fecharam de forma permanente o Congresso Nacional, eles tiveram que desenvolver suas atividades legislativas, inclusive buscar votos para a reeleição, atuando em uma organização que foi criada para ser governo. O cenário político em que agiam conjugava ainda a diminuição dos poderes dos estados e municípios e do próprio parlamento, e o fortalecimento do poder executivo, que não concentrou somente recursos e poderes, mas ampliou a própria burocracia sob seu controle. Desse modo, a vida parlamentar dos deputados e senadores governistas se desenvolveu em meio à apatia e desmobilização da sociedade civil, e a transformação do executivo em um poder hipertrofiado, para o qual não havia qualquer contraste.

Os movimentos de fortalecimento e expansão do Estado, e de enfraquecimento do poder legislativo incentivou fortemente a instituição informal do governismo. Criaram-se novas instituições políticas com a finalidade de promover a centralização política, mas isso foi realizado em uma sociedade em que, obviamente, já existiam instituições em abundância. Desse modo, os parlamentares arenistas foram situação por duas décadas, em um legislativo que tinha pouca relevância na decisão sobre políticas públicas. Essa irrelevância era compensada com a busca de recursos para as bases políticas junto a um poder executivo bastante fortalecido.

Além disso, a ARENA/PDS foi criada por lideranças que já atuavam dentro do aparelho estatal. Não foi uma organização que surgiu a partir de um movimento espontâneo da sociedade, com a finalidade de organizar grupos, classes sociais ou uma corrente ideológica. Aquela organização nasceu para apoiar um regime que provocou apatia e desmobilização, o que não incentivou os arenistas a estabelecer laços mais orgânicos com a sociedade civil. Assim, o esvaziamento do Congresso Nacional, o fortalecimento do poder executivo, a expansão material do Estado, as origens da ARENA/PDS e o enfraquecimento da sociedade civil, criaram nos parlamentares arenistas uma dependência do aparelho estatal, e um desprezo pela por criar laços com a sociedade civil organizada como forma de agir politicamente.

Essa forma de fazer política que depende do Estado e desconsidera a sociedade civil, evidencia que a elite fisiológica absorveu uma característica do regime autoritário apontada por Cardoso (1982): o autoritarismo privilegiava o aparelho estatal e não a organização partidária. Essa é a raiz do comportamento anti-partidário da elite fisiológica, que irá aflorar na Nova República. Os políticos fisiológicos preferem o alinhamento constante com o governo e a possibilidade de manipular recursos públicos, do que fazer a construção partidária. Em síntese, o fisiologismo prefere o Estado e não o partido.

Dessa maneira, se a gramática autoritária estimulou fortemente o governismo nos parlamentares da ARENA/PDS, é preciso analisar como os componentes da gramática foram construídos, e a forma como cada um deles estimulou o adesismo aos governos. É o que faremos a seguir.

### 3.2 A gramática autoritária: centralização política, expansão material do estado, bipartidarismo e desmobilização da sociedade civil.

Entre 1964 e 1968 uma série de atos, leis e até uma nova constituição, em 1967, se constituíram na expressão legal da construção da ordem autoritária. Entre o golpe de 1964 e a edição do Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, ocorreu um acentuado processo de centralização política, administrativa e econômica e, obviamente, uma sistemática destruição das franquias democráticas. Se a elite fisiológica é resultado de uma tendência centrípeta, iniciada com a ruptura da democracia, e a subsequente reforma institucional significativa, temos que começar nossa análise da gramática autoritária pelo seu componente principal, a *centralização política*.

A construção da ordem autoritária começa pelo Ato Institucional n.1, baixado no dia 09 de abril de 1964. Ele já demonstrava a tendência de centralização do regime, pois restringiu severamente os poderes do legislativo. Entre outras normas, o AI 2 limitava em até 30 dias o tempo para o Congresso Nacional debater sobre uma emenda Constitucional. O ato também instituiu a figura do decurso de prazo, que estabelecia um prazo de 30 dias para o parlamento nacional avaliar projetos considerados urgentes pelo executivo federal. Se, nesse prazo, o legislativo não tivesse emitido uma decisão sobre aquele projeto, ele estava automaticamente aprovado. Alves (1984) lembra que bastava uma manobra de obstrução da base governista, que era maioria no Congresso Nacional, para que a iniciativa do executivo federal fosse aprovada. O decurso de prazo, na prática, permitia ao presidente governar por decreto. Além disso, o AI 1 também autorizava a cassação de mandatos legislativos nos três níveis de governo e a possibilidade de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos.

A marcha da centralização, do enfraquecimento do legislativo e do autoritarismo prosseguiu com a edição do Ato Institucional n. 2. Esse novo ato reduzia para maioria simples o número de votos necessários para a aprovação de uma emenda à Constituição Federal proposta pelo Presidente da República. Além disso, ele transferiu para o executivo a exclusividade em matéria orçamentária e de regulamentação das Forças Armadas. Manteve a possibilidade de cassar mandatos legislativos nos três níveis de governo e de suspender direitos políticos por dez anos,

estabelecida pelo AI 1, e introduziu uma novidade em relação ao primeiro ato: a partir daquele momento, os mandatos cassados não seriam substituídos, algo que poderia modificar o quórum e a composição dos parlamentos. Como lembraram Sallum (1996) e Alves (1984), criava-se assim a possibilidade do governo federal construir uma maioria alinhada com seus objetivos, nos legislativos federal, estadual e municipal. O AI 2 ainda permitiu ao executivo federal decretar recesso no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

O Ato Institucional n. 2 também mirou o Poder Judiciário. Esse instrumento jurídico aumentou de 11 para 16 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal. Eliminou o foro especial para governadores e secretários estaduais, que passaram a ser julgados pelo Supremo Tribunal Militar. Essa medida foi imposta a Castello Branco pela chamada linha dura da Ditadura Militar, contrariados com as decisões do STF e de procuradores em casos considerados de subversão (SKIDMORE, 1991). Além disso, em uma medida que permitiu expurgos no judiciário, como ressalta Alves (1984), o ato suspendeu as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juízes.

Mas talvez a mudança mais significativa introduzida pelo AI 2 foi o fim da eleição direta para Presidente e Vice-Presidente. Depois do ato, até 1985, eles seriam eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral. A votação que escolheria o chefe do executivo seria feita através do voto nominal e em sessão pública. Ao eliminar o voto secreto, o governo ampliava a margem de controle sobre os delegados que escolheriam o presidente, e tornava difícil qualquer vitória da oposição (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1991). Como lembra Skidmore (1991), o ato chegou a ser enviado ao Congresso, porém foi rejeitado com a ajuda da facção lacerdista da UDN, que enxergava nos novos poderes atribuídos ao executivo federal uma grave ameaça à candidatura presidencial de Carlos Lacerda. O ato acabou sendo baixado unilateralmente por Castello, o que acabou isolando cada vez mais seu governo dos políticos moderados e conservadores (SKIDMORE, 1991).

O Ato Institucional n. 3, por sua vez, implementou eleições indiretas para os governadores dos estados, que seriam eleitos pelas Assembleias Legislativas. Para Sallum (1996), a partir de então, as escolhas dos governadores seria o resultado das negociações das facções da elite regional, agrupadas na ARENA e vinculadas ao executivo federal. Desse modo, o escolhido para comandar o governo estadual era

menos um representante da vontade estadual e mais uma espécie de delegado da “revolução” (SALLUM, 1996). Essa medida foi tomada depois que o pleito de 1965<sup>42</sup> foi considerado negativo (“anti-revolucionário”) pelos dirigentes do novo regime (FLEISCHER, 1980). Essas eleições mostraram que a Ditadura poderia controlar os estados mais rurais, como do Nordeste, mas teria dificuldade com as unidades federativas industrialmente mais avançadas (ALVES, 1984). Ademais, era um reconhecimento do próprio regime de que não poderia se dar mais ao luxo de se arriscar em eleições abertas e diretas em qualquer nível de governo (SKIDMORE, 1991).

Essa norma acabou também com as eleições para prefeitos de capitais, que agora seriam indicados pelos governadores, mas também dependiam da aprovação dos legislativos estaduais. Isso, segundo Sallum (1996), introduziu uma discriminação em relação ao eleitorado das áreas urbanizadas, que tenderiam a ter um posicionamento mais crítico. Depois, uma nova restrição foi imposta pela Lei 5.449 de 1968, que acabou com as eleições em municípios considerados pelo regime área de segurança nacional. Nesses locais, em geral cidades que fazem fronteira com outras nações, os prefeitos também seriam indicados pelos governadores, contudo, os escolhidos precisavam da aprovação do presidente da República.

Por fim, o AI 5<sup>43</sup>, o mais extremo baixado pelo regime militar, além de consolidar muitos dos instrumentos autoritários impostos nos atos anteriores, implementou medidas ainda mais duras, como atribuir ao executivo federal o direito de demitir juízes e suspender a garantia de habeas corpus em casos de crimes contra a segurança nacional. Como aponta Alves (1984), impôs severas restrições ao poder judiciário, e como não tinha prazo de vigência com os outros atos, significava que os poderes extraordinários do regime tinham se tornado ordinários.

O regime autoritário tinha como característica básica a centralização política, econômica e administrativa no governo federal, e dentro deste na Presidência da

---

<sup>42</sup> Nas eleições de 1965, candidatos de oposição que pertenciam ao PSD (Partido Social Democrático) venceram as eleições em Minas Gerais, com Israel Pinheiro, e no antigo estado da Guanabara, com Franciso Negrão e Lima.

<sup>43</sup> O Ato Institucional n. 4 previa a convocação do Congresso para deliberar sobre o projeto de Constituição apresentado por Castello Branco. Para Skidmore (1984), a Constituição de 1967 era uma síntese dos três atos institucionais e leis correlatas implementadas a partir de 1964. Portanto, como lembra o autor, entre outras medidas, o novo texto constitucional previa a eleição indireta para presidente.

República (CARDOSO, 1975; ABRÚCIO, 1998). Sendo assim, o poder executivo se tornou preponderante, e os poderes legislativo e judiciário perderam substância e passaram a cumprir funções ornamentais e simbólicas (CARDOSO, 1975). Como sustenta Abrúcio (1998), o regime militar seguiu o padrão varguista de organização do poder, com a hipertrofia do poder executivo federal e o fortalecimento da Presidência da República como o centro político do sistema. Desse modo, o alicerce para a construção do regime autoritário foi o controle militar da Presidência da República, e a imposição de limites à autonomia dos poderes legislativo e judiciário (SALLUM, 1996). Alves (1984), descreve o resultado do processo de centralização da seguinte maneira:

O Estado de Segurança Nacional estava totalmente centralizado e isolado; o Estado corporificava-se no Executivo e a ele se circunscrevia. O Ato Institucional N° 5 deu origem a uma Leviatã, que o General Golbery do Couto e Silva antecipara em seus textos dos anos 50, um Estado hobbesiano que absorvia todo o poder (ALVES, 1984, p. 135)

Para Abrúcio (1998) um dos principais instrumentos usados pelos militares para esvaziar o poder legislativo foi uma reforma do processo orçamentário. Segundo o autor, um dos objetivos dessa mudança era acabar com o chamado comportamento emendista dos parlamentares e a pulverização de recursos. Através dos Atos Institucionais n. 1 e 2, que depois foram consolidados pela Constituição de 1967, o governo federal praticamente retirou todos os poderes do Congresso Nacional em questões orçamentárias, que foi limitado à função de autenticar a peça do orçamento.

Abrúcio (1998) também aponta que essa mudança enfraqueceu os esquemas políticos dos parlamentares, pois eles usavam as emendas ao orçamento para buscar o apoio dos chefes políticos locais. Após a reforma, as lideranças locais podiam tratar diretamente com o governo federal, e assim, organizar suas demandas com independência em relação aos parlamentares. Deputados e senadores, por sua vez, agora tinham que levar seus pleitos diretamente para os ministérios, e o governo central, com isso, ganhou mais controle sobre os parlamentares e os chefes políticos locais (ABRÚCIO, 1998).

Conforme indica Sallum (1996), outra importante medida para o movimento de centralização inaugurado em 1964 foi o controle da segurança pública dos Estados. Através do Decreto-Lei n. 317, de 13 de março de 1967, o regime militar impôs que o

comando das polícias militares fosse exercido por oficiais do exército. As corporações estaduais ainda foram subordinadas a um órgão chamado Inspetoria Geral de Polícia, vinculado ao Estado Maior do Exército.

A reforma tributária foi no mesmo sentido da área de segurança. Ela foi estabelecida através da Emenda Constitucional n. 18, de 1965, e consolidada com a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, que criou o Código Tributário Nacional. Depois, a Constituição de 1967 confirmou as diretrizes gerais adotadas pelas leis tributárias anteriores (ABRÚCIO, 1998). Como lembra Martins (1985), ocorreu após 1964 uma completa reorganização do esquema de financiamento do Estado Nacional e de todo sistema financeiro brasileiro.

Segundo Martins (1985), além de melhorar a capacidade da estrutura de arrecadação, a nova ordem tributária retirou dois impostos que pertenciam aos estados e municípios. De acordo com Abrúcio (1998), o governo federal ficou com a responsabilidade de arrecadar 10 impostos, e os estados e municípios ficaram com dois tributos cada. Um dos impostos retirados dos níveis subnacionais de governo foi o de exportação, que era essencial para os estados. Além disso, a União tirou dos governos subnacionais a chamada competência residual. Sendo assim, a partir da reforma tributária do governo autoritário, as administrações subnacionais foram proibidas de criar novos impostos, prerrogativa que se tornou exclusiva da União (SALLUM, 1996; ABRÚCIO, 1998)

Ademais, como mostram Abrúcio (1998) e Oliveira (1988), o regime militar diminuiu a tributação dos impostos que eram distribuídos para os governos estaduais e municipais. O Ato Complementar n.40 reduziu em 50% os recursos que eram repartidos com as unidades subnacionais (ABRÚCIO, 1998). Houve ainda a diminuição na participação dos estados e municípios na repartição dos tributos arrecadados pelo Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL), de 60% para 40% (OLIVEIRA, 1995). Como o governo federal passou a concentrar o poder de decisão sobre política tributária, ele passou a isentar do antigo ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias)<sup>44</sup> uma série de produtos, com a finalidade de estimular a acumulação privada e combater a inflação (OLIVEIRA, 1995). A consequência,

---

<sup>44</sup> O novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi criado em 1988. Pela reforma tributária aprovada em 2023, ele deve ser extinto até 2033.

segundo Oliveira (1995), foi a significativa drenagem de recursos de estados e municípios. Abrúcio (1998) aponta também que foi transferido ao Senado, que era controlado pelo governo federal, o poder de estabelecer as alíquotas dos impostos que estavam sob a responsabilidade das administrações estaduais e municipais. Por fim, foi introduzida ainda uma ampliação da burocracia para a liberação de recursos federais para os níveis subnacionais de governo (ABRÚCIO, 1998).

Essa reforma na estrutura tributária resultou em uma grande concentração de recursos no governo central (MARTINS, 1985; OLIVEIRA, 1995; ABRÚCIO, 1998). Entre 1965 e 1975, a União aumentou em cerca de 11% suas receitas. Já os estados perderam algo em torno de 12%. Em termos gerais, os recursos da União cresceram de 39% para 50,3%, e as receitas dos governos estaduais diminuíram de 48,1% para 36% (ABRÚCIO, 1998)<sup>45</sup>. Outra consequência foi um desequilíbrio regional na distribuição de recursos, pois os estados mais pobres das regiões norte, nordeste e centro-oeste foram mais beneficiados pelas transferências negociadas e pela distribuição de recursos federais. Isso ocorreu porque boa parte da receita dessas unidades federativas tinha origem nessas transferências. Por sua vez, os estados do Sul e Sudeste foram os mais prejudicados por essas mudanças (ABRÚCIO, 1998). Sallum (1998) argumenta que essas transferências converteram-se em um método de sujeição dos governadores ao poder central.

Como sustenta Abrucio (1998), as perdas dos municípios foram menores, pois os dirigentes do regime tinham a intenção de trazer o poder local para a esfera de influência do governo federal, e assim controlar a política municipal. Segundo o autor, para atingir esse intento, a União procurou transferir recursos financeiros através dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, e de transferências negociadas com as gestões locais. Isso foi realizado com o objetivo de retirar um dos maiores poderes dos estados: a submissão política e econômica dos municípios (ABRÚCIO, 1998). Na Nova República, essa possibilidade do poder central tratar diretamente com as cidades, será um dos instrumentos usados pela elite fisiológica para ela própria controlar a política dos pequenos municípios brasileiros.

---

<sup>45</sup> Ver: ABRÚCIO, F. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998, Tabela 1, página 68.

Como sintetiza Sallum (1996), a reforma procurou instituir um sistema tributário nacionalmente integrado, que aprofundou a dependência de estados e municípios em relação à União. Depois de sua implementação, o governo federal passou a ter competência para cobrar a maioria dos tributos e concentrar as decisões sobre a forma de aplicação dos recursos estaduais (SALLUM, 1996).<sup>46</sup>

De acordo com Martins (1985), o Estado autoritário ainda buscou concentrar recursos no governo central através de receitas extraordinárias. Foram criados instrumentos de poupança forçada ou induzida. Segundo o autor, esses mecanismos de captação eram os fundos sociais, colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública, apropriação de parte dos recursos oriundos das exportações agrícolas e pelos jogos de azar. Para Martins (1985) a extração de recursos orçamentários começou a ser baseada especialmente em tributos indiretos e na competição com a iniciativa privada pela captação de poupança. Esses dois movimentos, aumento da extração de capitais e acúmulo de recursos no governo central, formaram as bases fiscais para a expansão do Estado durante a Ditadura Militar.

Esse movimento centrípeto de concentração de recursos no executivo federal, deu ao governo central poderosos instrumentos de poder, e levou a desarticulação ou ao menos à diminuição das estruturas políticas e administrativas locais (MARTINS, 1985). Isso foi necessário para manter a unicidade do comando do governo federal, restringir a autonomia dos níveis subnacionais de governo, esvaziar o federalismo e fortalecer a União (CARDOSO, 1975; ABRÚCIO, 1998). Como na prática o Estado federal deixou de existir durante a Ditadura Militar, Abrúcio (1998) denominou o modelo de relação entre as esferas de governo federal, estadual e municipal de *Unionista Autoritário*. Segundo Sallum (1996), a destruição do federalismo foi um dos principais instrumentos usados para homogeneizar a vontade política dos dirigentes autoritários, mais importante até que o estabelecimento do bipartidarismo. Sallum (1996) afirma que o governo central conseguia moldar as ações das administrações estaduais, que perderam autonomia política, financeira e até mesmo militar, enquanto abundavam os recursos que foram concentrados na União. Para esse autor, teria surgido assim uma nova federação, que reduziu drasticamente o poder dos estados e dos grupos políticos regionais, e onde os governos subnacionais seriam menos

---

<sup>46</sup> Um exemplo dessa tutela exercida pelo governo federal era a vinculação dos repasses do Fundo de Participação dos Estados e Municípios a gastos em educação, saúde e saneamento (SALLUM, 1996).

autônomos em relação ao poder central. Sallum (1996) também considera que esse novo federalismo tinha a função de homogeneizar os modos de pensar das elites que cumpriam papéis de liderança política, algo que o sistema bipartidário também reforçou

**QUADRO 2 - Gramática Autoritária do Regime Militar**

<b>Elemento da Gramática</b>	<b>Legislação ou Política</b>	<b>Ano ou período de aplicação</b>	<b>Efeitos</b>
	Ato Institucional Número 1	1964	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restringe os poderes do legislativo;</li> <li>- Limitava os direitos políticos.</li> </ul>
	Ato Institucional Número 2	1965	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permite ao executivo federal colocar em recesso os legislativos dos três níveis de governo;</li> <li>- Limita os poderes e garantias do judiciário;</li> <li>- Acaba com a eleição direta para Presidente e Vice Presidente;</li> <li>- Extingue os partidos políticos.</li> <li>- Diminui os poderes do legislativo em matérias orçamentárias.</li> </ul>
	Ato Institucional n. 3	1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acaba com a eleição direta para governador</li> </ul>
	Lei 5.449	1968	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Acaba com a eleição direta em municípios considerados importantes para a Segurança Nacional.</li> </ul>
<b>Centralização</b>	Ato Institucional n. 5	1968	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permite ao executivo federal demitir juizes;</li> <li>- Suspende habeas corpus em casos de crimes contra a segurança nacional;</li> <li>- Não tinha prazo de vigência, como os atos institucionais anteriores.</li> </ul>

Emenda Constitucional n. 18/ Lei 5.172.	1965/1966	- Centralização de recursos orçamentários na União; - Drenagem de recursos dos estados e municípios.
Uniformizar a atuação administrativa dos três níveis de governo	Aplicada durante todo o regime, especialmente até 1979.	- Estados e municípios passam a ser executores da vontade política do governo central.
Decreto-Lei n. 317	1967	- Cria as Inspetorias Gerais de Polícia; - Coloca no comando as Polícias Militares oficiais do Exército; - Coloca as Polícias Militares sob o controle do Governo Federal.
Constituição de 1967	1967	- Síntese dos atos institucionais e leis correlatas implementadas até então.
Criação de empresas estatais e agências governamentais;	Especialmente nos 10 primeiros anos do Regime	- Aumento da capacidade de planejamento e intervenção econômica do Estado;
<b>Expansão Material do Estado</b>	Especialmente nos 10 primeiros anos do Regime	- Aumento da capacidade de planejamento e intervenção econômica do Estado;
Decreto-Lei 2000	1967	- Aumento da capacidade de planejamento e intervenção econômica do Estado; Criação da Administração Indireta
<b>Bipartidarismo</b>	1965	- Impõe na prática um sistema bipartidário. ARENA e MDB são resultados da AI 2 e desse ato.
<b>Desmobilização da Sociedade Civil</b>	1964	- Restringiu o direito de greve e procurou retirar os trabalhadores do cenário político. - Restringiu o direito de greve e procurou retirar os trabalhadores do cenário político.

Para Abrúcio (1998) esse sistema unitário implementado pelos militares visava uniformizar a atuação administrativa dos três níveis de governo, e controlar integralmente as eleições para os governos estaduais, a fim de evitar que a oposição controlasse a política dos estados. Seu objetivo era retirar o poder que os governadores tinham de ser um contraponto ao executivo federal. Desse modo, os governos estaduais e municipais foram subordinados politicamente ao governo central, e reduzidos a meros executores das políticas públicas que eram definidas pelo poder central (OLVEIRA, 1995; SALLUM, 1996). Ademais, Abrúcio (1998) considera que os dirigentes do regime militar também estabeleceram um esquema de patronagem com os municípios do interior. Ocorreu assim, uma diminuição da autonomia dos governos subnacionais e atribuiu-se um papel mais relevante à União (ABRÚCIO, 1998).

Sendo assim, Martins (1985) afirma que a reformulação do esquema de financiamento do Estado proporcionou ao aparelho estatal um volume crescente e significativo de recursos. Para o autor, esse novo sistema de captação se articulou com as mudanças introduzidas pelo Decreto-Lei 200 e deram origem a um modo de expansão do Estado que combinou concentração de capitais com descentralização de agências. Martins (1985) também salienta que a expansão fiscal e administrativa do aparelho estatal durante o regime autoritário se realizou através de um movimento integrado por forças centrípetas, com a concentração de recursos e poderes no governo federal, e centrífugas, com a proliferação de agências relativamente independentes que tinham autonomia para decidir o modo de aplicar os seus recursos. Dessa maneira, se consolida a partir de 1964 um modelo chamado administração para o desenvolvimento, que estava voltado para a expansão do Estado na vida social e econômica do país, e para a descentralização das atividades administrativas (MARCELINO, 1989)

*A expansão material do aparelho estatal*, outro elemento da gramática autoritária, ganha novo impulso com o golpe de 1964<sup>47</sup>. O Estado amplia sua capacidade de regulamentação através de uma política econômica voltada para a grande produção, onde eram beneficiadas tanto as empresas públicas, quanto as

---

<sup>47</sup> Como demonstram os trabalhos de Draibe (2004) e Ianni (1977), o Estado nacional estava se expandindo desde os anos 1930, especialmente para promover a industrialização. Tanto o processo de expansão do Estado, quanto o de industrialização, se aprofundaram durante o Regime Militar.

grandes empresas privadas (CARDOSO, 1975). Outro elemento importante da estratégia de crescimento adotada pelo regime militar era a ideia de desenvolvimento com segurança, que defendia a necessidade de controlar o meio político e social como forma de garantir um clima atraente para o investimento estrangeiro (ALVES, 1984). Assim, o novo regime fortaleceu a empresa pública e ampliou o espaço decisório do governo, ao mesmo tempo que aumentou a capacidade de controlar a sociedade civil (CARDOSO, 1975).

Alves (1984) defende que o principal objetivo do modelo econômico vislumbrado pelos militares era reforçar o potencial produtivo do país, para aumentar sua capacidade de barganha na arena internacional. A autora mostra que o próprio manual da ESG (Escola Superior de Guerra), defendia a necessidade de um Estado forte, capaz de ampliar incentivos e penalidades fiscais para regular um modelo de desenvolvimento econômico praticamente centralmente planejado.

Como consequência, foi criado um aparelho estatal expansionista e repressor, em detrimento da sociedade civil, onde quebraram-se os sindicatos e os limites e formas anteriores de relação entre o público privado (CARDOSO, 1975). O Golpe de 1964 forjou uma máquina que cresceu e passou a ser autogerida, seu crescimento se baseava na força e na aliança entre o monopólio estatal, multinacionais e empresas locais (CARDOSO, 1975; ALVES, 1984). A participação do Estado no planejamento e regulamentação da economia atingiu níveis inéditos de centralização (ALVES, 1984). Segundo Martins (1985) foram criadas entre 1966 e 1976 mais empresas governamentais do que nos 60 anos anteriores, essas novas organizações ainda correspondiam a 60% de todas as estatais brasileiras. Lima Junior (1998), sintetiza a expansão material do aparelho estatal ocorrida durante a ditadura:

No período autoritário militar, para finalizar, foi extremamente acentuada a expansão do Estado, quer no que se refere ao número de agências criadas, quer no que diz respeito ao número de empresas estatais estabelecidas: no primeiro caso, foram 68 agências, de um total de 120, abrangendo o período 1945-1975. Já no caso das empresas públicas, de um total de 440, abrangendo o período 1939-1983, foram criadas 267 entre 1964 e 1983 (DINIZ; LIMA JUNIOR<sup>48</sup>, 1986, *apud* LIMA JÚNIOR, 1998, p. 14)

---

<sup>48</sup> DINIZ, E.; LIMA JUNIOR, O. B. **Modernização autoritária: o empresariado e a intervenção do Estado na economia.** Brasília: IPEA/CEPAL, 1989.

Essas características do autoritarismo levam Cardoso (1975) a concluir que o sistema de poder que foi erguido após o golpe assumiu uma forma burocrática autoritária, com o Estado se afirmando como garantida do crescimento econômico. Segundo o autor, essa forma burocrática autoritária era organizada nos eixos: tecnocrático e militar.

Outra ação adotada pelo governo autoritário foi a busca por uma harmonia administrativa em todo o país. Como afirmam Sallum (1996) e Abrúcio (1998), o governo federal atuou para harmonizar as estruturas e práticas administrativas dos estados e municípios. Através de um planejamento centralizado, e da atuação direta dos órgãos federais nas unidades federativas, a união procurou estabelecer regras comuns em todos os níveis de governo (SALLUM, 1996; ABRÚCIO, 1998). A finalidade, coerente com o processo de centralização, era manter maior controle sobre as atividades dos governos subnacionais. Apesar da tecnocracia militar chamar esse modelo de federalismo cooperativo, para Abrúcio (1998) ocorreu a implementação de um modelo piramidal de relacionamento federativo, cujo princípio era a submissão.

De acordo com Abrúcio (1998) a busca por essa harmonização administrativa se deu através da expansão dos órgãos da administração direta nas esferas inferiores de governo, com a criação ou reforço dos escritórios regionais dos ministérios. O autor ainda mostra que depois da implementação do Decreto-Lei 200<sup>49</sup>, houve a proliferação das agências da administração indireta nos estados e municípios, que tornaram-se um poderoso instrumento de intervenção econômica. Segundo Martins (1995), a participação da Administração Indireta na formação bruta de capital fixo da União aumentou 195% entre 1959-1973<sup>50</sup>. A multiplicação desses fundos estatais de financiamento e investimento contribuíram para ampliar o raio de ação do Estado como ator econômico, porém fragmentou a organização interna da gestão pública, introduzindo práticas empresais dentro da burocracia estatal (MARTINS, 1985). Como

---

<sup>49</sup> Esse decreto impôs um modo de planejamento governamental e econômico que seguia o estilo militar (SKIDMORE, 1991)

<sup>50</sup> Ver: MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, ver Quadro 1, pg. 53, Fundos Oficiais.

Segundo o IBGE ([200?]): "A formação bruta de capital fixo (FBCF) é a operação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos".

aponta Marcelino (1989), a tentativa de modernização do aparelho estatal feita a partir dos anos 60, teve como principal consequência a multiplicação das entidades da Administração Indireta. Pare este autor, esta cresceu a tal ponto, que surgiu uma dicotomia entre Administração Direta e Indireta<sup>51</sup>.

O governo federal também incentivou as administrações subnacionais a reproduzir a estrutura administrativa da União. De acordo com Abrúcio (1998) tal estímulo para copiar a estrutura de gestão da União, era feito através das consultorias técnicas, que visava convencer os gestores estaduais e municipais da superioridade do modelo administrativo federal, e da maior facilidade para obter recursos. Outro instrumento criado para harmonizar a administração pública foi o convênio. Ao tomarem parte, os municípios tinham que seguir à risca aquilo que era determinado pela União, e restava aos outros níveis de governo somente acatar ou não as imposições do governo federal (ABRÚCIO, 1998).

O *bipartidarismo*, o terceiro elemento da gramática autoritária, começa a ser construído no A1 2, que extinguiu todos os partidos existentes até aquele momento. Como lembra Skidmore (1991), os militares achavam que a crise política brasileira poderia ser atribuída ao sistema multipartidário, pois os membros das forças armadas achavam que as alianças partidárias eram inconstantes e manobradas para que os políticos tirassem proveito próprio, às expensas dos interesses dos cidadãos.

Mas é o Ato Complementar n. 4 que induz a formação de um sistema bipartidário no Brasil. A partir dessa norma, um novo partido só poderia ser formado se contasse com o apoio de no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores<sup>52</sup>. Os novos partidos deveriam ser organizados em um período curto: 45 dias após a promulgação do Ato Complementar n.4. As novas organizações não poderiam ainda usar os nomes dos partidos extintos.

Criaram-se assim a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) para defender o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma espécie de grande frente de oposição. De acordo com Fleischer (1980), 90% dos deputados federais e

---

<sup>51</sup> O Decreto-Lei 200 separou os órgãos da administração pública federal em administração direta e indireta. Fazem parte desse última as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. A primeira é integrada pelos ministérios, secretarias e departamentos.

<sup>52</sup> Portanto, a ditadura não impôs uma regra permitindo somente existência de apenas dois partidos, mas implementou uma norma que restringiu a tal ponto a organização partidária, que somente dois partidos conseguiram se organizar.

senadores da UDN se filiaram na ARENA. Assim, os udenistas formaram o maior bloco dentro do partido de sustentação do regime militar. Fato este que levou o então deputado Tancredo Neves a caracterizar o autoritarismo como “Ditadura da UDN” (FLEISCHER, 1980). O antigo PSD se dividiu, mas ainda seus quadros foram majoritariamente para a ARENA. Ingressaram no partido que apoiaria a ditadura militar 64,5% dos parlamentares pessedistas, e 35,5% foram para o MDB, estes últimos, mais pela lealdade que nutriam por Juscelino Kubitschek e por questões regionais (FLEISCHER, 1980). Por fim, 70% dos deputados federais e senadores do antigo PTB se filiaram no MDB (FLEISCHER, 1980). Sallum (1996) indica ainda que o bipartidarismo também facilitava a seleção controlada dos políticos profissionais, já que permitia a distribuição de recursos públicos através da simples distinção amigo/inimigo.

Desde o surgimento dos dois partidos, em 1966, a ARENA/PDS conquistou em quase todas as eleições a maioria das cadeiras nas duas casas do Congresso Nacional, como mostram os dados da Tabela 1. A exceção foi a disputa para o Senado em 1974, única em que o MDB logrou êxito no período abrangido pelos dados, o que não foi suficiente, contudo, para alcançar a maioria na Câmara Alta, pois apenas 22 cadeiras estavam em jogo naquele pleito<sup>53</sup>. Nas outras disputas, o partido de sustentação do regime saiu vitorioso, em geral por larga margem. Isso permitiu que a ARENA/PDS tivesse maioria permanente no parlamento nacional por duas décadas. Soma-se a isso, o fato da ARENA/PDS ter governado todos os Estados brasileiros, com exceção dos períodos em que Chagas Freitas foi governador do Estado da Guanabara e depois do Estado do Rio de Janeiro.

**TABELA 1 - Resultados das eleições para o Senado Federal e Câmara Federal nos anos de 1966, 1970, 1974, 1978 e 1982**

Ano da Eleição	Senado Federal				
	1966	1970	1974	1978 <sup>54</sup>	1982

<sup>53</sup> A regra para a disputa do Senado era a mesma da atual: 2/3 dos senadores eram eleitos em uma eleição, e o outro terço eleito na eleição seguinte. A diferença é que o Brasil à época tinha 22 estados, e o Distrito Federal não elegia senadores. Ademais, mandatos de parlamentares cassados e não substituídos, podiam ser preenchidos nas eleições seguintes.

<sup>54</sup> Em 1977 o Governo Geisel baixou o Pacote de Abril. Entre as várias medidas estabelecidas, uma delas modificava a forma de eleição de 1978 para o Senado. Na disputa para a Câmara Alta de 1978, 1/3 dos senadores seriam eleitos pelo voto indireto, através de um colégio eleitoral formado por deputados estaduais e delegados das Câmaras de Vereadores. Segundo Alves (1984), graças a essa modificação, a ARENA conquistou mais 21 cadeiras, além das 15 que já havia conseguido na eleição direta, ampliando desse modo ainda mais sua maioria no Senado Federal.

Partido/Cadeiras e %	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%
<b>ARENA/PDS</b>	19	82,6	41	89,1	6	27,3	15	65,2	15	60
<b>MDB/PMDB</b>	4	17,4	5	10,9	16	72,7	8	34,8	9	36
<b>PDT</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
<b>Total</b>	23	100	46	100	22	100	23	100	25	100

<b>Câmara Federal</b>										
Ano da Eleição	1966		1970		1974		1978		1982	
Partido/Cadeiras e %	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%
<b>ARENA/PDS</b>	277	67,7	223	71,9	204	56	231	55	235	49,1
<b>MDB/PMDB</b>	132	32,3	87	28,1	160	44	189	45	200	41,8
<b>PDT</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	23	4,8
<b>PTB</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	13	2,7
<b>PT</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1,7
<b>Total</b>	409	100	310	100	364	100	420	100	479	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Nota: tabela elaborada pelo autor

Esses fatos históricos e os dados da Tabela 1 mostram que apesar do sistema ser chamado de bipartidário, havia um partido dominante que se confundiu com o governo na década de 70. Ademais, não havia nenhuma perspectiva de poder para oposição, algo que veio a ocorrer somente na primeira metade dos anos 80, quando o regime entrou em crise e estava em seu final. Além de servir como base do governo autoritário no parlamento, a ARENA/PDS atuou para levar a vontade política dos governantes militares para as gestões estaduais e municipais, conforme foi apontado por Sallum (1996).

É por isso que outra consequência importante desse sistema bipartidário foi a capilaridade que a ARENA/PDS e o MDB conseguiram. Os dados da Tabela 2 fazem uma comparação entre o número de diretórios organizados pela ARENA e MDB antes do fim do bipartidarismo, e o número de diretórios locais formados pelos novos partidos, após a volta do pluripartidarismo, que ocorreu em 1979. Como ARENA e MDB foram os únicos partidos existentes ao longo de treze anos, entre 1966 e 1979, eles conseguiram se estruturar nos chamados “rincões” do Brasil. Os herdeiros dessa legenda, o PDS e o PMDB, absorveram a penetração territorial daquelas organizações partidárias. Ademais, existiam no Brasil 3.959 municípios no final dos anos 70. Sendo assim, a ARENA, que tinha organizado 3.957 diretórios locais, estava presente em quase todas as cidades brasileiras.

Além disso, é preciso destacar que o partido governista era o único existente em centenas de municípios brasileiros, pois o MDB tinha diretórios organizados em menos de 3.000 cidades. Assim, em muitas localidades brasileiras existia uma espécie de sistema de partido único municipal, com o conflito político provavelmente sendo circunscrito aos grupos internos da própria ARENA. Essa capilaridade foi ainda essencial para a elite fisiológica sobreviver eleitoralmente durante a Nova República.

Como veremos adiante, os partidos fisiológicos estão organizados em várias legendas, as mais significativas são, de várias formas, herdeiras do bipartidarismo. Ao longo do novo regime democrático, esse segmento da classe política brasileira agiu para manter e ampliar sua influência política, procurando combinar a penetração territorial de suas organizações, especialmente sua presença nos pequenos municípios, com a instrumentalização do Estado.

**TABELA 2 - Número de diretórios municipais formados pelos novos partidos em comparação com os antigos, em outubro de 1980**

Partidos	N ° de Diretórios Municipais
ARENA	3.957
PDS	3.066
MDB	2.979
PMDB	2.172
PP	869
PDT	558
PTB	334
PT	625

Fonte: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984, p. 274, tabela 8.9

Nota: Tabela elaborada pelo autor.

O quarto e último elemento da gramática autoritária é a *desmobilização da sociedade civil*. Ela foi mais resultado do processo geral de destruição das liberdades democráticas e de ações de repressão política, do que de normas voltadas especificamente para a desmobilização, que também existiram. Como aponta Cardoso (1975), a desmobilização era um dos objetivos do regime burocrático autoritário, e acabou por se tornar um traço do seu tipo ideal. Sendo assim, intervenções nos sindicatos, no movimento estudantil, a censura à imprensa e as pesadas restrições às organizações partidárias, formaram um conjunto voltado para

limitar o pluralismo político e social. Sallum (1996), resume os alvos da política desmobilizadora e os seus instrumentos:

Os alvos básicos desta política desmobilizadora eram indivíduos, grupos e agências institucionais vinculados às políticas do governo derrubado, à aliança político-partidária que o sustentava, críticas em relação às políticas “revolucionárias” e, especialmente, os vinculados aos processos de ampliação da participação popular política. Os instrumentos básicos para desenvolver esta estratégia desmobilizadora foram os atos institucionais e as comissões de inquérito, as intervenções e prisões decorrentes (Inquéritos Policiais Militares, Comissões Especiais de Investigação, intervenções, intimidações, cassações e prisões na esfera político partidária, nas universidades, nas organizações estudantis e operárias), a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional” (SALLUM, 1996, p.32).

O próprio fim da eleição para presidente contribuiu significativamente para desmobilizar a sociedade. De acordo com Abrúcio (1998), depois da Era Vargas (1930-1945), a União e a Presidência da República se fortaleceram como núcleos de poder. Além disso, Abrúcio considera que o estilo carismático-personalista de Vargas emprestou um sentido plebiscitário para a eleição presidencial, que se tornou o vetor das aspirações para mudanças políticas. Desse modo, a eleição direta para a chefia do executivo federal se transformou em um elemento de mobilização sociedade.

Mas o Regime Militar também implementou medidas direcionadas especificamente para desmobilizar a sociedade civil, como a Lei de Greve n° 4.330, estabelecida em 1° de junho de 1964 para regulamentar as paralizações dos trabalhadores. De acordo com Alves (1984) e Oliveira (1995), essa nova legislação proibiu as greves de funcionários públicos dos três níveis de governo e de empresas estatais, e ainda as paralizações religiosas, aquelas motivadas por solidariedade e as de natureza política e social. Como lembra Alves (1984), quem definia quais greves eram políticas era o próprio governo, e as paralisações eram submetidas a condições que na prática as tornavam impossíveis. Isso porque as exigências burocráticas para a legalização das greves eram tão grandes, que os sindicatos tinham enormes dificuldades de cumpri-las. O objetivo claro dessa legislação era aumentar o controle

sobre os sindicatos, retirar os trabalhadores do cenário político e desmobilizar a sociedade civil (OLIVEIRA, 1995)<sup>55</sup>.

Com base nessa lei os militares puderam intervir extensamente nos sindicatos. As organizações sindicais vinham de um período de agitação intensa entre os anos de 1961 e 1964 e foram um dos principais alvos da repressão estatal. Segundo Alves (1984) entre 1964 e 1979 ocorreram 1.565<sup>56</sup> intervenções em sindicatos, ou seja, foram afastados os dirigentes eleitos pela base e nomeados interventores, ou se estendeu o período de intervenção decretado pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

A gramática autoritária do Regime Militar, sem dúvida, inclui um número muito grande de atos, leis, decretos e ações políticas do que aquelas discutidas acima. Contudo, acreditamos que os elementos que listamos, e que estão sumarizados no Quadro 2, são os que tiveram maior impacto, e por isso constituem o núcleo da grande reforma institucional realizada após o golpe de 1964.

A reorganização autoritária iniciada pelos militares se concentrou entre os anos de 1964 e 1968, contudo, a políticas originadas a partir dela foram aplicadas durante todo o regime, especialmente até 1979, quando se inicia o período de abertura. O sentido mais geral dessas modificações, e que irá inspirar os outros elementos da gramática, é um acentuado processo de centralização política.

Esse processo minou especialmente a autonomia dos estados e do poder legislativo. Como vimos, antes de 1964 os recursos orçamentários estavam concentrados especialmente nas administrações estaduais. Isso permitia às elites regionais controlar a política dos municípios, origem da instituição informal do governismo. Além disso, o legislativo tinha mais poder sobre questões orçamentárias e financeiras, o que possibilitava aos parlamentares organizar seus próprios esquemas de poder, sem depender do governo.

---

<sup>55</sup> O regime militar continuou restringindo o direito de greve ao longo dos anos. Por exemplo, como resposta ao nascente movimento grevista do ABC Paulista, foi baixado o Decreto-Lei n. 1.632 de 04 de agosto de 1978. O novo decreto ampliou enormemente as restrições ao direito de paralisação. Ele proibiu greves dos seguintes setores profissionais: serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias.

<sup>56</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984, p. 244, tabela 8.3.

Com o agudo processo de esvaziamento de estados, municípios e do legislativo, os líderes políticos locais, que antes procuravam a elite estadual ou o Congresso Nacional em busca de recursos e melhoramentos para seus municípios, agora tinha que se remeter a um fortalecido governo nacional. Como afirmou Abrúcio (1998), os dirigentes do Regime Militar procuraram trazer a política municipal para sua esfera de influência, para tanto, desenvolveram um esquema de patronagem através de convênios e transferências de recursos. Isso também induziu os parlamentares a negociarem com os ministérios a destinação de verbas para suas bases eleitorais. Assim sendo, o processo de centralização dos recursos para o exercício do clientelismo (NUNES, 2003) enfraqueceu as máquinas políticas locais montadas pelas lideranças estaduais, deputados federais e senadores. Para mantê-las, agora eles deveriam fazer o que a elite local fazia pelos menos desde a República Velha, como apontava Victor Nunes Leal: buscar recursos no governo, com o “pires na mão”, para sobreviver politicamente.

Mas não foi somente a centralização de poderes e recursos que reorientaram a conduta dos parlamentares. Conforme a análise que desenvolvemos acima, ocorreu uma significativa expansão material do Estado, especialmente durante os 10 anos primeiros anos do Regime Autoritário. Foram criadas dezenas de empresas estatais e agências governamentais nesse período. Como nos anos 70 ocorreu um expressivo crescimento econômico, além da concentração houve uma ampliação dos recursos disponíveis para a União. Dessa maneira, a centralização política e a expansão material do estado incrementaram a capacidade de planejamento e intervenção do executivo federal, que nunca foi tão capaz de promover e afetar interesses, ou seja, de interferir no conflito social.

O bipartidarismo artificial é o mais claro exemplo dessa fortalecida capacidade do aparelho estatal de interferir no conflito político. O sistema bipartidário não foi resultado de uma longa trajetória política-institucional, como nos EUA, nem tinha raízes na estratificação social. Era um arranjo artificial, criado pelo Estado autoritário através de dois atos, o Institucional n. 2 e o complementar n.4. Além disso, como afirma Sallum, a existência de apenas dois partidos facilitava a identificação dos amigos e dos inimigos da Ditadura. O resultado é que surgiu um partido com a função de ser governo, não para ser liberal, conservador, representar a burguesia, as classes médias ou para dar sustentação a uma liderança de perfil carismático. Assim, os

parlamentares da ARENA/PDS foram socializados durante duas décadas em uma organização que se dedicava a fazer o papel de situação, e interagiam com um poder executivo amplamente fortalecido em sua capacidade de patronagem.

Tudo isso ocorreu paralelamente a um movimento de desmobilização da sociedade civil, cujo principal exemplo foram as milhares intervenções em sindicatos. A desmobilização social e política era um objetivo do Estado autoritário, e logrou êxito especialmente na década de 1970, justamente quando a ARENA/PDS também governava os estados, e o Brasil experimentava um grande crescimento econômico. Desse modo, o auge do governismo arenista ocorreu juntamente com o auge da desmobilização da sociedade civil. A atuação política dos arenistas se dava em um Congresso Nacional com limitados poderes sobre as políticas públicas, e num período de grande apatia social. Para conseguir votos, e continuar no parlamento, restava a eles buscar apoio em um poder executivo hipertrofiado.

Se antes os parlamentares do Congresso Nacional tinham mais poderes sobre o orçamento, e através das emendas podiam sustentar suas bases políticas, e as elites estaduais tinham recursos consideráveis para controlar a política municipal, depois de 1964 ocorre uma drenagem dos recursos orçamentários e dos poderes advindos dele para o executivo federal. Anteriormente, eram as lideranças municipais que procuravam, e parlamentares e dirigentes estaduais que ofertavam. Uma das grandes mudanças promovidas pelo golpe foi jogar deputados federais, senadores e as elites regionais no mesmo lugar dos dirigentes municipais, no polo da procura. A oferta foi praticamente monopolizada pelo poder central.

Antes da ruptura de 1964 os parlamentares usavam os recursos para fins políticos, mas tinham autonomia e independência em relação ao poder executivo. As restrições à liberdade de organização não existiam, ou eram bem menores. Desse modo, os parlamentares podiam combinar a sua razoável autonomia no uso dos recursos públicos, com vínculos com a sociedade civil como estratégia política e eleitoral. Um parlamentar que estava na oposição no Congresso Nacional, mas que apoiava o governador do seu estado, podia ainda contar com a máquina estadual para apoiá-lo. Entretanto, como a reforma institucional promovida pela Ditadura Militar esvaziou o poder legislativo, inclusive seus poderes sobre o orçamento, enfraqueceu os governos estaduais e municipais, e desmobilizou a sociedade civil, restou aos

arenistas a dependência do executivo federal como meio de sobrevivência política e eleitoral. Como foi um processo longo de 20 anos, ele se arraigou nos parlamentares situacionistas.

Vimos anteriormente que para o institucionalismo histórico e sociológico, quando são criadas novas instituições, isso é feito em um mundo onde já existem instituições em abundância. Assim, quando os membros governistas do Congresso Nacional e as elites regionais alinhadas com o regime foram deslocados para a mesma situação de dependência do Estado vivenciada pelas lideranças municipais, lá elas encontraram a velha instituição informal do governismo, que remontava à política local da República Velha. É por isso que a gramática autoritária promoveu o fortalecimento do governismo, ela aumentou o custo para fazer oposição das elites estaduais, e particularmente de deputados federais e senadores, promovendo uma espécie de nacionalização da instituição informal do governismo.

Os cientistas sociais filiados às Teorias Centradas no Estado, acreditam que aparelho estatal é um domínio institucional, que estimula valores e comportamentos dentro de um determinado território. O aparelho estatal constitui-se em um ator de peso, com grande capacidade de interferir no conflito social. Sua influência é de tal ordem, que ele é capaz de criar grupos, mas não só. Ele incentiva ideias, demandas, interesses, e promove a capacidade política de certos grupos, em detrimento de outros. É capaz ainda de estimular os grupos engajados no conflito político para a ação.

Desse modo, ao chegarem ao poder, os militares e os grupos civis que os apoiaram, estavam comprometidos com determinados valores e interesses. Esse conjunto de indivíduos estava no topo de uma estrutura, de onde conseguiram por duas décadas patrocinar seus objetivos. A intenção de construir uma república centralizada, em transformar o poder executivo em uma entidade hipertrofiada, uma força incontestável, capaz de pacificar a sociedade e implementar um modelo de crescimento econômico baseado no planejamento e na intervenção estatal, são os valores dos dirigentes do regime, que estavam inscritos nos elementos da gramática autoritária. A ditadura também estimulou certos interesses, especialmente para manter a coalizão de apoio ao golpe. A política econômica do regime beneficiou multinacionais e grandes grupos econômicos nacionais. Ela também desalojou grupos

políticos que estavam no poder nos estados, ou tinham perspectiva de chegar ao governo. A gramática autoritária ao promover um aumento do custo para fazer oposição, mirou os adversários do regime, e patrocinou os interesses políticos e eleitorais dos seus aliados civis.

Poulantzas definia burocratismo como a forma de organização e funcionamento do Estado Capitalista. Porém, existem vários tipos de aparelhos estatais capitalistas, que retêm os elementos mais gerais, mas são diferentes em muitos aspectos. Assim, o modo de organização e funcionamento do aparelho estatal em uma democracia avançada da Europa Ocidental, possui traços comuns e diferenças com um aparelho estatal autoritário na América Latina. Sendo assim, é possível falar em um burocratismo autoritário.

Ele também era organizado de forma hierárquica como o burocratismo em geral, e gerava os mesmos efeitos ideológicos que este, como o fetichismo da burocracia e a ilusão da unicidade do corpo da nação. Entretanto, apresentava particularidades em sua organização e funcionamento. Uma delas era o sistema bipartidário artificial, imposto pelo Estado autoritário, um dos resultados mais evidentes do agudo processo de centralização iniciado em 1964.

Assim, os dois partidos que surgiram, ARENA/PDS e MDB, foram criados depois que uma legislação bastante restritiva sobre organizações partidárias foi imposta. Na prática os dois partidos foram organizados pela iniciativa do Estado. O MDB aproveitou as brechas do regime para tentar alguma oposição, contando com o apoio do eleitorado dos grandes centros urbanos do Sudeste e do Sul, mais críticos em relação ao regime, e menos dependentes do orçamento federal. Já a ARENA/PDS, como legenda de situação, era facilmente identificada como aliada do regime, depois da simplificação da relação amigo/ inimigo imposta pelo bipartidarismo. Os membros arenistas, identificados com o governo, tinham acesso franqueado aos recursos agora concentrados no poder executivo.

O sistema bipartidário serviu para limitar o pluralismo, passar uma falsa ideia de representatividade democrática, estabelecer de forma clara quem eram os amigos e os inimigos do Regime, e ainda organizar os grupos políticos que fizeram parte de coalizão de apoio ao golpe, especialmente as elites regionais. O bipartidarismo, portanto, fazia parte do modo de funcionamento do Estado autoritário.

Conforme Therborn (1989), o Estado gera efeitos sobre aqueles que são organizados por ele. O autor chama esses efeitos de saída. Argumentamos acima que o sistema bipartidário foi organizado pelo Estado, e fazia parte do seu modo de organização e funcionamento. Acreditamos que o incentivo à instituição informal do governismo é uma saída, ou seja, um efeito do aparelho estatal autoritário sobre os indivíduos e grupos que foram organizados por ele. Evidentemente, esse tal efeito, ou saída, se circunscreve aos membros da ARENA/PDS, por sua posição de apoio ao regime autoritário. Sendo assim, afirmamos que a origem da elite fisiológica, organizada atualmente nos partidos do chamado centrão, é o período Ditadura Militar, mais especificamente o seu partido de sustentação, a ARENA/PDS.

## **4 A ELITE FISIOLÓGICA E O NEPOTISMO**

### **4.1 As relações entre parentesco e política: teoria e estudos exemplares.**

A simbiose entre política e família é um tema recorrente das ciências sociais, em razão do fato bastante comum de vermos os filhos e netos de lideranças conquistando cargos eletivos, muitas vezes para os mesmos postos ocupados por seus antepassados. Ou então, quando os herdeiros de conhecidas famílias políticas são indicadas para cargos de prestígio não eletivos, como ministérios, secretarias e posições nas principais cortes de justiça.

Gaetano Mosca (1984) é uma autores que destacam esse fator hereditário nas atividades políticas. Segundo o autor, todas as classes políticas têm a tendência de se tornarem hereditárias, se não por direito, ao menos de fato. Mosca (1984) acreditava que todas as forças políticas têm uma qualidade que em física se chama inércia, que é a tendência dos fenômenos de permanecerem no estágio em que se encontram. Se membros da mesma família continuam no poder, não há mudança. Para esse autor da teoria clássica das elites, a prática dos grandes cargos, o hábito e quase todas as atitudes para tratar os negócios de importância, se adquirem muito mais facilmente quando se tem com eles certa familiaridade.

Grill (2008) também destaca que essa proximidade com o meio político viabiliza uma diferenciação, proporcionada pela socialização com os rituais e linguagens que marcam o funcionamento da esfera política, e pela sociabilidade que

ocorre por meio do contato dentro da esfera doméstica. Para o autor, o patrimônio familiar é um conjunto formado pela reputação coletiva e pela fidelidade acumulada pelo grupo familiar (GRILL, 2008). Além disso, a aquisição de uma familiaridade com os lugares e linguagens do espaço político, e a construção de uma identidade social, resultam de estratégias globais de reprodução social de um grupo familiar e de uma ideia de vocação (GRILL, 2008). Sendo assim, aqueles que pertencem às famílias políticas podem maximizar a reputação dos seus parentes, os seus feitos e sua presença na memória política local (GRILL, 2008). O parentesco na política adquire assim eficácia e legitimidade para os membros de uma família, pois ocorre uma convergência entre itinerário individuais e trunfos derivados dos laços de família.

Quando se trata da influência das famílias no processo de constituição política e social do Brasil, temos inúmeros autores que pesquisaram essa relação que foi simbiótica em nossa história. Talvez o mais conhecido desses autores seja Gilberto Freyre. Em sua grande obra, *Casa Grande e Senzala (1995)*, Freyre procurou mostrar a centralidade da família patriarcal na formação do Brasil. Para esse influente antropólogo, a família patriarcal foi uma estratégia de colonização implementada pelos portugueses, para aumentar a população e fazer o aliciamento de mão de obra.

Segundo Freyre (2006), a família não era somente uma esfera de vivência, autoridade e afetividade. Na formação do Brasil, foi também uma unidade econômica, política e social. Por conseguinte, ela foi o grande fator colonizador do Brasil. Foi ela que cultivou o solo, ou seja, desenvolveu a economia, e organizou a política. Freyre é taxativo ao afirmar que a família patriarcal foi empreendedora econômica e diretora do Estado. Logo, ela exercerá inúmeras funções. Desse modo, o gosto do mando, exercido nas relações privadas, estendeu-se para o domínio público.

Entre os anos 1950 e 1990, os estudos que seguiriam a tradição inaugurada com Freyre, que buscavam relacionar política e parentesco, se concentraram em pesquisar a existência dessa correlação no Brasil Monárquico, Colonial e da Primeira República (GOULART, 2018). Contudo, atualmente, no Brasil modernizado, onde vigora um regime democrático há 35 anos, é possível perceber cada vez mais famílias dominando a política de municípios e estados, algumas delas inclusive exercem grande influência no cenário nacional. Como afirma Goulart (2018), o perfil familiar da política brasileira está presente nos diferentes momentos da história política brasileira,

e não é algo restrito ao Brasil arcaico ou pré-moderno. Para autora, é possível encontrar permanentemente sobrenomes políticos que assumem uma dimensão histórica, em espaços nos poderes executivo, legislativo e judiciário, mas também em outras posições de prestígio, como Tribunais de Conta, Ministério Público, mídia e grandes empresas.

Os anos 90 são marcados por uma retomada dos estudos que visam investigar as relações entre parentesco e política no interior da sociologia política brasileira. Diferentemente das análises que buscavam essa correlação em períodos passados de nossa história, as novas pesquisas tinham como objeto de investigação as famílias poderosas do presente (GOULART, 2018). Três autores foram essenciais para essa nova fase: Ricardo Costa Oliveira, que a partir dos anos 90 procurou estudar as relações entre parentesco e poder no Paraná, Letícia Bicalho Cândo, com pesquisas sobre as influências familiares na política mineira, e mais recentemente, nos anos 2000, Igor Gastal Grill, que concentrou seus estudos nas relações entre parentesco e política no Rio Grande do Sul (GOULART, 2018).

Como aponta Goulart (2018) essa retomada nos trabalhos sobre relações de parentesco e poder foi importante, pois boa parte das ciências sociais, e muito especialmente a Ciência Política, passou a desconsiderar a família como um elemento fundamental para o conhecimento do fenômeno político contemporâneo. Sendo assim, Oliveira, Cândo e Grill, mostraram que é necessário estudar a política além das organizações partidárias e dos resultados eleitorais (GOULART, 2018)

Cabe ressaltar que as pesquisas desenvolvidas por Oliveira, Cândo e Grill retrataram a atualidade complexa do Brasil, marcada pela urbanização, por uma economia capitalista assentada nos serviços, e pela existência de instituições democráticas e republicanas (GOULART, 2018). Mesmo assim, o conjunto de pesquisas desenvolvidas por esses três autores mostrou que a família é uma variável fundamental para os estudos da realidade política contemporânea (GOULART, 2018).

Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) também frisaram que os estudos sobre nepotismo identificaram a presença de grupos de parentes em contextos e instituições modernas, complexas e racionais. Para os autores, as transformações da sociedade contemporânea não eliminaram os resquícios das relações tradicionais de poder, que muitas vezes assumem feições de familismo e nepotismo. Sendo assim, a

unidade social da política no Brasil ainda é formada pela ideia de família (OLIVEIRA, 2018). Para entendermos como essas relações de poder se sustentam, é essencial compreendermos família como qualquer unidade ou reunião social em que existem um conjunto de relações pessoais, sociais, de afeto e relacionamentos, dentro de um pacto social que se estabeleça nessa própria unidade familiar (OLIVEIRA, 2018).

Já a noção de nepotismo é definida sociologicamente como a relação entre estruturas de poder e de parentesco. Oliveira (2012), afirma que essa definição abarca a influência das famílias na concessão de cargos e privilégios a parentes no funcionalismo público. Para o autor, desse modo se formam as grandes redes de influência e interesses que unem cargos governamentais, fornecedores do Estado e outros tipos de ligações pessoais, políticas e monetárias. Assim sendo, são as conexões entre parentesco e poder político, que geram o nepotismo. Sintoma de instituições frágeis, as redes de nepotismo podem ser variáveis em sua abrangência, mas geralmente atravessam os poderes e ligam diversas funções públicas dentro do aparelho estatal. Portanto, como sintetiza Oliveira (2012), o nepotismo é uma relação de favoritismo e patronagem, que está sempre associado a ambientes de desigualdades sociais e clientelismo político.

Desse modo, certos grupos familiares têm demonstrado habilidade para se sobrepor às mudanças e reconfigurar suas estratégias de poder e riqueza. Eles mantiveram ações familiares em meio ao aprofundamento do capitalismo, da urbanização e da modernização da sociedade brasileira (OLIVEIRA, GOULART, VANALI, MONTEIRO, 2017). Os chamados novos ricos, aqueles que chegam a posições de poder e prestígio, farão alianças políticas e empresariais até mesmo através de matrimônios com as famílias tradicionais. Assim, esses novos membros das classes dominantes são absorvidos e integrados nas redes políticas e de nepotismos já existentes, e os privilégios continuam, mesmo com intensas mudanças na sociedade (OLIVEIRA, 2012).

Em sua obra sobre a formação do Paraná moderno, Oliveira (2001) analisou a participação das famílias tradicionais na composição da classe dominante estadual. O autor procurou evidenciar que dentro da classe dominante podem existir estruturas de parentesco, e que é preciso abordar essa dimensão como um conjunto de famílias, e não como apenas um grupo de indivíduos. Portanto, Oliveira rejeita a ideia de elite,

pois a noção de classe dominante se adapta melhor à permanência da dominação de poucos grupos sociais. Assim, se a ideia de elite se restringe a identificar quem está no poder, o conceito de classe dominante se adapta melhor às pesquisas que visam analisar fenômenos de continuidade e hereditariedade. Monteiro (2016) também demonstrou a continuidade de famílias tradicionais em posições de poder. Ao desenvolver um estudo genealógico sobre os deputados federais paraibanos, o autor concluiu que um grupo de 20 famílias se revezam no domínio e controle do aparelho de Estado na Paraíba, desde os anos 30 do século XX.

Monteiro (2016) também apontou que significativa parcela da representação do Estado da Paraíba no Congresso Nacional é composta por agentes que fizeram uso do capital econômico e do capital familiar. Fazendo uso do arcabouço teórico de Pierre Bourdieu, para o autor esses capitais não se excluem. Eles são complementares, e um tipo de capital pode ser converter em outro tipo de capital. Monteiro (2016) ainda salienta que um “nome de família” não se constitui sem o acesso ao capital econômico e cultural, que são fundamentais e escassos nas sociedades. É por isso que as famílias tradicionais possuem nomes e sobrenomes que funcionam como recurso simbólico para acessar cargos no aparelho estatal. Desse modo, a constituição de um nome de família é um ato institucionalizado e legitimado pelo Estado, que ocorre através de processos históricos e sociais de dominação e exclusão.

Logo é preciso pertencer às famílias historicamente distintas para acessar de modo privilegiado as instituições políticas. Ao analisar as oligarquias paraibanas, Monteiro (2016) constatou que seus herdeiros quando não estudaram nas melhores escolas de formação, possuíam capital econômico. Por conseguinte, aqueles que possuem capital econômico na maioria das vezes podem convertê-los em capital político familiar. É através da conversão desses capitais que os herdeiros se inserem no campo das disputas políticas. Para Monteiro (2016), são esses distintivos que permitem acessar as principais instituições e cargos públicos, especialmente quando somados ao capital político que é construído historicamente pelas famílias tradicionais. Sendo assim, o autor constata que a inserção no campo de representação política geralmente ocorre através de dois tipos de capitais, o econômico e o político familiar. A ausência deles torna pouco provável o acesso ao poder representativo do Estado (MONTEIRO, 2016).

Assim, Oliveira e Monteiro sustentam que no Brasil existe uma relativa continuidade na reprodução do poder econômico e político da classe dominante. Oliveira (2001) constata que elementos de uma estrutura social arcaica sobrevivem e se adaptam às mudanças vividas pela sociedade brasileira. Conseqüentemente, práticas sociais, velhas estruturas e estilos de exclusão são mantidos pela ação de estruturas familiares, que estão conectadas ao poder político e ao controle de capitais sociais e econômicos (OLIVEIRA, 2001).

Fica evidente, portanto, que a racionalização e modernização do campo político não foram capazes de suprimir a capacidade de famílias dominarem as mais diversas esferas de poder, e de direcionar a ação do Estado e dos partidos políticos (OLIVEIRA, 2017). Em sua pesquisa sobre o Paraná, Oliveira (2001) demonstra que as famílias históricas ajudaram a promover o processo de modernização do Estado, o que fortaleceu a tendência de continuidade da classe dominante colonial. É por isso que não se pode falar no Paraná e no Brasil em Revolução Burguesa, pois as famílias históricas tradicionais comandaram a modernização conservadora. Assim, Oliveira (2001) afirma que não houve uma transformação burguesa, mas um aburguesamento das famílias históricas. A permanência delas no poder seria a consequência de uma metamorfose burguesa, um acomodamento do antigo regime às mudanças sociais.

Para Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) foi desse modo que algumas famílias, que atuam como grupos políticos, foram capazes de se manter no poder mesmo com os processos de mudança da sociedade brasileira, e do aprimoramento das instituições. Os autores sustentam que em quase todas as regiões e estados brasileiros, nos séculos XX e XXI famílias controlam e atuam nos principais postos estratégicos do aparelho de Estado. A política, afirmam autores, continua sendo um campo propício para as atividades familiares.

Para entender a permanência no poder de certas famílias, Oliveira (2001) faz uso do conceito de famílias históricas. Segundo o autor, elas são um grande complexo de unidades de parentesco, que possuem eixos históricos e políticos de longa duração. Elas não se confundem com outros tipos de famílias existentes na sociedade brasileira. Pelo contrário, a família histórica representa uma forma específica de organização de alguns elementos superiores da classe dominante.

A capacidade dessas famílias de resistir a tais mudanças se revela quando elas fazem uso da sua tradição política, e dos benefícios trazidos para o grupo familiar quando seus membros ocupam cargos de relevo no Estado (OLIVEIRA, GOULART, VANALI, MONTEIRO 2017). Ela também se mostra na força apresentada por essas famílias de se misturar com a história de um município, estado e até mesmo de um país. É por isso que a genealogia se apresenta na política como mais um elemento para acúmulo de capital simbólico, sendo por isso que Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) chamam atenção para a importância dos casamentos, vistos como estratégias para garantir privilégios e acumulação de capital. Para os autores, que também fazem uso do instrumental de Bourdieu, as famílias que estão no poder tendem a manter suas posições e espaços privilegiados. Ao mesmo tempo as classes desprovidas tendem a reproduzir as condições através das gerações.

Um exemplo apresentado por Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) é como o voto e as posições de poder podem ser transmitidos entre políticos. Consequentemente, é positivo pertencer às famílias poderosas, porque a identificação com sobrenomes conhecidos rende crédito eleitoral, e se torna um fator de influência na escolha eleitoral. Segundo os autores, essa transmissão obedece a três lógicas, que são o reconhecimento da reputação familiar pelo eleitorado, a familiaridade com os meios políticos e os acessos proporcionados pelos laços de parentesco, que é definido por Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) como a ampliação da rede de relações humanas e dos vínculos familiares. De acordo com os autores, o parentesco possui duas conexões básicas: uma é a própria família, e a outra são as ligações estabelecidas pelas famílias com outros ramos, sendo que essas definem as relações de parentesco, e são um elemento que fortalece o grupo inicial.

Os autores lembram, entretanto, que a transmissão de capital simbólico através de relações de parentesco não deve ser interpretada como clientelismo e compadrio, que são fenômenos que não se estabelecem sobre a matriz consanguínea e necessitam ser firmados por outros mecanismos de dominação (OLIVEIRA, GOULART, VANALI, MONTEIRO 2017). Pelo contrário, quando se trata de famílias, a ação das lideranças políticas visa a criação de laços de lealdade e o estabelecimento de ligações mais fortes.

Como vimos, Monteiro (2016) e Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) utilizam o conceito de capital social, formulado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Os autores enfatizam que as famílias históricas se perpetuam nas posições de poder e prestígio através da transmissão de capitais sociais. Bourdieu (1985) define capital social como o agregado de recursos sociais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações que são mais ou menos institucionalizadas. Segundo o autor, ele fornece aos seus membros o respaldo do capital, que se torna uma espécie de credencial e proporciona o direito ao crédito, que nesse caso pode assumir os mais diversos significados. Bourdieu ainda salienta que essas relações também podem ser socialmente instituídas e garantidas pela aplicação de uma alcunha comum, como o nome de uma família.

Ao analisar a distribuição desses diferentes tipos de capital, Bourdieu (1985) sustenta que ela forma o conjunto de restrições inscritas na realidade, que regem o seu funcionamento de forma duradoura, pois determinam as chances de sucesso individual. Ela representa enfim, a própria estrutura do mundo social. Assim, Bourdieu pretende com a análise da noção de capital social, criticar o economicismo e o que ele chama de semiologismo. O primeiro, é criticado pelo sociólogo francês por argumentar que todo tipo de capital é redutível, em última análise, ao capital econômico. O segundo alvo da crítica bourdiesiana, que é representado pelo interacionismo simbólico, etnometologia e estruturalismo, tende a reduzir as trocas sociais a fenômenos de comunicação.

O sociólogo francês classifica então os capitais existentes em três tipos. O *econômico*, é tradicionalmente mais conhecido, devido especialmente à obra de Marx. Bourdieu (1985) o define como um tipo conversível em dinheiro, e que pode ser instituído em direitos de propriedade. Porém, ao contrário do que muitos pensam, não é a única forma. Outro tipo é capital o *cultural*, que é institucionalizado na forma de qualificações educacionais, e pode se converter em capital econômico. E o terceiro é o *social*, composto por obrigações sociais, ele é institucionalizado em títulos de nobreza, e também pode ser convertido em capital econômico.

Bourdieu (1985) sustenta que o capital econômico pode se transformar em capital político e social através de um trabalho específico, que exige um gasto de tempo e atenção para transfigurar a troca puramente monetária. Tal esforço, quando

analisado a partir de uma visão econômica, pode parecer um desperdício, entretanto, na lógica das trocas sociais, ele deve ser encarado como um investimento sólido, que irá gerar lucros não só monetários.

Quanto ao capital social, Bourdieu (1985) ressalta que o seu volume depende da rede de conexões que uma agente consegue mobilizar, e também dos volumes de capital econômico e simbólico que possui por direito próprio. Por conseguinte, o capital social nunca é completamente independente do capital econômico e cultural. O sociólogo francês também argumenta que aqueles que possuem capital social herdado, que pode ser simbolizado, por exemplo, em um grande nome de família, são capazes de transformar todas as relações circunstanciais em conexões duradouras. Logo, o capital social resultante de um relacionamento é maior quando a pessoa acumula um grande volume de capital cultural e econômico.

Para Bourdieu (1985) essas redes de conexões duráveis que são mobilizadas pelos agentes, resultam de esforços intermináveis, que produzem e reproduzem relacionamentos duradouros e úteis, e que podem trazer aos agentes que estão inseridos nelas lucros materiais e simbólicos. Para o sociólogo francês, são os investimentos e estratégias individuais e coletivas que criam tais redes, que se destinam a estabelecer ou reproduzir relações utilizáveis a curto ou longo prazo.

Outro elemento essencial na construção dessas redes é o que Bourdieu (1985) chama de alquimia da consagração. Visivelmente influenciado por Lévi-Strauss nesse particular, ele afirma que essa alquimia é produzida por alguma instituição social, como o parentesco, e reproduzida infinitamente através de trocas de presentes, mulheres e até palavras. Para o autor são essas trocas que incentivam e produzem o conhecimento mútuo e o reconhecimento. É esse reconhecimento de pertencimento a um grupo, que leva à reprodução do próprio grupo. Esses, por sua vez, se formam nesses processos de reconhecimento, e desenvolvem suas próprias formas de delegação, ao permitirem a concentração da totalidade do capital social em um único agente (BOURDIEU, 1985). É por isso que ele pode falar e agir em nome do grupo, pois tem o apoio do capital social que, por ser uma propriedade coletiva, exerce um grande poder.

Mas as contribuições de Bourdieu para o estudo da política a partir de um prisma sociológico não se restringem ao conceito de capital social. Outro conceito

trabalhado pelo autor, o de *habitus*, também foi mobilizado por ele para o estudo dos fenômenos políticos. O sociólogo francês define *habitus* como um fenômeno que corresponde às posições, e são produzidos pelos condicionamentos dessas posições. Logo, eles são um princípio gerador que unifica posições e um estilo de vida único, que se mostra em escolhas pessoais de bens e práticas (BOURDIEU, 2011). O *habitus* também coloca em prática princípios de diferenciação, e por isso eles operam distinções. Assim, o *habitus* gera práticas distintas e distintivas, mas também promovem classificações, divisões e gostos diferenciados (BOURDIEU, 2011).

O *habitus* político envolve toda aprendizagem para adquirir os saberes necessários para o trabalho político. Para Bourdieu (2007), esses saberes foram produzidos e acumulados pelo trabalho político do presente e do passado. O autor considera o *habitus* como um capital, um conhecimento adquirido e um haver, que indica uma disposição incorporada. Assim, podemos concluir que o acúmulo de saberes produzidos pelo trabalho das famílias históricas, conforme os trabalhos de Oliveira e Monteiro, produziram um *habitus* político, que também é uma capital social, que foi transmitido aos herdeiros.

Para Bourdieu (2011) o homem político deve sua autoridade à capacidade de mobilização, que pode ter origem na força social ou na delegação, nesse caso como líder de uma organização, um partido político ou sindicato, por exemplo, que detém um capital político que foi acumulado nas lutas passadas. O capital pessoal do político advém de sua popularidade, de ser conhecido e de possuir uma reputação. Segundo o autor, esse reconhecimento também se origina no fato da liderança política desenvolver qualidades específicas, que podem vir de outros domínios. Para exemplificar, Bourdieu cita as profissões liberais, mas podemos lembrar também das atividades empresariais.

Há ainda o capital heroico, carismático, noção que Bourdieu (2007) desenvolveu a partir da teoria weberiana. Essa forma de capital é produto de uma acumulação lenta e contínua, e sua aquisição em geral leva a vida toda. Entretanto, lembra o autor fazendo eco com Max Weber, o capital heroico ou carismático resulta de uma ação inaugural realizada em momentos de crise, quando ocorre um silêncio ou um vazio das instituições.

Se para Bourdieu (2007) esse capital pessoal desaparece com a pessoa que o detém, o capital detido e controlado pelas instituições pode ser transferido. Um partido por exemplo, acumulou ao longo do tempo um capital simbólico de reconhecimento e fidelidade, que é resultado da ação dos militantes, que pode ser transferido aos seus quadros. A transferência desse capital delegado das instituições acontece quando o partido escolhe o candidato para disputar uma eleição, ou seja, no momento em que a organização consagra o postulante (BOURDIEU, 2007). Essa delegação de capital político, e a sua objetivação em instituições permanentes, é materializada em máquinas políticas e instrumentos de mobilização.

Os quadros elite fisiológica incorporaram o capital acumulado por ARENA/PDS e MDB, e também devido a ação de milhares de militantes que, no caso dessas legendas, que não possuem a militância típica dos partidos de esquerda, são prefeitos e vereadores geralmente de pequenos municípios. Eles herdaram assim, não apenas a força eleitoral, particularmente nas cidades menores, mas os saberes e o *habitus* produzidos pelos indivíduos acostumados com o governo. Assim, podemos dizer que os políticos do centrão desenvolveram um *habitus* político próprio, uma espécie de disposição que tem como eixo fundamental o governismo. Muitos deles também acumularam uma espécie de capital carismático ou heroico. As lideranças fisiológicas se colocam diante das populações e elites dos pequenos municípios como aqueles que defendem essas cidades, que lutam para trazer melhorias que tornam a vida melhor nessas localidades, ou ao menos suportável.

Acreditamos que os membros da elite fisiológica além de terem desenvolvido um *habitus* político próprio, herdaram e legaram capitais sociais. Como o estudo clássico de Gilberto Freyre mostrou, e também as pesquisas recentes de Oliveira (2001), Monteiro (2016) e Oliveira, Vanali, Goulart e Monteiro (2017), há uma simbiose entre parentesco e Estado no Brasil, sendo esse fenômeno um traço bastante característico da realidade brasileira. As características da trajetória dos políticos fisiológicos nos levam a crer que existe uma associação entre eles, ou parte deles, e o nepotismo.

A permanência da elite fisiológica no governo fortalece a capacidade de favorecer parentes. As dimensões dos recursos organizacionais do aparelho de Estado podem ser mobilizadas com a finalidade de beneficiar familiares. Se fora do

executivo, com recursos bem mais modestos a patronagem pode ser desenvolvida por um parlamentar da oposição, por exemplo, aqueles que atuam a partir do interior do ramo executivo, ou em sintonia com aqueles que comandam os governos, possuem condições mais amplas de beneficiar parentes, e de patrocinar seus objetivos políticos, simbólicos e econômicos.

Sendo assim, nós vamos pesquisar se os membros da elite fisiológica possuem parentes em atividades políticas, ou seja, se são herdeiros de lideranças que ocuparam posições de poder, e se os seus descendentes também já estão em postos de comando dentro do aparelho de Estado. Assim, iremos analisar duas dimensões: se os políticos fisiológicos receberam capital político familiar e/ou se transmitiram ele. A fim de verificarmos as extensões das redes familiares, e como elas conectam diversas funções e níveis de governo, vamos discutir dados sobre os cargos ocupados pelos parentes dos indivíduos da elite fisiológica nos poderes legislativo e executivo, e incluiremos cargos eletivos e não eletivos. Além disso, também pretendemos verificar a continuidade dessas famílias no poder. Para tanto, vamos apresentar informações sobre os períodos em que os familiares da elite fisiológica assumiram funções políticas. Nosso intento é verificar se os membros da elite fisiológica integram de uma forma ou de outra aquilo que Oliveira (2001) chamou de famílias históricas.

Sendo essa dimensão quantitativa de nosso estudo genealógico, posteriormente vamos investigar de modo mais aprofundado a trajetória de alguns membros de 05 (cinco) famílias, que possuem 1 ou 2 indivíduos no grupo que selecionamos para a nossa tese. Escolhemos as famílias de algumas das principais lideranças do centrão ao longo das últimas três décadas. São eles: *José Sarney, Renan Calheiros, Helder Barbalho, Arthur Lira e Ricardo Barros*. Nosso intento essa análise qualitativa é verificar de forma mais detalhada a extensão das redes de parentesco constituídas por esses dirigentes políticos. Além disso, pretendemos verificar não apenas a transmissão de capital político-familiar, mas a conversão desse tipo de capital em capital econômico. Para atingirmos o nosso intento, analisaremos as biografias de vários familiares dos líderes acima listados, e não nos ateremos ao conjunto de indivíduos originalmente selecionados para a nosso trabalho.

Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) sustentam que apenas a pesquisa histórica poderá mostrar como os capitais sociais são transmitidos ao longo do tempo, e identificar o pertencimento das lideranças às famílias poderosas. Esse tipo de levantamento também permite mostrar como essas famílias mudaram seus posicionamentos no decorrer da história. Podem indicar ainda suas estratégias para se estabelecerem de maneira favorável na sociedade, bem como as conexões familiares que construíram, especialmente através dos matrimônios. Desse modo, como aponta Grill (2008), o estudo das heranças políticas permite a compreensão de uma série de outros aspectos da seleção das elites políticas. O autor destaca entre os vários elementos passíveis de serem analisados, o uso do passado como trunfo político, os padrões de recrutamento dos líderes e a definição de repertórios políticos.

Por conseguinte, o método que utilizaremos é o genealógico, que foi preconizado por Oliveira (2012). Segundo o autor, a genealogia consiste em uma estrutura organizada no tempo, que conecta vários indivíduos e grupos familiares. Segundo autor, esse método possibilita uma análise aprofundada das biografias individuais, coletivas e das experiências de ricos e poderosos, e das relações entre parentesco e poder político, que é uma das principais formas de produção e reprodução de privilégios e desigualdades. Para Oliveira (2012), a utilização de genealogias permite demonstrar que a riqueza e a pobreza podem ser formas sociais hereditárias, ao revelar a existência de estruturas de parentesco entre indivíduos e famílias ao longo do tempo. Desse modo, aponta o autor, ela consiste em uma verdadeira ciência histórica, que possibilita o desenvolvimento de uma sociologia dos ricos e poderosos.

#### 4.2 Elite fisiológica e parentes na política

A Tabela 3 mostra que 61 dos 216 membros da elite fisiológica já tiveram familiares em cargos políticos, que representa 28,2% do total do grupo. Consideramos um número razoavelmente alto, já que praticamente um em cada três membros do grupo que temos por objeto receberam ou transmitiram capitais político-familiares. Isso mostra que há uma simbiose entre Estado e os capitais simbólicos herdados das relações de parentesco. Assim, as estratégias de uma parte dos políticos fisiológicos procuram combinar os vastos recursos governamentais com os nomes de suas

famílias, para alcançar e permanecer nas estruturas de poder. Muitas dessas lideranças herdaram as próprias máquinas políticas forjadas por seus parentes.

É interessante registrar que os familiares que aparecem com mais frequência são os pais, filhos e irmãos. Em nossa investigação não apareceram mães, e o número de filhas e irmãs foi pouco significativo. O próprio número de maridos é pequeno, pois, como veremos no próximo capítulo, há poucas mulheres na elite fisiológica. Além dessas informações reforçarem o que constatamos anteriormente, que a elite fisiológica abre poucos espaços para as mulheres, elas evidenciam que os políticos homens têm mais condições de receberem e legarem capitais políticos e familiares. No geral, esses números tornam ainda mais evidentes o caráter conservador do grupo.

**TABELA 3 - Parlamentares da elite fisiológica com parentes em cargos no Executivo e Legislativo**

Parente	Número de parlamentares
Pai	28
Marido	5
Esposa	5
Irmão	12
Filho	11
Filha	1
<b>Parlamentares com parentes em cargos</b>	61
<b>% de parlamentares com parentes em cargos</b>	28,2

*Fonte:* 1. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 2. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 3. PRODASEN, Senado Federal.

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

A Tabela 4 mostra os cargos ocupados pelos parentes dos membros da elite fisiológica. Apenas as funções de presidente e vice-presidente não aparecem. Logo, os familiares dos políticos do centrão têm passagens pelos mais importantes cargos governamentais da estrutura governamental brasileira. Isso demonstra não apenas a capilaridade do grupo, mas é uma evidência sobre como se constrói a familiaridade com o poder. Se o gosto pela atividade política é ensinado dentro das famílias, como acreditava Mosca (1984), e foi enfatizado por Grill (2008), é a larga experiência dos parentes pelos mais diversas posições públicas que gradualmente cria um corpo de saberes que são transmitidos aos herdeiros. É assim que a política se torna um negócio de família.

Esses dados também mostram uma presença mais comum dos parentes nos cargos de deputado federal, deputado estadual e prefeito. Há também um número razoável de políticos fisiológicos com familiares que passaram pelo Senado Federal, e até 3 deles tiveram parentes no ministério. Os números abaixo corroboram a afirmação de Oliveira (2012), que as redes de nepotismo tendem a ultrapassar os poderes e esferas de governo, mostrando não apenas o potencial do tamanho que elas podem assumir, mas a própria eficácia da transmissão dos capitais político-familiares.

**TABELA 4 - Cargos ocupados pelos parentes dos membros da elite fisiológica**

<b>Vereador</b>	9
<b>Secretário Municipal</b>	2
<b>Vice-Prefeito</b>	1
<b>Prefeito</b>	15
<b>Deputado Estadual</b>	19
<b>Secretário Estadual</b>	5
<b>Vice-Governador</b>	3
<b>Governador</b>	9
<b>Deputado Federal</b>	18
<b>Senador</b>	11
<b>Ministro</b>	3

*Fontes:* 1. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 2. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 3. PRODASEN, Senado Federal.

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

Já os dados das Tabelas 5 e 6 devem lidos conjuntamente. Eles apresentam em qual poder e nível de governo os parentes da elite fisiológica ocuparam cargos públicos. Há uma distribuição de experiências nos níveis nacional e subnacional de governo, e uma proeminência de cargos ocupados no legislativo, mas também significativas passagens pelo poder executivo. Os números demonstram que as redes de nepotismo construídas pelas famílias dos políticos do centrão perpassam os poderes legislativo e executivo e os níveis municipal, estadual e federal de governo. Fica evidente que elas buscam articular diferentes cargos dentro do aparelho estatal para instrumentalizar seus poderes, prerrogativas, recursos financeiros e simbólicos.

Como sustentou Monteiro (2016), o nome de uma família precisa ser sancionado pelo Estado. Sendo assim, é o uso dos vastos poderes do aparelho estatal que permitem a consolidação da família política. Logo, na maioria das vezes, a transmissão do capital político-familiar está associada à instrumentalização dos recursos estatais controlados pelos parentes. Por conseguinte, a criação de um nome de família ocorre através do uso do poder infra-estrutural do Estado, que segundo Mann (1992) é a capacidade do aparelho estatal de penetrar na sociedade e implementar suas decisões, e da manipulação das atividades estatais, muito particularmente a manutenção da infraestrutura e das ações de redistribuição econômica. Desse modo, o nome de uma família política está ligado a benefícios públicos, verbas e melhorias para a população, caracterizando assim o favoritismo, a patronagem, e a simbiose entre Estado e relações de parentesco.

**TABELA 5 - Cargos ocupados pelos parentes nos poderes Executivo e no Legislativo**

<b>Executivo/Legislativo</b>	<b>Número de Parentes</b>
<b>Executivo</b>	33
<b>Legislativo</b>	57

*Fontes:* 1. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 2. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 3. PRODASEN, Senado Federal.

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

**TABELA 6 - Cargos ocupados pelos parentes por nível de governo**

<b>Nível de Governo</b>	<b>Número de Parentes</b>
<b>Municipal</b>	27
<b>Estadual</b>	36
<b>Federal</b>	32

*Fontes:* 1. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 2. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 3. PRODASEN, Senado Federal.

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

Baseados nas teorias de Pierre Bourdieu, Monteiro (2016), Oliveira (2001, 2012 e 2018) e Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017) argumentaram que a reputação das famílias políticas é construída ao longo do tempo. Oliveira (2001), por exemplo, nomeou o grupo responsável pela modernização do Paraná como famílias históricas, ou seja, o próprio nome já demonstra a permanência do grupo ao longo do

tempo. Por conseguinte, o peso do nome de uma família política não é algo que é construído rapidamente. Como força política ele precisa ser forjado através da história, com a presença dos membros dessas famílias em posições de poder em diversos períodos históricos.

Os números da Tabela 7 evidenciam que as famílias dos políticos do centrão ocuparam posições de poder em diferentes fases da história brasileira. Alguns deles já estavam em cargos públicos antes de 1964, sendo que 16 parentes dos membros da elite fisiológica ocuparam cargos em mais de um período histórico<sup>57</sup>. Além disso, é bastante significativa a presença dos seus familiares em funções no legislativo e no executivo nos últimos 40 anos, sendo isso um demonstrativo da força política do grupo ao longo da Nova República, e de sua capacidade de transmitir capitais-político familiares.

<b>TABELA 7 - Período histórico em que os parentes ocuparam cargos</b>	
<b>Período Histórico</b>	<b>Número de Parentes em Cargos</b>
<b>Pré-1964</b>	7
<b>Entre 1965-1978</b>	14
<b>Entre 1979-1988</b>	20
<b>Pós-1988</b>	39

*Fontes:* 1. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 2. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 3. PRODASEN, Senado Federal.

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

Por conseguinte, as famílias dos membros da elite fisiológica não apenas ultrapassaram os poderes e níveis de governo, mas elas vão além dos períodos históricos, o que evidencia uma permanência em estruturas de poder. Esses dados históricos e políticos demonstram que a classe política brasileira, para usar a terminologia de Mosca (1984), pode assumir os traços de uma aristocracia. Assim, ela tem elementos que adquiriram feições aristocráticas ao longo tempo, pois alguns dos integrantes possuem privilégios de fato. Parece que alguns membros das famílias

<sup>57</sup> Desconsideramos 04 casos em que o parente do político fisiológico se elegeu pela primeira vez em 1986, para deputado federal ou estadual. Nesse caso, eles iniciaram suas trajetórias junto com o constituinte que iria, necessariamente, fundar uma nova ordem política, inaugurando assim um novo período histórico.

políticas possuem um direito não formalizado, não instituído, de ocupar posições de poder e prestígio.

Mas a simbiose entre Estado e relações de parentesco também pode nos levar a outras conclusões. A formação de redes de nepotismo que atravessam poderes e níveis de governo, e a presença de familiares em cargos públicos ao longo de diferentes períodos históricos, nos levam a constatar que ao menos uma fração da elite fisiológica é parte integrante da classe dominante. Como argumentou Oliveira (2001), a classe dominante pode assumir diversas configurações, assim sendo, em seu interior podemos encontrar famílias, cuja permanência nos poderes assume dimensões históricas. Conseqüentemente, parte dos membros da elite fisiológica não apenas ocupam e ocuparam cargos de liderança no alto de uma das principais instituições da sociedade, o Congresso Nacional, nem somente impõem suas preferências através das decisões que tomam junto com outros parlamentares. Para além das definições da tradição elitista, o que os dados acima nos mostram é que uma parte dos políticos do centrão pertence à classe dominante brasileira. Se não podemos afirmar taxativamente que todos os membros do que chamamos elite fisiológica integram essa classe, é possível afirmar, inclusive pelo perfil ideológico conservador do grupo, que os políticos do centrão são próximos e ligados à classe dominante.

Há também uma associação entre fisiologismo e nepotismo. Como afirmamos, o nome de família vem acompanhado do controle que as redes de nepotismo têm sobre as atividades do Estado. Quando elas transmitem o capital político-familiar, elas transferem um nome, e conjuntamente o poder infra-estrutural do aparelho estatal. Isso fica mais claro quando se trata de disputas eleitorais, oportunidade em que os recursos governamentais são usados para beneficiar parentes que buscam um cargo eletivo. Por conseguinte, o alinhamento constante de um grupo de políticos com o governo, amplia a capacidade que eles têm de favorecer seus familiares. Esse poder infra-estrutural, e suas atividades típicas, potencializam a capacidade de patronagem.

Como o poder executivo abarca quase toda a máquina pública, ele possui mais cargos, recursos e poderes que o judiciário e o legislativo. Por sua vez, a cultura do fisiologismo tem como instituição fundamental o governismo. Conseqüentemente,

instrumentalizar permanentemente o poder infra-estrutural e as atividades do Estado favorece a construção de redes de nepotismo, sendo mais fácil colocar um parente em posições de poder se uma liderança está sempre ao lado daqueles que comandam o poder executivo.

É devido a essa associação que consideramos o nepotismo com parte integrante da cultura do fisiologismo. Ele não é um valor exclusivo dos políticos fisiológicos, mas o nepotismo é praticado e incentivado pelos políticos do centrão a partir das funções de poder que ocupam. Por isso consideramos que a cultura política do fisiologismo é formada por 4 (quatro) instituições: *governismo*, *anti-partidarismo*, *municipalismo* e *nepotismo*.

#### 4.3 Estudo qualitativo das relações entre parentesco e política: os casos das Famílias Sarney, Barbalho, Calheiros, Lira-Pereira e Barros

Os líderes selecionados para o estudo que vamos desenvolver a seguir se notabilizaram pela enorme influência que exerceram e exercem em seus estados, cidades e no plano nacional. Em suas carreiras políticas, mostraram uma grande capacidade de adaptação às mudanças políticas nacionais, e quase sempre estiveram alinhados aos Presidentes da República.

O poder desses dirigentes políticos pode ser melhor compreendido pelas posições que ocuparam e ainda exercem. Sarney foi Presidente da República, governador e quatro vezes presidente do Senado. Jader Barbalho foi governador, ministro e presidente do Senado. Renan Calheiros também foi ministro e por quatro vezes ocupou a presidência do Senado Federal. Arthur Lira é o atual presidente da Câmara, sendo reeleito com votação consagradora<sup>58</sup>. Ricardo Barros também foi ministro. Assim, entre centenas de políticos fisiológicos que povoaram a Nova República, esses cinco indivíduos se destacaram, justamente pela ascendência que tinham e ainda possuem sobre a elite fisiológica.

---

<sup>58</sup> Arthur Lira foi reeleito presidente da Câmara Federal em fevereiro de 2023 com o apoio de 464 deputados federais, ou 90% dos membros da casa, votação recorde (CLAVERY; BORGES; MATOSO, 2023)

A escolha desses políticos também segue um critério partidário. Apesar de algumas passagens por outras legendas, eles desenvolveram suas carreiras principalmente no interior das duas principais organizações fisiológicas: MDB e PP. Como veremos, o MDB perdeu força nos últimos dez anos, mas foi o principal partido do centrão entre os anos 90 e a primeira metade dos anos 2000, quando começa a entrar em declínio. O PP sempre teve uma presença constante e significativa no Congresso Nacional, especialmente na Câmara Federal e, com chegada de Arthur Lira ao comando da casa, o partido se fortaleceu. Esses dois partidos também estiveram alinhados com quase todos os governos da Nova República. O MDB não esteve apenas no governo Collor, e o PP, quando ainda se chamava PDS, só não ingressou na primeira gestão do novo período democrático, que foi a de José Sarney. Assim, o poder e influência desses personagens se deve ao fato de serem líderes das principais organizações fisiológicas.

A seguir vamos desenvolver um estudo genealógico das famílias Sarney, Barbalho, Calheiros, Lira-Pereira e Barros, com a finalidade de captarmos a extensão das redes de parentesco que esses líderes construíram ou ingressaram, e como forma analisar processos de transmissão e conversão de capitais.

#### 4.3.1 Família Sarney

Sarney é o mais simbólico personagem da elite fisiológica. Foi aliado da ditadura militar, sendo um líder da ARENA/PDS, partido que chegou a presidir. Com a crise do regime, filiou-se ao MDB e, devido à morte inesperada de Tancredo Neves, tornou-se o primeiro presidente civil em duas décadas. O primeiro Presidente da República do MDB, partido de oposição ao Regime Militar, foi um apoiador de primeira hora da ordem autoritária, e membro destacado do seu partido de sustentação.

A história de Sarney começa com uma mudança de nome. Seu pai chamava-se José Sarney, ele foi promotor público e desembargador. Para aproveitar o prestígio do pai, Sarney, que se chamava José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, muda seu nome para José Sarney Costa, pelo fato de ser conhecido como “Zé do Sarney”, ou seja, “Zé filho do Sarney” (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015; CHAVES, 2016). Aqui nasce o personagem, ao tentar se aproveitar do prestígio do pai. Temos aqui um

exemplo bastante claro de transferência de capital familiar e, como alerta Monteiro (2016), a construção de um nome de família necessita da sanção do aparelho estatal. Nesse caso, o processo de formação de um “nome de família” teve início com o pai de Sarney, que ocupou posições de poder dentro do judiciário. Esse poder não havia aparecido ainda em nossa pesquisa, e o caso da família Sarney corrobora o que foi dito por Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017), que afirmam que as redes de parentesco atravessam os poderes, e conectam diferentes posições dentro do aparelho estatal. Para os autores, as posições de poder dentro do Estado podem ser transmitidas aos parentes, ou serem usadas para que familiares ocupem outros cargos de prestígio.

Sarney começou sua vida política de forma clássica: foi presidente da União Maranhense dos Estudantes. Seu primeiro cargo dentro do Estado foi no judiciário, como secretário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Depois foi Chefe de Gabinete do Governador do Maranhão Eugênio Barros (1951-1954) (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015; CHAVES, 2016). Candidatou-se a Deputado Federal pelo PSD, e fica na suplência. Contudo, assumiu a vaga na Câmara Federal por dois períodos até 1958 (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015)

Sua passagem pelo PSD foi curta. Em conflito com Vitorino Freire, o principal líder político do Maranhão desde os anos 40, Sarney se filia a UDN (União Democrática Nacional). Será o presidente estadual desse partido até 1965 (CHAVES, 2016). Ele se elegeu deputado federal em 1958 e 1962 pelas *Oposições Coligadas*, aliança que reunia UDN, PDC (Partido Democrata Cristão) e PR (Partido Republicano) para fazer o contraponto ao vitorinismo na política maranhense (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015; CHAVES, 2016). O pleito de 1962 projetou Sarney, pois ele conquistou a maior votação obtida até então por um opositor do grupo de Vitorino Freire. Tal êxito foi crucial para a conquista do governo estadual do Maranhão em 1965. O cargo de governador, permitiu que Sarney iniciasse um processo de enriquecimento e fortalecimento político, e lançasse as bases para que dominasse a política maranhense por 50 anos (CHAVES, 2016).

Depois do fim do seu mandato como governador, Sarney foi eleito Senador em 1970 e 1978 (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015). Nessa última disputa conquistou o maior percentual de votos entre os candidatos da ARENA (CHAVES, 2016). Como sabemos, 7 anos mais tarde ele assumiu a Presidência, agora já filiado ao MDB. Após

o período à frente da chefia do executivo federal (1985-1990), Sarney usou sua longa experiência para se tornar um dos políticos mais influentes da Nova República. Foi eleito três vezes Senador da República depois de sua presidência, mas não pelo Maranhão, e sim pelo Amapá. Suas vitórias foram em 1990, 1998 e 2006 (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015; CHAVEZ 2016)). Mas seu poder na Nova República pode ser medido pelas vezes em que foi eleito presidente do Senado. Foram quatro vezes em um período de 16 anos: 1995, 2003, 2009 e 2011 (DIAS; LEMOS; CARNEIRO, 2015). Assim sendo, Sarney comandou a casa dos Senadores nas gestões de FHC, Lula e Dilma.

Poucos dirigentes políticos tiveram o prestígio de Sarney nos últimos 35 anos. Sua família era a mais poderosa do Maranhão. Ele se elegeu três vezes para o Senado por uma outra unidade federativa, o que indica que tinha ascendência sobre um outro estado, o Amapá. Talvez foi a figura mais proeminente da Câmara Alta na segunda metade dos anos 90 e na década de 2000. Conseqüentemente, seu poder ultrapassava as fronteiras do Maranhão e do Amapá, pois ele tinha muita influência sobre decisões de abrangência nacional.

Esse acúmulo de recursos políticos também foi convertido para o desenvolvimento de atividades empresariais. A Família Sarney a partir dos anos 70 iniciou a construção de um grupo empresarial no setor de comunicação (CHAVEZ, 2016). O resultado foi criação do *Sistema Mirante de Comunicação*. O começo foi a compra do jornal *O Dia*, que depois foi nomeado para *O Estado do Maranhão*, o mais importante diário impresso do estado. Em 1981 ocorreu a aquisição da *Rádio Mirante AM*, composta por 18 emissoras, que cobrem quase todo o Maranhão. Em 1988, entrou em operação a *Rádio Mirante FM* (CHAVES, 2016)

Contudo, o principal negócio da família no setor de comunicação era a *TV Mirante*. Ela começou a transmitir em 1987, pois Sarney tinha recebido uma concessão do ex-presidente Figueiredo (CHAVES, 2016). Em 1991, a TV Mirante começa a retransmitir a programação da TV Globo. Assim, se cria uma parceria entre Globo, TV Mirante e a Família Sarney. Segundo Chaves (2016), no segundo mandato de Roseana Sarney como governadora do Maranhão, ela destinou 64% das verbas publicitárias do estado às empresas da família. Esses negócios no setor comunicação foram essenciais para fortalecer politicamente a Família Sarney, e para estabelecer a sua longa influência política no Maranhão, Amapá e Brasil.

A formação do Sistema Mirante de Comunicação é um exemplo de conversão de capital político familiar em capital econômico. Monteiro (2016) já havia alertando que a metamorfose de capital político em capital econômico é mais comum que o contrário. Mas o caso de Sarney é exemplar por outro motivo: ele transmitiu seu capital político familiar e econômico para favorecer parentes, especialmente os filhos.

Fernando Sarney foi o único dos três filhos do ex-presidente que não exerceu nenhum cargo político. Contudo, ele se dedicou a comandar os negócios da família (CHAVES, 2016). Pode não parecer, mas esse também é um caso de transmissão de capital familiar, pois ele chegou ao comando de importante grupo empresarial por ser membro da família proprietária. Os outros dois filhos de José Sarney, Roseana Sarney e José Sarney Filho se dedicaram intensamente às atividades políticas.

A principal herdeira política de Sarney, foi sua filha Roseana. Ela assumiu seu primeiro cargo dentro do Estado com apenas 22 anos. Em 1975, foi nomeada para um cargo na NOVACAP (Companhia Urbanizado da Nova Capital) de Brasília, depois foi chefe de gabinete do seu pai no Senado Federal (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016). Entre 1983 e 1984 foi nomeada pelo então governador Luís Rocha, como secretária extraordinário do Maranhão, cargo que exerceu em Brasília. Foi ainda assessora parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República entre 1985 e 1989 (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016).

Em 1990 conquistou seu primeiro mandato eletivo, ao se eleger deputada federal. Foi a mais votada do Maranhão (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]). Em um caso típico de transmissão de cargos de prestígio entre familiares, Roseana foi eleita governadora em 1994, ocupando assim a mesma posição que foi de seu pai, três décadas antes. Roseana Sarney ainda foi eleita senadora em 2002 e voltou a ocupar o cargo de governadora entre 2009 e 2015 (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016). Porém, essa segunda passagem pela chefia do executivo estadual do Maranhão, começou quando ela assumiu o cargo após a controversa cassação do mandato de Jackson Lago, que havia derrotado Roseana na disputa de 2006 (LOPES, CARNEIRO, LAMARÃO, [201?]; CHAVES, 2016) Após um tempo afastada da política, ela se elegeu deputada federal pelo MDB em 2022 (TSE).

O outro herdeiro político de Sarney, José Sarney filho exerceu vários mandatos de deputado federal. Sua primeira eleição foi em 1982, depois foi constituinte (DHBB [201?]; CHAVES, 2016). A última vez que conquistou um mandato

de deputado federal foi em 2014 (TSE). Sarney Filho foi ainda duas vezes ministro do Meio Ambiente (DHBB [201?]; CHAVEZ, 2016): no segundo governo de FHC (1999-2003) e na gestão Michel Temer (2016-2018). O último cargo ocupado por Sarney Filho foi o de Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal (1999-2022), na administração do governador Ibaneis Rocha (CAMPOS, 2022).

A história da família Sarney é um caso exemplar da Teoria do Nepotismo. Em sua trajetória há transmissão de capitais familiares, conversão desse tipo de capital em capital econômico e o uso da máquina pública para favorecer os interesses econômicos de parentes. Há também a ocupação de posições de poder no judiciário, executivo e legislativo, e a formação de uma rede, que ao longo da história ligou diferentes postos dentro do Estado, e se articulou sob o comando de José Sarney com a finalidade de patrocinar os interesses familiares.

#### 4.3.2 Família Barbalho

Jader Fontenelle Barbalho foi um dos 216 indivíduos selecionados para o presente trabalho. Um dos líderes mais conhecidos e longevos da elite fisiológica, ele recebeu capital político familiar do seu pai Laércio Wilson Barbalho, que foi deputado estadual no Pará (JUNQUEIRA; GOMES; PEREIRA, [201?]). Jader começou suas atividades políticas muito cedo. Em 1967 já era vereador em Belém. A partir desse ponto construirá uma longa carreira política que dura até os dias de hoje, mais de 50 anos depois. Nesse percurso, transmitiu seu político para a ex-esposa e filhos.

Barbalho nunca mudou de partido, e sempre esteve filiado ao MDB. Segundo Junqueira, Gomes e Pereira 9 [201?], depois de ser vereador, foi eleito deputado estadual em 1970. Ainda nessa década foi eleito duas vezes deputado federal, em 1974 e 1978. Em 1982 se elege governador do Pará, acabando com o domínio da ARENA/PDS no estado. Após o fim do seu mandato, Barbalho é nomeado Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, na gestão Sarney. Em 1987, acumulou o cargo à frente do ministério com o de presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em 1990, volta à chefia do poder executivo estadual do Pará. Com o término de seu segundo mandato como governador, se elege senador em 1994. Quatro anos

mais tarde, se opõe a candidatura própria do MDB à presidência da República, se opondo assim às postulações José Sarney e Itamar Franco. Barbalho defendia o apoio à reeleição de FHC. Ainda naquele ano é o escolhido para o representar os emedebistas no comitê de reeleição de FHC, e eleito presidente do seu partido em uma convenção em que não houve disputa.

Em 2001 chega à Presidência do Senado. Contudo, fica no cargo entre fevereiro e outubro daquele ano. Barbalho renunciou ao cargo de senador, devido ao envolvimento em denúncias de corrupção no Banpará (Banco do Estado do Pará). O ex-senador então reconstruiu sua carreira se elegendo por duas vezes o deputado federal mais votado no Pará, em 2002 e 2006. Em 2010, volta ao Senado, sendo reeleito em 2018 (TSE), mais de 50 anos depois de conquistar o seu primeiro mandato, na Câmara de Vereadores de Belém do Pará.

O capital político acumulado por Barbalho ao longo de sua carreira foi transferido aos seus parentes. Sua esposa, Elcione Teresinha Zahluth Barbalho foi uma das beneficiadas. Ela também faz parte do grupo selecionado para nossa pesquisa, sendo uma das raras mulheres que pertencem ao que chamamos de elite fisiológica. De acordo com o DHBB ([201?]) ela é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e se filiou no MDB em 1981. Na primeira gestão de seu marido à frente do governo paraense (1983-1987), foi presidente da Ação Social Integrada do Governo Estadual e do Conselho Estadual de Pessoas Deficientes e de Entorpecentes.

Na segunda administração de Jader Barbalho à frente do executivo estadual do Pará (1991-1995), Elcione presidiu novamente a Ação Social Integrada do Governo Estadual, nesse período também presidiu a Companhia de Habitação Popular do Estado. Após o fim do mandato, Elcione se elegeu duas vezes deputada federal pelo MDB, em 1994 e 1998. Por essa legenda conquistou todos os seus mandatos eletivos. Com o desgaste sofrido por seu agora ex-marido, Elcione não se candidatou ao cargo de deputada federal em 2002, pois seu marido também postulava um lugar na Câmara Federal. Também não buscou uma vaga na Assembleia Legislativa, pois seu filho, Helder, era candidato a deputado estadual. Contudo, em 2004, foi a vereadora mais votada de Belém. Será eleita deputada federal em 2006, e reeleita em 2010, 2014, 2018 e 2022 (DHBB [201?]; TSE).

O filho de Jader e Elcione, Helder deu continuidade à construção do nome de família dos Brabalho, sendo o grande herdeiro do capital político do pai. Ele iniciou sua trajetória bem cedo, quando se elegeu vereador em Ananindeua. Essa importante cidade, localizada na Região Metropolitana de Belém, é a segunda maior do Pará, e a terceira da Região Norte (G1 PA, 2015). Segundo o censo 2022 do IBGE, ela possui 478 mil habitantes aproximadamente.

Em 2004 Helder foi eleito prefeito de Ananindeua, sendo reeleito em 2008. Após o fim do seu segundo mandato, perdeu a disputa para o Governo do Pará em 2014 por uma pequena margem (TSE)<sup>59</sup>. Depois, foi ministro da Pesca e ministro-chefe da Secretaria Nacional de Portos no Governo Dilma. Já na gestão Temer, chefiou a pasta da Integração Nacional. Em 2018, chegou ao mesmo posto que o pai ocupou por duas vezes, sendo eleito governador do Pará. Foi reeleito em 2022 com votação expressiva (TSE)<sup>60</sup>. Os casos Elcione e Jader Barbalho demonstram aquilo foi apontado por Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017): o voto, como as posições políticas, podem ser transmitidas entre políticos, é positivo ser membro de uma família política com sobrenomes conhecidos, pois isso rende crédito eleitoral.

Mas o caso da família Barbalho não se restringe apenas à transmissão geracional de capital político familiar. Ao longo de sua trajetória, eles construíram um grupo empresarial no ramo de comunicação, o que mostra como o capital político se converte em capital econômico, e como eles se associam e se reforçam para perpetuar famílias tradicionais no poder. O *Grupo RBA (Rede Brasil Amazônia) de Comunicação* é controlado pela família Barbalho. O *Jornal Diário do Pará* é considerado o maior do norte do país (BRASIL, 2023). Pertencem ainda ao RBA emissoras de rádio e TV (GUIMARÃES, 2022). Uma das atividades da empresa é a retransmissão da programação da TV Bandeirantes no Pará. O grupo começou a ser formado pelo pai de Jader, Laércio, e foi dirigido por Elcione Barbalho entre 1990 e 1994 (DHBB, [201?]). Recentemente o conglomerado era chefiado por Jader Barbalho Filho (BRASIL, 2023). Irmão de governador, filho de senador e deputada federal, ele atualmente comanda o ministério das Cidades.

A conversão de capital político familiar em capital econômico no setor de comunicação não é uma coincidência. Se a propriedade de um grande volume de

---

<sup>59</sup> Simão Jatene, o governador reeleito, fez aproximadamente 52% conta 48% de Helder Barbalho.

<sup>60</sup> Helder Barbalho se reelegeu com mais de 70% dos votos.

capital desequilibra as disputas eleitorais que, em uma democracia, deveria ser a mais equilibrada possível, quando este tipo de capital se apresenta na forma de empresas de comunicação, a distorção é ainda mais significativa. Empresas de mídia têm um enorme poder para moldar a opinião dos eleitores, sobretudo acerca de políticas públicas, eventos históricos e candidatos. A conversão de capital político-familiar em capital econômico na área de comunicação reforça o próprio capital político das empresas familiares. É devido a essa retroalimentação que as famílias tradicionais que compõem a elite fisiológica preferem investir na área de comunicação.

#### 4.3.3 Família Calheiros

Outro nome bastante conhecido da política nacional, e que selecionamos para a nossa pesquisa é o de Renan Calheiros. A base de poder desse clã familiar é a cidade de Murici, em Alagoas. O quadro abaixo, traz os nomes dos prefeitos dessa cidade a partir de 1992 e o seu grau de parentesco com Renan Calheiros. O que vemos é um caso bastante claro de controle político familiar.

Olavo Calheiros	1993-1997	Pai
Remi Calheiros	1997-2005	Irmão
Renan Calheiros Filho	2005-2010	Filho
Remi Calheiros	2010-2015	Irmão
Olavo Calheiros Neto	2015-2023	Filho

*Fonte:* Tribunal Superior Eleitoral, Agência O Globo (2016), Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, Seabra (2005) e G1 (2010).

*Nota:* quadro elabora pelo autor

Há 3 décadas algum parente de Renan Calheiros chefia o poder executivo municipal de Murici. A alternância entre os membros de uma mesma família começou com o pai do atual senador, Olavo Calheiros Novais, também chamado de “Major Olavo” quando foi eleito prefeito daquela cidade em 1992 (SEABRA, 2005; AGÊNCIA O GLOBO, 2016). Porém, o próprio Renan nunca governou a cidade.

Segundo o Valença ([201?]) José Renan de Vasconcellos Calheiros formou-se em Direito pela UFAL. Filiado ao MDB, em 1978 conquista seu primeiro cargo, ao se eleger deputado estadual. Em 1982 é reeleito deputado federal e reeleito em 1986,

participando desse modo da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1987 Calheiros saiu do MDB com a finalidade de participar da fundação do PSDB.

Em 1988 é nomeado secretário de educação de Alagoas, pelo então governador Fernando Collor. Filiado ao PRN (Partido da Renovação Nacional), legenda em que se abrigou Collor para concorrer à Presidência da República, Renan Calheiros foi assessor do então candidato durante a campanha presidencial de 1989. Entretanto, a sucessão estadual alagoana levaria ao rompimento entre os dois. Renan Calheiros foi candidato a governador de Alagoas, e foi derrotado por Geraldo Bulhões. O tesoureiro da campanha de seu adversário foi PC Farias, que ocupou a mesma função na candidatura presidência de Collor. Isso levou Renan Calheiros à oposição ao governo do ex-aliado.

De volta ao MDB, Calheiros se elegeu sucessivamente Senador da República: 1994, 2002, 2010 e 2018 (VALENÇA, ([201?]); TSE). Nesse longo período como senador, mostrou a típica habilidade dos políticos fisiológicos de se aproximar dos presidentes eleitos. É verdade que Renan Calheiros foi um dos líderes da oposição no Senado durante o mandato de Jair Bolsonaro, tendo se destacado como relator da CPI da COVID. Mas esse Renan opositor é algo específico do período bolsonarista. Calheiros foi ministro da Justiça durante o governo FHC, entre os anos de 1998 e 1999. Com a vitória de Lula, se aproximou do PT, e foi eleitor quatro vezes presidente do Senado nos governos Lula e Dilma: 2005, 2007, 2013 e 2015 (SENADO FEDERAL)<sup>61</sup>.

Mas se Renan é uma espécie de líder do clã, não foi somente ele que construiu o nome político da família Calheiros. Através de sua posição no Senado, e por ser uma figura influente em Brasília há mais de duas décadas, ele conseguiu transmitir capital político para vários dos seus familiares. Um deles foi seu irmão, Olavo, que também está no grupo que selecionamos para a nossa investigação.

De acordo com o DHBB ([201?] após graduar-se em agronomia pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba), Olavo Calheiros Filho ocupou vários cargos no poder executivo ao longo dos anos 80. Foi secretário de Administração do município de Murici, no governo estadual de Alagoas chefiou a pasta de Viação e Obras Públicas

---

<sup>61</sup> Em 2007 contudo, acabou renunciando, devido ao seu envolvimento em escândalos de corrupção. Um lobista de uma empreiteira pagava a pensão para uma filha de Renan (VALENÇA, ([201?]))

nas gestões Divaldo Suruagy (1983-1986) e José Tavares (1986-1987). Ainda comandou a secretaria de Agricultura do governo estadual alagoano chefiado por Collor entre 1987 e 1989.

Elegeu-se deputado federal em 1990 pelo PRN de Fernando Collor, legenda em que também está o seu irmão, Renan. Já filiado ao MDB, ficou na primeira suplência para deputado federal em 1994, mas acabou assumindo o mandato, ficando no cargo até 1997<sup>62</sup>. Foi reeleito deputado federal por Alagoas em 1998, 2002 e 2006. Quatro anos mais tarde, em 2010, buscou uma vaga na Assembleia Legislativa alagoana, conseguindo se eleger. Foi reeleito em 2014 e 2018 (TSE).

Mas atualmente o representante dos Calheiros na Assembleia Legislativa é outro irmão de Renan, Remi Vasconcelos Calheiros, eleito deputado estadual pelo MDB em 2022 (TSE). Ao contrário de seus irmãos Olavo e Renan, ele governou Murici, a terra dos Calheiros. Foi prefeito daquela cidade entre 1997 e 2005 (AGÊNCIA O GLOBO, 2016; TSE). Em 2010, voltou ao posto. Remi era vice do sobrinho Renan Filho<sup>63</sup>, eleito prefeito de Murici em 2004, que renunciou ao mandato para ser candidato a deputado federal (DHBB [201?]; TSE). Reeleito em 2012, entregou a prefeitura em 2016 para um outro sobrinho, Olavo Calheiros Novais Neto. Assim, Remi Calheiros governou Murici por 13 anos.

Remi passou e depois recebeu a prefeitura de José Renan Vasconcellos Calheiros. De acordo com Cabral ([201?]) o filho de Renan Calheiros formou-se em Economia pela UnB (Universidade de Brasília). Sua primeira experiência foi justamente como presidente do centro acadêmico do seu curso de graduação, entre 2001 e 2003. Após formar-se, Renan Filho ingressou no MDB, e elegeu-se Prefeito de Murici em 2004, aos 25 anos. Reeleito em 2008, tendo como vice o tio Remi, renuncia em 2010 para candidatar-se a deputado federal (CABRAL, [201?], TSE). É eleito, sendo o mais votado no estado de Alagoas. Em 2014 disputa o comando do executivo alagoano, sendo eleito. Quatro anos depois, em 2018, se reelege governador de Alagoas. Em 2022 consegue uma cadeira no Senado. Desse modo,

---

<sup>62</sup> Olavo Calheiros assumiu devido ao pedido de licença do deputado federal Luís Dantas, que foi chefiar uma secretaria em Alagoas (DHBB, [201?])

<sup>63</sup> A legislação permite que tio e sobrinho formem uma chapa. Segundo o parágrafo 7º do artigo 14 da Constituição Federal, familiares que possuem até o segundo grau de parentesco não podem compor uma chapa (BRASIL, 1988). Mas tio é considerado parente em terceiro grau. Primos diretos são parentes de quarto grau.

dois dos três senadores de Alagoas seriam da mesma família. Porém, Renan Filho assumiu o comando do Ministério dos Transportes do terceiro governo Lula.

Renan Filho não foi o único dos herdeiros dos irmãos Calheiros a governar Murici. Olavo Calheiros Novais Neto, filho do Olavo Calheiros Novais Filho, se elegeu prefeito da cidade em 2016 (AGÊNCIA O GLOBO, 2016; TSE). Foi reeleito em 2020, tendo como vice Remi Calheiros Filho, filho de Remi Calheiros, e sobrinho de Renan e Olavo Calheiros (TSE; G1 AL, 2021; 7 SEGUNDOS, 2023). Um outro irmão de Renan, Olavo e Remi, Robson Calheiros, ainda foi vereador em Maceió (TSE).

Há ainda o caso de um outro irmão de Renan Calheiros, Renildo Vasconcelos Calheiros. Contudo, ele construiu sua carreira política de modo bastante diferente, tanto do ponto de vista ideológico quanto geográfico. Renildo Vasconcelos Calheiros sempre foi filiado a um dos mais tradicionais partidos de esquerda do Brasil, o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Além disso, a sua trajetória política não se desenvolveu em Alagoas, mas em Pernambuco.

Segundo o DHBB ([201?]) ele é formado em Geologia pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) entre 1984 e 1986. Em 1985 filia-se ao PC do B, legenda pela qual conquistará todos os seus mandatos. Três anos depois, em 1988, conquistou uma vaga na Câmara Municipal do Recife. Foi o primeiro do seu partido a conseguir um assento em qualquer órgão legislativo do Estado de Pernambuco.

Renildo Calheiros elege-se deputado federal em 1990. Em 1994, contudo, não consegue se reeleger. Nos anos seguintes foi secretário adjunto de Governo na administração de Miguel Arraes em Pernambuco (1995-1999), e secretário da prefeitura na gestão João Paulo do PT, no Recife, entre 2001 e 2002. Ainda em 2002, volta à Câmara Federal, sendo reeleito em 2006. Em 2008 vence sua primeira disputa para o executivo, se elegendo prefeito de Olinda. Foi reeleito para a chefia do executivo municipal olindense em 2012 (TSE). Após a saída da prefeitura se elegeu mais duas vezes deputado federal, em 2018 e 2022 (TSE).

Assim, os irmãos Renan, Olavo, Remi, Robson e Renildo estão ou passaram por cargos públicos. Excetuando Robson Calheiros, os outros construíram longas e exitosas carreiras políticas. Entretanto, não acreditamos que o sucesso de Renildo se deva à transferência de capital político da família Calheiros. Sua atuação se deu em

outros parâmetros, e se desenvolveu em um estado onde os Calheiros possuem pouca ou nenhuma influência. Como discutimos anteriormente, Bourdieu (2007) acreditava que o capital simbólico acumulado pela ação dos militantes de um partido político é transferido para os seus quadros. Acreditamos que no caso de Renildo, mais importante que o capital político-familiar dos Calheiros, foi o capital simbólico construído pelas lutas dos militantes do PC do B o elemento fundamental para o sucesso de sua trajetória política.

O Clã Calheiros também procurou converter capital político em capital econômico. Aqueles que atuam em Alagoas investiram na agropecuária. A pai de Renan Calheiros, “Major Olavo” deixou aos filhos uma propriedade rural de 712 hectares em Murici (SEABRA 2005). Depois a família Calheiros constituiu a Santo Aleixo agropecuária no mesmo município (AGÊNCIA O GLOBO). Olavo Calheiros ainda investiu em uma indústria de refrigerantes e sucos, que depois foi vendida para outra companhia (AZEVEDO, 2007). Os principais adversários dos Calheiros atualmente em Alagoas, os Lira Pereira, também se notabilizaram pela combinação clássica entre poder político e propriedade do latifúndio.

#### 4.3.4 Família Lira/Pereira

Outro personagem destacado da elite fisiológica é Arthur Lira. Ele é o principal líder do grupo atualmente, e tem sido responsável pela atuação cada vez mais coordenada das legendas fisiológicas. Mas a trajetória de Arthur Lira não seria possível sem o pai, Benedito de Lira, também conhecido como “Biu”, que também é um dos 216 parlamentares que selecionamos para o presente estudo. Pai e filho são representativos da elite fisiológica, pois suas trajetórias misturam fisiologismo e nepotismo.

Segundo o Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro ([201?]) Benedito de Lira tem sua primeira experiência política como presidente da União dos Estudantes Técnicos de Alagoas, entre 1962 e 1964. Assim como Sarney, começou sua vida política dirigindo organizações estudantis, o que demonstra que o movimento estudantil é uma verdadeira escola política. Em 1966 filia-se ao partido de sustentação à ditadura, a ARENA, e se elege vereador em sua cidade natal, Junqueiro - Alagoas.

Depois disso seguirá uma longa carreira política no legislativo, passando pelas mais importantes legendas da direita brasileira.

No mesmo ano em que se forma em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), conquista uma cadeira na Câmara de Vereadores de Maceió. Será reeleito em 1976. Em 1979 filia-se ao PDS, e em 1982 chega à Assembleia Legislativa de Alagoas como deputado estadual. Em 1985 ingressa no PFL, período em que é nomeado consultor jurídico de estado. Será o presidente estadual do PFL entre 1985 e 1992. Conquista mais dois mandatos de deputado estadual, em 1986 e 1990.

Quatro anos mais tarde se elege deputado federal. Conquistará mais dois mandatos para a Câmara Federal, em 2002 e 2006, desta vez pelo PP. Em 2010 Benedito Lira se elegeu senador por Alagoas sendo o mais votado do Estado, conquistando mais de 900 mil votos. Desse modo atingiu o ápice de sua carreira de mais de 4 (quatro) décadas em cargos no poder legislativo municipal, estadual e federal. Em 2014 tenta um cargo no executivo. Biu se candidatou ao governo de Alagoas, mas acabou derrotado em primeiro turno pelo filho de Renan Calheiros, Renan Filho e, em 2018, não conseguiu renovar o seu mandato de senador (TSE). Em 2020, aos 78 anos, se elegeu Prefeito de Barra de São Miguel, Alagoas (TSE).

O filho de Benedito de Lira, Arthur, não herdou somente o capital político familiar do pai, sua mãe Ivanete Pereira de Lima pertence à tradicional família política alagoana dos Pereira. Como o pai, o atual Presidente da Câmara Federal tem uma longa carreira em cargos nos legislativos municipal, estadual e federal, e também passagens por vários partidos. Segundo o DHBB ([201?]), ele também é formado em Direito pela UFAL, assim como seu pai e Renan Calheiros. Ele conquistou seu primeiro mandato em 1992, quando se elegeu vereador em Maceió pelo PFL. Foi reeleito em 1996, porém agora já estava filiado no PSDB.

Em 1998, foi eleito deputado estadual, novamente pelo PSDB. Foi reeleito em 2002, agora pelo PTB, e novamente em 2006, só que desta vez pelo micro legenda do PMN (Partido da Mobilização Nacional). Sendo assim, Arthur Lira foi eleito três vezes deputado estadual, por três partidos diferentes. Sua vida partidária se torna mais estável quando chega à Câmara Federal em 2010, agora filiado ao PP. Foi reeleito deputado federal em 2014, 2018 e 2022, sempre pela mesma legenda. Em 2021 chegou à presidência da Câmara Federal, apoiado pelo presidente de extrema-

direita, Jair Bolsonaro. Foi reconduzido ao cargo dois anos depois, só que agora apoiado pelo líder de centro-esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas a influência de Benedito de Lira e Arthur Lira não se resume aos dois. Como já dissemos, as famílias Lira e Pereira são poderosas no Estado de Alagoas, sendo possível encontrar vários dos seus membros em posições de poder. Segundo levantamento feito por Castilho e Indriunas (2023) para o sítio eletrônico *De Olho os Ruralistas*, a prima de Arthur Lira, Pauline Pereira, é a atual prefeita de Campo Alegre, Alagoas. Seu outro primo, Téofigo Pereira, é o atual chefe do executivo municipal de Craíbas-AL, e o vice-presidente do Conagreste (Consórcio Intermunicipal do Agreste Alagoano)<sup>64</sup>. Um terceiro primo, chamado Joãozinho Lira, é ex-prefeito de Teotônio Vilela, e o atual superintendente da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba) em Alagoas. Pelo lado da família Lira, a pesquisa de Castilho e Indriunas (2023) encontrou um outro primo de Arthur, Wilson Cesar de Lira Santos. Ele chefia o INCRA em Alagoas desde 2017. Indicado pelo tio Benedito no governo Temer, chefiou o órgão na gestão Bolsonaro, e continua na mesma posição no governo Lula.

Vemos aqui uma típica rede de parentesco dentro do Estado. Nesse caso ela é ampla, conecta cargos nos níveis municipal e federal, com a finalidade de promover os interesses políticos e econômicos dos familiares através da instrumentalização dos recursos e poderes do Estado. Segundo Castilho e Indriunas (2023), as prefeituras chefiadas pelo clã Pereira compraram mais de 8 milhões em carne e outros materiais de empresas que pertencem à membros da família. Outro exemplo da conversão de capital político e familiar em econômico, é fato das famílias Lira e Pereira possuírem juntas 115 fazendas em Pernambuco e Alagoas (CASTILHO; INDRIUNAS, 2023).

As trajetórias de Benedito de Lira e Arthur Lira evidenciam não apenas a transmissão do capital político familiar e a conversão desse tipo de capital em capital econômico. Elas mostram como o fisiologismo e o nepotismo se associam e se retroalimentam. O alinhamento constante com aqueles que chefiam os governos, permite a manipulação dos vastos recursos disponíveis no Poder Executivo, amplificando a capacidade de favorecer parentes, e assim constituir redes de familiares dentro do aparelho de Estado.

---

<sup>64</sup> Ver: <https://conagreste.al.gov.br/o-consorcio/>

#### 4.3.5 Família Barros

Os líderes das famílias apresentadas mostraram até agora uma notável capacidade de adaptação às mudanças políticas, para estarem sempre ao lado dos governos, e especialmente, dos seus recursos. O udenista Sarney foi um apoiador do Regime Militar. Com a crise da ordem autoritária sai da ARENA para entrar no MDB, e ser de fato o primeiro presidente civil brasileiro em 21 anos, acabando com o rodízio de generais. Na Nova República, se aproximou de tucanos e petistas, sendo presidente do Senado nos governos de três presidentes, FHC, Lula e Dilma.

Calheiros foi apoiador de Collor, ministro de FHC, e aliado de Lula. Presidiu o Senado nas administrações dos presidentes petistas, e no governo Temer. Hoje seu filho é ministro da terceira gestão Lula. Jader Barbalho tem uma trajetória muito parecida. Presidiu o Senado, foi governista nas gestões tucanas e petista, e atualmente também tem um filho no gabinete ministerial de Lula.

Lira, personagem mais recente, também demonstrou a mesma capacidade típica dos políticos fisiológicos. Emergiu na cena política nacional sendo apoiado por Bolsonaro para a presidência da Câmara Federal. No início de 2023, foi reconduzido ao posto, agora em aliança com Lula. O caso que discutiremos a seguir também é exemplar em termos de trânsito por diferentes governos.

Ricardo José Magalhães Barros também é filho de político. Seu pai, Silvio Magalhães Barros, graduou-se em sociologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Dedicou-se às atividades empresariais, atuou na construção civil e foi proprietário de uma concessionária de automóveis. Seu primeiro cargo foi o de vereador em Maringá pela UDN, em 1960. Foi reeleito quatro anos mais tarde. Com o golpe de 1964, filiou-se ao MDB, ao contrário da maioria dos udenistas. Em 1966, conquista uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná. Em 1970, chega à Câmara Federal. Dois anos mais tarde, em 1972, vence a disputa para a Prefeitura de Maringá.

Seu principal herdeiro político foi seu filho Ricardo Barros, também selecionado para o presente estudo. De acordo com o DHBB ([201?]), ele formou-se em engenharia civil pela UEM, iniciou suas atividades profissionais como gerente financeiro da *Silvio Magalhães Empreendimentos*, empresa de seu pai. Em 1986 assume seu primeiro cargo público. Torna-se diretor técnico da Urbanização de

Maringá. Filiado ao PFL, foi eleito prefeito da mesma cidade em 1988. Após o fim do seu período à frente do executivo municipal maringaense, em 1994 conquista o primeiro mandato como deputado federal, também pelo PFL do Paraná. Em 1997 se filia no PPB (Partido Progressista Brasileiro), partido que dará origem ao atual PP (Progressista), em que está filiado até os dias de hoje.

Por essa legenda será eleito deputado federal em 2002 e 2006. Em 2010 tenta uma vaga no Senado, mas não obtêm êxito. Assume então o comando da Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná, na gestão do governador Beto Richa. Depois dessa passagem pelo secretariado paranaense, voltou a se eleger deputado federal em 2014, 2018 e 2022 (DHBB [201?], TSE). Com a ascensão de Temer à presidência da República, Ricardo Barros tornou-se Ministro da Saúde. Atualmente está de volta à chefia da Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná, atuando, portanto, na gestão do governador Ratinho Júnior (G1 PR, 2022).

Barros demonstrou uma imensa habilidade para transitar entre os diversos governos da Nova República. Ele foi vice-líder do governo na Câmara Federal nas presidências de FHC, Lula e Dilma. Foi também líder do governo Bolsonaro na Câmara Baixa do legislativo federal (FRAZÃO, 2021). Como foi ministro de Temer, Barros apoiou todos os governos desde que chegou à Câmara Federal nos anos 90, apesar de ter votado favoravelmente ao impeachment de Dilma.

O político paranaense também desenvolveu atividades empresariais. Segundo o DHBB, assim como Sarney e Barbalho, Barros atuou na área de comunicação, tendo sido diretor comercial e sócio proprietário da *Rádio Maringá FM*. Em 1989 torna-se sócio proprietário da *Rádio Jornal de Maringá* e da *Magalhães Barros Radiodifusão Ltda*. Em 1986, tornou-se diretor presidente da *Pietá Engenharia Associados Ltda*. Em 2007, chegou à vice-presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a FIEP, mais importante entidade de classe do empresariado paranaense.

Mas o nome político da família Barros foi também perpetuado pela ação política de Silvío Barros, irmão de Ricardo. Silvío teve uma atuação mais local, não chegando a ocupar posições no plano federal. Mesmo assim, foi Prefeito de Maringá entre 2005 e 2013 (TSE). Chegou assim, ao mesmo posto que foi ocupado por seu pai e irmão. Isso confirma a afirmação de Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017), que algumas famílias se misturam com a história de uma cidade, estado ou mesmo

do país. A história do clã Sarney se confunde totalmente com a história do Maranhão dos últimos 50 anos. Os Barbalho se misturam com o Pará. Os Lira e Calheiros com Alagoas, os Barros com Maringá e, porque não, com o Paraná. Silvio Barros foi ainda secretário de Planejamento no governo Beto Richa (PARANÁ, 2015), e secretário de Desenvolvimento Urbano e da Casa Civil na gestão chefiada por sua cunhada, Cida Borghetti (GALINDO, 2018)

Ricardo Barros também transferiu seu capital político para a esposa, Maria Aparecida Borghetti Barros, a *Cida Borghetti*. De acordo com o DHBB ([201?]) ela é graduada em Administração Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina, tendo iniciado suas atividades políticas como militante do PDS Jovem. Assim como o esposo, foi filiada ao PFL e depois ingressou no PPB. Continua no PP até hoje, depois de uma rápida passagem pelo PROS (Partido Republicano da Ordem Social).

Entre 1990 e 1992, durante o governo do seu marido à frente da prefeitura de Maringá, ela presidiu a PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) do município. Na gestão de Jaime Lerner (1995-2003) à frente do governo estadual paranaense, foi assessora especial do governador. Assim como Ricardo Barros, ela atuou como empresária do ramo de comunicação. Foi sócia proprietária de uma agência de publicidade e de uma empresa de produção de vídeo. Cida Borghetti ainda trabalhou como apresentadora, editora e produtora da Rede Bandeirantes de Televisão.

Conquistou seu primeiro mandato em 2002, quando se elegeu deputa estadual. Foi reeleita em 2006. Quatro anos depois, em 2010, quando seu marido não disputou uma vaga na Câmara Federal, para tentar uma eleição ao Senado, ela venceu a disputa para a Câmara Federal. Em 2014 foi eleita vice-governadora do Paraná, na chapa encabeçada por Beto Richa. Quando Richa renunciou para buscar uma vaga no Senado, no início de 2018, ela tornou-se a primeira mulher governadora da história do Estado (G1 PR, 2018). Tentou se reeleger para o comando do executivo estadual paranaense em 2018, mas não teve êxito (TSE). A filha de Ricardo Barros e Cida Borghetti, Maria Victoria Barros, também já se inseriu na política. Muito jovem foi eleita deputada estadual, em 2014. Sendo reeleita em 2018 e 2022. Sempre pelo PP, a mesma legenda dos pais (TSE).

A genealogia desses cinco líderes e de suas famílias mostra várias regularidades. A fonte de seu poder está baseada no Estado, entendido como a

ocupação de posições de poder dentro do aparelho estatal e, partir delas, a capacidade de mobilizar recursos governamentais para favorecer e patrocinar interesses familiares. Sua influência também se deve à posse da terra e de meios de comunicação e de uma formação cultural diferenciada. Traduzindo em termos bourdieusianos, o poder das famílias Sarney, Barbalho, Calheiros, Lira/Pereira e Barros está fundamentado na acumulação de capitais que são escassos e por isso mal distribuídos na sociedade: capital político-familiar, capital econômico e capital cultural.

Uma parte dos membros das famílias pesquisadas estudaram em universidades públicas, geralmente federais, instituições que são reconhecidas pela excelência acadêmica. Elas proporcionam uma educação e preparo que apenas uma minoria pode ter. Se isso foi mitigado recentemente devido a implantação de política de cotas antes, contudo, o perfil elitista e exclusivista das universidades públicas era acentuado. Foi nesse cenário que estudaram uma parte dos indivíduos analisados acima. Isso mostra que essas instituições são o principal centro formador das elites políticas brasileiras.

Renan Calheiros, Benedito de Lira e Arthur Lira cursaram o mesmo curso, Direito, na mesma instituição, Universidade Federal de Alagoas. Os irmãos de Renan, Renildo e Olavo, também passaram pelos bancos de universidades federais. José Sarney cursou direito na Universidade Federal do Maranhã, sua filha Roseana estudou na Universidade de Brasília, assim como o filho de Renan Calheiros, Renan Filho. Silvo Barros e seu filho, Ricardo Barros, cursaram a Universidade Estadual de Maringá.

Outro fato presente na história dessas famílias é a posse da terra. As famílias Calheiros e Lira-Pereira investiram na produção agropecuária. Os Sarney, Barbalho e Barros, desenvolveram negócios no setor de comunicação, e são donos de rádios, jornais e canais de televisão. As famílias Sarney e Barbalho, por exemplo, construíram grandes grupos empresariais na área de comunicação. A posse da terra é a principal atividade econômica do interior do Brasil. A economia da maioria dos pequenos municípios brasileiros depende da agricultura. Apenas isso mostra a dimensão da influência da posse da terra nessas localidades. Além disso, a grande propriedade rural é uma tradição das oligarquias dirigentes do Brasil. A posse dos meios de comunicação, por sua vez, foi essencial para a construção e manutenção do poder dessas famílias. Ela foi vital para a formação de uma hegemonia em unidades

federativas, como os Sarney no Maranhã, e os Barbalho no Pará, e cidades, como os Barros em Maringá.

Assim, os recursos estatais, a posse da terra e de meios de comunicação, se combinaram para construir e reforçar o poder dessas famílias. O capital político familiar foi convertido em capital econômico, que se transformaram em capital cultural, e assim sucessivamente, em um processo contínuo de conversões dos vários tipos de capitais. A posse e conversão desses capitais, que são escassos na sociedade, é a fonte do poder dessas famílias.

## 5 O PERFIL POLÍTICO DA ELITE FISIOLÓGICA

Temos usado ao longo de nosso trabalho o termo elite para nos referirmos ao grupo que é nosso objeto de estudo. Mas por que afirmamos que os membros da elite fisiológica são uma parte da classe dirigente brasileira? As discussões sobre a definição de elite política remontam ao início do século XX, e desde então foram desenvolvidas algumas definições e métodos para identificar a elite. A origem do debate acerca das minorias dirigentes são os chamados clássicos das elites: *Gaetano Mosca*, *Vilfredo Pareto* e *Robert Michels*.

O italiano Vilfredo Pareto (1984) acreditava que existiam em todas as atividades humanas um grupo superior, que tinham os mais elevados índices em suas atividades. Ele chamava esse segmento da sociedade de classe eleita<sup>65</sup>. Segundo Grynszpan (1996), Pareto acreditava que em todas as áreas da ação humana existem indivíduos que se destacam em relação aos outros, devido aos seus dons e qualidades superiores, sendo assim, eles fazem parte de uma minoria distinta do restante da população. Na obra paretiana, todas as sociedades humanas são divididas em dois estratos, a classe eleita e a classe não eleita, que é a parte inferior das sociedades. Na primeira se encontram os governantes, e na outra se encontram os governados.

Vemos que Pareto desenvolveu uma espécie de classificação, pois, segundo ele, em cada atividade humana existe uma aristocracia, ou seja, os melhores de cada

---

<sup>65</sup> Pareto ainda divide o grupo superior da sociedade em dois grupos distintos: a classe eleita de governo, composta pelos indivíduos que participam direta ou indiretamente do governo, e o resto compõem a chamada classe eleita não de governo.

atividade (GRYNSZPAN,1996). A partir de sua teoria das elites, Pareto (1984) definiu a história como um cemitério de aristocracias. Para ele era incontestável que depois de um tempo as classes eleitas venham a desaparecer. Uma das razões para a queda dos grupos dirigentes é a própria decadência da qualidade das lideranças. O autor considerava que existe uma lenta e contínua circulação de elites. Quando ocorre um afrouxamento desse processo, há um acúmulo de elementos decadentes nos estratos superiores, e aumentam na parte inferior os elementos de qualidade superior. Isso leva a uma perturbação do equilíbrio social, e é a causa das revoluções. Portanto, na teoria paretiana, quando essa renovação dos grupos dirigentes não ocorre, os governantes caminham para a ruína, e carregam consigo às nações que lideram.

De forma parecida, Gaetano Mosca (1984), conterrâneo de Vilfredo Pareto, também afirmava que as sociedades eram divididas em duas classes. Para ele, a divisão dos organismos políticos em governantes e governados era uma constante. Os governantes são sempre menos numerosos, exercem todas as funções políticas e por isso monopolizam o poder. Mosca chamava esse grupo menos numerosa de classe política. Os governados são dirigidos e regulados pelos dirigentes, de maneira mais ou menos legal, arbitrária e violenta.

Segundo Grynszpan (1996), Mosca acreditava que a existência de eleições com ampla participação popular, não significava que os cidadãos elegiam seus governos e escolhiam seus representantes. Os eleitores tinham que optar entre os candidatos apresentados por grupos, comitês e minorias organizadas, sendo assim, eram os representantes que se impunham aos eleitores na visão do pensador italiano (GRYNSZPAN, 1996).

Na teoria de Mosca o que distingue a maioria da minoria é a organização (GRYNSZPAN, 1996). O pensador italiano considerava que a minoria governa porque ela é organizada, sendo mais fácil dar coesão à ação de poucos indivíduos. A organização, defende o autor, facilita a atuação da minoria, sendo uma grande vantagem dos governantes. A minoria organizada e coordenada se impunha sobre uma maioria atomizada e desarticulada (GRYNSZPAN, 1996). A força organizacional da minoria é irresistível para os indivíduos da maioria desorganizada.

Mosca (1984) também se aproxima da teoria de Pareto, ao defender que a minoria se distingue da massa dos governados, porque apresentam certas

qualidades, que se expressam em uma superioridade moral, material e intelectual. Assim, os membros da classe política devem possuir algum requisito, algo que é muito valorizado nas sociedades onde vivem. Essas qualidades podem ser o contato com divindades, o saber, a riqueza entre outras.

A organização também é o elemento central da teoria das elites de Robert Michels. No clássico *Sociologia dos Partidos Políticos*, obra em que estuda os partidos europeus no início do século XX, especialmente o Partido Social Democrata Alemão, Michels procura aprofundar a análise das causas que promovem o domínio de uma minoria organizada. Para esse cientista social alemão a organização era o único meio de criar uma vontade coletiva. Ela é, nas mãos dos mais fracos, um meio de luta contra os fortes. Michels (1982) acreditava que é mais fácil dominar as multidões do que um pequeno grupo de pessoas. O autor defendia que os atos e as palavras são menos pensados pelas massas, ao contrário de pequenos grupos e indivíduos, que refletem mais sobre eles. A multidão para Michels (1982) tendia a anular o indivíduo, a sua personalidade e o seu senso de responsabilidade. Sendo assim, as grandes massas são mais propensas ao pânico e ao entusiasmo irracional, enquanto uma minoria pode discutir e refletir melhor sobre as decisões.

Michels (1982) considerava também que o governo direto das massas é tecnicamente impraticável, pois seria impossível reunir uma multidão em um local determinado, em horas fixas e com a frequência que a vida político-partidária exige. A coletividade não tem condições de resolver diretamente as controvérsias que surgem em seu meio, justamente por isso são necessários os delegados, que representam as multidões e são capazes de realizar a sua vontade. Michels (1982) afirmava que os partidos confiavam a um grupo pequeno de indivíduos os assuntos correntes das agremiações, bem como a preparação e execução dos seus atos mais importantes. Por isso, segundo o autor, teria se formado nos partidos europeus uma classe de políticos profissionais, de verdadeiros técnicos da política.

Como um dos atributos das direções é o poder de decisão, Michels (1982) afirmava que essa classe dirigente desenvolve uma especialização técnica. Tais especialistas irão pouco a pouco concentrar o poder, que será retirado das massas. Assim, o autor sustentava que gradualmente os representantes se tornam independentes das bases. Cria-se desse modo uma divisão social do trabalho, que

provoca o isolamento das camadas sociais que desempenham funções diferentes. Os órgãos partidários e dos sindicatos passam a defender os interesses particulares dessas minorias, e elas assim se transformam em uma massa distinta. É por isso que Michels argumentava que em todas as organizações havia uma acentuada inclinação aristocrática. Logo, quando se fala em organização, fala-se em tendência à oligarquia, sendo essa a famosa lei de bronze da oligarquia formulada por Michels.

Michels (1982) considerava então que qualquer organização solidamente constituída favorece a diferenciação de órgãos e funções. Quanto mais crescem os membros e os recursos financeiros de uma organização, e quanto mais complexa se torna a sua estrutura, mais o governo direto das massas perde terreno, sendo desbancado para o crescente poder dos comitês. Para o autor, a organização teria o efeito de dividir um partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida, e isso se devia às graves distorções criadas pelas organizações nas massas. Assim, cria-se uma divisão social do trabalho, que provoca o isolamento das camadas sociais que desempenham funções diferentes. Os órgãos partidários e dos sindicatos passam a defender os interesses particulares dessas minorias, e ela assim se transformam em uma massa distinta.

O autor defendia ainda que a oligarquia é a forma preestabelecida da vida em comum dos grandes aglomerados sociais. Por conseguinte, uma sociedade complexa não pode subsistir sem uma classe dominante. Essa é a condição necessária para a existência de uma sociedade. Michels (1982) argumentava que o próprio Estado ou governo, um características dos grandes aglomerados sociais, seria uma organização comandada por uma minoria, que impõem à sociedade uma ordem jurídica, que seria uma justificação e legalização da exploração que submete às massas, ao invés de encarnar a representação da emancipação da minoria.

As ideias de Michels, Pareto e Mosca, os clássicos da Teoria das Elites, irão influenciar o debate sobre as minorias dirigentes, e acerca da concentração ou dispersão do poder entre intelectuais americanos. Um dos mais importantes acadêmicos inspirados por essas reflexões foi Charles W. Mills. Em seu célebre livro *A Elite do Poder*, ele procurou analisar a estrutura do poder nos EUA dos anos 50. A obra causou grande polêmica à época, por demonstrar que a América era menos democrática do que se dizia, isso em um contexto de Guerra Fria, onde os EUA se

colocavam como os líderes do ocidente democrático. O autor defendia que na sociedade norte-americana de meados do século XX, o poder estava concentrado nas empresas, Forças Armadas, e nos outros ramos do Estado, como o gabinete presidencial<sup>66</sup>, por exemplo. Desse modo, Mills (1981) sustentava que a base do poder nos EUA estava nos domínios econômico, militar e político. Outras importantes instituições, como a Família e a Igreja, por exemplo, se adaptaram à vida moderna, se transformaram em algo menor, deslocadas para uma importância marginal e às vezes subordinadas às três principais instituições (MILLS, 1981).

Mills (1981) defendia que a cúpula das ordens política, militar e econômica dos EUA é que constituíam a elite do poder. Ela seria formada pelos executivos das grandes empresas, pelos membros do diretório político e dos estados maiores das Forças Armadas. No pensamento formulado pelo autor, ninguém será realmente poderoso, a menos que tenha acesso ao comando das principais instituições, seria então somente através dos meios de poder dessas três grandes hierarquias que alguém poderia de fato ser poderoso. É por isso que esse grupo de indivíduos decidiam livremente sobre as ações que afetavam a nação como um todo (GRYNSZPAN, 1996). Assim, para Mills (1981), é possível identificar os membros da elite através das posições de poder que ocupam. Ela seria então constituída por aqueles que estão na direção daquelas três ordens, e que são as bases do poder, da riqueza e do prestígio, sendo por isso que o método desenvolvido por Mills é chamado de *posicional*.

Influenciado pela ideia de circulação de elites de Mosca, Mills (1981) acreditava que ocorria um intenso tráfego de pessoas entre os domínios econômico, político e militar, ou seja, uma ligação entre eles. Ele afirmou inclusive que essas três ordens não estavam mais separadas. Para o autor, o que justificaria esse intercâmbio de posições seria a possibilidade de transferência da capacidade de direção. A estrutura e a dinâmica dos três grandes domínios facilitaram esse processo de circulação, pois eles eram idênticos, com cargos correspondentes e postos permutáveis, o que propiciava circulação e mobilidade dos indivíduos entre as cúpulas, gerando assim familiaridade com cargos de grande poder (GRYNSZPAN, 1996). O sociólogo norte-americano sustentava que o cerne da elite do poder era

---

<sup>66</sup> Mills chama o gabinete presidencial de diretório político. Ele é composto pelo secretariado do governo norte-americano, equivalente ao ministério no Brasil.

constituído pelos dirigentes que trocavam de papéis entre as hierarquias. Ocorreria desse modo um entrelaçamento, que unia os três ambientes onde atuavam. Assim, os indivíduos transcendiam os interesses particulares de cada uma das grandes ordens, o que segundo Mills (1981) levava a uma coincidência de interesses das organizações política, econômica e militar. Por isso os integrantes das altas rodas podiam ser considerados como membros de um estrato superior elevado, pessoas que se conheciam, que se encontravam socialmente e nos negócios, e que se levavam mutuamente em consideração quando tomavam decisões.

Segundo Mills (1981), essa circulação pelas cúpulas das três hierarquias transformaria a elite do poder em uma entidade social mais ou menos compacta, e seus comportamentos parecidos os transformaram em membros conscientes de uma classe social. Isso significava dizer que os indivíduos que compunham a elite do poder tinham origens sociais e carreiras semelhantes, e por isso se inseriram ao longo de suas vidas em uma mesma rede de relações (MILLS, 1981; GRZYNSZPAN, 1996). Assim, para Mills (1982) há uma base social para a unidade, que tem como alicerce o fato dos integrantes desse grupo se fundirem uns com os outros e por isso se transformarem em um tipo social semelhante. Essa unidade social e psicológica, a estrutura e a mecânica das ordens políticas, econômica e militar, levou a uma maior coordenação das altas rodas, porque elas notaram que poderiam realizar mais facilmente seus interesses se trabalhassem juntas (MILLS, 1981). Como afirma GRZYNSZPAN (1996), Mills acreditava que o poder na América era monopolizado por uma elite unificada, que impunha suas decisões ao restante da sociedade.

Desse modo, Mills (1981) sustentava que a identidade da elite do poder dependia da identidade comum daqueles que a compõem, algo que passa pelas relações sociais e pessoais que seus membros estabelecem entre si, e também de suas afinidades sociais. O autor então constatou que a carreira e a origens semelhantes, além da mecânica institucional das hierarquias, se mesclavam com o status de suas posições para formar a elite do poder. Mills desenvolveu, portanto, uma teoria *monista* das elites. Ele defendia que o poder nas sociedades modernas estava concentrado em uma única elite.

Sintetizadas as contribuições dos principais teóricos dos grupos dirigentes, nos parece evidente que o grupo de políticos fisiológicos que temos por objeto são

uma parte da elite política brasileira. Acreditamos não ser necessário discutir que se trata de um segmento da minoria governante do país, e que isso é consequência da inviabilidade técnica de um governo direto das massas, conforme o argumento de Michels. Quando adotamos o método posicional de Mills, vemos que os políticos fisiológicos estão em posições de poder dentro da ordem política. Eles são deputados federais, senadores e muitos ainda ocuparam outros cargos de relevo, como ministros e governadores. Estão em postos onde tomam decisões de grande impacto para o restante da sociedade. Por essas razões, os políticos fisiológicos são uma parte da elite política brasileira.

### 5.1 Os partidos fisiológicos

Como delimitar a elite fisiológica? O procedimento mais indicado seria verificar os partidos que apoiaram todos, ou quase todos, os governos federais da Nova República, e investigar a trajetória política dos senadores e deputados federais filiados a essas organizações. Mas antes de adotarmos tal caminho, são necessários alguns esclarecimentos.

Como sabemos, as mudanças de partido são um hábito comum da classe política brasileira. Um dos principais motivos para as migrações é justamente para compor as bases de apoio aos governos. Isso traz dificuldades para identificarmos os políticos que de fato fizeram suas carreiras dentro das legendas fisiológicas ou pelo menos em parte delas.

Melo (2004) aponta que o poder executivo é atrativo para o deputado, pois interessa a ele situar-se em uma posição que possibilite um bom desempenho na transferência de recursos públicos para sua base eleitoral. O deputado trabalha com a necessidade de reduzir a incerteza e maximizar as chances de sucesso em sua carreira, por isso migrações são consideradas pelos parlamentares, pois elas podem dar maior acesso a recursos públicos, além disso, estar ao lado do chefe do executivo também é uma sinalização clara para o eleitorado (MELO, 2004).

Uma constatação desse comportamento dos políticos brasileiros foi apresentada por autor. Em sua pesquisa, o ele mostrou que ocorreram entre 1998 e 2002, ou seja, entre os governos Sarney e FHC II, 875 migrações partidárias na

Câmara Federal, sendo que 55,5% foram no sentido do governo, que é quando o deputado migra da oposição para o governo, ou entre legendas governistas (MELO, 2004)<sup>67</sup>.

Outro problema é o excesso de autonomia estadual dos partidos fisiológicos. Muitas seções estaduais dos partidos não são fisiológicas, e não seguem a orientação governista das direções nacionais e de outras seções estaduais. Exemplos de comportamentos não fisiológicos nos estados de legendas do centrão são os casos do PP e MDB do Rio Grande do Sul, à direita, e o MDB do Paraná, à esquerda, pelo menos até a saída de Roberto Requião do partido, para ingresso no PT em 2021<sup>68</sup>. Requião, por exemplo, foi um dos principais líderes da oposição no Senado ao governo de FHC (1995-2003). Seu partido a época, o MDB, no entanto fazia parte da base de apoio à gestão tucana.

Em muitos casos ainda, dentro da seção estadual dos partidos podem conviver políticos fisiológicos e não fisiológicos. Assim, legendas do centrão são uma espécie de amálgama partidário, que juntam políticos com perfis diversos. Isso permite a elite fisiológica uma grande flexibilidade. Seus quadros podem fazer o papel de centro-esquerda e centro-direita nos estados, apoiar os governadores, independentemente da orientação ideológica deles, e fazer as duas coisas, ao mesmo tempo, no plano federal. Ser oposição, mais à esquerda ou mais à direita<sup>69</sup> e, paralelamente, compor a base de apoio aos governos. A impressão é que o centrão está em todos os lugares, ao mesmo tempo, por isso é difícil precisar os partidos e legendas que fazem parte desse grupo.

Há outro aspecto que precisa ser considerado: muitos deputados fisiológicos se filiam em organizações com perfil não fisiológico, quando estas estão no governo. Desse modo o grupo que iremos analisar será composto também por deputados com

---

<sup>67</sup> Ver: MELO, C. R. **Retirando as cadeiras de lugar**: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, Tabela 5, página 81.

<sup>68</sup> ROBERTO Requião anuncia saída do MDB. **G1 PR**, 03 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/08/03/roberto-requiao-anuncia-saida-do-mdb.ghtml>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

<sup>69</sup> Exemplos são os senadores Otto Alencar, do PSD da Bahia, e Ana Amélia Lemos, do PP do Rio Grande do Sul. Os dois são filiados em partidos do centrão, só que o primeiro fez uma oposição progressista moderada à gestão Jair Bolsonaro, e a segunda, foi uma das principais opositoras ao governo de Dilma Rousseff no Senado. Porém, a despeito de seu comportamento oposicionista, seus partidos faziam parte da base de apoio de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro.

perfil não fisiológico<sup>70</sup>, mas que construíram suas carreiras dentro de partidos do centrão, e não inclui políticos fisiológicos, que alternaram filiações em partidos do centrão e não fisiológicos. Desse modo, o que faremos será uma aproximação, pois de forma nenhuma os indivíduos analisados em nossa pesquisa correspondem à totalidade da elite fisiológica atuante no Congresso Nacional ao longo da Nova República.

Se os partidos fisiológicos são conhecidos por apoiarem presidentes com perfil ideológico distinto, iremos verificar quais organizações apoiaram os chefes do executivo federal, de Collor a Bolsonaro. Por apoiar, entendemos aqueles partidos que indicaram pelo menos um dos seus quadros para compor os ministérios dos presidentes<sup>71</sup>.

As informações do Quadro 4 mostram que o MDB compôs todos os ministérios, da presidência de Itamar Franco, até o governo Bolsonaro. Esse partido que se constituiu como uma frente oposicionista constituída por parlamentares que rejeitavam o golpe militar (LIMA JUNIOR, 28 fev. 2024), acabou se tornando o grande símbolo do fisiologismo na Nova República. Se levarmos em conta que o partido estava no poder entre 1985-1990, quando José Sarney, um quadro do partido, comandava a Presidência da República, veremos que nos últimos 38 anos a legenda não esteve ao lado somente de Collor (1990-1992). Essa é a principal razão para o partido ter se transformado em uma espécie de símbolo do fisiologismo. Porém, não é o único que adota essa conduta.

Outro partido bastante presente nos ministérios é o Progressistas (PP). Essa legenda é resultado de várias fusões e também de trocas de nome. Se fundiram para

---

<sup>70</sup> Um deles é o próprio Jair Bolsonaro, que estará no grupo que iremos analisar. Bolsonaro construiu sua carreira na Câmara Federal atuando em partidos do centrão, mas nunca apoiou qualquer governo. Enquanto seus partidos integravam a base governista dos presidentes, ele tinha uma atuação marcadamente de extrema-direita. Bolsonaro desenvolveu boa parte de sua carreira no PP, uma das principais forças do fisiologismo. Entre 2003 e 2005, passou por PTB e PFL, essa segunda, a única legenda não fisiológica em que se filiou, e depois retornou ao PP. Em 2015 ingressou no PSC, pequeno partido de direita, mas com características fisiológicas. Por fim, em 2018, para se candidatar à presidência da República, entrou no PSL. Com sua chegada, essa pequena legenda de direita e fisiológica se transformou no partido da extrema-direita naquele pleito (PRAÇA; LIMA, 2002)

<sup>71</sup> Muitas vezes um presidente indica um ministro por uma questão de preferência, é a famosa “cota pessoal” do presidente. Mas isso não significa que a organização partidária do ministro irá de fato compor a base do executivo no Congresso Nacional. Além disso, as legendas podem não apoiar o presidente durante todo o seu mandato. O PP, por exemplo, entrou no ministério de Lula somente em seu segundo mandato, a partir de 2007. Mas, para compormos a Quadro 4, adotamos como critério o fato do partido ter um representante no ministério em algum momento do mandato presidencial.

formar o partido as seguintes organizações partidárias: PDS, PPR, PDC, PP, PST, PRP e PTR (GUANABARA, [199?]). Desse modo, como o PDS é uma das organizações que formaram o PP, ele pode ser considerado como um herdeiro direto da ARENA. A sequência de fusões começa com o PDS se fundindo com o PDC (Partido Democrata Cristão) em 1993 para formar o PPR, sigla de Partido Progressista Reformador (FIGUEIRA, [199?]). Ainda em 1993 foi criada uma primeira versão do PP, com a fusão entre o PST (Partido Social Trabalhista) e o PTR (Partido Trabalhista Renovador) (GUANABARA, [199?]). PP e PPR se reuniram em 1995, e a legenda passou a se chamar PPB (Partido Progressista Brasileiro) (GUANABARA, [199?]), tendo como principal liderança o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Em 2003, mudou o nome para PP (CPDOC, [200?], e por fim, em 2017, trocou novamente, para se chamar Progressistas, porém, manteve a sigla PP (A GAZETA, 2021). Sendo assim, o PDS que esteve presente no governo Collor, e o PPB que integrou o ministério de FHC é o mesmo partido. Assim, essa legenda, que é herdeira da ARENA/PDS, apoiou em algum momento todos os governos federais de 1990 em diante.

Outro partido que compôs ministérios de presidentes com perfis ideológicos diversos foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Essa organização teve lugares nos ministérios de todos os governos, entre a gestão Itamar Franco a Dilma Rousseff<sup>72</sup>. Há ainda o caso do Partido Liberal (PL). Essa organização partidária foi fundada em 1985, tendo como principal liderança o deputado federal do Rio de Janeiro, Álvaro Valle (ARAÚJO, S. C.; JORGE, V. L., [200?]). Esse político fluminense foi eleito para a Câmara Federal pela ARENA e PDS (CARMINA, M.; SOUSA, L. O., [200?]). Depois ingressou no PFL, mas sua passagem por essa legenda durou pouco. Ele saiu desse partido por uma questão circunstancial. Vale pediu que o PFL organizasse prévias com a finalidade de escolher o candidato do partido à prefeitura do Rio de Janeiro em 1985, entretanto o PFL impôs a candidatura de Rubem Medina (ARAÚJO, S. C.; JORGE, V. L., [200?]). Vale então saiu do partido para funda uma nova organização. Pela trajetória do principal líder fundador do PL, também podemos considerar esse partido como um herdeiro da ARENA/PDS.

---

<sup>72</sup> A história do PTB será discutida mais adiante, pois esse partido tem uma trajetória peculiar entre as organizações do centrão. Ele não é um herdeiro da ARENA, e tampouco é uma dissidência do PSDB que, como veremos, não é legenda fisiológica.

O PL/PR já esteve presente no ministério de Collor. Depois, um filiado à legenda, José Alencar, se elegeu vice-presidente com a vitória de Lula em 2003. O partido assim, passou a integrar o ministério comandado pelo petista. Posteriormente, a legenda se dividiu, e uma ala liderada por José Alencar, que também contava com políticos ligados à Igreja Universal do Reino do Deus e bispos evangélicos, criou o PRB (Partido Republicano Brasileiro) e a outra ala se fundiu com o PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional), partido de extrema-direita, que teve como grande expoente Éneas Carneiro, para fundar o PR (Partido da República) (JORGE, [201?]). O PR voltou a se chamar PL (D'AGOSTINO, 2019) e, além de integrar o gabinete ministerial de Bolsonaro, abrigou o projeto presidencial bolsonarista no pleito de 2022. PL/PR e PRB/Republicanos fizeram parte do segundo governo de Lula, e da presidência de Dilma Rousseff. O PRB ainda integrou o ministério de Temer. Esse partido mudou de nome, e se transformou em Republicanos (VEJA, 2019), e também participou do ministério de Bolsonaro.

Por fim, um caso que chama a atenção é o PSD. Essa organização surgiu em 2011, e foi criada por iniciativa de políticos oriundos do DEM (Democratas) (LIMA JÚNIOR, [201?]). Como o DEM nada mais era que o antigo PFL, que mudou de nome, o PSD pode ser classificado como um herdeiro da ARENA/PDS. Essa organização partidária compôs os ministérios de todos os presidentes desde a sua fundação. Nitidamente ela nasceu para ser governo, e não ficar presa a uma política de alianças restrita ao campo ideológico da direita.

**QUADRO 4 - Partidos que compuseram os ministérios por presidente entre 2018 e 2021<sup>73</sup>**

Presidente	Partido do Presidente Eleito	Partidos que compuseram os ministérios
Collor (1990-1992)	PRN	PFL, PTB, PDS e PL
Itamar Franco (1992-1995)	MDB	PFL, PTB, PP, PSDB e PSB.
FHC (1995-2003)	PSDB	PFL, PPB, PTB e MDB
Lula (2003-2011)	PT	PTB, PDT, PPS, PV, PL, PC do B, PSB, MDB, PR, PRB e PP
Dilma (2011-2016)	PT	MDB, PP, PC do B, PDT, PSB, PR, PROS, PSD, PRB e PTB
Temer (2016-2019)	MDB	PSDB, PV, DEM, PPS, PRB, PSB, PP e PSD
Bolsonaro (2019-2023)	PSL/PL	PSL, DEM, PP, PSD, Patriota, PL, Republicanos e MDB

Fonte: 1. FIGUEIREDO, A. C. Coalizões governamentais na democracia brasileira. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 3, p. 159-196, 2012; 2. BORGES, J. S; BARBOSA, S. C. T. Ministérios como "barganha": coalizão de governo e organização do poder executivo. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 70, n. 2, p. 267-296, abr./jun. 2019; 3. MOTORYN, P. Bolsonaro nomeou 14 filiados a partidos

<sup>73</sup> Os dados sobre o governo Bolsonaro vão até agosto de 2021.

do centrão para comandar ministérios em 2 anos e meio. **Brasil de Fato**, Brasília, DF, 02 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/02/bolsonaro-nomeou-14-filiados-a-partidos-do-centrao-para-comandar-ministerios-em-2-anos-e-meio>> Acesso em: 13 de agosto de 2023.

*Nota:* Tabela elaborada pelo autor.

Quando cruzamos os partidos que compuseram os ministérios de todos presidentes desde 1990, com o perfil ideológico dos governos federais, percebemos que alguns partidos não entraram em administrações que tinham diretrizes mais distantes de sua ideologia. O Quadro 4 mostra que o PFL/DEM<sup>74</sup>, por exemplo, só fez parte dos governos de centro-direita, direita e extrema direita. Com a chegada do PT, e de um governo de centro-esquerda ao poder, a legenda ficou treze anos sem chefiar um ministério, algo que só voltou a ocorrer na gestão Michel Temer, de centro-direita. Acostumado a fazer parte da base de apoio aos governos, o PFL/DEM era um dos sucessores da ARENA/PDS. Com o fim da Ditadura, em 1985, fez parte da base de todos os presidentes, de Sarney a FHC. Desse modo, se tomarmos como ponto de partida a fundação da ARENA/PDS, em 1966, essa legenda ficou no poder por 37 anos ininterruptos. Portanto, seus membros estavam acostumados em instrumentalizar o aparelho estatal com finalidades eleitorais.

Isso explica o declínio do partido longe do poder. No pleito vencido por FHC em 1998, cujo o vice, Marco Maciel, pertencia aos quadros do PFL, a legenda fez a maior bancada da Câmara Federal, conquistando 106 cadeiras. Em 2002, ano da vitória de Lula, o PFL ainda elegeu 73 deputados federais, o segundo maior número, atrás somente do PT. A partir dessa eleição, o PFL decaiu gradualmente, até eleger somente 22 deputados federais em 2014, aproximadamente 1/5 do que havia conseguido em 1998. Com a onda direitista de 2018, impulsionada pela vitória de Jair Bolsonaro, o partido melhorou de desempenho pela primeira vez desde 1998, pois conquistou 29 cadeiras na Câmara Federal. Contudo, em 2021, o partido se fundiu com o PSL, antigo partido do Bolsonaro, para formar o União Brasil, que atualmente faz parte da base apoio ao terceiro governo do presidente Lula (VIVAS; RODRIGUES, 2022). O antigo PFL/DEM parece ter sucumbido definitivamente ao fisiologismo.

No centro do espectro ideológico, há os casos do PSDB e do PPS, atual Cidadania (VEJA, 2019). Os tucanos obviamente fizeram parte do governo que

---

<sup>74</sup> O PFL mudou seu nome para DEM em 2007, por isso eles serão tratados como um partido só em nosso trabalho (LIMA JÚNIOR, [201?]).

comandaram, com FHC na presidência, mas também integraram as administrações lideradas pelos dois presidentes emedebistas, Itamar Franco, de centro e Michel Temer, de centro-direita. O PSDB é outro caso de um partido que não ocupou pastas ministeriais em governos de centro-esquerda. Já o Cidadania ingressou no ministério de Lula. Contudo, rompeu com o governo do petista, e passou a fazer parte da oposição a Lula e Dilma. Só voltou a chefiar um ministério após o impeachment de Dilma, em 2016, no governo Temer.

Na esquerda temos os casos de PT, PDT e PC do B, que só fizeram parte de governos de centro-esquerda. Essas legendas jamais ingressaram em ministérios que eram liderados por presidentes que não faziam parte de seu campo ideológico. O PSB ainda entrou na gestão de Itamar Franco e Michel Temer. O socialista que integrou a gestão Temer, foi Fernando Bezerra Filho, ministro de Minas e Energia, que depois ingressou no MDB (G1 SP, 2016; RESENDE, 2018). O PV ainda indicou José Sarney Filho para comandar a pasta de meio-ambiente no governo Temer (G1 SP, 2016). Um político mais ligado ao clã familiar do que propriamente ao partido. Contudo, em 2022, a legenda formou uma federação partidária junto com PT e PC do B. Pela legislação, isso significa que terá que caminhar junto com essas legendas até 2026<sup>75</sup>.

**QUADRO 5 - Presidentes, partidos no ministério e alinhamento ideológico dos governos (1990-2021)**

	Collor, PRN (1990- 1992)	Itamar Franco, MDB (1992- 1995)	FHC, PSDB (1995- 2003)	Lula, PT (2003- 2011)	Dilma, PT (2011- 2016)	Temer, MDB (2016- 2019)	Bolsonaro, PSL/PL (2019-2023)
<b>Partido/Ideologia do Governo</b>	<b>Centro- Direita</b>	<b>Centro</b>	<b>Centro- Direita</b>	<b>Centro- Esquerda</b>	<b>Centro- Esquerda</b>	<b>Centro- Direita</b>	<b>Extrema- Direita</b>
<b>Direita</b>							
Patriotas	x	x	x	x	x	x	sim
PFL/DEM	sim	sim	sim	x	x	sim	sim
PL/PR	sim	sim	x	sim	sim	sim	sim
PP/PPB/PPR/PDS/PDC/PRP/PTR	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
PSD	x	x	x	x	sim	sim	sim
PRB/Republicanos	x	x	x	sim	sim	sim	sim
PSL	x	x	x	x	x	x	sim
PRN	sim	x	x	x	x	sim	sim
PTB	sim	sim	sim	sim	sim	x	x
<b>Centro</b>							
MDB	x	sim	sim	sim	sim	sim	sim

<sup>75</sup> Pela Lei nº14.208 de 28 de setembro de 2021, os partidos que formam uma federação deverão permanecer a ela filiados por 04 anos.

PSDB	x	sim	sim	x	x	sim	x
PPS (atual cidadania)	x	x	x	sim	x	sim	x
<b>Esquerda</b>							
PC do B	x	x	x	sim	sim	x	x
PDT	x	x	x	sim	sim	x	x
PT	x	x	x	sim	sim	x	x
PSB	x	sim	x	sim	sim	sim	x
PV	x	x	x	sim	x	sim	x

*Fonte:* 1. FIGUEIREDO, A. C. Coalizões governamentais na democracia brasileira. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 3, p. 159-196, 2012; 2. BORGES, J. S; BARBOSA, S. C. T. Ministérios como “barganha”: coalizão de governo e organização do poder executivo. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 70, n. 2, p. 267-296, abr./jun. 2019; 3. MOTORYN, P. Bolsonaro nomeou 14 filiados a partidos do centrão para comandar ministérios em 2 anos e meio. **Brasil de Fato**, Brasília, DF, 02 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/02/bolsonaro-nomeou-14-filiados-a-partidos-do-centrao-para-comandar-ministerios-em-2-anos-e-meio>> Acesso em: 13 de agosto de 2023

*Nota:* Tabela Elaborada pelo Autor.

Sendo assim, como tais partidos assumiram de forma mais clara um “lado” na política brasileira, ou seja, foram mais criteriosos no momento de ingressar nas coalizões de governo, podemos classificar PFL/DEM (antes de se fundir com o PSL e formar o União Brasil), PSDB, Cidadania, PT, PDT, PC do B, PSB e PV como partidos não fisiológicos, pois são mais coerentes na formação de alianças partidárias.

Agora há um número maior de organizações partidárias que apoiaram governos ideologicamente muito diferentes, e por isso são classificadas como fisiológicas. Sua estratégia é permanecer dentro do Estado, com amplo acesso aos recursos materiais, organizacionais e simbólicos da Administração Pública. Como aponta Melo (2004), os partidos querem ter acesso às arenas decisórias, que são fontes de recursos a serem utilizados na intermediação com a sociedade. Assim, o controle sobre os recursos disponibilizados pelo governo possibilita grande vantagem competitiva nas eleições. É por isso que a partir de 1985 a burocracia estatal e militar cedeu lugar nos diversos escalões governamentais aos líderes parlamentares e especialistas oriundos dos partidos políticos (MELO, 1985). Desse modo, quando uma política do presidente eventualmente desagrade essas legendas fisiológicas, eles podem bloquear por dentro a iniciativa. Abaixo, sintetizamos a flexibilidade das alianças construídas pelas organizações partidárias fisiológicas durante a Nova República:

(i) *MDB*: atravessou todo o espectro ideológico, apoiou os governos de centro-esquerda do PT, ao governo de extrema-direita, de Jair Bolsonaro;

(ii) *PP (PPB/PPR/PDS/PDC/PRP/PTR)*: atravessou todo o espectro ideológico, apoiou os governos de centro-esquerda do PT, ao governo de extrema-direita, de Jair Bolsonaro

(iii) *PL/PR*: atravessou todo o espectro ideológico, apoiou os governos de centro-esquerda do PT, ao governo de extrema-direita, de Jair Bolsonaro

(iv) *PRB/Republicanos*: atravessou todo o espectro ideológico, apoiou os governos de centro-esquerda do PT, ao governo de extrema-direita, de Jair Bolsonaro;

(v) *PSD*: apesar de existir há somente 12 anos, também atravessou todo o espectro ideológico, apoiou os governos de centro-esquerda do PT, ao governo de extrema-direita, de Jair Bolsonaro;

(vi) *PTB*: esse partido apoiou governos de centro-direita, centro e centro-esquerda ao longo da Nova República. Liderado pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson, essa organização não teve ministros na gestão Bolsonaro. A bancada do partido era muito pequena no Congresso Nacional, assim não era justificável entregar uma ou mais pastas ao partido em troca de apoio legislativo<sup>76</sup>. Mesmo assim, o partido apoiou a presidência de extrema direita, atuando inclusive como sua linha auxiliar no pleito de 2022<sup>77</sup>.

Sendo assim, a partir da análise das legendas que compuseram os ministérios de todos os presidentes da Nova República, entre 1990 e 2018, podemos considerar como partidos fisiológicos MDB, PP(PPB/PPR/PDS/PDC/PRP/PTR), PL/PR, PRB/Republicanos, PSD e PTB. Com a exceção do PTB, todos eles são herdeiros do bipartidarismo imposto pela ditadura militar: o MDB é sucessor do antigo partido de oposição ao regime e os demais, da ARENA/PDS. Isso evidencia a permanência das estruturas criadas durante o período autoritário no novo regime democrático. Como dissemos acima, o MDB desde 1985 só não teve ministros no governo Collor. Como o PFL/DEM fez parte da coalizão do presidente Sarney, então um ou mais sucessores da ARENA/PDS integrou todas as gestões da Nova República. Na prática, a linhagem iniciada no antigo partido de sustentação da Ditadura Militar está dentro do executivo federal desde 1966. ARENA/PDS e MDB ingressaram na Nova República não mais

<sup>76</sup> O partido elegeu somente 10 deputados em 2018. Possuía também 03 senadores (TSE).

<sup>77</sup> Vide a atuação do candidato a presidente do partido, Padre Kelmon.

como adversários, mas agora como aliados, que visam controlar nacos do Estado visando a patronagem política.

Entretanto, há um conjunto de pequenas legendas, que possuem um comportamento que poderíamos chamar de fisiológico. Se as grandes organizações citadas acima “alugam” seu apoio para presidentes de diferentes ideologias, que necessitam de sustentação no legislativo, essas organizações atuam da mesma forma, só que em escala menor. Chamadas de legendas de aluguel, elas servem de meio partidário para celebridades, comunicadores e religiosos que pretendem usar a fama para entrar na política. Elas podem ainda endossar candidaturas competitivas aos cargos executivos, quando cedem seu tempo de rádio e TV para elas. Quando ainda era possível, formavam coligações com grandes partidos. Contribuíam para que eles tivessem mais votos, e assim conquistassem mais cadeiras, mas também esperavam que os votos das grandes organizações conseguissem “puxar” ao menos um dos seus candidatos.

Essas pequenas organizações partidárias, que são chamadas pela literatura especializada em partidos políticos de Pequenos Partidos de Direita, por não terem grandes bancadas no Congresso Nacional, não podem dar muitos votos no parlamento aos presidentes eleitos, e por isso não ganham ministérios. A única dessas legendas que controlou um ministério foi o Patriota. O General Augusto Heleno, filiado ao partido, foi Ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) durante a gestão Bolsonaro (MOTORYN, 2021). Sendo assim, o fisiologismo desses partidos é mais eleitoral, enquanto o das grandes organizações fisiológicas, opera nas eleições, no legislativo e avança para o executivo.

Os Pequenos Partidos de Direita (PPD) são muitos. A atuação e os status ideológico deles são tão confusos, que alguns, a rigor, nem podem ser chamados de direita. Por isso preferimos a expressão Pequenos Partidos Fisiológicos (PPF). Eles são: PRN, PSC, PMN, PAN, PSL (Pré-2018), PRTB, PHS, PT do B, Avante, PJ, PST, Solidariedade/PROS<sup>78</sup>. Consideramos o PSL (Partido Social Liberal) somente até

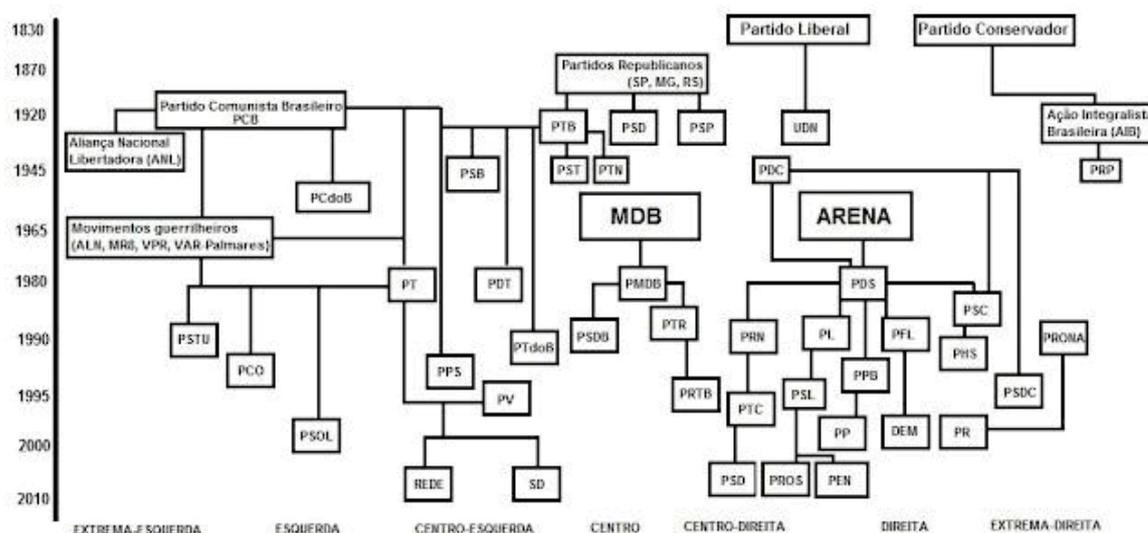
---

<sup>78</sup> Esses pequenos partidos podem ser considerados fisiológicos porque exibem a mesma flexibilidade que as grandes organizações, só que de modo diferente. Por exemplo, o político de extrema-direita, Fernando Francischini se elegeu deputado federal pelo Solidariedade em 2014, no Paraná. Em 2022, Marília Arrais, ex-petista, e figura política de esquerda, foi candidata ao governo de Pernambuco pelo mesmo partido (TSE). O Solidariedade incorporou o PROS em fevereiro de 2023 (ROSA; HIRABAHASI, 2023)

2018. Nesse ano, como sabemos, esse partido que antes era inexpressivo, conquistou a segunda maior bancada na Câmara Federal graças à onda bolsonarista<sup>79</sup>. Na prática deixou de ser uma pequena organização fisiológica, para abrigar um projeto marcadamente de extrema-direita. O Patriota, único PPF que teve um ministro na Nova República, não entrou na análise porque, após a adoção dos critérios que explicaremos adiante, o partido não apareceu na biografia dos deputados. Como discutiremos à frente, o PST se fundiu com o PTR, para formar o PP no início dos anos 90. Contudo, a legenda renasceu em 1996, por isso vamos tratá-la separadamente.

Feitos os esclarecimentos, é possível visualizar de maneira mais clara a caótica trajetória dos partidos políticos brasileiros através do Quadro 6. Ela deixa evidente que a maioria dos partidos fisiológicos, sejam as mais expressivas organizações como o PP, até algumas das micro legendas fisiológicas, têm origem na ARENA/PDS. Depois dessa análise sobre os caminhos históricos dos partidos, e das suas adesões aos governos da Nova República, podemos elaborar uma classificação das organizações partidárias brasileiras, que está expressa no Quadro 7, separando-as em legendas fisiológicas e não fisiológicas.

**QUADRO 6 – Genealogia dos partidos políticos brasileiros entre 1830 e 2010**



<sup>79</sup> A onda bolsonarista fez com o PSL, um partido nanico, elegeisse 52 deputados federais em 2018 (TSE).

Fonte: Revista Instigada (2018).

<b>QUADRO 7 - Partidos por espectro ideológico e classificados na dicotomia fisiológico x não fisiológico</b>		
	<b>Fisiológica</b>	<b>Não fisiológico<sup>80</sup></b>
<b>Direita</b>	PP, PL/PR, PRB/Republicanos, PSB, PTB, PPF	PFL/DEM, PSL (entre 2018 e 2021)
<b>Centro</b>	MDB	Cidadania e PPS
<b>Esquerda</b>		PT, PDT, PSB, PC do B <sup>81</sup>

*Nota: quadro elaborado pelo autor*

Como vemos, os partidos fisiológicos, particularmente os maiores, estão posicionados no centro, com o MDB, e especialmente na direita. A primeira impressão que temos é que a elite fisiológica é um grupo de centro-direita. Contudo, os políticos do centrão são conhecidos por se adaptarem às mudanças políticas. Isso significa que, para estarem alinhados aos governos, podem se filiar em organizações dos mais diversos espectros ideológicos. Desse modo, precisamos de uma análise mais detalhada da carreira partidária dos membros da elite fisiológica.

Dito isso, é necessário selecionarmos os indivíduos que serão incluídos em nossa análise. Não serão todos os que se elegeram deputado federal ou senador por alguma organização fisiológica. Muitas vezes, o parlamentar conquista um mandato por uma legenda do centrão, e depois constrói uma carreira por uma organização de perfil não fisiológico. Desse modo, só incluiremos em nosso universo de pesquisa, aqueles que de fato permaneceram algum tempo atuando nas organizações fisiológicas. Por isso, farão parte de nosso trabalho, somente aqueles parlamentares que se elegeram no mínimo três vezes para uma das casas do Congresso Nacional, entre 1990 e 2018 por partidos classificados no Quadro 7 como fisiológicos. Acreditamos que desse modo serão estudados somente aqueles congressistas que pareciam estar mais adaptados às práticas e valores das organizações fisiológica.

<sup>80</sup> Seria errôneo estabelecer uma dicotomia entre partidos fisiológicos e ideológicos. Como veremos nesse capítulo, ao contrário do que apregoa o senso comum, que enxerga os políticos do centrão como desprovidos de ideologia, eles possuem um perfil ideológico bastante nítido.

<sup>81</sup> Outros partidos, como o PSOL, não entraram nesse quadro por que, após a adoção do critério para selecionarmos os parlamentares para o nosso estudo, eles não apareceram na biografia dos congressistas.

Após adotarmos esse critério, chegamos a um total de 216 indivíduos que se elegeram para os cargos de deputado federal e/ou senador entre 1990 e 2018 por legendas fisiológicas. Fazem parte do grupo alguns dos mais proeminentes “caciques” do centrão: Renan Calheiros, Arthur Lira, Ricardo Barros, Michel Temer, Eduardo Cunha, entre outros. Para esse estudar esse grupo de parlamentares, nós vamos utilizar o método prosopográfico, também conhecido como biografia coletiva. Lawrence Stone (2011), o define da seguinte maneira:

A prosopografia é a investigação das características de um grupo de atores na história, por meio um estudo coletivo de suas vidas. Esse método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões – a respeito do nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugares de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiências em cargos e assim por diante (STONE, p. 115)

Para Stone (2011), o objetivo da prosopografia é compreender o sentido da ação política. Para o autor, ela ainda contribui também para o entendimento da mudança ideológica e cultural, para a compreensão da estrutura da sociedade e dos movimentos em seu interior.

Sendo assim, nós vamos desenvolver uma biografia coletiva dos 216 indivíduos que conformam o que chamamos de elite fisiológica. Iremos nos ater à dimensão política da trajetória dos parlamentares, que é mais apropriada para a nossa pesquisa. As fontes onde buscamos informações sobre os indivíduos desse grupo são o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) organizado pela Fundação Getúlio Vargas, a *Secretaria de Tecnologia de Informação do Senado* (PRODASEN), os *Repertórios Biográficos da Câmara Federal* e obviamente o sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para compreendermos o sentido da ação política da elite fisiológica, nós vamos apresentar três conjuntos de dados: (i) sobre o local onde os membros da elite fisiológica desenvolveram suas ações; (ii) período de socialização política e de entrada no Congresso Nacional; (iii) partidos em que se filiaram os 216 parlamentares fisiológicos, ou seja, dados sobre a carreira partidário do grupo.

## 5.2 A trajetória política dos indivíduos da elite fisiológica

Iniciaremos nossa análise analisando a distribuição por sexo no interior da elite fisiológica. A análise dessa informação não tem relação com a trajetória política dos parlamentares selecionados, mas pode nos dizer muito sobre as práticas, valores e ideias da elite fisiológica. Assim sendo, ao verificarmos a divisão entre homens e mulheres no grupo que investigamos, vemos um baixíssimo percentual de participação do sexo feminino.

Apenas 7 mulheres fazem parte do conjunto de 216 indivíduos que compõem a elite fisiológica, ou seja, só esse número reduzido conseguiu conquistar ao menos três mandatos no Congresso Nacional pelos partidos do centrão ao longo da Nova República. As parlamentares que conseguiram tal feito são: *Ângela Regina Heinzen Amin Helou (SC)*, *Iracema Maria Portella Nunes Nogueira Lima (PI)*, *Maria Gorete Pereira (CE)*, *Maria Marluce Moreira Pinto (RR)*, *Marinha Celia Rocha Raupp De Matos (RO)*, *Rita De Cassia Paste Camata (ES)* e *Rosilda De Freitas (ES)*.

Desse modo, somente 3,2% dos políticos fisiológicos que estamos investigando são mulheres, ante a participação 96,8% de homens. Esses números demonstram que a elite fisiológica é essencialmente masculina, logo trata-se de um grupo pouco aberto a conceder maiores oportunidades de liderança às mulheres. Essa notável resistência em atribuir mais poder ao sexo feminino também evidencia que o grupo possui feições ideológicas conservadoras.

Nos aprofundando na trajetória política do conjunto de indivíduos que estamos analisando, vemos que os dados da Tabela 8 comparam o número de parlamentares da elite fisiológica com o número de representantes nas duas casas do Congresso Nacional, Senado e Câmara Federal, por grande região do Brasil. Os dados mostram que o percentual de parlamentares por região corresponde ao percentual de representantes do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Assim, fica evidente que o fisiologismo não está concentrado em uma ou duas regiões. É um fenômeno que se distribui por todo o país. Ademais, a despeito das grandes diferenças internas do Brasil, existem desigualdades dentro dos próprios estados e em todos eles há municípios pequenos, bastante necessitados de recursos governamentais para manter uma estrutura básica de atendimento à população.

A distribuição proporcional dos políticos fisiológicos por todas as regiões do Brasil é uma consequência do bipartidarismo imposto pela Ditadura Militar, pois o sistema era reproduzido nos estados e municípios. E não era somente a polarização ARENA/PDS x MDB que era reproduzida, mas também o governismo arenista nos estados, já que esse partido governou praticamente todos os Estados brasileiros nos anos 70. Somou-se a isso a centralização de recursos na União, que drenou a capacidade fiscal dos estados e diminuiu os poderes do legislativo sobre o orçamento, o que induziu parlamentares de todo o país a buscarem no executivo federal os recursos necessários para atender suas bases, manter suas máquinas políticas e esquemas de patronagem. Assim, o sistema bipartidário imposto e a centralização política, promoveram a nacionalização da instituição do governismo.

**TABELA 8 - Parlamentares da elite fisiológica e representantes por Região do Brasil no Congresso Nacional (1990-2018)**

REGIÃO	N° de Parlamentares da Elite Fisiológica por Região		N° de representantes por Região no Congresso Nacional	
		%		%
NORTE	33	15,27%	86	14,47%
NORDESTE	60	27,77%	178	30%
CENTRO-OESTE	17	7,87%	53	8,92%
SUDESTE	63	29,16%	191	32,15%
SUL	43	19,90%	86	14,47%
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100,00%</b>	<b>594</b>	<b>100%</b>

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

Quando observamos os estados onde os membros da elite fisiológica desenvolveram suas trajetórias políticas na Tabela 9, percebemos que os seis estados com maior representação no Congresso Nacional (SP, MG, BA, RJ, RS, PR) são os estados que mais cederam membros para o grupo que estamos pesquisando. Além disso, há membros do chamado centrão em todos os estados brasileiros. Esses dados reforçam a ideia da nacionalização da elite fisiológica.

Mesmo assim, alguns dados precisam ser considerados. Minas Gerais e Rio Grande do Sul, por exemplo, tem mais indivíduos na elite fisiológica, do que São Paulo, apesar desses estados terem uma bancada inferior no Congresso Nacional. Como sabemos, a política paulista foi o berço de PT e PSDB, os dois partidos que substituíram a dicotomia ARENA/PDS (e herdeiros) e MDB, e que foram as duas principais forças partidárias brasileiras entre 1994 e 2018, até o declínio dos tucanos

após a vitória de Jair Bolsonaro. É verdade que PT e PSDB polarizaram a política mineira entre 2003 e 2018, até o desgaste das duas legendas no estado. Mas, o fato de São Paulo ser a origem de PT e PSDB, organizações que possuem um perfil não fisiológico, teve impacto no número de membros da elite fisiológica. Em Minas Gerais, por exemplo, a polarização entre PT e PSDB se constituiu mais tarde, somente nos anos 2000, especialmente após 2002, quando o tucano Aécio Neves venceu o petista Nilmário Miranda, na disputa para governador. No Rio Grande do Sul, que já elegeu governadores tucanos e petistas<sup>82</sup>, as duas principais forças partidárias da elite fisiológica, MDB e PP, sempre foram bastante expressivas. Entretanto, é preciso lembrar que as seções estaduais desses dois partidos sempre apresentaram um perfil não fisiológico.

Outro exemplo é o fato do Piauí, com 11 membros no Congresso Nacional, e Alagoas com 12 membros, terem o mesmo número de indivíduos no grupo que Pernambuco, que possui 28 representantes no Senado e Câmara Federal. Pernambuco tem uma inegável tradição de esquerda em sua política, que remonta ao período de Miguel Arrais<sup>83</sup>. Apesar do Piauí ser governado por forças de esquerda desde 2003<sup>84</sup>, a trajetória política do estado, como Minas Gerais, parece explicar essa diferença. Os estados onde as forças não fisiológicas chegaram mais tarde à condição de polo de poder político estadual, tendem a ceder mais membros à elite fisiológica. Alagoas, por exemplo, é o estado de duas das principais lideranças do centrão: Renan Calheiros e Arthur Lira. Os dois, inclusive, comandam os grupos que polarizam a política estadual alagoana.

**TABELA 9 - Estado dos parlamentares da elite fisiológica (1990-2018)**

<b>Estado</b>	<b>Número Parlamentares</b>
<b>MG</b>	24
<b>RS</b>	20

<sup>82</sup> O PT elegeu dois governadores no Rio Grande do Sul: Olívio Dutra (1999-2003) e Tarso Genro (2011-2015). Os tucanos por sua vez elegeram Yeda Crusius (2007-2011) e duas vezes Eduardo Leite (a partir de 2019).

<sup>83</sup> Arrais foi Prefeito do Recife entre 1959 e 1962, e Governador de Pernambuco entre 1963 e 1964, até ser preso e deposto pelo Regime Militar, e entre 1987 e 1990 (PANTOJA; LEMOS, [200?])

<sup>84</sup> Entre abril e dezembro de 2014, José Filho, do MDB, assumiu o cargo de governador do Estado, após a renúncia de Wilson Martins, do PSB, para se candidatar ao Senado. Esse é o único período entre 2003 e 2023 que o Piauí não foi governado por legendas de esquerda. Desde de a vitória de Wellington Dias em 2002, o estado foi administrado pelo PT, e entre 2011 e 2014 pelo PSB. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Andrade (2014) e G1 (2022).

SP	19
RJ	14
PR	13
BA	11
SC	10
PA	9
CE	8
GO	8
PB	8
RR	8
MA	7
AL	6
ES	6
PE	6
PI	6
RN	5
RO	4
AM	4
MS	4
AC	3
MT	3
SE	3
TO	3
AP	2
DF	2
<b>Total</b>	<b>216</b>

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

Mas se a elite fisiológica era bem distribuída pelas regiões do país, o mesmo não acontece quando analisamos o local de suas bases políticas. A tabela 10 mostra que aproximadamente 30% dos indivíduos pesquisados em nossa investigação tinham como base de apoio regiões ou mesmo municípios do interior. Se levarmos em consideração somente os membros sobre os quais conseguimos informações (124 indivíduos) vemos que 51,6% dos políticos fisiológicos investigados em nosso trabalho tinham como base política somente o interior do país. Porém, esse percentual é maior,

pois muitos tinham base política nas capitais e regiões metropolitanas, mas *também* no interior.

Esses dados se explicam em parte pela capilaridade das organizações da elite fisiológica. Como mostraram os dados organizados por Alves (1984), MDB e especialmente ARENA/PDS, estavam estruturados através dos diretórios municipais na maioria dos municípios brasileiros no final dos 70. As legendas que se originaram desses partidos herdaram essa penetração territorial. Isso permitiu a elas uma significativa presença no interior, como mostram pesquisas realizadas por cientistas sociais e dados de eleições municipais recentes.

Avelar e Walter (2008) relacionaram os dados das eleições municipais de 1996, 2000 e 2004 com variáveis sociais e demográficas das cidades<sup>85</sup>. Elas mostram que o MDB e o PFL, este último o principal herdeiro da ARENA/PDS na Nova República, continuavam dominando a política municipal brasileira. As informações levantadas pelas autoras evidenciaram que o PFL era o partido que mais elegeu prefeitos em cidades com baixo IDH, e que as legendas de direita e centro tendiam a vencer em municípios de todos os tamanhos, ou seja, as prefeituras conquistadas por essas legendas estavam distribuídas de forma razoavelmente equilibrada em cidades de dimensões micro, pequeno, médio e grande. Já os partidos de esquerda, relatam as autoras, tinham uma presença concentrada em grandes centros urbanos, e com IDH Maior.

Constatavam Avelar e Walter que àquela altura, havia um lento, porém, insuficiente enfraquecimento da política tradicional, representada especialmente por PFL e MDB, maiores herdeiros do bipartidarismo. Segundo Avelar e Walter (2008), entre a segunda metade da década de 90 e o início dos anos 2000, os partidos de esquerda, classificados por elas como trabalhistas e urbanos, cresciam gradualmente no interior do país. Esse avanço ganhou corpo com a chegada e a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder, mas foi paralisado, para não dizer revertido, após a crise da legenda iniciada em 2013 e o avanço da direita. A maior evidência é o declínio de prefeituras conquistadas pelos petistas. No pleito municipal de 2012, antes da crise, o PT venceu em 636 cidades, melhor desempenho da história da legenda

---

<sup>85</sup> Ver: AVELAR, L.; WALTER, M. I. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política municipal. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 1, Maio, 2008, p. 96-122.

(D'AGOSTINO, 2012). Oito anos mais tarde, em 2020, após um profundo desgaste, a organização conquistou somente 183 prefeituras (CAESAR, 2020). No último pleito municipal, os partidos que mais elegeram prefeitos eram herdeiros do bipartidarismo e organizações fisiológicas: MDB (784 prefeituras), PP (685) PSD (654) (CAESAR, 2020). Juntos eles conquistaram mais de 2.000 mil prefeituras. Desse modo, a crise política iniciada em 2013 trouxe consequências para a política local. Ela provocou um refluxo da esquerda no interior, e um fortalecimento da elite fisiológica em suas principais bases.

Assim, se a elite fisiológica é nacional, estando razoavelmente bem distribuída por todo o território nacional, podemos afirmar que suas bases políticas estão nos municípios do interior do país e, por contraste, ela tem uma presença menor nas capitais e regiões metropolitanas. Isso é resultado do sistema bipartidário, que forçou uma capilaridade nacional da ARENA e do MDB em apenas 13 anos. Em condições democráticas, muito dificilmente isso aconteceria, ainda mais em poucos anos em termos históricos. A redemocratização, e o retorno do pluripartidarismo levaram ao surgimento de novas organizações partidárias, que não tinham origem no bipartidarismo. Porém, as bases sociais de muitos desses novos partidos, especialmente os de esquerda, eram essencialmente urbanas, como universidades e o movimento operário. No interior, particularmente nas cidades médias e pequenas, onde tais bases não existiam, ou eram menores, esses novos partidos tiveram maior dificuldade de penetração. No período autoritário, ARENA/PDS e o MDB puderam se expandir por todo o território nacional, levando assim seu perfil ideológico para a maioria dos municípios do interior. Quando veio a redemocratização, e os partidos de esquerda tiveram liberdade de se organizar novamente, ao tentarem se estabelecer no interior, se depararam com os herdeiros da ARENA/PDS e o MDB, que já estavam plenamente instalados na maioria dos municípios brasileiros.

Além disso, como os municípios menores são mais dependentes dos recursos públicos, há uma tendência das elites locais a se alinharem com os partidos governistas. É por isso que a origem da instituição do governismo são essas regiões, como bem apontou Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, Enxada e Voto*. Essa necessidade tende a favorecer legendas que sempre estão no governo, e tem permanentemente sob o seu controle importantes recursos governamentais.

Tabela 10 - Base Política dos membros da elite fisiológica (1990-2018)<sup>86</sup>

Base Política	Número de Parlamentares	%
<b>Capital</b> <sup>87</sup>	41	19
<b>Capital e interior</b>	2	0,92
<b>Capital e região metropolitana</b>	3	1,38
<b>Interior</b>	64	29,62
<b>Interior e região metropolitana</b>	3	1,38
<b>Região metropolitana</b> <sup>88</sup>	11	5,09
<b>Sem Informação</b>	92	42,59
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100</b>

Fonte: PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV;

Nota: tabela elaborada pelo autor

Para compreendermos a dependência das cidades menores, e a sua fraqueza política, faz-se necessário discutir dados demográficos e políticos que expressam a realidade municipal do Brasil. A tabela 11 mostra o número de municípios por faixa populacional, segundo o censo 2022. Ela informa que aproximadamente 57% da população brasileira está concentrada nas 319 cidades que possuem mais de 100 mil habitantes. Contudo, elas representam somente 5,73% de todos os municípios brasileiros. Paralelamente, aproximadamente 70% das cidades possuem menos de 20 mil habitantes. Somadas, essas 3.861 localidades concentram apenas 15,77% dos

<sup>86</sup> Nós classificamos a base política dos congressistas a partir de menções expressas em algumas das fontes consultadas em nossa pesquisa, e citadas abaixo da Tabela 5. Quando a base política não estava claramente indicada, procuramos classificá-la a partir dos locais onde exerceram seus primeiros cargos públicos. Por exemplo: vereador em Curitiba, prefeito de Guarapuava, secretário de saúde de Foz do Iguaçu, presidente da Companhia de Limpeza de Maringá etc. Nessas situações levamos em consideração somente os seguintes cargos de nível municipal: prefeito, vice-prefeito, vereador, secretário municipal e presidente de autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública, ou seja, órgãos da administração pública indireta do município. Desse modo, a classificação nos tipos da Tabela 5 foi realizada da seguinte forma (i) quando o deputado possuía uma base em um município específico. Por exemplo: se esse município fosse do interior, indicamos como base política a categoria *interior*; (ii) existem biografias dos congressistas que informam apenas uma região de um Estado, e não um município específico como base política. Por exemplo: oeste de Santa Catarina ou Região Metropolitana de Porto Alegre. No primeiro caso marcamos *interior*, e no segundo *região metropolitana*; (iii) algumas biografias indicam uma região de uma cidade como base política. Por exemplo: Zona Leste da cidade de São Paulo. Nesse caso marcamos *capital*. (iv) *Quarta*: tivemos casos em que as biografias indicaram regiões distintas como base política. Por exemplo: base em Curitiba (ou uma região de Curitiba) e Região Metropolitana de Curitiba, ou então Região de Ponta Grossa e Região Metropolitana de Curitiba. Na primeira situação marcamos *capital e região metropolitana* e na segunda, *interior e região metropolitana*.

Por fim, muitos parlamentares ocupam cargos diretamente nas esferas estadual (deputado estadual, secretário estadual) e federal (deputado federal, senador, ministro). Nessas situações, e se não houver nenhuma outra indicação da base do congressista, como nos exemplos descritos acima, marcamos sem informação.

<sup>87</sup> Se o parlamentar tem como base política Brasília, ele foi classificado na categoria capital.

<sup>88</sup> Nesse caso, levamos em consideração somente as regiões metropolitanas das capitais. Desse modo, se o parlamentar tinha como base política um ou mais municípios das regiões metropolitanas das capitais, ou toda região metropolitana, ele foi inserido nessa categoria.

habitantes brasileiros. Somente os 41 municípios com mais de 500 mil habitantes têm uma população 80% maior que essas pequenas cidades juntas. Em linhas gerais, 68,48% da população vive em 11,78% dos municípios que possuem mais de 50 mil habitantes. O restante dos habitantes, 31,52%, moram em cidades que têm menos de 50 mil habitantes, que representam 88,22% dos municípios brasileiros. Há uma espécie de inversão entre concentração populacional e o número de cidades.

Assim, há uma enorme massa de pequenos municípios, que isolados, são muito pouco expressivos em termos eleitorais. Essas localidades são ainda muito dependentes dos recursos estaduais e particularmente dos federais, onde eles estão mais concentrados. Segundo dados do Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), 90% das receitas de 2.698 cidades tinham origem na União, nos Estados e em outras instituições públicas no ano 2020 (MALI, 2021). Sendo assim, menos de 10% dos recursos dessas localidades eram oriundos dos impostos que são recolhidos pelos municípios, que são o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços). Além disso, ainda segundo as informações do Siconfi, em 1.642 municípios, entre 80% e 90% da receita era fruto de repasses dos governos estaduais e federais em 2020, e somente 42 cidades arrecadaram mais de 50% dos seus recursos através do IPTU e do ISS (MALI, 2021).

Esses dados, e aqueles apresentados na Tabela 11, mostram a enorme fragilidade eleitoral e financeira, que se traduz em fraqueza política, da maioria dos municípios brasileiros diante daqueles que comandam os governos estaduais e federais. Tal dependência, quando se trata das pequenas cidades, recai totalmente sobre a população e a elites locais. Como elas têm um peso ínfimo em relação ao total de eleitores, se os líderes locais resolvem se alinhar com a oposição, os dirigentes estaduais e federais podem ignorar essa cidade, e deixá-la à míngua durante quatro anos. Há milhares de outras cidades, igualmente frágeis politicamente, onde as elites locais não irão se aventurar na oposição, e que irão trabalhar como cabos eleitorais dos líderes estaduais e federais. Conseqüentemente, o governismo é essencial para os projetos eleitorais dos políticos municipais, e até mesmo para o próprio funcionamento cotidiano da gestão pública das pequenas cidades brasileiras.

As grandes cidades, por seu turno, têm um peso eleitoral significativo sobre o total de eleitores. Além disso, há nos municípios mais populosos uma sociedade civil

mais dinâmica e organizada, com uma pluralidade de movimentos sociais, de bairro, sindicatos de trabalhadores, associações empresariais e outras organizações, atuando no mesmo espaço. São também nos centros urbanos que estão as principais instituições de ensino superior do Brasil. A comunidade universitária tende a desenvolver uma postura mais crítica em relação à política, além de ser mais engajada. Devido às desigualdades regionais brasileiras, as aglomerações urbanas concentram desenvolvimento e riqueza, o que proporciona maior arrecadação e conseqüentemente autonomia financeira. Outro efeito dessa concentração de riquezas é formação de uma classe média urbana menos sensível às políticas públicas e aos efeitos dos recursos públicos. Deve-se também ressaltar o próprio impacto das ações públicas. Nas grandes cidades, o volume de recursos gastos nas ações governamentais precisa ser alto para ter um efeito político significativo, algo muito diferente do que ocorre nas cidades menores.

Vê-se assim que a relação de dependência dos políticos municipais frente aos líderes estaduais e federais, que foi descrita por Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, Enxada e Voto*, continua existindo. Além disso, os prefeitos e seus aliados, especialmente os vereadores de suas bases nas Câmaras Municipais, usam sua liderança e influência sobre os eleitores para buscar votos para os políticos que os beneficiam. De acordo com Shalders (2022), nas cidades que estão entre as 10% que mais votaram em candidatos a deputado federal do centrão, o tamanho médio do colégio eleitoral é de 10.300 eleitores<sup>89</sup>. Assim, o compromisso coronelista descrito por Victor Nunes Leal também permanece. Aqueles que dirigem as máquinas estaduais e federais transferem recursos que são fundamentais para os líderes municipais e esses, por sua vez, retribuem, transferindo votos para os políticos que atuam nos outros níveis de governo. Assim como continua ocorrendo uma forma de entrelaçamento entre os governos federal, estadual e municipal. Entretanto, na Nova República, quem comanda esse processo é a elite fisiológica que está no plano nacional, e não os líderes políticos estaduais.

---

**TABELA 11 - Número de municípios por faixa populacional, proporção da população por faixa e proporção de cidades por faixa**

---

<sup>89</sup> Shalders considera como partidos do centrão somente PP, PL, Republicanos, Patriota, Avante, PSC e PROS. A classificação não é a mesma que a nossa, mas é parecida. Nós incluímos mais partidos em nossa definição, e consideramos o PL até 2018.

Municípios por Faixa	Número de Municípios Por Faixa	Proporção da População por Faixa	Proporção de Municípios por Faixa
Mais de 500 mil	41	28,99%	0,74%
De 100 a 500 mil	278	27,96%	4,99%
De 50 a 100 mil	337	11,53%	6,05%
De 20 a 50 mil	1.053	15,75%	18,90%
De 10 a 20 mil	1.366	9,47%	24,52%
De 5 a 10 mil	1.171	4,11%	21,02%
Até 5 mil	1.324	2,19%	23,77%
<b>Total</b>	<b>5.570</b>	<b>100,00%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Bischoff (2023)

Nota: tabela elaborada pelo autor.

Para corroborar a afirmação sobre a influência do centrão nos pequenos municípios, a Tabela 12 traz informações sobre o número de prefeituras conquistadas pelas organizações fisiológicas no pleito de 2020. Juntas, elas conquistaram 3.426 prefeituras, ou 61,5% das 5.570 cidades brasileiras. E não estão incluídos os municípios onde venceram DEM e PSL, que se fundiram em 2021 para formar a nova força do campo fisiológico, o União Brasil. Os extintos DEM e PSL conquistaram 464 e 90 prefeituras respectivamente. Sendo assim, a dominância do centrão nas eleições municipais é ainda mais significativa, podendo chegar a quase 4 mil municípios.

Como somente 656 cidades brasileiras possuem mais de 50 mil habitantes, esse grande número de prefeituras conquistadas pelas legendas fisiológicas são pequenos municípios, com poucos votos e altamente dependentes dos recursos públicos que são controlados pela elite fisiológica. Essa capilaridade dos partidos do centrão é uma herança do bipartidarismo. Como discutimos anteriormente, a existência de apenas dois partidos entre 1966 e 1979, permitiu essa extensa penetração territorial de ARENA/PDS e MDB. As organizações que sucederam esses dois partidos herdaram essa estruturação nos pequenos municípios. A influência da elite fisiológica foi consolidada nessas localidades com a estratégia governista. Foi a instrumentalização do Estado e da dependência política e financeira desses municípios que sustentou o poder dos herdeiros do bipartidarismo nas pequenas cidades brasileiras. Por isso que além de governista, a elite fisiológica é *municipalista*. Isso significa dizer que sua ação política é voltada para manter suas bases nas pequenas cidades brasileiras, pois é nelas que estão organizadas suas máquinas políticas.

Gaetano Mosca defendia que a massa atomizada não conseguiria fazer frente à organização. Para aquele autor italiano, uma minoria organizada consegue se impor sobre uma maioria desarticulada. A força organizacional da minoria é irresistível à minoria desorganizada. Podemos analisar a dependência dos pequenos municípios a partir desse prisma. Isolados, sem capacidade política e financeira, eles são dominados pela elite fisiológica, que controla recursos e conhece a burocracia estatal, algo vital para a liberação das verbas orçamentárias. Esses são os fundamentos do poder dos dirigentes fisiológicos. É através deles que conseguem moldar a política local.

Esses dados mostram a razão da elite fisiológica encarnar uma segunda função na Nova República, além de ser uma espécie de fiadora da governabilidade: ela assumiu o papel de intermediadora entre os pequenos municípios junto ao poder central. O marxista britânico Ralph Miliband, afirmava que o Estado é um sistema formado por um conjunto de subsistemas que interagem entre si. Um desses subsistemas é chamado pelo teórico de governo subcentral, que constitui uma extensão do governo e da administração central. A elite fisiológica domina ao menos uma parte desse governo subcentral, que é a grande massa de pequenos municípios brasileiros. Além da já discutida fragilidade política e financeira, a inexpressividade política das pequenas cidades também se deve ao fato de não possuírem uma sociedade civil mais dinâmica. Assim, elas não conseguem exercer influência, de forma autônoma e independente junto à União. É por isso que precisam da elite fisiológica, para levar suas demandas para o governo federal.

<b>MDB</b>	784
<b>PP</b>	685
<b>PSD</b>	654
<b>PL/PR</b>	345
<b>PTB</b>	212
<b>PRB/Republicanos</b>	211
<b>PPF</b>	355
<b>Total</b>	<b>3426</b>

*Fonte:* Caesar (2020)

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

Se os dados acima mostram a permanência modificada da estrutura partidária construída durante o Regime Militar, é preciso verificar o mecanismo que permitiu a sua preservação e autorreplicação durante a Nova República, bem como do comportamento típico da elite fisiológica, o governismo. A maneira de estabelecermos a ligação entre o reforço da instituição do adesismo aos governos, na Ditadura Militar, e o fisiologismo presente o regime democrático pós-1988, é verificarmos o período histórico de socialização política da elite fisiológica. Assim sendo, quando iniciaram suas carreiras políticas. Usamos como critério para definir o começo da trajetória dos membros do grupo, o primeiro cargo ocupado pelo congressista, eletivo ou não.

Essa informação é importante, pois apresentam as características do momento em que eles foram socializados politicamente. Vimos anteriormente que Oppo (1998) e Almond e Verba (1989), consideram o processo de socialização como algo contínuo. Sendo assim, um indivíduo pode absorver novos valores políticos já na vida adulta. Nessa fase, as pessoas estão atravessando processos de socialização secundária, e como afirmam Berger e Luckmann (1985), eles adquirem vocabulários específicos, interiorizam campos semânticos e condutas de rotina. Assim, são interiorizados submundos e realidades parciais.

Não consideramos o primeiro cargo exercido como o começo da socialização política, porém, acreditamos que esse é um marco relevante. Ele acelera as experiências políticas dos indivíduos, sendo fundamental para definir como eles enxergam as instituições políticas e a ação dos outros atores. É nesse momento que hábitos políticos são absorvidos, e com a repetição se tornam um padrão, que adquire um significado para os indivíduos. Desse modo, o período histórico do primeiro cargo<sup>90</sup> exercido nos ajuda a identificar os valores e práticas que operavam naquela fase histórica, e que podem ter sido internalizados pelos indivíduos, tornando-se assim um guia para a ação.

---

<sup>90</sup> Nos parece evidente que a trajetória política de uma liderança começa antes do primeiro cargo público. Geralmente ela se inicia na filiação a um partido, ou na atuação em alguma organização da sociedade civil. Porém, é muito difícil conseguir essas informações. A data de filiação aos partidos especialmente. Por isso optamos pela data do primeiro cargo público, como forma de precisar com mais exatidão o início da carreira política dos indivíduos que pertencem à elite fisiológica.

Vemos na Tabela 13 que a maioria dos membros da elite fisiológica exerceu seu primeiro cargo público entre 1964 e 1988. Na maior parte desse período, especialmente até 1979, a gramática autoritária foi aplicada, e muitos dos elementos, embora enfraquecidos, perduraram até 1985 ou 1988. Ainda entre 1985 e 1989 vigorou no Brasil um sistema multipartidário, de baixa fragmentação e desequilibrado, com o MDB como partido dominante (NICOLAU, 1996). Assim, esse partido exerceu o mesmo papel que a ARENA/PDS desempenhou durante o bipartidarismo.

Porém, metade dos parlamentares ocuparam seu primeiro cargo público após 1988. Isso demonstra que os valores da elite fisiológica foram repassados aos parlamentares mais jovens, os seus sucessores. Apesar de não pesquisarmos os mecanismos internos de seleção e preparo que permitiram essa transmissão, acreditamos que boa parte desse processo se explica pela própria socialização. Foi no convívio com lideranças que defendiam certas ideias e agiam de formas determinadas, que o segmento mais jovem da elite fisiológica internalizou práticas e valores. Esse convívio com dirigentes mais experientes pode ter ocorrido ainda dentro da família. Como afirmam Berger e Luckmann (1985) o pessoal socializador se reveste de significados para o indivíduo que está sendo socializado. É justamente por isso, conforme a teoria de Stinchombe, que as instituições se preservam, mesmo que as causas que a criaram ou reforçaram não estejam mais presentes.

Acreditamos que foi no processo de socialização que a instituição do governismo foi internalizada pelos novos líderes fisiológicos. Como vimos, muitos parlamentares do centrão iniciaram suas trajetórias no período de aplicação da gramática autoritária, fase histórica onde a instituição do governismo foi reforçada. Ao transmitirem os valores que absorveram durante o regime autoritário, os líderes fisiológicos mais antigos perpetuaram a instituição do governismo, agora reforçada e nacionalizada. É por isso que a cultura política do fisiologismo, que tem como principal instituição o governismo, se autorreplica.

**Tabela 13 – Geração política dos membros da elite fisiológica (1990-2018)**

<b>Período</b>	<b>Número de Parlamentares</b>	<b>%</b>
<b>Pré-1964</b>	12	5,55
<b>Entre 1965 e 1978</b>	35	16,2
<b>Entre 1979 e 1988</b>	61	28,24

<b>Pós 1988</b>	108	50
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100</b>

*Fonte:* PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

Para melhor compreendermos essa transmissão de valores, reunimos na Tabela 14 dados sobre o ano de entrada dos membros da elite fisiológica no Congresso Nacional durante a Nova República. Assim desconsideramos os mandatos exercidos antes 1991, data de início da primeira legislatura da nova democracia. A maioria, cerca de 1/3, conquistou seu primeiro mandato no Congresso Nacional após a Promulgação da Constituição de 1988 já na primeira legislatura sob a égide do novo texto constitucional, em 1991. Cerca de um 1/4 entrou na segunda legislatura. Sendo assim, os números apresentados abaixo mostram que aproximadamente 57% dos indivíduos da elite fisiológica já atuavam no Congresso no início do regime democrático. Em um período, portanto, onde a influência da gramática autoritária, especialmente do bipartidarismo, e do sistema multipartidário dominado pelo MDB, se faziam mais presentes.

As informações abaixo são mais uma evidência que os valores e práticas da elite fisiológica foram transmitidos aos sucessores, pois muitos membros desse grupo entraram no legislativo federal 20 anos após o início da primeira legislatura da Nova República. Um exemplo é o atual presidente da Câmara Federal, Arthur Lira. Considerado o principal líder do centrão atualmente, ele ingressou na Câmara Federal em 2011. Outro nome conhecido da elite fisiológica, Eduardo Cunha, iniciou seu primeiro mandato como Deputado Federal em 2003. Assim, o Congresso Nacional foi uma via de penetração da instituição do governismo na nova ordem democrática. Dessa maneira, os indivíduos da elite fisiológica chegaram ao Congresso Nacional em sucessivas legislaturas ao longo do novo regime democrático, sendo isso uma demonstração dos loops causais, ou seja, da preservação de valores e práticas que são um efeito de causas que não existem mais, mas continuam se reproduzindo ano a ano. A razão, como já apontamos, é o controle da seleção dos sucessores pelos membros mais antigos do grupo, e os incentivo aos valores fisiológicos pelos líderes do centrão.

**Tabela 14 – Primeira legislatura dos membros da elite fisiológica no Congresso Nacional na Nova República (1990-2018)**

Ano	Número de Parlamentares	%
1991	70	32,4
1995	53	24,53
1999	22	10,18
2003	17	7,87
2007	33	15,27
2011	21	9,72
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

*Fonte:* PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

Assim sendo, para o governismo entrar na Nova República, os parlamentares deveriam conquistar o primeiro mandato por legendas que sofreram influência do bipartidarismo, ou do sistema multipartidário com o MDB como organização dominante, e por extensão, do que chamamos de gramática autoritária. Para tanto, vamos apresentar números sobre os partidos pelos quais os indivíduos da elite fisiológica conquistaram seu primeiro mandato no Congresso Nacional na Nova República.

Na Tabela 15 vemos que muitos deles já iniciaram sua trajetória política no novo regime através de legendas do centrão. Pouco mais de 37% deles entraram pelo MDB, organização que dominou a política brasileira nos anos 80. A hegemonia desse partido foi de tal ordem naquele período histórico, que nas eleições para os governos estaduais de 1986 ele só não venceu em Sergipe, ou seja, elegeu o governador de 22 dos 23 estados brasileiros existentes à época (TSE).

Contudo, após a crise do governo Sarney, o partido perdeu a condição dominante. Segundo Melo (2010) o insucesso da primeira administração civil desde 1964, levou ao desgaste do MDB e do PFL, partidos que formavam a coalizão de apoio à presidência de Sarney no Congresso Nacional. Isso provocou uma reorganização do sistema partidário brasileiro. Mesmo assim, de forma diferente, o partido de oposição ao Regime Militar continuou tendo grande influência na política brasileira. O MDB lançou poucos candidatos a presidente após 1988, e todos eles

tiveram desempenhos fracos<sup>91</sup>. Contudo, essa organização partidária priorizou as disputas para os governos estaduais, fundamentais para a eleição de prefeitos e para o Congresso Nacional. Nessas arenas, a legenda sempre foi muito forte, apesar de ter perdido espaço na última década. Uma evidência dessa força é o desempenho do partido nas eleições para os executivos estaduais. Entre 1990 e 2006, o MDB elegeu 35 governadores em 19 estados e no Distrito Federal (MELO, 2010). Foi assim, deixando de disputar o prêmio principal da política brasileira, a Presidência da República, e priorizando eleições para a governadores, deputados federais e senadores, que o MDB conseguiu exercer grande influência nos governos federais comandados por PSDB e PT, além é claro daqueles chefiados pelo próprio partido, que foram as gestões de Itamar Franco (1992-1995) e Michel Temer (2016-2019).

Muitos parlamentares também iniciaram suas trajetórias na Nova República através dos herdeiros da ARENA/PDS. Ao somarmos aqueles que se elegeram por legendas cuja origem, de uma forma ou de outra, é o partido de sustentação do Regime Militar, temos 64 parlamentares, ou 29,62% do total. Isso demonstra que a elite fisiológica é originária do sistema bipartidário. Sua raiz está nos dois partidos criados na prática pela Ditadura Militar, e que foram dominantes na política nacional entre 1964 e 1989. Ou seja, entre o Golpe de 1964 e a vitória de Fernando Collor nas eleições presidenciais, na esteira do desgaste do governo Sarney, especialmente devido à hiperinflação.

Pouco mais de 10% dos membros da elite fisiológica conquistaram seu primeiro mandato pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Essa legenda foi a principal força de esquerda no país entre 1946 e 1964. Porém, com a redemocratização, ela ganhou feições mais conservadoras, especialmente depois que o TSE impediu Leonel Brizola de ficar com o comando da legenda, que foi atribuído a Ivete Vargas (KELLER, et al., [200?]). O PTB não é um herdeiro do bipartidarismo, mas mimetizou o comportamento de outras instituições fisiológicas.

Outra presença significativa são os Pequenos Partidos Fisiológicos (PMN, PRTB, PSC, PST, PT do B, PAN e PHS). Assim, os dados da tabela 8 corroboram a

---

<sup>91</sup> Sob a égide da Constituição de 1988 foram realizadas 9 eleições presidenciais. O PMDB lançou candidatos em apenas 4 disputas. Seus candidatos foram: em 1989, Ulysses Guimarães (4,74% dos votos); 1994 Orestes Quécia (4,38%); 2018 Henrique Meirelles (1,20%); 2022, Simone Tebet (4,16%). Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

escolha que fizemos em inserir os deputados e senadores dessas organizações em nossa pesquisa. Essas legendas sempre conquistaram um número reduzido de cadeiras, e sua presença relativamente significativa nos números abaixo mostram a existência de uma correspondência entre comportamento fisiológico e filiação a essas pequenas organizações. Muitos daqueles que se elegeram por essas legendas, podem ainda ter mudado para um partido fisiológico maior, buscando uma estrutura mais segura. Assim, podemos dizer que a elite fisiológica está organizada no MDB, nos herdeiros da ARENA/PDS (PP, PL/PR, PRB/Republicanos e PSD), PTB e no que chamados Pequenos Partidos Fisiológicos. É nessas organizações que seus membros se socializaram, e onde internalizam instituições que guiaram suas ações. É nelas que aprenderam a interpretar as instituições políticas e a atuação dos outros atores a partir de certos modelos cognitivos.

A tabela 15 também mostra que o MDB era o principal partido da elite fisiológica, uma espécie de guia das outras legendas. Sua força no Congresso Nacional, resultado de expressiva presença nas eleições municipais e estaduais, transformou essa organização em um aliado praticamente indispensável para a governabilidade dos presidentes ao longo do novo regime democrático. Como os partidos dos presidentes vitoriosos jamais chegaram perto de conquistar a maioria das cadeiras no Congresso Nacional<sup>92</sup>, um partido que sempre contou com uma grande bancada de deputados e senadores, sempre foi encarado como vital para ampliar a base de apoio daqueles que comandavam o executivo federal. Por isso o MDB sempre esteve nos ministérios, da gestão Itamar até o governo Bolsonaro. Também com frequência um membro desse partido exerceu a presidência da Câmara Federal e do Senado. Além disso, essa legenda elegeu dezenas de governadores durante a Nova República, o que permitia ao congressista, em muitos casos, estar alinhado ao mesmo tempo com o governo federal e com o governo do seu estado. Desse modo, o MDB se tornou em uma privilegiada porta de acesso ao governo e à elite fisiológica. A consequência é que uma vez dentro de uma organização fisiológica, esses

---

<sup>92</sup> O melhor desempenho de um partido de presidente eleito na Câmara Federal foi o do PSDB, em 1998. A legenda do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) elegeu 99 (19,3%) deputados federais naquela eleição. Mesmo assim, o partido que mais conquistou cadeiras na câmara baixa do Congresso Nacional foi o PFL, herdeiro da ARENA/PDS, e coligado com o PSDB. Esse partido elegeu na ocasião 106 deputados federais. No Senado, a situação é mais complexa, pois os 81 senadores não são eleitos de uma única vez. Mesmo assim, o melhor desempenho foi o do PT, na eleição de 2010. O partido da presidenta eleita Dilma Rousseff, conquistou 11(20,4%) das 54 cadeiras em disputa na câmara alta do Congresso Nacional. Por sua vez, no mesmo pleito, o MDB, do vice Michel Temer, elegeu 14 senadores na ocasião (TSE; LIMA JÚNIOR, [201?]).

parlamentares começaram a se socializar em uma cultura que reforçava o fisiologismo.

**TABELA 15 - Partido em que o parlamentar estava filiado quando conquistou o primeiro mandato na Nova República (1990-2018)**

Partido	N. de Parlamentares	%
<b>PMDB</b>	80	37,03%
<b>PTB</b>	23	10,64%
<b>PP</b>	18	8,33%
<b>PRN</b>	12	5,55%
<b>PFL</b>	11	5,09%
<b>PL</b>	11	5,09%
<b>PSDB</b>	9	4,16%
<b>PDC</b>	8	3,70%
<b>PDS</b>	8	3,70%
<b>PPB</b>	6	2,77%
<b>PPR</b>	6	2,77%
<b>PR</b>	4	1,85%
<b>PMN</b>	3	1,38%
<b>PDT</b>	2	0,92%
<b>PRB</b>	2	0,92%
<b>PRTB</b>	2	0,92%
<b>PSC</b>	2	0,92%
<b>PST</b>	2	0,92%
<b>PT do B</b>	2	0,92%
<b>PAN</b>	1	0,46%
<b>PHS</b>	1	0,46%
<b>PPS</b>	1	0,46%
<b>PSB</b>	1	0,46%
<b>PSD<sup>93</sup></b>	1	0,46%
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

*Fonte:* PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

<sup>93</sup> Esse PSD (Partido Social Democrático) não é nem o atual PSD, nem o PSD que elegeu Juscelino Kubitschek presidente da República. É uma organização homônima, que existiu entre 1987 e 2003, quando foi incorporada pelo PTB (BEM PARARNÁ, 2011).

Para ilustrarmos o peso do MDB dentro da elite fisiológica, a Tabela 16 informa dados sobre o número de cadeiras conquistadas pelos partidos do centrão em todas as eleições para a Câmara Federal entre 1998 e 2022. Também apresenta o peso proporcional de cada legenda dentro daquele grupo de organizações partidárias.

Os dados mostram que o MDB foi o maior partido fisiológico até 2018. Entretanto, em 2014, quando elege 65 deputados federais, um número considerado pequeno para os padrões históricos do partido, seu peso dentro da elite fisiológica começa a diminuir. Uma das razões é a entrada do PSD, que disputa em 2014 a primeira eleição para a Câmara Federal após a sua refundação, e já elege 36 deputados federais. Outra razão, além da própria crise política iniciada em 2013, é o significativo número de cadeiras conquistadas pelos Pequenos Partidos Fisiológicos. O crescimento desse grupo já começa em 2014, quando rompe pela primeira vez o percentual de 10% dos deputados eleitos pelo centrão. O ápice, contudo, é no pleito de 2014, quando esse conjunto de pequenas legendas conquista 61 cadeiras, elegendo desse modo 20% dos deputados fisiológicos.

Em 2018 o MDB perde a condição de maior partido do centrão para o PP, e os Pequenos Partidos Fisiológicos elegem em conjunto mais parlamentares do que a histórica legenda de oposição à ditadura. No último pleito, em 2022, o União Brasil, fusão entre PSL e DEM que aderiu ao fisiologismo, se tornou a maior organização do centrão. Destaca-se no resultado daquele pleito uma diminuição significativa dos deputados federais eleitos pelos Pequenos Partidos Fisiológicos. Depois de conquistarem em conjunto 61 cadeiras em 2014 e 49 na disputa de 2018, essas legendas somadas elegeram apenas 20 candidatos no último pleito. A explicação em nosso entendimento se deve à mudanças na legislação eleitoral. Em 2022 já não era mais possível fazer coligações nas eleições proporcionais, e foi colocada em vigor uma cláusula de barreira, que exige um desempenho mínimo para que os partidos tenham acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda gratuita de rádio e televisão (AGÊNCIA SENADO, 2022)<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> Depois da aprovação da Emenda Constitucional 97/2017, os partidos e federações partidárias precisavam eleger em 2022 pelo menos 11 deputados federais, distribuídos por no mínimo 9 estados, ou conquistar 2% dos votos válidos na eleição para a Câmara Federal, distribuídos em pelo menos 9 estados, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada um deles, para ter acesso ao Fundo

O que esses dados nos mostram é que a partir de 2014 começa a ocorrer uma relação mais equilibrada entre os partidos fisiológicos, pois não há mais uma organização nitidamente maior. Vemos que o número de cadeiras conquistadas por essas legendas se tornou cada vez mais parecido, levando a uma homogeneização maior no peso dos partidos no interior do centrão. No pleito de 2018, por exemplo, MDB, PL/PR, PP, PR/Republicanos e PSD, conquistaram entre 29 e 37 cadeiras. A liderança do MDB foi substituída dentro desse bloco, o que levou a uma necessidade de maior coordenação entre as legendas. Fazemos essa afirmação com base no claro fortalecimento da elite fisiológica nos últimos 10 anos. Porém, como veremos adiante, outros fatores também contribuíram para esse processo de maior coordenação entre as legendas fisiológicas.

**TABELA 16 - Número de deputados federais eleitos pelos partidos fisiológicos e percentual de cadeiras dentro do centrão (1998-2002)**

Partidos	1998		2002		2006		2010		2014		2018		2022	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N.	%	N	%	N	%
<b>MDB</b>	84	43,52	76	40,64	89	46,11	78	34,66	65	23,2	34	14,97	42	16,73
<b>PL/PR<sup>95</sup></b>	12	6,21	26	13,9	23	11,91	41	18,22	34	12,14	33	14,53	-	-
<b>PP</b>	60	31,08	48	25,66	41	21,24	44	19,55	38	13,57	37	16,29	47	18,72
<b>PR/Republicanos</b>	-	-	-	-	1	0,51	8	3,55	21	7,5	29	12,77	40	15,93
<b>PSD</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	36	12,85	35	15,41	42	16,73
<b>PTB</b>	32	16,58	26	13,9	22	11,39	22	9,77	25	8,92	10	4,4	1	0,39
<b>PPF</b>	5	2,59	11	5,88	17	8,8	32	14,22	61	21,78	49	21,58	20	7,96
<b>União Brasil</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	23,5
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100</b>	<b>187</b>	<b>100</b>	<b>193</b>	<b>100</b>	<b>225</b>	<b>100</b>	<b>280</b>	<b>100</b>	<b>227</b>	<b>100</b>	<b>251</b>	<b>100</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nota: tabela elaborada pelo autor.

Essa crescente força do centrão também pode ser verificada através do aumento do número de deputados federais eleitos pelos partidos classificados como fisiológicos. A Tabela 17 mostra que até 2010, as legendas que compõem esse bloco partidário não tinham conquistado mais de 40% das 513 cadeiras na Câmara Federal. Contudo, nas quatro eleições desde 2010, os partidos fisiológicos sempre ficaram acima desse percentual. O auge foi em 2014, quando elegeram aproximadamente

Partidário e à propaganda eleitoral gratuita. Os requisitos mínimos para que os partidos tenham acesso a esses recursos aumentarão gradualmente até 2030. (BRASIL, 2017).

<sup>95</sup> Nós consideramos os números do PL/PR somente até 2018. Como sabemos, em 2022 o partido abrigou o projeto de reeleição de Jair Bolsonaro. Devido a isso, afluíram ao partido inúmeras lideranças de extrema direita. Além da legenda assumir uma feição não fisiológica, ela faz oposição ao terceiro governo Lula, saindo em nossa interpretação do campo do centrão.

54% dos deputados federais, ou seja, mais da metade dos assentos da câmara baixa do Congresso Nacional. Cabe lembrar que foi essa legislatura que promoveu o impeachment de Dilma Rousseff, que foi comandado pela principal liderança do centrão à época, o deputado federal Eduardo Cunha. Em 2022, as legendas fisiológicas conquistaram aproximadamente 49% das cadeiras da Câmara Federal, ficando na atual legislatura muito próximas da maioria absoluta.

**TABELA 17 - Percentual de cadeiras conquistados pelos partidos do Centrão nas eleições para a Câmara Federal (1998-2022)<sup>96</sup>**

Ano da Eleição	N	%
1998	193	37,62
2002	187	36,45
2006	193	37,62
2010	225	43,85
2014	280	54,58
2018	227	44,24
2022	251	48,92

*Fonte:* Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

O domínio que as legendas fisiológicas exercem no Congresso Nacional dizem pouco sobre os comportamentos mais atribuídos aos políticos fisiológicos: a inconsistência ideológica e a infidelidade partidária. Para verificar se de fato os parlamentares do centrão se comportam de tal maneira, é necessário verificarmos as trocas partidárias realizadas pelos membros da elite fisiológica ao longo de suas carreiras políticas.

Quanto à inconsistência ideológica, ao analisarmos os dados na Tabela 18, que apresenta informações sobre o espectro ideológico dos partidos políticos pelos quais os indivíduos da elite fisiológica conquistaram seus primeiros mandatos na Nova República, vemos que eles são majoritariamente de centro e direita. Esses dados mostram outro reflexo da aplicação da gramática autoritária. O Regime Militar banuiu da política as lideranças de esquerda<sup>97</sup> e interviu sistematicamente na autonomia das suas bases sociais, como nos sindicatos e nas organizações estudantis. A esquerda

<sup>96</sup> Optamos pela análise a partir de 1998, porque os dados estavam mais organizados no sítio eletrônico do TSE.

<sup>97</sup> Os casos mais notórios são os de Leonel Brizola, Miguel Arraes e do próprio João Goulart. Mas também políticos de perfil centrista foram perseguidos. O caso mais exemplar é do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que era filiado ao PSD, que teve seu mandato de Senador pelo Estado de Goiás cassado ainda em 1964 (PANTOJA, [199?]).

foi praticamente proscrita da política brasileira, e a ARENA/PDS e o MDB acabaram por organizar os estratos direitistas e centristas da classe dirigente brasileira. Cabe lembrar que as principais expoentes da oposição ao regime, e lideranças do MDB, tinham perfil ideológico de centro e até mesmo de centro-direita, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Franco Montoro. Esse é um exemplo do pluralismo limitado, traço característico do Estado autoritário, como foi apontado por Linz e Stepan (1999). Só podiam fazer política aqueles que os dirigentes do regime permitiam, e esses tinham que estar necessariamente à direita e ao centro do espectro ideológico.

Outro dado relevante exposto anteriormente na Tabela 15, e que reforça a conclusão de que a elite fisiológica está no centro e na direita do espectro ideológico, é o número de parlamentares que conquistaram seus primeiros mandatos no regime democrático pelo PSDB e PFL, 20 ao todo. Esses dois partidos formavam o núcleo da aliança que governou o país durante a gestão FHC (1995-2003). Além disso, o PFL, além de herdeiro da ARENA/PDS, esteve no governo de 1985 a 2003, saindo apenas quando Lula assumiu a presidência da República. Isso mostra que essas duas organizações eram atraentes para os congressistas que pretendiam estar alinhados ao governo. Evidencia também o que discutimos anteriormente, que há políticos fisiológicos em partidos considerados ideológicos, especialmente quando estes estão no comando do poder executivo. Desse modo a cultura do fisiologismo se espalhou pelo sistema partidário brasileiro.

<b>Espectro Ideológico</b>	<b>Número de Parlamentares</b>	<b>%</b>
<b>Centro</b>	91	42,12%
<b>Direita</b>	122	56,48%
<b>Esquerda</b>	3	1,38%
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

*Fonte:* PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor.

Afirmamos que um dos elementos que compõem a cultura política do fisiologismo é o que chamamos de anti-partidarismo. Uma das manifestações dessa

instituição é fato de um partido apoiar governos ideologicamente tão díspares, quanto os de Lula e Bolsonaro, por exemplo. Outra informação que pode evidenciar de forma mais clara o anti-partidarismo são as trocas partidárias. Algo muito comum até os dias de hoje na política brasileira, elas eram intensas nos anos 90 e 2000, como mostrou o estudo de Melo (2004), até começarem a existir maiores restrições às mudanças de partido<sup>98</sup>.

A tabela 19 traz dados sobre os congressistas da elite fisiológica que já mudaram ao menos uma vez de partido<sup>99</sup>. As informações mostram que 2/3 dos membros da elite fisiológica já se filiaram a mais de um partido. Isso demonstra uma disciplina partidária muito fraca. O congressista pode mudar de partido para estar na base de apoio do governo, pois sua legenda pode resolver fazer oposição. Ele pode ainda se ajustar a uma situação regional, e assim estar na base de apoio tanto do governo federal, quanto do governo estadual. Ainda se a mudança for para fazer oposição ao governo, isso também pode ser um reflexo do anti-partidarismo. É provável que a decisão do parlamentar tenha sido motivada por ele não concordar com o ingresso do seu partido na base de apoio do presidente.

Esses dados nos fazem voltar à consideração de Cardoso (1982) sobre os Estados autoritários latino-americanos. Para os dirigentes que construíram aquele tipo de aparelho estatal, o fundamental era fortalecer o Estado, e não partidos ou a representação. O autor resumia esse traço do autoritarismo como “Estado e não partido”. Como argumentamos, a origem da elite fisiológica é a Ditadura Militar, e a aplicação da gramática autoritária após 1964. Em nosso entendimento, essa é uma das raízes desse comportamento de infidelidade partidária. Para as lideranças do centrão, é mais importante o Estado, e a possibilidade de manipular eleitoralmente

---

<sup>98</sup> Em 22 de outubro de 2007 foi publicada a Resolução n° 22.610, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ela estabeleceu que o cargo eletivo no sistema eleitoral proporcional pertencia ao partido, e não ao candidato. Contudo essa regra não se aplicava ao sistema majoritário, pelo qual são eleitos presidentes, governadores, senadores e prefeitos. Essa resolução permitiu que as organizações partidárias pudessem pedir junto à Justiça Eleitoral a decretação de perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa. Uma dessas causas era a desfiliação para migrar para um partido da base governista. A publicação dessa resolução é uma consequência do anti-partidarismo da elite fisiológica.

<sup>99</sup> Levamos em conta para elaborar essa tabela somente a primeira mudança de partido. Aqui a intenção é verificar se o congressista já se filiou em mais de um partido. Essa informação pode ser obtida verificando se ele simplesmente se filiou em mais de uma organização ou se exerceu mandatos eletivos por mais de um partido.

seus extensos recursos, do que o partido, e cultivar vínculos dessas organizações com a sociedade civil e construir uma legenda com maior nitidez programática.

<b>Tabela 19 - O parlamentar da elite fisiológica já mudou de partido?</b>		
<b>Mudou de partido</b>	<b>Número de Parlamentares</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	143	66,2
<b>Não</b>	73	33,8
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100</b>

*Fonte:* PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

Ao analisarmos os partidos em que os parlamentares do centrão se filiaram na Tabela 20<sup>100</sup>, vemos uma predominância das organizações herdeiras do bipartidarismo. Destacam-se o PP, PFL/DEM, PL/PR, PSD, sucessoras da ARENA/PDS, MDB e PSDB. Há também um número considerável de filiações no PTB e nos chamados Pequenos Partidos Fisiológicos (PSC, PST, PMN, PAN, PSL Pré-2018, PRTB, PHS, PT do B e PJ). Como já dissemos anteriormente, esses partidos sempre tiveram poucos parlamentares, contudo essas pequenas organizações juntas receberam 34 filiações de indivíduos da elite fisiológica. Os partidos de esquerda, significativamente mais fortes no parlamento do que essas legendas, receberam somente 22 filiações. Isso demonstra o papel que essas pequenas legendas tiveram na socialização e preparo dos membros da elite fisiológica.

Nos partidos à esquerda do espectro ideológico, PDT e PSB receberam mais políticos fisiológicos, possivelmente por terem sido membros da coalizão de apoio aos governos Lula e Dilma. O PSB se tornou uma grande força no Nordeste após a vitória de Lula, algo que tornou o partido atrativo para políticos fisiológicos. Em partidos de esquerda menos abertos, como PT e PC do B, houve apenas duas filiações, uma em cada organização.

Melo (2004) demonstrou em seu estudo que 38,7% dos deputados federais eleitos por organizações de direita mudaram de partido entre 1985 e 2002, e apenas

<sup>100</sup> Aqui levamos em consideração todas as filiações dos congressistas fisiológicos após 1990. Caso ele tenha permanecido na mesma organização durante toda a sua trajetória, consideramos somente esse partido. Além disso, muitos parlamentares voltam para os partidos dos quais já fizeram parte, nesse caso não consideramos mais uma filiação ao partido, assim levamos em conta apenas a primeira filiação em cada legenda.

16,7% dos eleitos por organizações de esquerda migraram de organização partidária, sendo que 86,4% dos parlamentares de esquerda que mudaram de legenda pertenciam ao PDT e PSB<sup>101</sup>. Assim, os nossos dados, apesar de terem um escopo diferente, corroboram aqueles apresentados por Melo, pois também demonstram que legisladores de direita tendem a mudar de partido com mais frequência. Em menor medida, esse comportamento é mais comum entre aqueles filiados às organizações de esquerda com um perfil ideológico menos coeso, como PDT e PSB.

No geral, isso demonstra uma resistência dos partidos de esquerda em receber os políticos fisiológicos, mas também a contrariedade desses em se filiar em organizações mais à esquerda do espectro ideológico. Se os não fisiológicos são mais atrativos para lideranças fisiológicas quando estão no poder, então haveria uma presença mais equilibrada entre filiação ao PFL/DEM e PSDB, partidos que estiveram no poder entre 1995 e 2003, e PSB, PDT, PC do B e PT, legendas que estiveram na base de apoio dos presidentes entre 2003 e 2016, por mais tempo inclusive. Porém, foram 74 filiações no PFL/DEM e PSDB, contra apenas 22 nos 4 (quatro) partidos de esquerda.

**TABELA 20 - Partidos em que os membros da elite fisiológica se filiaram após 1990**

Partidos	Número de Parlamentares	%
PP/PPB/PPR/PDS/PDC/PRP/PTR <sup>102</sup>	94	43,5
MDB	65	30
PTB/PSD (87-93)	49	22,68
PFL/DEM	41	18,98
PL/PR	39	18
PSDB	33	15,27
PSD	17	7,87
PRN	16	7,4
PDT	12	5,5

<sup>101</sup> Ver: MELO, C. R. **Retirando as cadeiras de lugar**: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, Tabela 9, página 100.

<sup>102</sup> Como explicamos anteriormente, muitos partidos se juntaram ou mudaram de nome. Por isso, alguns membros da elite fisiológica ingressaram em novas organizações, sem necessariamente terem mudado de partido. Por isso aqui juntamos os partidos que se fundiram ou trocaram de nome, para não ampliarmos de forma equivocada o número de filiações dos membros do grupo.

<b>PSC</b>	11	5,1
<b>PPS</b>	10	4,62
<b>PRB/Republicanos</b>	10	4,62
<b>SOLIEDARIEDADE/PROS</b>	10	4,62
<b>PSB</b>	8	3,7
<b>PST</b>	8	3,7
<b>PMN</b>	4	1,85
<b>PAN</b>	3	1,38
<b>PSL (Prré-2018)</b>	3	1,38
<b>PRTB</b>	3	1,38
<b>PHS</b>	2	0,92
<b>PV</b>	2	0,92
<b>PT do B</b>	2	0,92
<b>AVANTE</b>	1	0,46
<b>PC do B</b>	1	0,46
<b>PJ</b>	1	0,46
<b>PT</b>	1	0,46

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

Outro dado que pode nos ajudar a compreender a instituição do anti-partidarismo são as filiações em partidos de diferentes espectros ideológicos. O critério que adotamos para elaborar a Tabela 21, foi simplesmente verificar se o parlamentar se filiou em legendas que são ideologicamente distintas. Nesse caso, diferentemente da Tabela 19, levamos em conta todas as mudanças de partidos realizados pelos membros da elite fisiológica ao longo de suas trajetórias políticas.

Os dados mostram que aproximadamente 41% dos indivíduos que estamos pesquisando se filiaram em partidos de ideologias distintas. Contudo, quase 60% dos indivíduos da elite fisiológica ou não mudaram de partido ou, quando mudaram, o fizeram dentro do mesmo espectro ideológico<sup>103</sup>. Desse modo, a elite fisiológica, parece ser mais ideológica do que o senso comum parece indicar. Evidentemente, isso é possível devido a fragmentação partidária. Os parlamentares podem sair de um partido de direita não fisiológico, e mudar para um partido de direita fisiológico, mais

<sup>103</sup> Algo que o estudo de Melo (2004) também mostrou. Segundo os dados levantados pelo autor 57,6% dos deputados que migraram de partido, o fizeram dentro do mesmo campo ideológico. Ver: MELO, C. R. **Retirando as cadeiras de lugar:** migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, Tabela 10, página 102.

flexível em suas alianças partidárias. Assim, é errada a ideia dos políticos do centrão como desprovidos de qualquer ideologia.

Mas qual a ideologia dos políticos do centrão? Anteriormente, quando classificamos os partidos por espectro ideológico, notamos que a maior parte das organizações consideradas fisiológicas estavam posicionadas na direita e no centro. Mas, como alertamos, era preciso aprofundar o conhecimento sobre a carreira dos parlamentares, justamente pela percepção muito difundida de que os políticos fisiológicos podem se filiar em partidos de todos os tipos para estarem na base do governo.

**TABELA 21 – O parlamentar da elite fisiológica já se elegeu por partidos de diferentes espectros ideológicos<sup>104</sup>?**

	Número de Parlamentares	%
<b>Sim</b>	89	41,2
<b>Trocou dentro do espectro ideológico</b>	54	25
<b>Não</b>	73	33,8
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100</b>

*Fonte:* PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

Se os dados das Tabelas 20 e 21 já apontavam para uma inclinação ideológica dos parlamentares fisiológicos para o centro e a direita, as informações da Tabela 22 reforçam essa conclusão, do centrão como um grupo político de centro e direita. Como argumentamos antes, a raiz desse estrato da classe política brasileira era o sistema bipartidário onde a esquerda foi banida, como no bipartidarismo, e o sistema onde ela era muito fraca, como no multipartidarismo do MDB como organização dominante. Assim sendo, em sistemas partidários restritos às forças de centro e direita.

Esses dados evidenciam a ligação desse segmento da classe política brasileira com o sistema bipartidário, mas também mostram que a elite fisiológica tem um comportamento anti-partidário, mas não *anti-ideológico*. Os números da Tabela 16 mostram que pouco mais de 10% dos indivíduos do grupo que estamos pesquisando

<sup>104</sup> Para chegarmos aos números da Tabela 13, consideramos os seguintes espectros ideológicos: esquerda, centro e direita. Assim, um congressista que se elegeu por um partido de direita, e depois por uma legenda de centro, mudou de espectro ideológico.

se filiaram em algum ponto de suas trajetórias em partidos de esquerda. Enquanto isso, aproximadamente 65%, quase 2/3, pertenceram alguma vez a partidos de centro, e pouco mais de 73%, ou 3 em cada 4 membros do grupo, se filiaram em legendas de direita. Isso demonstra que o grupo que estamos pesquisando possuía uma inclinação mais à direita que ao centro. As trocas mais incoerentes, que ocorrem quando um parlamentar sai da direita e se filia na esquerda, ou vice-versa, ocorreram poucas vezes, sendo mais comum as trocas com o espectro que está imediatamente ao lado, da direita para o centro, e vice-versa. Assim, a elite fisiológica circula entre partidos de centro e direita, mas não em partidos de esquerda. Como os políticos fisiológicos são majoritariamente de direita, isso é um fator que explica os dados levantados pelo trabalho Melo (2004), que mostraram que os parlamentares de direita trocaram com mais frequência de partidos políticos. Vemos que os políticos fisiológicos são bastante flexíveis em suas alianças, apoiam governos muito díspares do ponto de vista ideológico, e seus parlamentares possuem uma carreira partidária instável. Entretanto, esse segmento da classe política brasileira parece ser mais coeso ideologicamente do que imaginávamos. Assim podemos concluir que a elite fisiológica é nacionalizada, possui bases políticas majoritariamente no interior, e é ideologicamente de centro-direita, sendo esse um reflexo direto do perfil ideológico da ARENA/PDS e do MDB.

Esse perfil ideológico dos políticos do centrão também geram consequências para a política das pequenas cidades brasileiras. O pensador marxista francês Louis Althusser considerava que os partidos políticos integram o que o autor chama de aparelhos ideológicos do Estado, que possuem a função de criar um consenso em torno das ideias da classe dominante para consolidar a sua dominação.

Para Althusser (1985), cada aparelho ideológico realiza uma ideologia, e os indivíduos que estão sob sua influência adotam comportamentos práticos que são regulamentados pelo aparelho ideológico. Assim, a ideologia está imprimida nas ideias e nos atos dos indivíduos. Isso posto, consideramos que os partidos do centrão, em geral herdeiros do bipartidarismo da ditadura militar, são fundamentais para a inclinação conservadora das pequenas cidades brasileiras. Mesmo que o presidente mais votado nessas localidades seja de esquerda ou centro-esquerda, os dados que trouxemos evidenciam a força do conservadorismo fisiológico nas eleições para o executivo municipal e para a Câmara Federal. Mas é preciso lembrar que muitos

desses políticos de centro-direita nos pequenos municípios apoiam candidatos a presidente de esquerda quando é conveniente. Desse modo, os partidos do centrão disseminam sua visão ideológica de centro-direita, e procuram constituir um consenso conservador nas pequenas cidades brasileiras.

**TABELA 22 - Espectros ideológicos dos partidos em que se filiaram os parlamentares da elite fisiológica.**

	ESQUERDA		CENTRO		DIREITA	
	Número de Parlamentares	%	Número de Parlamentares	%	Número de Parlamentares	%
<b>Sim</b>	22	10,18	140	64,81	158	73,14
<b>Não</b>	194	89,82	76	35,19	58	26,86
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

A tabela 23, por sua vez, evidencia que metade dos parlamentares se filiaram em mais de um partido do centrão. Assim, quando o parlamentar sai de uma organização partidária, ele busca uma legenda com as mesmas práticas. Provavelmente por se sentir seguro ou acostumado com uma determinada forma de fazer política. Como afirmam Berger e Luckmann (1985), quando uma ação é repetida muitas vezes, ela se torna um padrão, e pode ser reproduzida como forma de economizar esforços. Dessa maneira, as ações derivadas da cultura política do fisiologismo se tornaram um hábito, e se transformaram em um padrão de conduta para os políticos fisiológicos. Ao agir fisiologicamente, os políticos acostumados com essa conduta economizavam esforços ao não considerar outras inúmeras formas de ação política. Assim, esse número alto de mudanças para outros partidos do centrão, mostra que o comportamento fisiológico estava plenamente institucionalizado nos indivíduos daquele grupo, não sendo desse modo um comportamento totalmente utilitário. Por isso, o que diferencia esse grupo político dos outros é que eles veiculam uma cultura política específica, o fisiologismo.

Essa circulação dos políticos fisiológicos pelas várias organizações do centrão, evidenciam porque a atuação desse grupo de partidos políticos se tornou cada vez mais coordenada. Mills (1981) argumentou que a circulação pelos domínios político, econômico e militar é que construiu a base para a unidade da elite do poder norte-americana. Acreditamos que além da origem comum, pois a gênese dos partidos do

centrão na maioria dos casos é o bipartidarismo imposto pela Ditadura Militar, o mesmo processo de circulação possibilitou o fortalecimento da unidade do grupo.

As migrações entre as legendas fisiológicas também nos ajudam a compreender as razões pelas quais as organizações do centrão ficaram cada vez mais parecidas em termos de organização e estratégia. DiMaggio e Powell (2005), apontam que inicialmente a burocratização resultou basicamente de três causas relacionadas: a competição entre empresas capitalistas, a competição entre Estados, o que levou a um aumento do controle dos funcionários estatais e dos cidadãos, e a exigência burguesa por uma proteção igualitária perante a lei.

Porém, DiMaggio e Powell (2004) acreditam que as causas da burocratização e da racionalização se modificaram. Para explicar essas mudanças eles usam o conceito de campo organizacional que, segundo eles, constituem uma área reconhecida da vida institucional. Segundo os autores, os processos de estruturação dessa vida institucional ocorrem devido ao aumento da interação entre as organizações, o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizão, aumento na carga de informações que as organizações precisam lidar, e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações de que fazem parte de um negócio comum.

Quando olhamos para as organizações fisiológicas vemos que tem ocorrido um aumento da interação entre elas. Isso ocorre menos nas eleições, onde os partidos do centrão estão muitas vezes em lados opostos, mas principalmente no Congresso Nacional e no Ministério onde, como já discutimos, estão sempre presentes. Parece evidente que os partidos fisiológicos têm atuado de forma conjunta, particularmente no Congresso Nacional, onde agem de forma coordenada para manter o controle da presidência das duas casas e da agenda legislativa. Se há um padrão de coalizão entre as organizações do centrão, também existem estruturas de dominação na elite fisiológica. Como discutimos anteriormente o MDB já foi a principal força do centrão. Essa legenda exercia informalmente o papel de liderança do centrão, era uma espécie de guia desses partidos. Apesar de atualmente existir um equilíbrio entre as organizações fisiológicas, não havendo nenhuma capaz de exercer a função que outrora foi do MDB, existem lideranças que se sobressaem nesse campo político. O caso mais notório é o atual presidente da Câmara Federal, Arthur Lira.

Mas acreditamos que o elemento mais forte para definir os partidos do centrão como um campo organizacional é a percepção dos seus integrantes de que participam de um “negócio” comum, ou seja, que estão em posição similar dentro do sistema político, e que possuem interesses que coincidem. Sendo assim, a elite fisiológica defende a conservação das características gerais das instituições políticas brasileiras, mais precisamente a necessidade que os presidentes têm de formar coalizões para obter maioria no Congresso e alguma governabilidade. Dessa forma os políticos fisiológicos mantêm a chantagem sobre os chefes do executivo, e conseguem controlar extensos recursos governamentais, essenciais para o funcionamento de suas máquinas políticas.

Esse fenômeno que leva a uma homogeneização das organizações é chamado por DiMaggio e Powell (2005) de *isoformismo*. Os autores definem esse termo como um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras. Para os autores existem três mecanismos de mudanças isofórmicas institucionais: o *isoformismo coercitivo*, o *mimético* e o *normativo*.

O isoformismo coercitivo é resultado de pressões formais e informais, sendo que essas últimas são exercidas por outras organizações e também pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam. Essas pressões podem ser sentidas como coerção, presunção ou ainda como um convite para as organizações se unirem (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Além desses fatores, DiMaggio e Powell (1995) consideram que a existência de um ambiente legal comum interfere no comportamento e na estrutura das organizações. Os autores também argumentam que as organizações estão cada vez mais integradas por controles e resultados, e menos por restrições impostas por atividades técnicas.

Os partidos do centrão estão sujeitos ao mesmo conjunto de regras, como a legislação eleitoral, os regimentos internos da Câmara Federal e do Senado e a própria Constituição. Evidentemente que essas regras eleitorais moldam em certa medida o comportamento das organizações fisiológicas. Entretanto, legendas que atuam de maneira completamente diferente, como PT, PC do B, PSDB e Cidadania, também estão sujeitas ao mesmo ambiente legal. Um outro fator, ainda dentro do isoformismo coercitivo, que contribui para a compreensão da especificidade dos partidos do centrão é a coerção exercida pela competição. Como já discutimos, as

origens da elite fisiológica estão na ARENA/PDS organização que entrou em declínio com a crise da Ditadura Militar. Depois o MDB sofreu um intenso desgaste após a gestão Sarney, corroída pela hiperinflação e pelo fracasso dos planos de estabilização econômica. Assim sendo, as legendas herdeiras do partido de sustentação à ditadura militar e os emedebistas sofreram a coerção exercida pela competição das organizações ascendentes da Nova República, PT e PSDB. Esse processo de declínio, e coerção da competição, nos ajuda a entender o reposicionamento dos sucessores da ARENA/PDS e do MDB como partidos fisiológicos.

Outro fator que incentiva o isoformismo institucional são os processos miméticos. Para DiMaggio (2004) e Powell (2005) ele é resultado da incerteza, que constitui uma força poderosa que encoraja a imitação. Após dominarem a política brasileira por ¼ de século, ARENA/PDS, seus herdeiros e o MDB, entraram em declínio na Nova República. O próprio governismo foi uma resposta para as incertezas que viveram com o novo regime democrático. Ao longo dos anos 90 e 2000, o comportamento fisiológico trouxe resultados. As legendas sucessoras do bipartidarismo não apenas sobreviveram ao ambiente de intensa competição eleitoral, como ampliaram sua força através do controle de ministérios e das Presidências da Câmara e do Senado, e da pressão exercida sobre os Presidentes da República, que necessitavam de apoio no Congresso Nacional.

O sucesso dessa estratégia serviu de exemplo para outras organizações que não conseguiram construir um projeto nacional, e disputar com PT e PSDB a condição de eixos estruturantes do sistema partidário. Por isso elas mimetizaram o comportamento de partidos como MDB e PP. Depois dessas organizações, o fisiologismo foi se espalhando pelos Pequenos Partidos Fisiológicos, PTB, PR, PRB, PSD, Republicanos e finalmente o União Brasil, fusão do antes não fisiológico PFL/DEM com o PSL<sup>105</sup>. Assim, esses partidos encontraram na chantagem aos Presidentes, no apoio a governos de perfis ideológicos distintos, e no controle de ministérios, uma forma de sobreviver e se fortalecer.

Da mesma forma que o isoformismo coercitivo, o mimético também não é suficiente para explicar essa padronização dos partidos do centrão. Outras

---

<sup>105</sup> O União Brasil já teve dois ministros na terceira gestão Lula: Daniela do Waguinho, que ocupou o Ministério do Turismo, pasta que atualmente é comandada por Celso Sabino (CNN, 2023; PAZ, 2023)

organizações, que não se constituíram como polos da política nacional, como PFL/DEM, Cidadania, PDT e PSB, não aderiram ao fisiologismo, apesar do exemplo de outras legendas e de terem sofrido infiltrações, como mostram os dados da Tabela 20. Acreditamos que o mecanismo fundamental foi o isoformismo normativo, que segundo DiMaggio e Powell (2005), está associado à profissionalização.

Os autores salientam que o crescimento e a constituição das redes profissionais que perpassam as organizações, permitem que novos modelos sejam rapidamente difundidos. Universidades, instituições de treinamento profissional, associações profissionais e de investigação são veículos para a definição de regras sobre o comportamento organizacional e profissional. A constatação de DiMaggio e Powell é que esses mecanismos criam grupos de indivíduos intercambiáveis, que podem ocupar posições semelhantes numa ampla gama de organizações. Essa afirmação é próxima do argumento de Mills sobre a circulação dos indivíduos da elite do poder norte-americano pelos domínios econômico, militar e político. A experiência em posições de poder nessas três ordens, formou um conjunto de lideranças intercambiáveis, que poderia atuar na cúpula das grandes organizações da sociedade americana.

Os políticos fisiológicos não aprenderam essa cultura política em universidades, centros de treinamento ou associações profissionais. Ela foi absorvida através do processo de socialização nos partidos do centrão. O que os números da Tabela 20, 21, 22 e 23 mostram que se criou um grupo de políticos intercambiáveis, que repassaram os valores e práticas da cultura fisiológica para várias legendas. DiMaggio e Powell (2005) ao analisarem o papel das elites nas organizações, afirmaram que as elas têm o poder de definir normas e padrões que moldam e canalizam comportamentos. Elas ainda definem os modelos, estruturas e a política organizacional. Assim, os políticos fisiológicos circularam pelos partidos do centrão, buscando os mesmos objetivos e resultados, e reforçando a cultura do fisiologismo. Como as elites dessas organizações partidárias tinham um perfil semelhante, a consequência foi a homogeneização de uma parte relevante dos partidos atuantes no Congresso Nacional, e a padronização do comportamento de um segmento dos parlamentares.

Um conjunto de fatores disseminaram o fisiologismo por vários partidos, e fizeram com que suas organizações ficassem cada vez mais parecidas. O processo de isoformismo das legendas do centrão se deve ao fato de estarem expostas ao mesmo arcabouço legal, devido à coerção exercida pela competição de legendas mais ideológicas, à imitação das estratégias bem sucedidas das primeiras organizações fisiológicas, e principalmente, pela circulação de políticos fisiológicos pelos vários partidos do centrão, o que possibilitou as bases para a coordenação e unidade do grupo. Dessa forma leis, competição, mimetismo e intercâmbio de indivíduos se articularam para criar a elite fisiológica na Nova República.

<b>Tabela 23 - Esteve filiado em mais de um partido do centrão?</b>		
	<b>Número de Parlamentares</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	108	50%
<b>Não</b>	108	50%
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

Mas a análise da trajetória partidária da elite fisiológica ainda não respondeu uma pergunta central: se os indivíduos desse grupo têm origem na gramática autoritária, e mais especificamente no partido de sustentação do Regime Militar, a ARENA/PDS, porque o MDB, partido de oposição à ditadura, se tornou praticamente um sinônimo de fisiologismo? Muitos dados apresentados ao longo desse capítulo, mostraram que inúmeros congressistas fisiológicos iniciaram suas carreiras políticas entre 1979 e 1988, período de declínio da ARENA/PDS e ascensão do MDB. Outros ainda chegaram ao Congresso Nacional pelo MDB, e muitos, ao longo de suas trajetórias políticas se filiaram nessa organização. Assim, a transformação do MDB em um partido de vocação governista só poderia ser explicada se muitos políticos habituados com a o situacionismo, tivessem migrado para o MDB. É exatamente isso que ocorreu.

A Tabela 24 mostra um cruzamento que fizemos entre aqueles indivíduos que se filiaram na ARENA/PDS, ou ingressaram nos sucessores dessa organização, e também no MDB, antes de 1988. Nosso intento em estabelecer essa data, ano de Promulgação da Constituição de 1988, e quando o autoritarismo foi devidamente

superado, é justamente verificar como o efeito gerado pela causa original, a gramática autoritária e o amplo governismo da ARENA/PDS nos anos 70, conseguiu operar no período político subsequente.

As informações mostram que praticamente metade dos indivíduos do grupo que estamos pesquisando, 107 membros da elite fisiológica, foram filiados na ARENA/PDS, nos seus herdeiros e *também* no MDB, antes de 1988. O caso mais notório é do ex-presidente José Sarney. Segundo Dias et al. (2015) ele foi da União Democrática Nacional (UDN) principal legenda de direita antes de 1964. Em 1966 Sarney ingressou na ARENA, e chegou a ser presidente desse partido em 1979, e depois do seu sucessor imediato, o PDS, em 1980. Porém, 4 anos depois, em 1984, Sarney se filiou ao MDB. Desse modo, o primeiro Presidente da República que saiu das fileiras do partido de oposição ao regime militar, atuou quase 20 anos em uma organização que dava apoio aquele mesmo regime. Sarney, como tantos outros que migraram para o MDB, ou se filiaram ao PFL, permaneceram assim no governo após o fim da ditadura.

Dessa maneira, o hábito do governismo, adquirido no longo tempo em que a ARENA/PDS estava na base de apoio ao regime militar, foi levado ao MDB. As migrações do partido que dava sustentação ao regime e dos seus herdeiros, já evidenciam um comportamento anti-partidário e governista, típico do fisiologismo. Esses dados nos fazem retornar ao conceito de instituições de Stinchombe. Ao saírem da ARENA/PDS, ou de seus herdeiros, e migrarem para o MDB, os ex-arenistas estavam reunidos em uma estrutura de poder, e como compartilhavam os valores do governismo e do anti-partidarismo, puderam incentivá-los a partir de posições de poder dentro do antigo partido de oposição ao regime. Esse é o início da circulação dos políticos fisiológicos entre várias legendas, e a raiz do processo de isoformismo institucional que transformará o centrão em um campo organizacional.

A mudança para o MDB permitia que os ex-arenistas continuassem no governo. Esse partido estava em ascensão no início dos anos 80, e passou a comandar o governo federal, e quase todas as administrações estaduais a partir da segunda metade daquela década. O mesmo ocorreu com a ARENA/PDS nos anos 70. Assim, o MDB assumiu o papel de partido dominante na segunda metade dos anos 80, o mesmo exercido pela ARENA na década anterior. Desse modo, a entrada

no MDB matinha os políticos da elite fisiológica na base governista. Havia ainda o PFL. Muitos ex-arenistas continuaram na situação através dessa organização partidária de direita, que era uma dissidência da ARENA/PDS. MDB e PFL faziam parte da coalizão de apoio ao governo Sarney, e a entrada nessas organizações permitia os ex-arenistas continuar fazendo política quase que exclusivamente a partir do aparelho estatal. O Estado importava mais que os partidos. Assim teria ocorrido uma espécie de “contaminação” do MDB pela instituição do governismo.

Já no caso do PTB, organização que não era herdeira do bipartidarismo, interpretamos que sua entrada no campo fisiológico aconteceu da mesma forma, mas o processo se desenvolveu em um período diferente. Após 1990, 46 parlamentares da elite fisiológica se filiaram à legenda trabalhista, mas só 12 desses aderiram às fileiras da ARENA/PDS, PFL e PL antes de 1988. Esses números mostram que o processo de “contaminação” que ocorreu no MDB antes de 1988, irá acontecer no PTB após a promulgação da Constituição, devido à circulação de indivíduos da elite fisiológica pela organização petebista.

Na década de 80, também começa a ganhar força a instituição do anti-partidarismo, uma consequência do governismo, pois permite o alinhamento do governo quando há mudanças no comando do executivo. É exatamente por isso que ela se fortaleceu em um período de alternância política, pois antes, no período autoritário, ela não aflorou porque a perspectiva da oposição chegar ao poder era inexistente. Sendo assim, depois da vigência de um regime que desprezava os partidos e a representação, e num país com histórico de partidos fracos e comportamentos anti-partidários, como bem apontou Souza (1976), a instituição do anti-partidarismo encontrou um terreno fértil nos anos 80, e se desenvolverá ainda mais depois de 1988, quando as alternâncias no poder se tornam mais intensas. Como mostramos antes, somente no plano federal, nós tivemos governos de centro, centro-esquerda, centro-direita e extrema-direita.

Cabe lembrar ainda, que a despeito da grave crise vivida pelo país nos anos 80, especialmente a partir de 1985, a União ainda concentrava recursos e poderes. Assim, na segunda metade daquela década, havia um partido dominante, o MDB e um Estado ainda bastante centralizado. Também existia um grupo de políticos que foi governista durante mais de 20 anos, e que atuou na base de apoio de um regime

essencialmente anti-partidário, e que promoveu uma expansão do aparelho estatal e a desmobilização da sociedade civil. Consequentemente, se filiar ao MDB não era somente uma decisão utilitária, era a melhor maneira de continuar a se comportar de acordo com um padrão de conduta, já conhecido e institucionalizado. Essa mudança para o antigo partido da oposição, e o desenvolvimento da instituição do antipartidarismo, evidencia uma adaptação da elite fisiológica ao ambiente de incerteza trazido pelas mudanças democráticas que ocorreram na década de 80.

**TABELA 24 - O parlamentar da elite fisiológica foi filiado na ARENA/PDS, nos herdeiros da ARENA e no MDB antes de 1988?**

	Número de Parlamentares	%
<b>Sim</b>	107	49,54
<b>Não</b>	109	50,46
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

*Nota:* tabela elaborada pelo autor

Os números da Tabela 25 mostram que mais de 60% dos parlamentares que iniciaram suas carreiras antes de 1988 foram filiados ao MDB entre 1980 e 1988, fase em que o partido ascendeu e chegou à posição de maior força da política brasileira. O segundo maior grupo foi filiado na ARENA/PDS antes de 1979, período em que o partido foi dominante. Muitos ainda se elegeram a cargos eletivos pela ARENA/PDS entre 1980 e 1988. É válido lembrar que apesar da crise do Regime Militar na primeira metade dos anos 80, a ARENA/PDS foi o partido mais forte no Congresso até 1985. Dessa maneira, os maiores percentuais estão naquelas organizações que controlaram o governo federal entre 1964 e 1988. Os números menos significativos estão no MDB pré-1979, oposicionista e que ainda não estava em ascensão, e no PFL, parceiro menor da coalizão de sustentação do governo Sarney.

Temos a parte mais antiga da elite fisiológica, que foi socializada antes de 1988, conquistando mandatos pelas forças governistas do quarto de século que vai de 1964 até 1989. Foi nesse período que ela adquiriu o hábito do adesismo aos governos. A instituição do governismo passou a fazer parte da identidade política desse grupo, e a afetar suas preferências. Ainda nos anos 80, com o declínio do Regime Militar e do seu partido de sustentação, e com a chegada de outra

organização ao comando do executivo federal, começará a ganhar força a instituição do anti-partidarismo, necessário para manter um alinhamento constante com os governos. O governismo e o anti-partidarismo se transformaram em um modelo cognitivo, usado para interpretar o mundo, a conduta dos outros atores e para definir uma linha de ação política frente as mudanças ocorridas com a redemocratização. Essa identidade política governista e anti-partidária será repassada após 1990 aos membros mais jovens, dentro das várias organizações em que a elite fisiológica está organizada. Isso levou a preservação das instituições do governismo na Nova República, e a sua autorreplicação.

**TABELA 25 - O parlamentar da elite fisiológica foi filiado na ARENA, nos herdeiros da ARENA e na MDB antes de 1988 (DESAGREGADO)?**

Partido	Número de Parlamentares	%*
<b>ARENA (PRÉ-1979)</b>	37	34,25
<b>MDB (PRÉ-1979)</b>	25	23,14
<b>PDS (Entre 1980-1988)</b>	34	31,48
<b>PFL (Entre 1985-1988)</b>	15	13,88
<b>MDB (Entre 1980-1988)</b>	66	61,11

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nota: tabela elaborada pelo autor.

\*Esse percentual é sobre 108, que é o número de membro da elite fisiológica que iniciaram suas trajetórias políticas antes de 1988.

### 5.3 Os vínculos da elite parlamentar com a sociedade civil

Temos afirmado que uma das consequências da socialização política dos arenistas no período autoritário foi o não estabelecimento de vínculos com a sociedade civil. Isso é resultado da interação com um regime que centralizou os recursos para o exercício do autoritarismo, restringiu as liberdades democráticas, limitando assim a autonomia da sociedade, e manteve o legislativo aberto, inclusive com eleições regulares para o parlamento.

Sendo assim, é de se esperar que durante suas carreiras, os políticos fisiológicos estabelecessem poucos vínculos com a sociedade civil organizada. A Tabela 26 mostra as ligações dos membros elite fisiológica com alguma organização da sociedade civil antes de ingressar no Congresso Nacional, ou seja, antes de

conquistar o primeiro mandato como deputado federal ou senador<sup>106</sup>. Os dados mostram que aproximadamente 42% dos políticos fisiológicos estabeleceram algum vínculo com a sociedade civil antes de ingressar em uma das casas do Congresso Nacional. É um número que consideramos razoavelmente alto.

<b>Sim/Não</b>	<b>Número de Parlamentares</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	91	42,12
<b>Não</b>	125	57,88
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100</b>

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV;  
 Nota: tabela elaborada pelo autor.

Uma das possíveis explicações para esse número relativamente alto, é o próprio reestabelecimento da democracia. Com a ascensão dos movimentos sociais a partir do final dos anos 70, a realização da Assembleia Nacional Constituinte e a volta das liberdades democráticas, as entidades da sociedade civil voltaram a ter autonomia. Assim, para averiguarmos se a nova ordem democrática incentivou a busca por vínculos com a sociedade civil, na tabela 27 fazemos um cruzamento entre as gerações políticas dos parlamentares e o percentual daqueles que estabeleceram algum vínculo com a sociedade civil antes de sua entrada no Congresso Nacional. Os números mostram um crescimento ao longo das fases políticas, com o percentual mais significativo entre aqueles que iniciaram suas trajetórias políticas após 1988. Evidenciam também que os parlamentares que começaram suas vidas políticas antes de 1964 e entre 1964 e 1974, apresentavam uma tendência menor de construir laços com a sociedade civil.

<b>Geração política</b>	<b>Geração Política do parlamentar</b>	<b>Vínculo com a sociedade civil</b>	<b>%</b>
<b>Pré-1964</b>	12	4	33,30%
<b>Entre 1965 e 1978</b>	35	13	37,14%

<sup>106</sup> Consideramos como vínculo com a sociedade civil organizada o fato de o parlamentar ter desenvolvido uma militância em alguma entidade da sociedade da sociedade civil. Assim, não levamos em consideração somente a ocupação de posições de direção e liderança.

<b>Entre 1979 e 1988</b>	61	25	40,98%
<b>Pós 1988</b>	108	49	45,38%
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>91</b>	

Fonte: 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nota: tabela elaborada pelo autor.

A Tabela 28, por sua vez, mostra com que tipo de entidades os parlamentares estabeleceram vínculos em suas carreiras prévias à entrada no Congresso<sup>107</sup>. Vemos que os laços com sindicato patronais e outras entidades profissionais de classe eram mais frequentes do que as ligações com sindicatos de trabalhadores, que são praticamente inexistentes entre os membros da elite fisiológica. Porém, há um número relativamente alto de vínculos com movimentos sociais. Esses dados, quando associados com as informações da Tabela 22, que mostraram as poucas filiações em partidos de esquerda pela elite fisiológica, reforçam o aspecto conservador do grupo.

**TABELA 28 - Vínculo dos membros da elite fisiológica por tipo de organização, antes de ingressar no Congresso Nacional**

<b>Tipo de Organização</b>	<b>Número de Parlamentares*</b>	<b>%</b>
<b>Sindicatos Patronais</b>	30	13,88
<b>Sindicatos de Trabalhadores</b>	4	1,85
<b>Outras entidades de classe</b>	50	23,14
<b>Movimentos Sociais</b>	26	12,03
<b>Movimentos Políticos</b>	2	0,92

Fonte: 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nota: tabela elaborada pelo autor.

\*O total de parlamentares que estabeleceram algum vínculo com a sociedade civil é de 91, contudo, alguns deles tinham ligações com mais de uma entidade, por isso o número total é maior que 91.

Mas após chegarem ao Congresso Nacional, os parlamentares continuaram a ter vínculos com a sociedade civil? A pergunta é pertinente, já que no parlamento federal estão mais próximos do nível que concentra a maior parcela dos recursos. Os

<sup>107</sup> *Exemplos de entidades da sociedade civil em cada um dos tipos: (i) sindicatos patronais: sindicatos rurais, associações comerciais, câmaras de dirigentes lojistas e federações das indústrias etc. (ii) sindicatos de trabalhadores: sindicatos de trabalhadores rurais, de metalúrgicos, de caminhoneiros, de professores, de operários da indústria têxtil e etc. (iii) outras entidades de classe: Ordem dos Advogados do Brasil e Conselhos Profissionais (Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia). (iv) movimentos sociais: MST, MTST, Central Única das Favelas, Movimentos de Bairro, Movimento Negro, Estudantil, Feminista; (v) Movimentos políticos: MBL, Vem pra Rua, Passe Livre, TFP (Terra Família e Propriedade), União Democrática Ruralista (UDR) etc.*

dados apresentados na Tabela 29 mostram uma significativa queda nas ligações com a sociedade civil após o ingresso no Congresso Nacional<sup>108</sup>. Apenas 8,79% dos políticos fisiológicos estabeleceram ou mantiveram laços com a sociedade civil após o ingresso no legislativo nacional.

Acreditamos, que a sociedade civil se tornou algo secundário e até descartável a partir da entrada no Congresso Nacional. Era mais vantajoso apoiar os governos, independentemente das inclinações ideológicas do presidente em exercício, e assim ter acesso facilitado aos volumosos recursos da União, e sua grande capacidade de patronagem política. Mais de 90% daqueles que integram a elite fisiológica iniciaram suas vidas políticas após 1964, período em que se constrói a centralização dos recursos fiscais na União, algo que foi mantido após 1988. Sendo assim, é evidente que maioria do grupo ingressou no Congresso Nacional após o golpe. Conseqüentemente, a socialização em regimes políticos centralizados, seja na versão mais extrema da Ditadura, ou na federação democrática e centralizada do pós-1988 promoveu esse comportamento, que menospreza a sociedade civil e incentiva a manipulação de recursos públicos como estratégia eleitoral. Além disso, a vivência nos partidos do centrão também reforçaram essa conduta. O Estado é preferível aos laços com entidades da sociedade e, como os dados sobre as migrações partidárias mostraram, aos partidos políticos.

<b>TABELA 29 - O membro da elite fisiológica tinha vínculo com a sociedade civil após de ingressar no Congresso Nacional?</b>		
<b>Sim/Não</b>	<b>Número de Parlamentares</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	19	8,79
<b>Não</b>	197	91,21
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100</b>

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nota: tabela elaborada pelo autor.

Quando olhamos para o tipo de entidades da sociedade civil com as quais os parlamentares estabeleceram laços após a entrada no Congresso Nacional, vemos uma predominância de sindicatos patronais e outras entidades profissionais. A Tabela

<sup>108</sup> Aqui levamos em consideração qualquer menção a entidades da sociedade civil após o ingresso do parlamentar no Congresso Nacional. Para organizar os dados expostos nessa tabela, verificamos o período de ingresso dos indivíduos que estamos pesquisando em qualquer período, inclusive antes de 1988.

30 mostra que somem as menções aos movimentos sociais e aos sindicatos de trabalhadores, e permanecem as ligações com o empresariado, e com categorias que representam profissionais liberais, que pertencem em geral à classe média e média alta. Os dados mostram que a falta de coesão e ideologia do centrão não passam de um senso comum. Os políticos fisiológicos preferem atuar em partidos de direita e até os laços com a sociedade civil são típicos de organizações conservadoras. Eles apoiam governos ideologicamente distintos, contudo o fazem dentro de partidos de centro e preferencialmente de direita.

**TABELA 30 - Vínculo dos membros da elite fisiológica por tipo de organização, após de ingressar no Congresso Nacional**

Sim/Não	Número de Parlamentares	%
<b>Sindicatos de Trabalhadores</b>	0	0
<b>Sindicatos Patronais</b>	9	4,16
<b>Outras Entidades de Classe</b>	13	6,4
<b>Movimentos Sociais</b>	0	0
<b>Movimentos Políticos</b>	0	0

*Fonte:* 1. PRODASEN, Senado Federal; 2. Repertórios Biográficos, Câmara Federal; 3. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV; 4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nota: tabela elaborada pelo autor.

Ao concluirmos que o centrão é um grupo político mais coeso ideologicamente do que se imaginava, precisamos discutir como algumas das instituições da Nova República favoreceram a ação política da elite fisiológica. Apenas assim poderemos concluir o quadro de explicações sobre a força que esse estrato da classe política adquiriu ao longo das últimas três décadas. É o que faremos a seguir.

#### 5.4 Como instituições eleitorais favoreceram a elite fisiológica durante a Nova República?

Os institucionalistas históricos e sua principal expoente, Theda Skocpol, afirmaram que as instituições podem promover certos interesses em detrimento de outros, facilitando a atuação política dos beneficiados. Mas elas podem levar à ação política os estratos prejudicados, induzindo assim uma luta em oposição ao Estado, ou às instituições e organizações específicas deste. É por isso que os institucionalistas históricos consideram que as instituições provocam uma desigualdade, um

desequilíbrio, discordando desse modo da tese dos institucionalistas da escolha racional, que buscavam o equilíbrio gerado pelas instituições.

Tendo como base essa teoria, consideramos que algumas instituições da Nova República promoveram os interesses da elite fisiológica, contribuindo assim para o seu crescimento durante o mais recente período democrático. Podemos destacar especialmente as regras eleitorais, como promotoras dos interesses das lideranças do centrão.

De acordo com o artigo 45 da Constituição Federal, o Brasil adota o chamado voto proporcional de lista aberta para eleições de vereador, deputado estadual e deputado federal. Esse modelo, por tentar refletir a proporção dos votos dos partidos e coligações, tende a provocar um aumento da fragmentação partidária (NICOLAU, 2012). Isso dificulta as possibilidades do partido do presidente eleito conseguir uma maioria sólida no Congresso.

O caso brasileiro possui duas especificidades que agravaram a quadro de dispersão partidária geralmente causada pelo voto proporcional. Uma já foi extinta, mas causou enormes danos ao sistema partidário, que foram as coligações proporcionais. Proibidas a partir da promulgação da Emenda Constitucional 97/2017, elas permitiam que um partido que não atingisse o quociente eleitoral, elegeisse representantes para as casas legislativas<sup>109</sup>. Bastava que a coligação atingisse o número mínimo de votos para eleger um parlamentar, e o legenda tivesse um candidato bem posicionado em termos de votos na coligação, que partidos inexpressivos conquistavam cadeiras na Câmara Federal. Os pequenos partidos fisiológicos se valeram dessa regra para eleger candidatos à Câmara Baixa do parlamento.

A segunda é a magnitude dos distritos eleitorais. Segundo Nicolau (2012), toda eleição ocorre em um distrito eleitoral. Por exemplo, o distrito eleitoral para a eleição da Câmara Federal são os estados. A magnitude dos distritos eleitorais é o número de cadeiras em disputa dentro de um determinado distrito. O Paraná elege 30 deputados federais, sendo assim, a magnitude do distrito eleitoral nas eleições para a

---

<sup>109</sup> Segundo o TSE (2022) o quociente eleitoral é a divisão do número de votos válidos dados aos candidatos e partidos, pelo número de vagas em disputa na eleição. Esse é o método utilizado para definir quais partidos têm direito a ocupar vagas nas eleições proporcionais.

Câmara Federal nesse estado é igual a 30. Como não há uma regionalização do voto proporcional, ou seja, uma divisão regional das cadeiras dentro dos estados, os candidatos a deputado podem buscar votos no estado todo, ou em amplas regiões das unidades federativas. Sendo assim, a magnitude do distrito eleitoral no Brasil é alta. São muitas cadeiras em disputa, sendo relativamente fácil para uma legenda atingir os votos necessários para eleger um deputado federal ou estadual.

Por exemplo, segundo o Tribunal Superior Eleitoral nas últimas eleições foram 6.038.642 milhões de votos válidos para a Câmara Federal no Estado do Paraná. O quociente eleitoral foi de 201.288 votos naquele pleito. Sendo assim, com apenas 3,33% dos votos válidos para o cargo de deputado federal, um partido garantiria uma cadeira na Câmara Federal pelo Paraná. Seria possível esse feito com menos votos ainda. As legendas que atingissem 80% desse quociente, poderiam participar da distribuição das sobras<sup>110</sup>.

Os resultados dessas regras foi o aumento contínuo da fragmentação eleitoral. O ápice foi em 2018. Naquele ano, 30 partidos conquistaram ao menos uma cadeira na Câmara Federal, um recorde. O PT fez a maior bancada, elegendo 56 deputados federais, o que representava 10,91% dos assentos. O partido do presidente eleito Jair Bolsonaro, o extinto PSL, conquistou 52 cadeiras (CAESAR, 2018). Essa é a raiz institucional que induz os presidentes a negociarem coalizões para ter votos necessários para suas medidas. Para atrair outros partidos para suas bases de apoio, os acordos são menos programáticos e mais fisiológicos. Geralmente envolvem a distribuição de ministérios e estatais, que controlam amplos recursos públicos. A larga flexibilidade das alianças do centrão, e o peso proporcional do grupo no Congresso, garantem à elite fisiológica um enorme poder de chantagem na formação das coalizões de governo.

A terceira legislação que favorece a elite fisiológica é o Parágrafo Primeiro do artigo 17 de Constituição Federal. Ele permitiu por quase 03 décadas uma total

---

<sup>110</sup> Como as votações dos partidos não são exatamente iguais aos múltiplos dos quocientes eleitorais, há sempre sobras, que precisam ser distribuídas por algum critério legal. A legislação que disciplina essas sobras tem sido bastante instável nos últimos anos. Até 2017, partidos ou coligações precisavam atingir o quociente eleitoral para entrar na distribuição das sobras. Contudo, em 2017 foi aprovada a lei 13.488, que permitia que todos as legendas participassem da distribuição, independentemente de sua votação. Em 2021, contudo, foi aprovada uma nova lei, a 783/21, que previa um desempenho mínimo, de 80% do quociente, para que os partidos pudessem entrar na disputa pelas sobras (AGÊNCIA CÂMARA, 2021; VIVAS, 2023)

liberdade para formar coligações, sem impor critérios nacionais ou de permanência da aliança. Não havia nenhuma obrigatoriedade de nacionalização das coligações, sejam elas para as disputas proporcionais ou majoritárias. Foi colocado algum freio com o fim das coligações nas eleições proporcionais, com a possibilidade de se formarem as federações partidárias, que beneficiam, corretamente, partidos programáticos pequenos, que não teriam votos suficientes para escapar da cláusula de barreira. Mesmo assim, ainda há uma enorme liberdade para construir alianças eleitorais visando as eleições majoritárias.

Essa legislação permite aos partidos fisiológicos adotar estratégias estadualizadas ou regionalizadas. Apoiam diferentes candidatos a presidente em um mesmo pleito, se aproximando de acordo com a popularidade do postulante na região, visando a capacidade de transferência de votos dessas lideranças. Estabelecem alianças com candidatos a governador dos mais variados partidos e ideologias, sempre buscando aqueles que são mais competitivos eleitoralmente. Caso o escolhido seja derrotado, eles podem ainda entrar na base do governador eleito ou reeleito, já que na política estadual se repete a necessidade de coalizões. Os partidos do centrão se aproveitam fartamente dessas possibilidades permitidas pela legislação. Quando o candidato a governador é de um partido fisiológico, ele pode se aproximar do candidato a presidente que é eleitoralmente mais forte no estado.

Assim, essas legislações favorecem o governismo e o anti-partidarismo da elite fisiológica. Elas permitem que as organizações do centrão estejam alinhadas com os governos federal e estaduais, reproduzindo assim a ARENA/PDS dos anos 70, e o MDB dos anos 80. As legendas fisiológicas podem controlar amplos segmentos do Estado em nível federal e estadual, e instrumentalizar seus recursos financeiros, legais, humanos e simbólicos. Através de vários órgãos públicos, a elite fisiológica constrói uma rede que permite a construção de máquinas eleitorais. Os partidos não fisiológicos, por sua vez, são prejudicados.

A política de alianças desses partidos é menos flexível, pois está vinculada a um projeto nacional. Quando não possuem um candidato próprio à presidência, apoiam um postulante apenas em todo o território nacional, e geralmente ele pertence a um partido do mesmo campo ideológico. Como os quadros 4 e 5 mostraram, eles também não entram em quaisquer governos. Isso mostra que há uma diferença básica

entre os não fisiológicos e fisiológicos. Os primeiros, vinculam as alianças estaduais a um projeto nacional, os segundos procuram os melhores resultados nas regiões e estados, para se fortalecerem no plano nacional, e assim aumentar seu potencial de chantagem. O regionalismo, portanto, é um aspecto fundamento do comportamento dos políticos fisiológicos, um meio para ocupar espaços dentro do aparelho estatal.

O anti-partidarismo, e o seu subproduto, o regionalismo, foram reações dos políticos fisiológicos ao novo ambiente democrático. Os parlamentares que estavam acostumados com o situacionismo da ARENA/PDS e do MDB das décadas anteriores, desenvolveram novas instituições para guiar o seu comportamento. Adequaram-se à Nova República, para manter o seu alinhamento constante com os governos, e preservar assim o seu modo de fazer política, baseado principalmente no governismo.

Essa forma de interpretar as novas instituições políticas e eleitorais poderia ter se realizado de outra forma, havia outros caminhos possíveis, mas ela está vinculada a uma cultura política específica. Como discutimos anteriormente, as instituições são criadas em mundo onde elas já existem em abundância. Sendo assim, os políticos fisiológicos procuraram um caminho conhecido, o situacionismo permanente, como forma de reduzir a incerteza diante de um novo quadro político. Além disso, as regras da ordem democrática de 1988 não restringiram o comportamento dos políticos fisiológicos, a tal ponto de forçarem um outro tipo de conduta. É por isso que as três regras discutidas acima, o sistema proporcional, a alta magnitude dos distritos eleitorais e a ampla liberdade de coligações, favoreceram a ação política da elite fisiológica durante a Nova República.

A seguir, disponibilizamos um quadro com o nome dos 216 parlamentares escolhidos para o desenvolvimento de nossa tese. É possível verificar também os seus estados e regiões de origem e, na maioria dos casos, o tipo de suas bases políticas, bem como os municípios e áreas geográficas onde desenvolveram suas atividades partidárias.

**QUADRO 8 - Parlamentares da elite fisiológica, seus Estados e Regiões de origem e suas bases políticas**

Deputados (as)	Estado	Região	Tipo geográfico da base política	Base Política
Adolfo Antônio Fetter Junior	RS	Sul	Interior	Pelotas
Aelton José De Freitas	MG	Sudeste	Interior	Iturama
Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	PB	Nordeste	Capital	João Pessoa
Alberto Tavares Silva	PI	Nordeste	Interior	Parnaíba
Alceste Madeira De Almeida	RR	Norte	SI	SI
Alceu Moreira Da Silva	RS	Sul	Interior	Osório
Alex Canziani Silveira	PR	Sul	Interior	Londrina
Ângela Regina Heinzen Amin Helou	SC	Sul	Capital	Florianópolis
Aníbal Ferreira Gomes	CE	Nordeste	Interior	Acarauá
Antônio Carlos Martins de Bulhões	SP	Sudeste	SI	SI
Antônio Delfim Netto	SP	Sudeste	SI	SI
Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	BA	Nordeste	Capital	Salvador
Antônio Marcelo Teixeira Sousa	CE	Nordeste	Capital	Fortaleza
Armando De Queiroz Monteiro Neto	PE	Nordeste	SI	SI
Arnaldo Faria De Sa	SP	Sudeste	SI	SI
Arthur Cesar Pereira de Lira	AL	Nordeste	Capital	Maceió
Ary Kara Jose	SP	Sudeste	Capital	Vale do Paraíba
Asdrubal Mendes Bentes	PA	Norte	Interior	Salinópolis
Atila Sidney Lins de Albuquerque	AM	Norte	SI	SI
Áureo Lídio Moreira Ribeiro	RJ	Sudeste	SI	SI
Benedito De Lira	AL	Nordeste	Interior	Junqueiro
Benjamim Gomes Maranhão Neto	PB	Nordeste	Interior	Araruna
Carlos Alberto Cavalcante de Souza	AM	Norte	SI	SI
Carlos Eduardo Cintra da Costa Pereira	PE	Nordeste	Capital	Recife
Carlos Eduardo De Souza Braga	AM	Norte	Capital	Manaus
Carlos Gomes Bezerra	MT	Centro-oeste	Interior	Rondonópolis
Celso Maldaner	SC	Sul	Interior	Maravilha
Celso Ubirajara Russomanno	SP	Sudeste	SI	SI
Ciro Nogueira Lima Filho	PI	Nordeste	SI	SI

Cleber Verde Cordeiro Mendes	MA	Nordeste	Capital	São Luís
Confúcio Aires Moura	RO	Norte	SI	SI
Danrlei De Deus Hinterholz	RS	Sul	SI	SI
Darcísio Paulo Perondi	RS	Sul	Interior	Santa Rosa, Missões, Celeiro e Planalto
Diego Leonardo de Andrade Carvalho	MG	Sudeste	SI	SI
Dilceu João Sperafico	PR	Sul	SI	SI
Dimas Fabiano Toledo Junior	MG	Sudeste	Interior	Varginha
Edio Vieira Lopes	RR	Norte	Região metropolitana	Mucajaí
Edmar Batista Moreira	MG	Sudeste	SI	SI
Edson Bez de Oliveira	SC	Sul	Interior	Sul de Santa Catarina
Edson Edinho Coelho Araújo	SP	Sudeste	Interior	Santa Fe do Sul
Eduardo Cosentino da Cunha	RJ	Sudeste	SI	SI
Eduardo H. da Fonte De Albuquerque Silva	PE	Nordeste	SI	SI
Elicione Therezinha Zahluth Barbalho	PA	Norte	SI	SI
Eliseu Lemos Padilha	RS	Sul	Interior	Tramandai
Enivaldo Ribeiro	PB	Nordeste	Interior	Campina Grande
Epitácio Cafeteira Afonso Pereira	MA	Nordeste	Capital	São Luís
Eros Ferreira Biondini	MG	Sudeste	SI	SI
Esperidião Amin Helou Filho	SC	Sul	Capital	Florianópolis
Etivaldo Vado Gomes	SP	Sudeste	Interior	Estrela d'Oeste
Eunício Lopes de Oliveira	CE	Nordeste	SI	SI
Fabio Salustiano Mesquita De Faria	RN	Nordeste	SI	SI
Felipe Leone Bornier de Oliveira	RJ	Sudeste	SI	SI
Felix De Almeida Mendonca	BA	Nordeste	Interior	Irecê
Fernando Afonso Collor De Mello	AL	Nordeste	Capital	Maceió
Fernando Alberto Diniz	MG	Sudeste	Interior	Zonas metalúrgicas e norte do estado de MG
Fernando Lúcio Giacobbo	PR	Sul	SI	SI
Flaviano Flávio Baptista de Melo	AC	Norte	Capital	Rio Branco
Flavio Augusto Coelho Derzi	MS	Centro-oeste	Interior	Ponta Porã
Francisco de Assis Rodrigues	RR	Norte	Capital	Boa Vista
Francisco Everardo Oliveira Silva	SP	Sudeste	SI	SI

Francisco Mozarildo De Melo Cavalcanti	RR	Norte	SI	SI	
Francisco Oswaldo Neves Dornelles	RJ	Sudeste	SI	SI	
Francisco Pinheiro Landim	CE	Nordeste	Capital	Fortaleza	
Garibaldi Alves Filho	RN	Nordeste	Capital	Natal	
Gastão Dias Vieira	MA	Nordeste	Interior	Tocantins, Médio Serfão e o Litoral Norte	
Geddel Quadros Vieira Lima	BA	Nordeste	SI	SI	
Genecias Mateus Noronha	CE	Nordeste	Interior	Parambu	
George Hilton Dos Santos Cecílio	MG	Sudeste	SI	SI	
Germano Antônio Rigotto	RS	Sul	Interior	Caxias do Sul	
Gerson Camata	ES	Sudeste	Capital	Vitoria	
Gerson dos Santos Peres	PA	Norte	SI	SI	
Gladson de Lima Cameli	AC	Norte	SI	SI	
Henrique Eduardo Lyra Alves	RN	Nordeste	SI	SI	
Herculano Anghinetti	MG	Sudeste	SI	SI	
Hermes Parcianello	PR	Sul	Interior	Cascavel	
Hidekazu Takayama	PR	Sul	Capital	Curitiba	
Hugo Leal Melo Da Silva	RJ	Sudeste	Região metropolitana	Itaguaí	
Hugo Matias Biehl	SC	Sul	SI	SI	
Hugo Motta Wanderley Da Nobrega	PB	Nordeste	SI	SI	
Ibrahim Abi-Ackel	MG	Sudeste	SI	SI	
Iracema Maria Portella Nunes Nogueira Lima	PI	Nordeste	SI	SI	
Jader Fontenelle Barbalho	PA	Norte	Capital	Belém	
Jaime Martins Filho	MG	Sudeste	SI	SI	
Jair Messias Bolsonaro	RJ	Sudeste	Capital	Rio de Janeiro	
Jarbas de Andrade Vasconcelos	PE	Nordeste	SI	SI	
Jerônimo Pizzolotto Goergen	RS	Sul	SI	SI	
João Alberto De Souza	MA	Nordeste	Interior e capital	Bacabal e São Luís	
João Alberto Pizzolatti Junior	SC	Sul	Região metropolitana	Vale do Itajaí	
João Augusto Ribeiro Nardes	RS	Sul	Interior	Santo Ângelo	
João Batista Matos	SC	Sul	Região metropolitana	Vale do Itajaí	
João Carlos Paolillo Bacelar Filho	BA	Nordeste	SI	SI	
João Da Silva Maia	RN	Nordeste	Capital	Rio de Janeiro	

João Felipe De Souza Leao	BA	Nordeste	Região metropolitana	Lauro de Freitas
João Henrique De Almeida Sousa	PI	Nordeste	Capital	Teresina
João Lucio Magalhaes Bifano	MG	Sudeste	SI	SI
João Ricardo Mendes	RJ	Sudeste	SI	SI
João Sandes Junior	GO	Centro-oeste	Capital	Goiânia
Jofran Frejat	DF	Centro-oeste	Capital	Gama e Plano Piloto
Jonathan Pereira De Jesus	RR	Norte	SI	SI
Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho	RS	Sul	Capital	Porto Alegre
Jorge Tadeu Mudalen	SP	Sudeste	Região metropolitana	Guarulhos
José Alfonso Ebert Hamm	RS	Sul	Interior	Bagé
José Alves Rocha	BA	Nordeste	SI	SI
José Arnon Cruz Bezerra De Menezes	CE	Nordeste	Interior	Cariri
José Benito Priante Junior	PA	Norte	Capital	Belém
José Cleonânicio Da Fonseca	SE	Nordeste	Interior	Boquim
José da Cruz Marinho	PA	Norte	SI	SI
José dos Santos Freire Junior	TO	Norte	Interior	Arraias e na região sudeste do estado
José Francisco Paes Landim	PI	Nordeste	Interior	São Raimundo Nonato e São João do Piauí
José Gomes da Rocha	GO	Centro-oeste	Interior	Itumbiara
José Linhares Ponte	CE	Nordeste	Interior	Sobral
José Mohamed Janene	PR	Sul	Interior	Londrina e norte do estado
José Otavio Germano	RS	Sul	Interior	Cachoeira do Sul
Jose Renan Vasconcelos Calheiros	AL	Nordeste	SI	SI
José Rodrigues Borba	PR	Sul	Interior	Vale do Ivaí
José Saraiva Felipe	MG	Sudeste	Interior	Montes Claros
José Sarney	AP	Norte	SI	SI
José Severiano Chaves	PE	Nordeste	Capital	Recife
José Targino Maranhão	PB	Nordeste	SI	SI
José Teles De Mendonca	SE	Nordeste	SI	SI
José Wellington Roberto	PB	Nordeste	SI	SI
José Wilson Santiago	PB	Nordeste	Capital	Joao Pessoa
Josué Bengtson	PA	Norte	SI	SI

Jovair De Oliveira Arantes	GO	Centro-oeste	Interior	Goiânia e o norte do estado
Júlio Luiz Baptista Lopes	RJ	Sudeste	SI	SI
Laércio Jose De Oliveira	SE	Nordeste	SI	SI
Lairé Rosado Filho	RN	Nordeste	SI	SI
Lazaro Botelho Martins	TO	Norte	Interior	Araguaína
Leandro Vilela Velloso	GO	Centro-oeste	Interior	Jataí
Leonardo Carneiro Monteiro Picciani	RJ	Sudeste	SI	SI
Leonardo Lemos Barros Quintão	MG	Sudeste	Capital	Belo Horizonte
Lincoln Diniz Portela	MG	Sudeste	Capital	Belo Horizonte
Luciano de Souza Castro	RR	Norte	Interior e região metropolitana	Mucajai, São João da Baliza e Alto Alegre
Lucio Dutra Vale	PA	Norte	Capital	Belém
Luís Carlos Heinze	RS	Sul	Interior	São Borja
Luís Henrique de Oliveira Resende	MG	Sudeste	SI	SI
Luiz Carlos Ghiorzzi Busato	RS	Sul	Região metropolitana	Canoas
Luiz Dantas Lima	AL	Nordeste	Interior	Batalha e Major Isidoro
Luiz Fernando Ramos Faria	MG	Sudeste	SI	SI
Luiz Henrique da Silveira	SC	Sul	SI	SI
Luiz Jose Bittencourt	GO	Centro-oeste	SI	SI
Magno Pereira Malta	ES	Sudeste	Interior	Cachoeiro do Itapemirim
Marcelo Bezerra Crivella	RJ	Sudeste	SI	SI
Marcelo Costa e Castro	PI	Nordeste	SI	SI
Marcelo Fortes Barbieri	SP	Sudeste	SI	SI
Marcio Carlos Marinho	BA	Nordeste	SI	SI
Marcio Reinaldo Dias Moreira	MG	Sudeste	SI	SI
Maria Gorete Pereira	CE	Nordeste	Capital	Fortaleza
Maria Marluce Moreira Pinto	RR	Norte	SI	SI
Marinha Celia Rocha Raupp De Matos	RO	Norte	Interior	Rolim de Moura e nas regiões próximas
Mario de Oliveira	MG	Sudeste	SI	SI
Mario Silvio Mendes Negromonte	BA	Nordeste	Capital	Salvador
Mauro Mariani	SC	Sul	SI	SI
Mauro Ribeiro Lopes	MG	Sudeste	Interior e região metropolitana	Grande Belo Horizonte e a cidade de Caratinga

Max Rosenmann	PR	Sul	Capital e região metropolitana	Curitiba e região metropolitana
Michel Miguel Elias Temer Lulia	SP	Sudeste	Capital e região metropolitana	Grande São Paulo e Tietê
Milton Antônio Casquel Monti	SP	Sudeste	Interior	São Manuel
Moacir Micheletto	PR	Sul	SI	SI
Nelson Luiz Proença Fernandes	RS	Sul	SI	SI
Nelson Marquazzelli	SP	Sudeste	Interior	Pirassununga
Nelson Meurer	PR	Sul	Interior	Francisco Beltrão
Nelson Roberto Bornier De Oliveira	RJ	Sudeste	SI	SI
Nelson Tadeu Filippelli	DF	Centro-oeste	SI	SI
Nelson Trad	MS	Centro-oeste	Capital	Campo Grande
Nilton Balbino	RO	Norte	SI	SI
Nilton Gomes de Oliveira	ES	Sudeste	Capital e região metropolitana	Vitoria, Vila Velha, Cariacica e Serra
Odelmo Leão Carneiro Sobrinho	MG	Sudeste	Interior	Uberlândia
Olavo Bilac Pinto Neto	MG	Sudeste	SI	SI
Olavo Calheiros Filho	AL	Nordeste	Região metropolitana	Murici
Oliveira Francisco da Silva	RJ	Sudeste	SI	SI
Osmar Gasparini Terra	RS	Sul	Interior	Santa Rosa
Osmar Jose Serraglio	PR	Sul	Interior	Umuarama
Oswaldo Anicetto Bioichi	RS	Sul	Interior	Planalto Médio
Oswaldo de Souza Reis	TO	Norte	SI	SI
Paulo Roberto Freire da Costa	SP	Sudeste	SI	SI
Paulo Roberto Gomes Mansur	SP	Sudeste	Interior	Santos, São Vicente e região
Paulo Salim Maluf	SP	Sudeste	Capital	São Paulo
Pedro Fernandes Ribeiro	MA	Nordeste	Capital	São Luís
Pedro Henry Neto	MT	Centro-oeste	Interior	Cáceres
Pedro Irujo Yaniz	BA	Nordeste	SI	SI
Pedro Jorge Simon	RS	Sul	Interior	Caxias do Sul
Pedro Novais Lima	MA	Nordeste	SI	SI
Pedro Pinheiro Chaves	GO	Centro-oeste	SI	SI
Philemon Rodrigues Da Silva	PB	Nordeste	SI	SI
Ramez Tebet	MS	Centro-oeste	Interior	Três Lagoas

	PE	Nordeste	Capital	Recife
Raul Jean Louis Henry Junior	MA	Nordeste	Interior e região metropolitana	Baixada Maranhense
Remi Abreu Trinta	RS	Sul	Região metropolitana	Luís
Renato Delmar Molling	PR	Sul	Interior	Sapiranga
Ricardo Jose Magalhaes Barros	SP	Sudeste	Capital	Maringá
Ricardo Nagib Izar	ES	Sudeste	SI	São Paulo
Rita De Cassia Paste Camata	GO	Centro-oeste	SI	SI
Roberto Egdio Balestra	RJ	Sudeste	SI	SI
Roberto Jefferson Monteiro Francisco	BA	Nordeste	Interior	Jequié
Roberto Pereira de Britto	PR	Sul	Capital	Curitiba
Roberto Requião de Mello E Silva	SC	Sul	SI	SI
Rogério Mendonça	MG	Sudeste	Interior	Triângulo Mineiro
Romel Anísio Jorge	RR	Norte	Capital	Boa Vista
Romero Jucá Filho	ES	Sudeste	SI	SI
Rosilda de Freitas	GO	Centro-oeste	SI	SI
Sebastiao Augusto Barbosa Neto	AC	Norte	SI	SI
Sergio de Oliveira Cunha	RS	Sul	SI	SI
Sergio Ivan Moraes	BA	Nordeste	Interior	Itapetinga, sudoeste da BA
Sergio Luis Lacerda Brito	MG	Sudeste	Capital e interior	Belo Horizonte e Governador
Silas Brasileiro	AM	Norte	SI	Valadares
Silas Câmara	RJ	Sudeste	Região metropolitana	SI
Simão Sessim	RS	Sul	Interior	Nilópolis, Magé e Itaguaí
Telmo Jose Kirst	SP	Sudeste	Interior	Vales do rio Pardo e do
Valdemar Costa Neto	RO	Norte	Interior	Taquari
Valdir Raupp de Matos	AP	Norte	Interior	Mogi das Cruzes
Vinicius de Azevedo Gurgel	SP	Sudeste	SI	Cacoal
Vinicius Rapozo De Carvalho	MS	Centro-oeste	SI	SI
Waldemir Moka Miranda De Britto	ES	Sudeste	Capital	Campo Grande
Wellington Coimbra	MT	Centro-oeste	Capital	Vitoria
Wellington Antônio Fagundes	PA	Centro-oeste	Interior	Rondonópolis
Wladimir Afonso Da Costa Rabelo		Norte	SI	SI



A partir dos dados expostos no capítulo 5, podemos elaborar uma síntese sobre o perfil político da elite fisiológica. Como vimos esse grupo é *nacionalizado*. Os indivíduos que o integram estão presentes em todos os estados brasileiros e a sua distribuição corresponde ao percentual de representantes que as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul possuem nas duas casas do Congresso Nacional. Essa nacionalização tem origem no bipartidarismo imposto pela Ditadura Militar, que forçou uma reprodução da polarização ARENA/PDS x MDB em todo o território nacional.

Isso levou a uma disseminação dessas organizações pelo país entre 1966 e 1979, sendo o que permite que as bases políticas da elite fisiológica estejam estruturadas no *interior* do país. Os grandes centros urbanos são mais autônomos em relação aos governos, por possuírem um eleitorado maior, terem mais recursos próprios à disposição, e porque neles há uma presença mais expressiva das bases sociais da esquerda (movimentos sociais, sindicatos e universidades) e da centro-direita não fisiológica (classes médias urbanas). Contudo, no interior, especialmente nos milhares de pequenos municípios espalhados pelo país, essas bases sociais são menos expressivas, em muitos casos nem existem, além disso as pequenas e médias cidades são mais dependentes de recursos governamentais, e tem um eleitorado inexpressivo. Isso as torna menos autônomas em relação aos governos, e mais dependentes dos governos estaduais e principalmente federais. Como a elite fisiológica está permanentemente no poder, ela pode manipular as estruturas estatais para consolidar uma base de apoio nesses locais.

Os números mostrados no capítulo 5, evidenciaram a força política e eleitoral das organizações fisiológicas nas pequenas cidades brasileiras. A maioria das prefeituras são controladas pelo centrão, o que permite a montagem de uma ampla rede de puxadores de votos formadas por prefeitos e vereadores. Esses membros das elites locais são apoiados em seus mandatos pelas verbas orçamentárias controladas pelas lideranças fisiológicas. O apoio é retribuído, quando líderes locais usam sua popularidade junto aos eleitores para conseguir votos para os candidatos da elite fisiológica. Desse modo, é possível constatar que os políticos do centrão buscam o alinhamento constante com o governo para manter suas bases políticas nas pequenas

idades do interior. Além disso, o poder da elite fisiológica nos pequenos municípios do interior ao longo do tempo, fez com que ela assumisse a função de intermediadora das demandas das cidades menores junto ao poder central. Sendo assim, uma ação típica das lideranças fisiológicas é o municipalismo, entendida como uma atuação voltada para manter as bases políticas nos pequenos municípios.

Contudo, para estarem sempre na base dos governos, os membros do grupo que estamos estudando acabaram por desenvolver uma *vida partidária instável*. Os congressistas fisiológicos precisavam se adaptar às alternâncias de poder, por isso se filiaram à várias legendas ao longo de suas carreiras na Nova República. Como não poderia ser diferente, são mais comuns as filiações nos herdeiros fisiológicos e ideológicos do bipartidarismo, no PTB, que mimetizou o comportamento fisiológico de outros partidos, mas também no que chamados pequenos partidos fisiológicos, as chamadas legendas de aluguel. Essas pequenas organizações, os herdeiros fisiológicos do bipartidarismo e o PTB, se constituíram nos meios organizacionais do segmento da classe política que temos por objeto.

Mas se a vida partidária dos indivíduos da elite fisiológica tem essas características, seus membros possuem um comportamento ideológico mais coeso. Os indivíduos do grupo somados, se filiaram a dezenas de organizações partidárias ao longo de suas trajetórias. E, a despeito de terem apoiado governos com diferentes perfis ideológicos durante o novo regime democrático, a elite fisiológica sempre preferiu ingressar em legendas de centro e especialmente de direita. Soma-se a essa predileção por organizações centristas e direitistas, as ligações mais estreitas do grupo com sindicatos patronais e a pouca abertura dada às mulheres pelo centrão. Com essas informações podemos classificar ideologicamente a elite como fisiológica como *conservadora moderada, de centro-direita*. Essa ideologia é disseminada pelos partidos do centrão, os seus meios organizacionais, sendo particularmente influente nos pequenos municípios. As legendas fisiológicas atuam como aparelhos ideológicos que prescrevem práticas materiais para as elites locais e os seus eleitores. Sendo assim, podemos afirmar *que a elite fisiológica é nacionalizada, tem bases políticas no interior, seus membros desenvolveram uma vida partidária instável e o grupo pode ser classificado como ideologicamente conservador, de centro-direita*.

A origem da elite fisiológica são as duas organizações que compuseram o sistema bipartidário, entre 1966 e 1979, ARENA/PDS e MDB. A centralização patrocinada pela Ditadura Militar levou a uma interação entre a gramática autoritária e o governismo, que foi reforçado no período. O comportamento governista se institucionaliza na elite fisiológica nos anos 70, auge do autoritarismo, período em que a ARENA/PDS além de apoiar o governo federal, controlou a maioria dos governos estaduais. Depois, com o declínio do regime, e do seu partido de sustentação, muitos arenistas se filiaram no MDB para continuar no Estado. Assim começa a se fortalecer a segunda instituição que compõem a cultura política do fisiologismo, o anti-partidarismo. Ela deriva do governismo, e se desenvolve para preservá-lo em um ambiente onde há possibilidade de alternância no comando do aparelho estatal, como na durante a Nova República.

As migrações dos políticos arenistas para o MDB também iniciam um processo de circulação dos políticos fisiológicos pelas várias legendas do centrão. Esse processo, que se estende até os dias de hoje, levou a uma coordenação maior entre os partidos fisiológicos e a criação de uma coincidência de interesses entre eles. O declínio do MDB a partir dos anos 2010, não foi seguido pelo surgimento de uma outra organização com capacidade para liderar o grupo. Como vimos, isso levou a um equilíbrio de forças entre os partidos do centrão. O declínio *mdebista* e o equilíbrio dentro do campo fisiológico incentivaram ainda mais a coordenação dos indivíduos do grupo que estudamos. Esses processos de circulação e coordenação também foram vitais para a disseminação de estratégias, práticas e valores comuns entre as legendas, tornando assim as organizações fisiológicas mais parecidas. O intercâmbio entre as legendas foi o elemento primordial para que ocorresse um processo de isoformismo institucional.

Além de uma articulação maior entre os partidos do centrão, a ação da elite fisiológica foi incentivada pelas próprias regras eleitorais da Nova República. A forma de disputa das eleições legislativas no Brasil, especialmente as que disciplinam os pleitos para vereador, deputado estadual e deputado federal, estimulam fortemente a fragmentação partidária. Dessa maneira, é muito difícil o partido do presidente eleito conquistar maioria absoluta das cadeiras no Congresso Nacional. Para conseguir implementar a sua agenda, e até mesmo para ficar no cargo até o fim do mandato, o chefe do executivo precisa negociar a formação de coalizões de governo, o que

significa entregar ministérios, o controle de estatais e verbas a partidos que possuem muitos votos no Congresso Nacional. Essa fraqueza institucional é utilizada extensamente pelo centrão para chantagear os presidentes, e atingir o seu principal objetivo que é estar permanentemente alinhada com o governo.

Foi assim que a elite fisiológica foi adquirindo a função de ser fiadora da governabilidade, uma espécie de árbitra das disputas políticas da Nova República. Desse modo, ela se constituiu ao longo dos últimos 35 anos em um poder moderador informal. A partir dessas constatações podemos caminhar para a conclusão do nosso trabalho.

## **CONCLUSÃO**

Em 1966, como consequência do Ato Complementar nº4, foi criada a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). A maioria dos seus membros era oriunda das principais legendas conservadoras do sistema partidário do Regime de 1946: UDN e PSD (FLEISCHER, 1980). A criação da ARENA não foi resultado de uma movimentação espontânea de estratos da sociedade, de uma liderança ou segmentos das elites. O surgimento daquela organização foi induzido por um governo autoritário recém instalado, que começava um acentuado processo de restrição das liberdades sociais.

A criação da ARENA tinha um objetivo: ela nascia para ser governo. Assim se criava uma dicotomia pró e contra o governo autoritário com o novo e artificial sistema partidário, e não entre esquerda e direita, ou centro-esquerda e centro-direita. Cabia aos arenistas defender o governo em um legislativo completamente enfraquecido, transformado em mero ornamento da ordem autoritária (CARDOSO, 1982). A ARENA ficaria no situacionismo por 20 anos. Mudaria seu nome para PDS com o fim do bipartidarismo em 1979. Além da defesa do governo central, nos anos 70 se ocupou do apoio aos governos estaduais. Nesse período, comandou quase todos os eles.

Os anos 70 foram o auge do Regime Militar, especialmente durante o Governo Médici (1969-1974). Foi o tempo do Milagre Econômico, e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II. Assim, tínhamos os políticos da ARENA, filiados a um partido que foi criado com a missão de defender um governo, atuando em um parlamento

esvaziado de poderes, e ainda lutando para manter seus cargos no Congresso Nacional, sem poder se apoiar na sociedade civil, desmobilizada e reprimida pelo autoritarismo. Paralelamente, o aparelho estatal se expandiu após o golpe de 1964, e com o crescimento econômico nos anos 70, nunca o Estado Nacional tivera uma capacidade tão grande de planejar e intervir na economia, de promover e prejudicar interesses. Desse modo, nos anos 70 ocorreram dois processos paralelos: havia um Estado autoritário fortalecido financeiramente e institucionalmente, e um partido que era governo, em Brasília e nos Estados.

É nessa década que o governismo, essa velha instituição da política brasileira, já presente na República Velha, se fortalece nos parlamentares arenistas ou é absorvida por eles. O político adepto do governismo faz política essencialmente através da manipulação de recursos públicos, que são vitais para sobrevivência dos municípios, especialmente dos pequenos. O que importa para ele é o Estado, mais especificamente, os Diário Oficial da União. A construção partidária é algo irrelevante.

As greves do ABC Paulista no final dos anos 70 marcam o início do declínio do Regime Militar. Os problemas econômicos enfrentados no início dos anos 80, as grandes mobilizações pelas Diretas Já, e o óbvio desgaste pelo longo tempo no poder, levaram à saída dos militares do comando do país, e ao fim do regime que construíram a partir de 1964.

O PFL, Partido da Frente Liberal, foi organizado como uma dissidência do PDS para apoiar a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Esse partido, que tinha expoentes do apoio civil à Ditadura, como Antônio Carlos Magalhães, fez parte da base de apoio do primeiro governo pós autoritarismo. Sarney, o líder dessa nova administração, é simbólico de um movimento de circulação que se iniciará com o fim do regime militar. Ele foi um dos grandes líderes da ARENA, renomado apoiador dos militares no governo, e chegou a presidir o PDS. Mas foi o primeiro presidente civil de fato em 20 (vinte) anos, mas agora filiado ao MDB, partido de oposição Regime Militar.

O MDB, que sobreviveu contanto com o voto crítico ao Regime Militar, concentrado especialmente nos grandes centros urbanos, tornou-se a força partidária dominante na segunda metade dos anos 80. Um exemplo da posição assumida pelos emedebistas são os resultados das eleições de 1986. Naquele pleito, embalado pelo sucesso do Plano Cruzado, o partido elegeu mais de 50% dos deputados federais,

última vez que um partido conseguiu tal feito, e 22 dos 23 governadores. Assumiu naquele período, em certa medida, um papel similar ao exercido pela ARENA nos anos 70. Por isso, muitos ex-arenistas e pedessistas ingressaram no MDB. Desse modo, os militares saíram do poder, mas os civis que foram sua base de sustentação continuaram no governo após 1985. Seja através do PFL, seja por meio do MDB.

Essa circulação que levou os arenistas para o MDB se explica pela instituição do governismo. Acostumados com o Estado, depois de tanto tempo na base do governo, com a alternância política os membros da ARENA/PDS procuraram se adaptar à nova situação política, com a finalidade de se manter no poder. Mas essa movimentação terá outro efeito: a instituição do governismo começará a se espalhar pelo sistema partidário, começando pelo próprio MDB.

Mas os ex-arenistas poderiam ter ficado confortavelmente nos partidos que integravam a coalizão de apoio a Sarney, MDB e PFL. Entretanto, a hiperinflação da segunda metade dos anos, e o fracasso de vários planos de estabilização colocou a administração Sarney em grande crise. Um exemplo do desgaste sofrido pelo MDB é o desempenho de Ulysses Guimarães na eleição presidencial de 1989. O grande líder do movimento das Diretas Já! e presidente da Assembleia Nacional Constituinte fez pouco mais de 4% dos votos na disputa. Chegaram ao segundo turno naquele pleito dois candidatos que não eram filiados aos partidos mais tradicionais. Fernando Collor, com raízes na ARENA/PDS, mas filiado em uma pequena organização de direita, o Partido da Reconstrução Nacional, o PRN, e Lula, líder de uma organização de esquerda em ascensão, o PT.

Com bem aponta Melo (2010), a crise dos partidos da coalizão de Sarney desgastou o sistema partidário que, a partir de então começou a se caracterizar pela grande fragmentação e intensa competição. Esse processo dispersará os políticos fisiológicos por várias organizações partidárias, que na maioria das vezes, tinham algum grau de descendência da antiga ARENA/PDS. É nesse contexto que ganha força o anti-partidarismo. Se a mudança de comando nos anos 80 levou os ex-apoiadores do regime militar a mudar de legenda, o sistema partidário muito fragmentado irá fortalecer esse comportamento.

É no regime democrático, onde há possibilidade de alternância de poder, que o anti-partidarismo da elite fisiológica se exacerba. Quando não havia a chance da

oposição chegar ao comando do governo, por óbvio não existia a necessidade de trocar de partido para apoiar uma nova administração. Outro exemplo dessa conduta anti-partidária é o apoio a presidentes ideologicamente distintos. O caso mais escancarado pode ser visto atualmente. Muitos partidos apoiaram o governo de Jair Bolsonaro, um presidente de extrema-direita, e agora dão suporte a um líder de centro-esquerda, Lula, inclusive participando do seu ministério, com muitas pastas. Vimos anteriormente, que as legendas fisiológicas apoiaram todos ou quase todos os governos da Nova República. Foram presidências de centro, centro-esquerda, centro-direita e extrema-direita.

Outra manifestação do anti-partidarismo são as estratégias regionais nas eleições. Os partidos do centrão definem o seu apoio pela força que os candidatos à presidência apresentam nos estados e regiões do país. O seu objetivo é aproveitar a popularidade maior dos candidatos em determinados estados e regiões, para eleger senadores e muito especialmente deputados federais. A troca de partidos, o apoio a quase todos os governos federais ao longo dos últimos 35 anos, e o regionalismo das estratégias eleitorais, são manifestações desse comportamento anti-partidário. Ele surge nos anos 80, e se desenvolve intensamente a partir dos anos 90.

Discutimos em nossa tese, que uma ação não depende exclusivamente do cálculo estratégico. Diante de um quadro de incerteza, os indivíduos podem recorrer a comportamentos já conhecidos para agir. A elite fisiológica estava diante de um quadro de incerteza com o fim da Ditadura Militar e o colapso da coalizão MDB-PFL ao final da primeira gestão civil após o autoritarismo. Restou a ela recorrer a um comportamento já conhecido, o governismo, internalizado no grupo como instituição pelos anos de apoio aos militares e à gestão Sarney. Mas o adesismo aos governos necessitava de uma adaptação ao novo contexto democrático. O anti-partidarismo, em todas as suas manifestações, é uma consequência do governismo. Ele é uma interpretação elaborada pelas lideranças fisiológicas das novas instituições democráticas, e da ação dos outros atores políticos a partir de uma lente governista. Um comportamento que irá se institucionalizar na elite fisiológica ao longo da Nova República, e que permitirá às legendas do centrão estar sempre ao lado de quem dirige o Estado.

Durante a Ditadura Militar os políticos da ARENA/PDS se acostumaram a usar os recursos públicos para manter e ampliar suas bases políticas. A maioria dos políticos, independentemente do seu perfil ideológico e cultura política, usufruem do orçamento público visando retornos eleitorais. O que diferencia os políticos fisiológicos é a sua dependência do Estado, algo que se consolidou durante o longo tempo em que ARENA/PDS apoiou o governo autoritário. O efeito desse período, é que a ação política da elite fisiológica gira em torno de apoiar os governos, para se beneficiar do prestígio advindo dos recursos financeiros, humanos e simbólicos do aparelho estatal.

Como o impacto dos recursos governamentais é menor ou menos sentido pela população nas grandes cidades, é nos pequenos municípios que esse modo de fazer política da elite fisiológica tem mais efeito. Durante os 13 anos do bipartidarismo, ARENA e MDB puderam se expandir pelo território nacional, chegando aos chamados rincões do país. Com o fim do sistema bipartidário, as legendas sucessoras do bipartidarismo ficaram com essa herança organizacional. Além disso, o retorno do pluripartidarismo e o processo de redemocratização permitiram o surgimento de dissidências dentro dos grandes partidos do período autoritário, como foi o caso do PSDB. Com o afrouxamento das restrições à organização da sociedade civil, segmentos em ascensão puderam se organizar ao largo das legendas que surgiram durante o autoritarismo, sendo o movimento operário e o PT os casos mais emblemáticos desse processo. Esses novos partidos iriam se constituir nos polos estruturantes da política brasileira entre 1994 e 2014. Elas cresceram especialmente a partir dos grandes centros urbanos, onde suas bases sociais estavam mais presentes.

Contudo, na maioria das pequenas cidades brasileiras, os herdeiros do bipartidarismo continuaram controlando a política local. Com o protagonismo da Nova República concentrado no PT e no PSDB, restava aos partidos fisiológicos manter sua base nas pequenas localidades do interior, para eleger grandes bancadas e continuar exercendo pressão política sobre os presidentes eleitos.

É aqui que o circuito se fecha. O governismo e o anti-partidarismo, condutas que buscam o alinhamento contínuo com os governos, têm o objetivo de transferir recursos para as pequenas cidades, que são altamente dependentes das transferências da União. As elites dos pequenos municípios, prefeitos, vereadores e

lideranças comunitárias, a verdadeira base política do centrão, se mobilizam para conseguir votos para retribuir os esforços dos parlamentares que trouxeram melhorias para as cidades, que “brigaram” pelos pequenos municípios. É no municipalismo que está o retorno eleitoral do governismo e do anti-partidarismo da elite fisiológica. Assim, os políticos fisiológicos não são punidos pelo eleitor das pequenas cidades por seu comportamento. Eles são premiados, já que as cidades onde vivem são dependentes social e economicamente dos recursos estatais, particularmente os advindos do governo federal.

As legendas do centrão herdaram a significativa penetração territorial da ARENA e do MDB. Se a fonte do seu poder é o Estado, já que estão constantemente dentro dele, é nos milhares de pequenos municípios espalhados pelo interior do país, e que não possuem condições próprias de conduzir as atividades da administração pública local, que está a base dos políticos do centrão.

Assim, o fisiologismo como uma cultura política que orienta o comportamento de uma parte da elite política brasileira é resultado de uma amálgama de instituições formais e informais. O governismo já era um traço da cultura política local no Brasil pelo menos desde a República Velha, quando se inicia o processo de centralização política e expansão material do aparelho estatal a partir de 1964. A nova configuração que o Estado adquiriu no Regime Militar irá reforçar essa instituição. Com a saída das Forças Armadas do poder, e a promulgação de uma nova constituição democrática, algumas regras eleitorais potencializaram a ação da elite fisiológica durante a Nova República. Poucas restrições às trocas de legendas, fragmentação partidária e ampla permissividade na formação de alianças, permitiram uma interpretação governista das instituições da nova democracia, e possibilitaram a continuidade dos herdeiros da ARENA/PDS e do MDB na base de sustentação dos presidentes eleitos após 1988.

A cultura do fisiologismo irá se constituir ao longo de 5 (cinco) décadas, entre os anos 1960 e 2000. A partir do reforço do governismo com o Golpe Militar, serão constituídas novas instituições como maneira de sustentar esse adesismo aos governantes do momento. O anti-partidarismo irá se desenvolver a partir dos anos 1980, quando a redemocratização impõe a possibilidade de alternância no poder. O municipalismo ganhará força nos anos 1990. Foi a maneira encontrada pelos partidos fisiológicos para manter a sua força eleitoral, diante da ascensão de PT e PSDB nos

grandes centros urbanos. A longa permanência dentro do Estado irá reforçar dentro da elite fisiológica um outro traço conhecido da classe dirigente brasileira, o nepotismo.

O controle de postos de comando dentro do aparelho estatal permite à instrumentalização dos seus recursos com a finalidade de promover interesses familiares. Se o nepotismo é uma simbiose entre Estado e parentesco, quanto mais tempo uma liderança atua dentro do aparelho estatal, ou exerce influência sobre aqueles que controlam posições de poder no interior dele, mais essa simbiose se aprofunda. O governismo permite dessa forma uma patronagem constante com os recursos do poder executivo em benefício de parentes.

Governismo, anti-partidarismo, municipalismo e nepotismo se fundiram ao longo do tempo para criar a cultura política do fisiologismo. Ela foi repassada pelas lideranças mais antigas às mais novas através da socialização dentro dos partidos fisiológicos. Por isso continua operando ainda hoje, mesmo que as condições iniciais que permitiram o seu aparecimento não existam mais, ou mesmo que os líderes que da antiga ARENA já não exerçam mais atividades políticas, por morte ou idade avançada.

Mas esse tema, fisiologismo, necessita de mais pesquisas. As ciências sociais precisam analisar com mais atenção esse assunto, devido à enorme influência que o chamado centrão adquiriu nos últimos dez anos. É preciso verificar como o fisiologismo opera nos estados e municípios, ou seja, se nesses níveis de governo os partidos do centrão também apoiam governos ideologicamente distintos, do mesmo modo que no plano nacional. Quando olhamos para dentro das organizações partidárias, é necessário estudar como as organizações selecionam e preparam suas novas lideranças, como forma de aprofundarmos o conhecimento sobre a perpetuação dos valores e práticas do fisiologismo. Em termos históricos, faz-se necessário investigar se os políticos fisiológicos atuaram para criar ou reformar instituições políticas durante a Constituinte e a Nova República, com o objetivo de promover seus próprios interesses. Se assim ocorreu, nas próprias instituições formais está inscrita a cultura do fisiologismo.

De nossa parte, buscamos abordar esse tema a partir do prisma da sociologia política. Identificamos a origem da elite fisiológica no partido de sustentação do Regime Militar, a ARENA/PDS. Depois evidenciamos que uma combinação das

instituições do governismo e do nepotismo, com os efeitos de eventos históricos e de instituições eleitorais, forjaram a partir dos anos 60 a cultura política do fisiologismo. Sendo essa a conclusão dessa tese, e a nossa contribuição para o estudo desse tema. O fisiologismo é cultura política que define e orienta o comportamento de um segmento da classe política brasileira, a elite fisiológica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- ABRÚCIO, F. L. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política USP, 1998.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AMORIM NETO, O. Formação de gabinetes ministeriais no Brasil: coalizão versus cooptação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 9-34, 1994.
- AMORIM NETO, O.; TAFNER, P. Governos de coalizão e mecanismos de alarme de incêndio no controle legislativo das medidas provisórias. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 5-38, 2002.
- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.
- AVELAR, L.; WALTER, M. I. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política municipal. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 96-122, Maio 2008.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, out. 2011.
- BENDIX, R. **Max Weber: um perfil intelectual**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BORGES, J. S.; BARBOSA, S. C. T. Ministérios como “barganha”: coalizão de governo e organização do poder executivo. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 70, n. 2, p. 267-296, abr./jun. 2019.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 11 ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria de ação**. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- \_\_\_\_\_. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, J. G. R. (Org.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova Iorque: Greenwood, pp. 241-258, 1985
- BUCI-GLUKCSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, F. H. Os regimes autoritários na América Latina. *In*: COLLIER, D. (Org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 41-62.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 2 ed. Campinas-SP: Papyrus, 1988.

CHAVES, M. P. A. Os Sarney: comunicação, negócios e poder no Maranhão. CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. M. (Org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2016, p. 315-349

CODATO, A. N.; PERISSINOTTO, R. O Estado como instituição. Uma leitura das "obras históricas" de Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n. 13, 2001, p. 9-28.

COLLIER, D. Resumo do modelo burocrático autoritário. *In*: COLLIER, D. (Org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 27-39.

COLLIER, R. B.; COLLIER, D. **Shaping the Political Arena**: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America. University of Notre Dame Press: Notre Dame, Indiana, 2002.

COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COUTO, C. G. Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação executivo-legislativo e o caso paulistano. *In*: ANDRADE, R. C. (Org.). **Processo de governo no município e no estado**: uma análise a partir de São Paulo. São Paulo: EDUSP; FAPESP 1998, p. 41-72.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL W. W. A gaiola de ferro revisitada: isoformismo institucional racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr./jun. de 2005;

DINIZ, E.; LIMA JUNIOR, O. B de. **Modernização autoritária**: o empresariado e a intervenção do Estado na economia. Brasília: IPEA/CEPAL, 1989.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas para a industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: a formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FAORO, R. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo Livros/Biblioteca Azul, 2012.

FERNANDES, A. S. A. Dependência de trajetória e mudança institucional. **Perspectivas**, São Paulo, v. 44, p. 177-192, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados. **BIB**, São Paulo, n.53, p. 79-102, 1º semestre de 2022.

FIGUEIREDO, A. C. Coalizões governamentais na democracia brasileira. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 3, p. 159-196, 2012;

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FLEISCHER, D. A evolução do bipartidarismo no Brasil (1966-1979). **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 51, p. 155-185, julho de 1980.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

GIDDENS, A. **O Estado-Nação e a violência**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

GOULART, M. H. H. S. **Coronelismo e poder local no Paraná (1880-1930)**. Curitiba: Ed. da Autora, 2018.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB**, Rio de Janeiro, n° 41, p. 35-86, 1º semestre de 1996.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003.

HINTZE, O. The Formation of States and Constitutional Development: a study in History and Politics. *In*: GILBERT, F. (Ed.). **The Historical Essays of Otto Hintze**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1975, p. 157-177.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota metodológica n. 19: Formação Bruta de Capital Fixo**. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas/19\\_formacao\\_capital.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/19_formacao_capital.pdf)> Acesso em: 22 de outubro de 2023.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. Campinas-SP: FE/Unicamp, 2011.

LENIN, V. I. Sobre o Estado. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 348-360, dez. 2019.

LESSA, R. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república**. Toopbooks: Rio de Janeiro, 1999.

LINZ, J. Regimes Autoritários. *In: O'DONNELL, G. O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 189-215.

MANN, M. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. *In: HALL, J. (Org.). Os Estados na História*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992, p. 163-204.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Edições 70: Lisboa, 1976.

MARCELINO, G. F. Administração pública brasileira: evolução, situação atual e perspectivas futuras. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 117, no 2, p. 105-116, set./dez., 1989.

MARTINS, L. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. **O dezoito de brumário de Louis Bonaparte**. Coleção Os Pensadores, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K.; ENGLES, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2022.

MELO, C. R. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, npp. 13-41, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Retirando as cadeiras de lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites**. São Paulo: LiberArts, 2016.

MOSCA, G. **La clase política**. Fondo de Cultura Económica: México, D. F., 1984.

NICOLAU, J. **Sistemas eleitorais**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

NORTH, D. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018

NUNES, E. **A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; Brasília, DF: ENAP, 2003.

OLIVEIRA, F. A. **Autoritarismo e Crise Fiscal no Brasil**. Hucitec: São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, R. C. Como definir família? *In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil*. São Paulo: LiberArts, 2018.

\_\_\_\_\_. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil.** Curitiba: Insight Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, R. C; GOULART, M. H. H. S; VANALI, A. C; MONTEIRO, J. M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 05, n. 11, p. 165-198, set./dez. 2017.

OPPO, A. Socialização Política. *In*: BOBBIO, N; MATEUCCI, N; PASQUINO, G. Dicionário de Política. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PARETO, V. **Vilfredo Pareto: sociologia.** *In*: RODRIGUES, J. A. (org.). São Paulo: Ática, 1984.

POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRESTES, A. L. **Tenentismo pós-30: continuidades ou ruptura?** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PRZEWORSKY, A. **Estado e Economia no Capitalismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

QUEIROZ, M. I. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SAES, D. **Estado e Democracia: ensaios teóricos.** 2 ed. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SALLUM JÚNIOR, B. Federação, autoritarismo e democratização. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 27-52, out. 1996.

SCHWARTZMAN. S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1985.

SEBBA, P. I. R. **A gramática política das agências reguladoras: comparação entre EUA e Brasil.** Orientador: Henrique Carlos de O. de Castro. 2007. 246 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação do Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas, 2007.

SKIDMORE, T. **Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985).**

SKOCPOL, T. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. *In*: EVANS, P. B; RUESCHEMEYER, D; SKOCPOL, T. (Org.). **Bringing the State Back in.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-43.

\_\_\_\_\_. **Estado e Revoluções Sociais: análise comparativa, da França, Rússia e China.** Lisboa: Editorial Presença, 1979.

\_\_\_\_\_. Why I am Historical Institutional. **Polity**, Chicago, v. 28, n. 1, pp. 103-106, autumn 1995.

SOUZA, M. do C. C de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964).** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STINCHCOMBE, A. L. **Constructing social theory.** New York: Harcourt, Brace and Word, 1968.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992.** São Paulo: Edusp, 1996.

THERBORN, G. **¿Como domina la classe dominante: aparatos de Estado y poder em el feudalismo, el capitalismo y el socialismo?** 4 ed. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1989.

VERBA, S; ALMOND, G. **The Civic Culture: political attitude and democracy in five nations.** Newbury Park: Sage Publications, 1989.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** 4ª. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Ciência e política. In: GERTH, H.H.; MILLS, C. W. (Org.). *In: Ensaio de Sociologia.* Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 97-183.

\_\_\_\_\_. **História Geral da Economia.** São Paulo: Centauro, 2006.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira.** São Paulo: Paz e Terra, 2008

## FONTES CONSULTADAS

A árvore genealógica dos partidos políticos brasileiros. **Revista Instigada: a sua revista eletrônica.** Disponível em: <<https://revistainstigada.blogspot.com/2016/09/arvore-genealogica-dos-partidos.html>> Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

12 partidos e federações alcançam cláusula de barreira; 16 partidos ficam de fora. **Agência Senado**, 17 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/17/doze-partidos-alcancam-clausula-de-barreira-16-ficam-de-fora>> Acesso em: 6 de novembro de 2022.

ANDRADE, P. José Filho é empossado como governador do Piauí. **G1**, 04 de abril de 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/04/jose-filho-pmdb-e-empossado-como-novo-governador-do-piaui.html>>. Acesso em: 12 de agosto de 2023.

AO assumir governo, Regina Souza (PT) se tornará a primeira mulher governadora efetiva no Piauí. **G1 PI**, 28 de março de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/noticia/2022/03/28/ex-senadora-assume-governo-do-piaui-e-se-torna-primeira-governadora-efetiva.ghtml>> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

ARAÚJO, S. C.; JORGE, V. L. Partido Liberal (PL). *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [200?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>> Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

AZEVEDO, R. Os Calheiros e a Schincariol: o milagre da multiplicação do patrimônio. **Veja**, São Paulo, 15 de julho de 2007. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/os-calheiros-e-a-schincariol-o-milagre-da-multiplicacao-do-patrimonio>> Acesso em: 02 dezembro de 2023.

BETO Richa deixa o cargo para concorrer ao Senado, e Cida Borghetti assume o governo do Paraná. **G1 PR**, Curitiba, 6 de abril de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/beto-richa-deixa-o-cargo-para-concorrer-ao-senado-e-cida-borghetti-assume-o-governo-do-parana.ghtml>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

BISCHOFF, W. Censo do IBGE: 5% das cidades brasileiras concentram 56% da população. **G1**, São Paulo, 28 de junho de 2023. Disponível: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/28/centso-do-ibge-5percent-das-cidades-brasileiras-concentram-56percent-da-populacao.ghtml>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Ato Complementar nº 4, de 20 novembro de 1965. Dispõe sobre a organização dos partidos políticos. **Presidência da República**, Brasília, DF, 20 de nov. de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/acp/acp-004-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-004-65.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1º de abr. de 1964. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 27 de out. de 1965. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm)> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 05 de fev.

de 1966. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm)> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Ato Institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 25 de fev. de 1967. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)> Acesso em: 15 de agosto de 2023

BRASIL. Decreto-Lei n° 317, de 13 de março de 1967. Reorganiza as Polícias e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito federal e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 13 de mar. de 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-317-13-marco-1967-376152-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de agosto de 2023

BRASIL. Emenda Constitucional n° 18, de 1 de dezembro de 1965. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1 de dez. de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc18-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc18-65.htm)> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional n° 97, de 4 de outubro de 2017. **Presidência da República**, 4 de out. de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm)>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei n° 4.330, de 1° de junho de 1964. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1° de jun.

de 1964. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/lei/l14208.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14208.htm)> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Presidência da República**, Brasília, DF, 25 de out. de 1966. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.172%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20Tribut%C3%A1rio,%C3%A0%20Uni%C3%A3o%2C%20Estados%20e%20Munic%C3%ADpios](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.172%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20Tribut%C3%A1rio,%C3%A0%20Uni%C3%A3o%2C%20Estados%20e%20Munic%C3%ADpios)> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei n° 5.449, 04 de junho de 1968. Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 04 de jun. de 1968. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/lei/l14208.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14208.htm)> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei n° 14.208, 28 de setembro de 2021. Altera a Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos políticos. **Presidência da República**, Brasília, DF, 28 de set. de 2021. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/lei/l14208.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14208.htm)> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

CABRAL, M. RENAN FILHO. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-renan-vasconcelos-calheiros-filho>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

CAESAR, G. MDB encolhe, mas lidera ranking de prefeitos eleitos; PP e PSD crescem e ocupam 2ª e 3ª posições. **G1**, 29 de nov. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/29/mdb-encolhe-mas-lidera-ranking-de-prefeitos-eleitos-pp-e-psd-crescem-e-ocupam-2a-e-3a-posicoes.ghtml> Acesso em: 11 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. **G1**, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>> Acesso em: 6 de novembro.

CAMPOS, A. M. Sarney Filho entrega carta de exoneração a Ibaneis e se despede da Secretaria de Meio Ambiente do DF. **Correio Brasiliense**, Brasília, 30 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/carta-de-exoneracao-a-ibaneis-e-se-despede-da-secretaria-de-meio-ambiente-do-df/>. Acesso: 30 de dezembro de 2022.

CARMINA, M.; SOUSA, L. O. VALE, Álvaro. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [200?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>> Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

CASTILHO, A. L; INDRIUNAS, L. De Olho nos Ruralistas detalha em novo dossiê a face agrária de Arthur Lira e seu clã em Alagoas. **De Olho nos Ruralistas, Observatório do Agronegócio Nacional**, 13 de novembro de 2023. Disponível em: < <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/11/13/dossie-face-agraria-arthur-lira-alagoas/>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. LIRA, Arthur. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arthur-cesar-pereira-de-lira.>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. LIRA, Benedito de. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lira-benedito-de.>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. BORGHETTI, Cida. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo?busca=Cida+Borghetti+&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nltens=30>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. BARBALHO, Elcione [201?]. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elcione-teresinha-zahluth-barbalho.>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. SARNEY FILHO. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-sarney-filho.>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. CALHEIROS, Olavo. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*,

[201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olavo-calheiros-filho>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Partido Progresista (PP) (2003-). *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, [200?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-pp-2003>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. CALHEIROS, Renildo. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/renildo-vasconcelos-calheiros>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. BARROS, Ricardo. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ricardo-jose-magalhaes-barros.>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. BARROS, Silvio. *In:\_\_\_ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvio-magalhaes-barros>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

CHAPA de situação em Murici pode ter filho e mãe como vice. **7 Segundos**, 24 de agosto de 2023. Disponível em:

<<https://www.7segundos.com.br/maceio/blogs/2023/08/24/8193-chapa-de-situacao-em-murici-pode-ter-filho-e-mae-como-vice>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

CLÃ Calheiros se reveza no comando de sua terra natal. **Agência O Globo**, 18 de setembro de 2016. Disponível em:

<<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/09/cla-calheiros-se-reveza-no-comando-de-sua-terra-natal.html>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023>.

CLAVERY, E; BORGES; B; MATOSO, F. Com votação recorde, Lira é reeleito presidente da Câmara. **G1**, Brasília, 01 de fevereiro de 2023. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/01/lira-e-reeleito-presidente-da-camara.ghtml>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

D`AGOSTINIO, R. PT, PMDB e PSDB vão governar quase 50% do eleitorado. **G1**, São Paulo, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/pt-pmdb-e-psdb-vaogovernar-quase-50-do-eleitorado-brasileiro.html>> Acesso em: 09 de agosto de 2023.

\_\_\_\_\_. TSE aprova mudança de nome do Partido da República para Partido Liberal. **G1**, Brasília, 7 de maio de 2019. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/07/tse-aprova-mudanca-de-nome-do-partido-da-republica-para-partido-liberal.ghtml>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

DEZ partidos mudaram de nome nos últimos quatro anos. **A Gazeta**, 02 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/dez-partidos-politicos-mudaram-de-nome-nos-ultimos-quatro-anos-0521>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

DIAS, S; LEMOS, R; CARNEIRO, A. José Sarney. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

FERNANDO Bezerra Filho (PSB) ministro de Minas e Energia. **G1 SP**, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/fernando-bezerra-filho-psb-ministro-de-minas-e-energia.html>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

FIGUEIRA, P. Partido Democrático Social (PDS). *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [199?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-social-pds>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

FRAZÃO, Felipe. Quem é Ricardo Barros, líder do governo apontado no caso Covaxin. **CNN Brasil**, 26 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-ricardo-barros-lider-do-governo-apontado-no-caso-da-vacina-covaxin/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

GALINDO, R. Silvio Barros acumula Casa Civil temporariamente. Depois, chega Sperafico. **Gazeta do Povo**, 06 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/silvio-barros-acumula-casa-civil-temporariamente-depois-chega-sperafico/>> Acesso em: 02 de dezembro.

GLOSSÁRIO explica o que é quociente eleitoral. **TSE**, Brasília, DF, 02 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/glossario-explica-o-que-e-quociente-eleitoral>> Acesso em: 06 de novembro de 2023.

GUANABARA, R. Partido Social Democrático (PSD-1987). *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [199?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1987>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

\_\_\_\_\_. Partido Progressista (PP) 1993-1995. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [199?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-pp>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

GUIMARÃES, A. Quem é Jader Filho, nomeado para o Ministério das Cidades? **Jota**, São Paulo, 29 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/eleicoes/quem-e-jader-filho-nomeado-para-o-ministerio-das-cidades-29122022>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

JADER Filho assume o cargo de Ministro das Cidades. **Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional**, Brasília, DF, 03 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/jader-filho-assume-cargo-de-ministro-das-cidades>> Acesso em: 2 de dezembro de 2023

JORGE V. L. Partido da República (PR). *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-republica-pr>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

\_\_\_\_\_. Partido Republicano Brasileiro (PRB). *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-brasileiro>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

JUNQUEIRA, E; GOMES, A; PEREIRA, L. B. BARBALHO, Jader. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jader-fontenelle-barbalho>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

KELLER, V. *et. al.* BRIZOLA, Leonel. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [200?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

MALI, T. Quase metade das cidades brasileiras dependem 90% ou mais de repasses. **Poder 360**, 19 de outubro de 2021. Disponível: <<https://www.poder360.com.br/economia/quase-metade-das-cidades-brasileiras-dependem-90-ou-mais-de-repasses/#:~:text=A%20maior%20parte%20dos%20munic%C3%ADpios,ou%20de%20outras%20institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas.>> Acesso em: 6 de novembro.

LIMA JUNIOR, O. B. de. Democratas (DEM). *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/democratas-dem>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

LOPES, G; CARNEIRO, A; LAMARÃO, L. SARNEY, Roseana. Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roseana-macieira-sarney>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

MOTORYN, Paulo. Bolsonaro nomeou 14 filiados a partidos do centrão para comandar ministérios em 2 anos e meio. **Brasil de Fato**, Brasília, DF, 02 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/02/bolsonaro-nomeou-14-filiados-a-partidos-do-centrao-para-comandar-ministerios-em-2-anos-e-meio>> Acesso em: 23 de agosto.

O novo secretário de planejamento Silvio Barros visita a Celepar. **Celepar**, 21 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.celepar.pr.gov.br/Noticia/O-novo-secretario-do-Planejamento-Silvio-Barros-visita-Celepar>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

PAZ, M. Saiba quem é Celso Sabino novo ministro do Turismo do governo Lula. **Metrópoles**, 13 de julho de 2023. Disponível: <<https://www.metropoles.com/brasil/saiba-quem-e-celso-sabino-novo-ministro-do-turismo-do-governo-lula>> Acesso em: 6 de novembro de 2023.

PANTOJA, S. KUBITSCHK, Juscelino. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [199?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-de-oliveira>> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

PANTOJA, S; LEMOS, R. ARRAIS, Miguel. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [200?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

PREFEITO e vereadores de Murici tomam posse; veja lista de eleitos. **G1 AL**, 01 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/01/01/prefeito-e-vereadores-de-murici-tomam-posse-veja-lista-de-eleitos.ghtml>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

PIOVESAN, E; BRANDÃO, F. Câmara aprova mudanças na regra de distribuição das “sobras” eleitorais. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 9 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/804339-CAMARA-APROVA-MUDANCA-NA-REGRA-DE-DISTRIBUICAO-DAS-SOBRAS-ELEITORAIS#:~:text=Atualmente%2C%20todos%20os%20partidos%20que,que%20atingissem%20o%20quociente%20eleitoral>> Acesso em: 6 de novembro de 2023.

POPULAÇÃO em Ananindeua (PA) é de 478.778 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1 PA**, 28 de junho de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/06/28/populacao-em-ananindeua-pa-e-de-478778-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

PPS tira “socialista” do nome e passa a se chamar Cidadania. **Veja**, 23 de março de 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/pps-tira-socialista-do-nome-e-passa-a-se-chamar-cidadania>. > Acesso em: 14 de agosto de 2023.

PRAÇA, S.; LIMA, Bárbara. BOLSONARO, Jair. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, 2022. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

PRB anuncia mudança para Republicanos e será 8º partido a mudar de nome. **Veja**, 2 de maio de 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/prb-anuncia-mudanca-para-republicanos-e-sera-8o-partido-a-trocar-de-nome>>

PTB questiona uso de sigla por Kassab. **Bem Paraná**, 22 de março de 2011. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticias/brasil/ptb-questiona-uso-de-sigla-psd-por-kassab-173317>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

RATINHO JÚNIOR anuncia Ricardo Barros como secretário e confirma nomes à frente da Saúde e Educação; veja detalhes. **G1 PR**, Curitiba, 23 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/12/23/ratinho-junior-anuncia-ricardo-barros-e-secretarios-da-saude-e-da-educacao-veja-os-nomes.ghtml>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

RESENDE, S. Ministro de Minas e Energia se filia ao MDB. **TV Globo**, Brasília, 21 de março de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/ministro-de-minas-e-energia-se-filia-ao-mdb.ghtml>>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

ROBERTO Requião anuncia saída do MDB. **G1 PR**, 03 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/08/03/roberto-requiao-anuncia-saida-do-mdb.ghtml>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

ROSA, J; HIRABAHASI, G. TSE aprova fusão entre PROS e Solidariedade. **CNN**, Brasília, 14 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tse-aprova-fusao-entre-pros-e-solidariedade/>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

SAIBA quem é Daniela Carneiro, que deixa o Ministério do Turismo. **CNN**, São Paulo, 6 de julho de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-quem-e-daniela-carneiro-que-deixa-o-ministerio-do-turismo/>> Acesso em: 6 de julho de 2023.

SARNEY Filho (PV), Ministro do Meio Ambiente do governo Temer. **G1 SP**, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/sarney-filho-pv-ministro-do-meio-ambiente-do-governo-temer.html>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

SEABRA, C. “Clã dos Calheiros” prospera com entrada na política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67069.shtml>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

SENADO FEDERAL. **Galeria de Presidentes**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/nova-republica>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

SHALDERS, A. Quem elege o centrão? Veja ranking das cidades que mais votaram no grupo que manda no Congresso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 de janeiro

de 2022. Disponível em:< <https://www.estadao.com.br/politica/centrao-busca-apoio-em-cidades-pequenas-para-manter-dominio-no-congresso/>> Acesso em: 6 de novembro.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Resolução n° 22.610, de 25 de outubro de 2007. No uso das atribuições que lhe confere o art. 23, XVIII, do Código Eleitoral, e na observância do que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos Mandados de Segurança n° 26.602, 26.603 e 26.604, resolve disciplinar o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, DF, 25 de out. de 2007. Disponível: < <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-nb0-22.610-de-25-de-outubro-de-2007-brasilia-2013-df>> Acesso em: 23 de agosto de 2023.

VALENÇA, F. CALHEIROS, Renan. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, [201?]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-renan-vasconcelos-calheiros>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

VIVAS, F. STF retoma julgamento que discute distribuição das sobras eleitorais. **G1**, Brasília, 25 de agosto de 2023. Disponível: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/25/stf-retoma-julgamento-que-discute-distribuicao-das-sobras-eleitorais.ghtml>> Acesso em: 6 de novembro.

VIVAS; F; RODRIGUES, M. TSE aprova registro e estatuto do União Brasil, partido resultante da fusão entre União Brasil e PSL. **TV Globo e G1**, Brasília, 8 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/02/08/tse-aprova-fusao-de-dem-e-psl.ghtml>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.